

MARCO ANTONIO VILLA

# DITA DURA À BRASI LEIRA



1964-1985

A democracia golpeada  
à esquerda e à direita

leYa

## DADOS DE COPYRIGHT

### Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

### Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

*"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."*



## **Ficha Técnica**

Copyright © Marco Antonio Villa, 2014

Diretor editorial: Pascoal Soto  
Publisher: Tainã Bispo  
Assistente editorial: Maitê Zickuhr  
Gerente de produção gráfica: Fábio Menezes  
Capa: João Baptista da Costa Aguiar  
Imagem da capa: Agência Estado  
Tratamento de imagens: Silvio Pereira  
Pesquisa iconográfica: Odete Ernestina Pereira  
Coordenação de produção: Obá Editorial  
Preparação de textos: Francisco José M. Couto  
Revisão de provas: Carla Faria, Carolina Aidinis, Juliana Caldas  
Projeto gráfico: Mayara Menezes do Moinho, Winnie Affonso, Simone  
Fernandes Nikolaus, Estúdio Asterisco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Villa, Marco Antonio  
Ditadura à brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à  
direita/Marco Antonio Villa. – São Paulo: LeYa, 2014.  
ISBN 9788580449594

1. Ditadura 2. Democracia 3. Golpe Militar I. Título

14-0001 CDD-981.06

Índices para catálogo sistemático:  
1. Brasil: história: Revolução, 1964

2014

Todos os direitos desta edição reservados à  
texto editores ltda.

[Uma editora do Grupo Leya]  
Rua Desembargador Paulo Passaláqua, 86  
01248-010 – Pacaembu – São Paulo, SP – Brasil  
[www.leya.com.br](http://www.leya.com.br)



Ditadura  
à brasileira

1964-1985: A Democracia Golpeada  
à Esquerda e à Direita

O Brasil não é um país para principiantes.  
*Tom Jobim*

## **apresentação**

Em 1964 o Brasil era um país politicamente repartido. Dividido e paralisado. Crise econômica, movimentos grevistas, ameaças de golpe militar, marasmo administrativo. A situação era muito tensa.

O clima de radicalização era agravado por velhos adversários da democracia. A direita brasileira tinha uma relação de incompatibilidade com as urnas. A União Democrática Nacional nunca havia assimilado as derrotas nas eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955 – a vitória de Jânio Quadros em 1960 foi pessoal e não pode ser atribuída a nenhum partido da sua coligação. O ódio a Getúlio Vargas fizera com que ela construísse seus mitos. A derrubada de Vargas, em outubro de 1945, foi transformada em momento máximo da redemocratização, isso quando tal fato somente possibilitou que o Palácio do Catete fosse ocupado por um general ( Gaspar Dutra) ou por um brigadeiro ( Eduardo Gomes). Anos depois, Dutra era transformado em símbolo dos valores republicanos, no maior defensor da Constituição, embora tenha sido simpatizante dos nazistas e comemorado efusivamente, em sua própria casa, a queda de Paris em 1940.

A direita não conseguia conviver com uma democracia de massas em um momento da nossa história de profundas transformações econômicas e sociais, graças ao rápido processo de industrialização e à crescente urbanização. Temerosa do novo, ela buscava um antigo recurso: arrastar as Forças Armadas para o centro da luta política, dentro da velha tradição inaugurada pela República, que já havia nascido com um golpe de Estado.

A esquerda comunista não ficava atrás. Também sempre estivera nas vizinhanças dos quartéis, como em 1935, quando tentou depor Vargas por meio de uma quartelada. Depois de 1945, buscou incessantemente o apoio dos militares, alcunhando alguns de “generais e almirantes do povo”. Ser “do povo” era comungar com a política do Partido Comunista Brasileiro e estar pronto para atender ao chamado do partido em uma eventual aventura golpista. As células clandestinas do PCB nas Forças Armadas eram apresentadas como uma demonstração de força política.

À esquerda do PCB, havia os adeptos da guerrilha. O Partido Comunista do Brasil era um deles. Queria logo iniciar a luta armada, tanto que enviou, em março de 1964, o primeiro grupo de guerrilheiros para treinar na Academia Militar de Pequim. As Ligas Camponesas – que desejavam a reforma agrária “na lei ou na marra” – organizaram campos de treinamento guerrilheiro no país ainda em 1962: com militantes presos foram encontrados documentos que vinculavam a guerrilha a Cuba.



Já os adeptos de Leonel Brizola, principalmente após a criação do Grupo dos Onze – embrião do que consideravam um partido revolucionário –, julgavam que tinham ampla base militar entre soldados, marinheiros, cabos e sargentos.

Assim, numa conjuntura radicalizada, esperava-se do presidente da República um ponto de equilíbrio político. Ledo engano. João Goulart articulava sua permanência na presidência – a reeleição era proibida – e para isso necessitava emendar a Constituição. Sinalizava que tinha apoio nos quartéis para, se necessário, impor pela força a reeleição. Organizou um “dispositivo militar” que “cortaria a cabeça” da direita. Insistia a todo momento que não podia governar com um Congresso Nacional conservador, apesar de o seu partido, o PTB, ter a maior bancada na Câmara após o retorno do presidencialismo e não ter encaminhado à Casa os projetos de lei para viabilizar as reformas de base.

Em meio ao golpismo, o regime democrático sobrevivia aos trambolhões. Defendê-lo era, segundo a esquerda golpista/revolucionária, comungar com o desprezível liberalismo burguês, ou, de acordo com a direita, com o odiado populismo varguista. Atacada por todos os flancos, a democracia acabaria sendo destruída, abrindo as portas para duas décadas de arbítrios e violências.

Veio 1964. E de novo foram construídas interpretações para uso político, mas distantes da história. A associação do regime militar brasileiro com as ditaduras do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai) foi a principal delas. Nada mais falso. O autoritarismo aqui faz parte de uma tradição antidemocrática solidamente enraizada e que nasceu com o Positivismo, no final do Império. O desprezo pela democracia foi um espectro que rondou o nosso país durante cem anos de República. Tanto os setores conservadores como os chamados progressistas transformaram a democracia em um obstáculo à solução dos graves problemas nacionais, especialmente nos momentos de crise política. Como se a ampla discussão dos problemas fosse um entrave à ação.

O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Que ditadura no mundo foi assim?

Nos últimos anos se consolidou a versão de que os militantes da luta armada combateram a ditadura em defesa da liberdade. E que os militares teriam voltado para os quartéis graças às suas heroicas ações. Em um país sem memória, é muito fácil reescrever a história. A luta armada não passou de ações isoladas de assaltos a bancos, sequestros, ataques a instalações militares e só. Apoio popular? Nenhum.

Argumenta-se que não havia outro meio de resistir à ditadura a não ser pela força. Mais um grave equívoco: muitos desses grupos existiam antes de 1964 e outros foram criados pouco depois, quando ainda havia espaço democrático (basta ver a ampla atividade cultural de 1964-1968). Ou seja, a

opção pela luta armada, o desprezo pela luta política e pela participação no sistema político, e a simpatia pelo foquismo guevarista antecederam o AI-5 (dezembro de 1968), quando, de fato, houve o fechamento do regime.

O terrorismo desses pequenos grupos deu munição (sem trocadilho) para o terrorismo de Estado, e acabou sendo usado pela extrema direita como pretexto para justificar o injustificável: a barbárie repressiva.

A luta pela democracia foi travada politicamente pelos movimentos populares, pela defesa da anistia, no movimento estudantil e nos sindicatos. Teve em amplos setores da Igreja Católica importantes aliados, assim como entre os intelectuais, que protestavam contra a censura. E o MDB, nada fez? E seus militantes e parlamentares que foram perseguidos? E os cassados?

Os militantes dos grupos de luta armada construíram um discurso eficaz. Quem os questiona é tachado de adepto da ditadura. Assim, ficam protegidos de qualquer crítica e evitam o que tanto temem: o debate, a divergência, a pluralidade, enfim, a democracia. Mais: transformam a discussão política em questão pessoal, como se a discordância fosse uma espécie de desqualificação dos sofrimentos da prisão. Não há relação entre uma coisa e outra: criticar a luta armada não legitima o terrorismo de Estado.

Este livro refuta as versões falaciosas. Deseja romper o círculo de ferro construído, ainda em 1964, pelos adversários da democracia, tanto à esquerda como à direita. Não podemos ser reféns, historicamente falando, daqueles que transformaram o antagonista em inimigo; o espaço da política, em espaço de guerra.

A análise do longo regime militar começa com a crise final da presidência de João Goulart. Depois são estudadas, em linhas gerais, todas as gestões presidenciais, inclusive da Junta Militar, sem receio de apontar pontos positivos (como o crescimento econômico entre 1968-1978) e colocar o dedo nas feridas da legislação autoritária e na ação dos órgãos de repressão. O governo João Figueiredo mereceu dois capítulos para melhor se compreender o processo de derrocada do regime e a dinâmica dos diversos atores políticos. Ao final, há um balanço reafirmando as peculiaridades dos governos militares, e como tivemos uma ditadura à brasileira entre os anos 1964-1985.



Rio de Janeiro (RJ), 08/04/1964. Tanque de guerra do exército  
em frente ao palácio da Guanabara.  
(© Arquivo/Agência Estado)

Basta! Fora!

Chovia. Nas bancas de jornal do Rio de Janeiro, no dia 31 de março de 1964, o *Correio da Manhã*, jornal liberal, estampava o editorial com o título: “Basta!”.

Basta!

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo?

Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até que ponto deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?

Não é possível continuar neste caos, em todos os sentidos e em todos os setores, tanto no lado administrativo, como no lado econômico-financeiro.

Basta de farsa! Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo sr. João Goulart, nestes últimos tempos com grande estardalhaço, mas inexequíveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.

Não é tolerável esta situação calamitosa, provocada artificialmente pelo

governo, que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país. Não contente de intranquilizar o campo com o decreto da Supra, agitando igualmente os proprietários e camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas. Destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional.

No mesmo editorial, o jornal clamou pela solução da crise política e institucional:

A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca, que se volta contra as instituições cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal. Queremos o respeito à Constituição, queremos as reformas de base votadas pelo Congresso, queremos a intocabilidade das liberdades democráticas, queremos a realização das eleições em 1965. Se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. É admissível que o Sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição; este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas, para isso, o Sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual, que está perturbando uma Nação em desenvolvimento e ameaçando levá-la à guerra civil.

A Nação não admite golpe nem contragolpe, quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, que desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e com ela todos os meios de manifestação do pensamento, abrindo caminho à ditadura. Os poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentem contra o regime.

O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta!

No dia seguinte, o mesmo jornal publicou outro editorial. O título – Fora! – indicava o clima de radicalização política a que o país tinha chegado:

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: Saia!

Durante dois anos o Brasil aguentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e insegurança, que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender.

O sr. João Goulart iniciou a sedição no país, não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares, os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. Por ambição pessoal, pois sabemos que o sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia e quer permanecer no governo a qualquer preço. Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda. Porque o povo depois de uma larga experiência reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

O jornal encerrou o editorial conclamando à renúncia ou à queda de João Goulart:

O sr. João Goulart não pode permanecer na presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la, como também conspirou contra ela; como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. Foi o sr. João Goulart que iniciou, de caso pensado, uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a infiltração desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

Qualquer ditadura no Brasil representa o esmagamento de todas as liberdades, como aconteceu no passado e como tem acontecido em

todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa. O Brasil não é mais uma Nação de escravos. Contra a desordem, contra a mazorca, contra a perspectiva de ditadura criada pelo próprio governo atual, opomos a bandeira da legalidade.

Queremos que o sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo, o mandato que ele não soube honrar. Nós do *Correio da Manhã* defendemos intransigentemente, em agosto e setembro de 61, a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país; a Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.<sup>1</sup>

Para que um jornal liberal, como o *Correio da Manhã*, que defendeu a posse de João Goulart, em 1961, em um clima de pré-guerra civil, conclamasse, três anos depois, a renúncia do presidente da República ou a sua substituição, era porque o país tinha chegado a um momento de impasse político.

Desde 1930, o país tinha passado por diversas transformações econômicas. A intensificação da industrialização, a ampliação do êxodo rural – além da grande migração de nordestinos para a região Sudeste –, a urbanização, a diversificação da economia, o surgimento de um amplo aparelho de Estado produziram um abalo no sistema político.

Entre 1930 e 1964, o Brasil passou por diversos momentos de graves tensões políticas. Mas, paradoxalmente, manteve altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Era como se as crises servissem de combustível para o motor da economia.

E nesses momentos não faltou turbulência política. Houve a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932, a Rebelião Comunista de 1935, o golpe do Estado Novo em 1937, o (fracassado) golpe integralista de 1938, a queda da ditadura varguista em 1945. Nos quinze anos do primeiro governo Vargas, tivemos duas Constituições (1934 e 1937), e Getúlio governou primeiro como chefe do Governo Provisório; depois, como presidente constitucional; e os últimos oito anos, como ditador.

A redemocratização de 1945 não resolveu o problema da instabilidade política. Em agosto de 1954, ocorreu a crise que levou ao suicídio de Vargas. No ano seguinte, houve a Novembrada, e o país, em um mesmo mês, conviveu com três presidentes da República: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos – todos sendo questionados sobre a legitimidade dos seus mandatos. E na presidência de Juscelino Kubitschek ocorreram duas tentativas de golpe militar (as revoltas de Jacareacanga e Aragarças).

Em todas essas crises, o elemento decisivo na solução dos conflitos de poder foi o Exército. Como no episódio de 1961, citado no editorial do *Correio*

da Manhã. Tudo começou com a eleição de Jânio Quadros, em 1960. O presidente eleito vinha de sucessivas vitórias eleitorais: prefeitura de São Paulo (1953), governo estadual paulista (1954) e a eleição do seu sucessor, Carvalho Pinto (1958).

Com seu estilo peculiar, Jânio venceu em 1960 o marechal Lott, candidato situacionista, com relativa facilidade. Desde 1950, todos os presidentes eleitos eram de oposição – Vargas contra Cristiano Machado, apoiado por Dutra (1950); Juscelino contra Juarez Távora, apoiado por Café Filho (1955); e Jânio contra Lott, apoiado por JK (1960).

Outro fato a destacar – e que demonstra a importância dos militares no jogo político – é que na República Populista (1945-1964), em todas as eleições presidenciais, havia um candidato militar – e na de 1945 foram dois: o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes.

A crise de 1961 – citada no primeiro editorial do *Correio da Manhã* – teve como estopim a súbita renúncia de Jânio Quadros. Ele não chegou a completar sete meses no governo. Herdou uma situação econômica complexa. O quinquênio juscelinista tinha sido marcado pela ousadia. JK abriu o país ao capital estrangeiro, intensificara o processo de industrialização, construiu estradas em regiões de difícil acesso, como a Belém-Brasília e, principalmente, cumpriu o que estava estabelecido desde a primeira Constituição republicana, a de 1891: transferira a capital federal para o centro do país.

O otimismo marcou a presidência JK. A seleção brasileira de futebol venceu, pela primeira vez, a Copa do Mundo, em 1958; a música, o cinema, o teatro, as artes plásticas e a arquitetura brasileiras chamavam a atenção mundial. O país do futuro parecia estar marchando para ser o país do presente. Mas havia algumas sérias preocupações econômicas. JK iniciou seu mandato com a taxa de inflação a 12,1% e terminou com 30,5%. Encontrou, ao assumir, a balança comercial com um superávit de US\$ 407 milhões e entregou o governo com um déficit de US\$ 24 milhões (em 1961, o déficit saltou para US\$ 263 milhões).<sup>2</sup>

Os fabulosos gastos – especialmente para pagar a construção de Brasília – acabaram desequilibrando as contas públicas. Se o crescimento econômico foi inegável, a falta de planejamento e rigor na escolha e no destino dos investimentos públicos deixaram ao seu sucessor problemas estruturais de difícil solução.

Deve-se destacar que o processo de industrialização acabou estimulando a migração para o Sul. Entre os anos 1940 e 1960, o Brasil assistiu ao maior deslocamento populacional ocorrido no mundo ocidental naquele período. E os migrantes vieram, com a cara e a coragem, construir uma nova vida. Isso acabou pressionado os preços nas cidades, principalmente dos gêneros alimentícios, pois a oferta de alimentos era insuficiente para atender à demanda.

O governo de Jânio Quadros se iniciou sob um duplo signo: uma política econômica conservadora, em oposição ao desenvolvimentismo juscelinista; e



uma preocupação em relação à política externa, num cenário internacional de intensificação dos atritos entre as duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética.

Pouco se viu da gestão presidencial de Jânio. A brevidade da gestão impediu que seus planos pudessem amadurecer. Ele pretendia reequilibrar o orçamento da União com o corte das despesas públicas e estabelecer o que chamava de “verdade cambial”, ou seja, iniciar a desvalorização do cruzeiro – o que encareceu as importações, com reflexos diretos na taxa de inflação.

Jânio ordenou a abertura de inúmeros inquéritos para investigar acusações de corrupção, mas nenhum redundou em um processo sequer. Não teve atrito com o Congresso, diversamente da versão que apresentou durante décadas de que só poderia governar com outro Parlamento. Tudo o que enviou foi aprovado, excetuando-se a nomeação de um embaixador para a Alemanha Ocidental – o político José Ermírio de Moraes.

Adotou medidas moralistas, na contramão das mudanças culturais que estavam ocorrendo no país, advindas do processo de urbanização. Mas ficou marcado pela “política externa independente”. Com Afonso Arinos de Melo Franco, seu ministro das Relações Exteriores, desenhou uma ação diplomática que rompesse com as barreiras impostas pela Guerra Fria.

Buscou ampliar as relações comerciais com os países socialistas e não apoiou as medidas americanas contra o governo socialista cubano. Chegou a condecorar Ernesto Che Guevara, à época ministro da Economia, que retornava a Cuba após a Conferência de Punta del Este – e faria escala no Brasil. Seus opositores exploraram o fato. Jânio deu pouca importância: entregou a condecoração às 7 horas da manhã, e em seguida viajou para Vitória, no Espírito Santo. O condecorado teve de esperar até as 15 horas – quando o avião da Cubana de Aviación ficou pronto – para continuar a viagem de retorno a Cuba.

A 25 de agosto, Dia do Soldado, Jânio Quadros renunciou à presidência. Durante décadas tentou explicar as razões de seu ato. É provável que tenha tentado dar um golpe ao estilo gaullista. Em 1958, o general francês De Gaulle derrubou a IV República, parlamentarista, assumiu o governo e aprovou, por plebiscito, uma nova Constituição, que concedia amplos poderes ao presidente.

Mas, ao sul do Equador, a ação épica acabou se transformando em comédia. Jânio saiu de Brasília e voou para São Paulo. Chegou à Base Aérea de Cumbica – na época não havia o aeroporto civil. Esperava que na capital paulista ocorressem manifestações – que se espalhariam pelo Brasil – exigindo a sua permanência na presidência. Contudo, em vez de retornar ao poder nos braços do povo, saiu melancolicamente de Cumbica guiando um DKW, acompanhado apenas da própria mulher.

Pela Constituição de 1946, na eleição dos governos executivos, o eleitor escolhia o candidato a presidente e, separadamente, o candidato a vice-presidente – assim como para os governos estaduais e os municipais. João Goulart, na eleição de 1960, fez parte da composição da chapa do marechal Lott. Foi a aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), de Lott, com o

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Jango, como Goulart era conhecido popularmente.

Acabaram sendo eleitos Jânio e Jango – este já tinha sido vice-presidente de JK. Quando da renúncia de Jânio, Jango estava em Cingapura. Tinha sido designado pelo presidente para liderar uma missão que visitara a Europa Oriental, a União Soviética e a China, e já estava regressando ao Brasil.

Os ministros militares se opuseram à posse de Jango, seguindo a triste sina de então, quando as Forças Armadas exerciam um papel político extraconstitucional. Identificavam o político gaúcho com o varguismo, especialmente por sua passagem – breve, de oito meses – pelo Ministério do Trabalho e pela polêmica quando da duplicação do valor do salário mínimo, em 1954.

Imediatamente se desencadeou uma campanha nacional em defesa do respeito à Constituição, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que era também seu cunhado. Não era um ato em defesa de interesses familiares, registre-se. A campanha exigia o cumprimento do que era determinado pela Constituição: na vacância do cargo, assumiria o vice-presidente.

Por duas semanas, o país foi tomado por manifestações populares e enfrentamentos verbais entre lideranças das Forças Armadas. Ameaças de bombardeio aéreo do Palácio Piratini – sede do governo gaúcho – e de confrontos entre destacamentos do Exército marcaram os dias entre a renúncia de Jânio e o regresso de Jango ao Brasil.

Depois de uma rocambolesca viagem – foram sete dias – em que Jango fez de tudo para atrasar a sua entrada no país, pois estava aguardando a solução da crise, finalmente em 1º de setembro chegou a Porto Alegre. Mas o regime do país tinha mudado: quando viajou, Jango era vice-presidente de um regime presidencialista. No regresso, tomou posse como presidente da República de um regime parlamentarista. Acabou sendo a solução congressional encontrada para garantir uma saída negociada para a crise – e que contou com a oposição de Brizola.

A emenda parlamentarista apresentada pelo deputado Raul Pilla foi aprovada na Câmara – por 233 votos a favor e 55 contra – e no Senado – 47 votos favoráveis e 5 contrários. Pela Emenda Constitucional no 4, a eleição do presidente da República seria indireta, feita pelo Congresso Nacional. O comando das Forças Armadas não seria mais do presidente, mas sim do primeiro-ministro – na denominação da emenda, o presidente do Conselho de Ministros.

As atribuições presidenciais tinham sido limitadas – como ocorre em qualquer regime parlamentarista. A responsabilidade do governo era do primeiro-ministro. Nas disposições transitórias – que não foram respeitadas – ficavam determinadas a mudança do sistema nos estados e a possibilidade de um plebiscito em abril de 1965 – nove meses antes do término do mandato do presidente:

**Art. 20** – A presente emenda, denominada Ato Adicional, entrará em vigor na data da sua promulgação pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**Art. 21** – O vice-presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de Presidente da República, nos termos deste Ato Adicional, até 31 de janeiro de 1966, prestará compromisso perante o Congresso Nacional e, na mesma reunião, indicará, à aprovação dele, o nome do presidente do Conselho e a composição do primeiro Conselho de Ministros.

Parágrafo único – O presidente do Congresso Nacional marcará dia e hora para, no mesmo ato, dar posse ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros.

**Art. 22** – Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo, ora instituído, mediante leis votadas, nas duas Casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único – A legislação delegada poderá ser admitida por lei votada na forma deste artigo.

**Art. 23** – Fica extinto o cargo de vice-presidente da República.

**Art. 24** – As Constituições dos estados adaptar-se-ão ao sistema parlamentar de governo, no prazo que a lei fixar, e que não poderá ser anterior ao término do mandato dos atuais governadores. Ficam respeitados, igualmente, até ao seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais.

**Art. 25** – A lei votada nos termos do art. 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.

O deputado Pilla chegou a se reunir durante três horas com Jango explicando o funcionamento do sistema. Fingindo entender, o presidente agradeceu as explicações. Em seguida, recebeu o presidente do PSD, Amaral Peixoto. Na conversa, foi organizando o ministério. Só interrompeu a escolha quando Peixoto lhe informou que era o primeiro-ministro que escolheria os nomes e os submeteria a ele. Surpreso, perguntou: “Mas, então, eu não vou escolher o meu ministério?” Eu respondi: “Vai, mas junto com o primeiro-ministro. Nós estamos antecipando, pulando uma etapa, que é a escolha do

primeiro-ministro”<sup>3</sup>

Jango concordou com o parlamentarismo por puro oportunismo. Queria tomar posse de qualquer jeito. A aceitação do novo regime evitaria um choque maior com as Forças Armadas, especialmente com o Exército. E jogou com a extensão do seu mandato: até 31 de janeiro de 1966. Portanto, teria tempo para se livrar do parlamentarismo e voltar a ter as mãos livres para governar a seu bel-prazer. Era só esperar o momento adequado.

Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais, foi designado candidato a primeiro-ministro pela bancada do partido. Era o partido majoritário. E Jango encaminhou a indicação para a Câmara, que a aprovou com facilidade. Tancredo – que não tinha mandato parlamentar – organizou um gabinete de união nacional com amplo apoio partidário. Governou até junho do ano seguinte, quando se aprovou um projeto que obrigava os ministros que desejavam ser candidatos nas eleições de outubro de 1962 a se desincompatibilizarem do cargo três meses antes do pleito.

Contudo, Jango iniciou o processo de solapamento do parlamentarismo, por via indireta, apenas dois meses após sua posse na presidência. Em novembro, visitando Belém do Pará, disse:

É preciso iniciar, desde logo, a nossa luta pela reforma da Constituição. E se o Parlamento pode modificar a Constituição para resolver uma grave crise política, poderá também a qualquer momento modificá-la novamente para resolver uma crise mais importante, que é a social e a da fome.

Pouco depois, numa entrevista, declarou que: “Os sistemas de governo que se impõem sem consulta popular são causas de problemas”<sup>4</sup>

1962

No início do novo ano, enquanto Tancredo Neves tocava o dia a dia da administração, Jango buscou o fortalecimento da figura presidencial. Em abril, o presidente viajou aos Estados Unidos. Antes, em discurso na Câmara de Comércio Americana, no Rio de Janeiro, deixou clara sua posição sobre um tema polêmico, a presença do capital estrangeiro no Brasil: “O governo brasileiro não alimenta a mínima prevenção, nem cultiva qualquer sorte de preconceito ou má vontade com aqueles que representam ou defendem os interesses do capital estrangeiro”.

O discurso serviu como um cartão de visitas quando Jango chegou aos Estados Unidos. A visita se revelou um êxito. Ele discursou no Congresso – ao

entrar, recebeu uma salva de palmas de um minuto e meio –, se encontrou várias vezes com o presidente John Kennedy e desfilou em carro aberto, em um trajeto de 3 quilômetros, sob uma chuva de papel picado, em Nova York. Em seguida, voou para o México. Também ali a visita se mostrou um sucesso. Mas lá é que ele acabou tendo mais um ataque cardíaco, o segundo em apenas oito meses. Foi obrigado a interromper a viagem. No retorno ao Brasil, apesar dos boatos de que renunciaria por motivo de saúde, logo o presidente desviou o noticiário para o combate diuturno ao parlamentarismo.

Com a renúncia de Tancredo, o caminho ficou aberto. Primeiro, Jango indicou o deputado San Tiago Dantas, que tinha sido ministro das Relações Exteriores do gabinete parlamentarista e era considerado um brilhante quadro político. Contudo, o presidente não se esforçou para que a Câmara aprovasse o programa do governo – não havia ainda designado os ministros. O resultado da votação foi o esperado, inclusive pelo presidente: 174 contrários e apenas 110 a favor.

Surpreendentemente, Jango optou pelo nome do senador Auro de Moura Andrade. O senador não fazia parte da liderança nacional do PSD e, na política paulista, dominada pelo binômio Ademar- Jânio, era nome pouco expressivo. Dessa vez, o nome do primeiro-ministro acabou sendo aprovado: 222 votos a 51 – entre os contrários, quase todos eram do PTB, partido de Jango.

A divergência entre o presidente e Auro se estabeleceu logo na composição do ministério, especialmente no nome do ministro da Guerra. Jango resolveu usar a carta de demissão pré-assinada por Auro, mas sem data. Fora essa a exigência que tinha feito para designá-lo primeiro-ministro. E ele tinha aceitado, o que é pior.<sup>5</sup>

Depois de semanas sem governo, Jango resolveu indicar um terceiro nome: o advogado gaúcho Francisco Brochado da Rocha. Era um desconhecido em Brasília. No Rio Grande do Sul fora professor da Faculdade de Direito. Tinha sido um entusiasta da ditadura do Estado Novo. À época, escrevera um livro elogiando a Constituição de 1937. Defendia a “Polaca” como uma resposta “ao grande erro de mais de um século de identificar democracia com o liberalismo”. Para Brochado,

[...] o Estado Novo não é a divinização do Estado, o Estado absoluto, o Estado onipotente. Ele nasce do povo e é servidor do povo, consistindo a sua missão, que é certa, em assegurar a esse povo o seu bem-estar, a sua honra, a sua independência e a sua prosperidade.

E concluiu: “O Estado Novo é um Estado forte, um Estado autoritário, mas jamais um Estado totalitário, antes democrático e espiritualista”.<sup>6</sup>

Como se esperava, o gabinete Brochado da Rocha foi um desastre, apesar de aprovado pela Câmara: 215 votos favoráveis e 58 contrários. Teve dificuldades para reunir os ministros. Um dos nomeados – Walther Moreira

Salles – sequer estava no Brasil. Logo surgiram as piadas. Uma delas, de Hermes Lima: “Este governo não é nem de extrema esquerda nem de extrema direita, mas de extrema-unção”.<sup>7</sup>

Brochado da Rocha acabou – mesmo sem o desejar – servindo como um instrumento de Jango para desmoralizar o parlamentarismo. O gabinete tinha dificuldades até para ser reunir. Enquanto isso, o presidente percorria as guarnições militares mais importantes para discursar e atacar o parlamentarismo, sem nunca nomeá-lo. Também buscou – e obteve – apoio dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica. Aproveitou-se do antigo sentimento militar contra o parlamentarismo – identificado com o Império – e de defesa do presidencialismo – associado à proclamação da República.

E logo Brochado da Rocha renunciou. Concomitantemente à sua renúncia, o Congresso aprovou, por ampla maioria, a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. A pressão militar era um elemento importante. O general Jair Dantas Ribeiro, em telegrama enviado ao ministro da Guerra – e divulgado pela imprensa – chegou a ser explícito:

Me encontro sem condições para assumir com êxito e segurança a responsabilidade do cumprimento de tais missões se o povo se insurgir pela circunstância de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições de outubro próximo vindouro. O povo é o soberano no regime democrático. Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo. [...] A presente explanação não é uma ameaça, nem uma imposição, mas apenas uma advertência.<sup>8</sup>

Jango designou Hermes Lima para chefiar o último gabinete parlamentarista. Seu nome só recebeu aprovação depois de sete votações. Antes – sempre de olho nos quartéis – ele havia nomeado o general Amaury Krueel, seu homem de confiança, para o Ministério da Guerra.

Em outubro, foram realizadas as eleições para o Congresso Nacional e para dez governos estaduais. O PSD continuou como partido majoritário, mas o PTB deu um grande salto: de 66 deputados para 116 – dois a menos que o PSD. A UDN também cresceu – de 79 para 91 deputados –, mas o PTB estava caminhando para ser o maior partido graças ao poder de atração da presidência da República.

Quanto aos governos estaduais, Jango perdeu em São Paulo (onde foi eleito Ademar de Barros) e no Rio Grande do Sul, com a vitória de Ildo Meneghetti – já na Guanabara e em Minas Gerais as eleições tinham ocorrido em 1960, e os governadores eram adversários de Jango: Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente. E em Pernambuco, Miguel Arraes ora era visto pelo presidente como aliado, ora como adversário.

O campo ficou aberto para o restabelecimento do presidencialismo. Os virtuais candidatos à presidência, em 1965, eram todos – sem exceção – favoráveis ao presidencialismo: JK, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Leonel Brizola, por ser cunhado do presidente, não poderia ser candidato, mas também apoiava o restabelecimento do presidencialismo.

1963

A 6 de janeiro desse ano aconteceu o esperado: venceu por larga margem a opção plebiscitária pelo retorno ao regime presidencialista. Foram 9.457.448 votos a favor do presidencialismo e 2.073.562 em defesa da manutenção do parlamentarismo. Uma semana antes, em 28 de dezembro de 1962, o ministro da Guerra, general Kruegel, declarava que o

[...] sistema em vigor veio instaurar na República o reinado da irresponsabilidade, impedindo o governo de governar; gerou o estado de perplexidade da opinião pública, emperrando o mecanismo da administração e suscitando o enfraquecimento do ritmo vital do país.<sup>9</sup>

Em meio à turbulência política, a taxa de inflação não parou de crescer. Se em 1960 estava em 30,5%, um ano depois chegava a 47,8% e em 1962 saltou para 51,6%. Não havia nenhum mecanismo de correção salarial nem monetária. A balança comercial fora superavitária em 1961: US\$ 111 milhões, mas em 1962 o déficit foi de US\$ 90 milhões.

A dívida externa líquida tinha se mantido relativamente estável: em 1960 fora de US\$ 3,39 bilhões. No ano seguinte, caíra para US\$ 2,82 bilhões, mas em 1962 voltou a crescer: US\$ 3,24 bilhões. As reservas internacionais tinham alcançado o menor nível desde 1945: US\$ 285 milhões. Mas o PIB continuava crescendo: 8,6% e 6,6%, em 1961 e 1962, respectivamente – e com taxas superiores à média mundial e da América Latina. Os dados positivos são explicados pelo grande dinamismo da economia brasileira na década anterior, especialmente no quinquênio juscelinista, mas tinham um limite.

Com o presidencialismo, Jango não tinha mais desculpas para dar sobre as dificuldades econômicas. Agora ele era o único timoneiro. E a inflação não parou de subir. Só no primeiro trimestre alcançou 16%. O presidente editou várias leis delegadas, ainda durante o último gabinete parlamentarista. Pela força, tentou resolver os problemas de abastecimento – e fracassou. Um exemplo disso é a Lei Delegada no 4, de 26 de setembro de 1962 – reutilizada 24 anos depois, durante o Plano Cruzado, e que também fracassou.

Reza a lei:

**Art. 1.º** – A União, na forma do art. 146 da Constituição, fica autorizada a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo, nos limites fixados nesta lei.

Parágrafo único – A intervenção se processará, também, para assegurar o suprimento dos bens necessários às atividades agropecuárias, da pesca e indústrias do País.

**Art. 2.º** – A intervenção consistirá:

**I** – na compra, armazenamento, distribuição e venda de:

- a) gêneros e produtos alimentícios;
- b) gado vacum, suíno, ovino e caprino, destinados ao abate;
- c) aves e pescado próprios para alimentação;
- d) tecidos e calçados de uso popular;
- e) medicamentos;
- f) instrumentos e ferramentas de uso individual;
- g) máquinas, inclusive caminhões, “jipes”, tratores, conjuntos motomecanizados e peças sobressalentes, destinadas às atividades agropecuárias;
- h) arames, farpados e lisos, quando destinados a emprego nas atividades rurais;
- i) artigos sanitários e artefatos industrializados, de uso doméstico;
- j) cimento e laminados de ferro, destinados à construção de casas próprias, de tipo popular, e às benfeitorias rurais;
- k) produtos e materiais indispensáveis à produção de bens de consumo popular.

**II** – na fixação de preços e no controle do abastecimento, neste compreendidos a produção, transporte, armazenamento e comercialização;

**III** – na desapropriação de bens, por interesse social; ou na requisição de serviços, necessários à realização dos objetivos previstos nesta lei;

**IV** – na promoção de estímulos à produção.

§ 1.º – A aquisição far-se-á no País ou no estrangeiro, quando insuficiente produção nacional; a venda, onde se verificar a escassez.

§ 2.º – Não podem ser objeto de desapropriação, com amparo nesta lei, animais de serviço ou destinados à reprodução.



**Art. 3.º** – Os produtos adquiridos por compra ou desapropriação serão entregues ao consumidor através de:

- a) empresas estatais especializadas;
- b) organismos federais, estaduais ou municipais, de administração direta ou indireta;
- c) entidades privadas, de comprovada idoneidade.

O intervencionismo estatal de nada adiantou, mas permitiu a Jango deslocar as críticas para os produtores rurais. O tema da reforma agrária passou a ocupar as atenções governamentais. Ela vinha desde os anos 1950 fazendo parte da agenda política, sendo considerada indispensável para o desenvolvimento econômico. A apresentação da tese era simples: a produção de alimentos era insuficiente para os centros urbanos devido à permanência do latifúndio. A população urbana tinha aumentado em ritmo acelerado devido à migração campo-cidade e pressionado os preços. Daí a inflação. O crescimento da produção agrícola conduziria à queda dos preços e diminuiria o custo de reprodução da força de trabalho.

Por outro lado, a ampliação do número de pequenos proprietários e o dinamismo econômico gerado pela reforma agrária transformaria o campo em mercado para os produtos industrializados. Dessa forma, a tese amarrava os dois pontos – campo-cidade e agricultura-indústria. Porém, omitia-se que uma mudança estrutural dessa magnitude não levaria a uma diminuição a curto prazo no preço dos alimentos. Além do que, a criação de uma classe de pequenos proprietários não necessariamente ampliaria a produção de alimentos na escala exigida pelo crescimento da população urbana.

Jango sonhava com a reeleição, apesar do impedimento constitucional. Passou a focar seu governo em duas áreas mais sensíveis: a econômica e a militar. Designou um novo ministro para comandar o Exército, o general Jair Dantas Ribeiro. O quarto ministro da Guerra em apenas 20 meses. Era da sua confiança e durante a antecipação do plebiscito desempenhou importante papel político ameaçando o Congresso.

Para o Ministério da Fazenda foi designado o ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto. Era considerado um conservador e tinha feito carreira política associado a Jânio Quadros. Ao assumir, defendeu a austeridade econômica e as reformas de base – que, por estranho que pareça, não tinham sido definidas no seu conjunto, pelo presidente, apesar de cotidianamente fazerem parte dos seus discursos.

Mas o caldeirão das turbulências continuava fervendo. Em setembro, o Supremo Tribunal Federal anulou a eleição de sargentos por considerá-los inelegíveis. O caso apreciado era do Rio Grande do Sul, mas havia na Câmara dos Deputados outro sargento deputado, que tinha sido eleito pela Guanabara.<sup>[10](#)</sup>

Novamente a temperatura política subiu. Indignados com a decisão do STF, os sargentos lotados em Brasília iniciaram uma rebelião. Ocuparam

vários prédios públicos, detiveram oficiais militares, um parlamentar – que estava no exercício da presidência da Câmara dos Deputados – e um ministro do STF, Victor Nunes Leal – que ficou detido por duas horas, até ser libertado. Com o deslocamento de tropas do Rio de Janeiro para Brasília, conteve-se a revolta. Foram presos 536 militares.

Duas semanas depois, saiu publicada no jornal americano *Los Angeles Times* uma entrevista de Carlos Lacerda. Como de hábito, ele atacava duramente Jango e dizia que as Forças Armadas estavam apenas esperando o momento adequado para derrubar o presidente.

A reação governamental foi imediata: os ministros militares divulgaram uma nota defendendo Goulart e desqualificando as acusações de Lacerda. Mas, para os planos do presidente, era necessário ir além: havia muito ele aguardava a oportunidade de decretar estado de sítio. Isso permitiria intervir em alguns estados, substituir governadores, prender opositores e impor ao Congresso algumas mudanças constitucionais, principalmente do artigo 139, permitindo a reeleição.

Em 4 de outubro, enviou o pedido ao Congresso. Era um bom momento para desviar a atenção com relação às greves e à disparada da inflação. Nos planos de Jango, estavam as intervenções e substituições dos governadores de São Paulo ( Ademar de Barros), Guanabara ( Carlos Lacerda) e Pernambuco ( Miguel Arraes). Mostraria “isenção” não distinguindo direita nem esquerda.

Outra vez a reação foi imediata. A esquerda protestou: a União Nacional dos Estudantes, diversas organizações sindicais, os comunistas, a maioria dos deputados federais do PTB, o governador Arraes. Os protestos também vieram da UDN e de vários governadores, principalmente Lacerda e Ademar.

Caso aprovado, o estado de sítio concederia amplos poderes ao presidente, como dispunha a Constituição:

**Art. 206** – O Congresso Nacional poderá decretar o estado de sítio nos casos:

**I** – de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper;

**II** – de guerra externa.

**Art. 207** – A lei que decretar o estado de sítio, no caso de guerra externa ou no de comoção intestina grave com o caráter de guerra civil, estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor. Especificará também os casos em que os crimes contra a segurança da Nação ou das suas instituições políticas e sociais devam ficar sujeitos à jurisdição e à legislação militares, ainda quando cometidos por civis, mas fora das zonas de operação, somente quando com elas se

relacionarem e influírem no seu curso.

**Parágrafo único** – Publicada a lei, o Presidente da República designará por decreto as pessoas a quem é cometida a execução do estado de sítio e as zonas de operação que, de acordo com a referida lei, ficarão submetidas à jurisdição e à legislação militares.

**Art. 208** – No intervalo das sessões legislativas, será da competência exclusiva do Presidente da República a decretação ou a prorrogação do estado de sítio, observados os preceitos do artigo anterior.

**Parágrafo único** – Decretado o estado de sítio, o presidente do Senado Federal convocará imediatamente o Congresso Nacional para se reunir dentro em quinze dias, a fim de o aprovar ou não.

**Art. 209** – Durante o estado de sítio decretado com fundamento em o no I do art. 206, só se poderão tomar contra as pessoas as seguintes medidas:

**I** – obrigação de permanência em localidade determinada;

**II** – detenção em edifício não destinado a réus de crimes comuns;

**III** – desterro para qualquer localidade, povoada e salubre, do território nacional.

**Parágrafo único** – O Presidente da República poderá, outrossim, determinar:

**I** – a censura de correspondência ou de publicidade, inclusive a de radiodifusão, cinema e teatro;

**II** – a suspensão da liberdade de reunião, inclusive a exercida no seio das associações;

**III** – a busca e apreensão em domicílio;

**IV** – a suspensão do exercício do cargo ou função a funcionário público ou empregado de autarquia, de entidade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público;

**V** – a intervenção nas empresas de serviços públicos.

O estado de sítio seria – de acordo com o plano janguista, que tinha sido exposto em várias reuniões – o primeiro passo para um golpe de Estado, como uma repetição de 1937, apenas substituindo a linguagem fascista pela esquerdista – ambas autoritárias. A manobra fracassou. Isolado, Jango teve de pedir a retirada da medida três dias depois.

Em dezembro, Carvalho Pinto pediu demissão. Não tinha conseguido impor sua política de corte dos gastos públicos, diminuição do déficit, controle dos salários e austeridade nas ações governamentais. Era a última figura de

proa no governo que ainda tinha respeitabilidade pública.

O ano se encerrou com o agravamento dos problemas econômicos. A taxa de crescimento do PIB teve uma violenta queda: de 6,6% em 1962 para 0,6% em 1963. A inflação saltou para 79,9%. As reservas internacionais caíram ainda mais e chegaram a apenas US\$ 215 milhões – cerca de 20% do valor total das importações no mesmo ano.

1964

O ano começou marcado pelo impasse político. Jango só falava nas reformas de base, sem nunca defini-las claramente. No ar, o cheiro de golpe era dominante. Fazia parte da tradição brasileira em momentos de impasse político. Como se a carta do golpe fosse a última a ser lançada na mesa. Dentro desse contexto é que devem ser compreendidos os dois editoriais do *Correio da Manhã*, tanto o de 31 de março como o de 1.º de abril de 1964.

Havia muito a direita vinha articulando a derrubada de Jango. Buscava apoio nas Forças Armadas, principalmente no Exército. Os grupos civis tinham vários golpes encaminhados, um com Magalhães Pinto, outro com Ademar. Os militares também se preparavam para derrubar o governo, e suas principais lideranças conspiravam.

Jango foi montando o quebra-cabeça militar tendo o cuidado de nomear generais de confiança para os principais comandos. Por meio da Casa Militar, organizou um “dispositivo militar” que seria acionado em caso de golpe contra ele pelo general Assis Brasil. A pressão sobre o Congresso para aprovar o pedido do estado de sítio tinha sido frustrada. Jango havia aprendido com o erro. Daí a preparação mais cuidadosa dos passos políticos, para não ser derrotado pela segunda vez.

A esquerda estava fracionada em diversos grupos. E todos com seu projeto de golpe. O Partido Comunista Brasileiro imaginava que poderia apoiar Jango – como declarou Prestes indiretamente no programa *Pinga Fogo* – na aventura golpista ou, com base na suposta influência que tinha nas Forças Armadas, tentar o “seu” golpe. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) era politicamente inexpressivo. Mesmo assim, enviaria um primeiro destacamento de militantes para treinamento guerrilheiro na China, ainda em março de 1964.

As Ligas Camponesas, que haviam surgido em 1955, em Pernambuco, tinham na sua liderança o advogado Francisco Julião. Participaram, principalmente no Nordeste, de vários enfrentamentos contra os latifundiários. Julião proclamava aos quatro ventos que a reforma agrária seria feita na lei ou na marra. Por meio do seu braço armado, o Movimento Revolucionário Tiradentes, as Ligas Camponesas apostavam na luta armada

desde 1962, quando foram descobertos, no Brasil, oito campos de treinamento militar, organizados com recursos providos de Cuba.

Os brizolistas apostavam no Grupo dos Onze, uma organização política que deveria se transformar em instrumento de luta armada. Tinham muita influência entre sargentos, cabos, soldados e marinheiros. O objetivo era dividir na base as Forças Armadas e trazer, para o “campo revolucionário”, combatentes que já tivessem experiência. Brizola buscou o alinhamento ideológico no que era chamado à época de nacionalismo revolucionário.

A radicalização tomou conta do país. A democracia era vista por esses atores como um empecilho aos seus planos. Queriam chegar ao poder pelas armas. As correntes políticas que desejavam manter o regime democrático eram consideradas reformistas, ingênuas, ora aliadas de Moscou, ora aliadas de Washington.

A coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”, com 28 volumes e tiragens gigantescas, representa bem o momento. Pelos títulos, é possível imaginar o espírito da coleção: *De que morre nosso povo?*; *Quem dará o golpe no Brasil?*; *Como seria o Brasil socialista?*; *Quem são os inimigos do povo?*; *Como atua o imperialismo ianque?*; entre tantos outros. Vale, como exemplo, citar o volume escrito por Álvaro Vieira Pinto com o sugestivo título: *Por que os ricos não fazem greve?*. Depois de 117 páginas, o autor concluiu que a

[...] condição de “pobres”, porém, é relativa e transitória. Refere-se à atual estrutura da nossa sociedade. Não é uma categoria, um conceito geral interpretativo da realidade, e sim um aspecto da existência humana, de origem econômica, tal como a miséria, dependente da estrutura em vigor. Sendo esta produto de um desenvolvimento histórico que não pode ser estacionado, conclui-se que deverá ceder lugar a outra, na qual, por necessidade, não haverá mais “pobres”, pois terão deixado de existir as condições objetivas que, atualmente, explicam e engendram o pauperismo das massas trabalhadoras, no campo e nas cidades. Quando esse novo dia tiver raiado em nossa pátria, o presente livro não terá mais razão de ser, terão desaparecido os motivos que justificam a pergunta que lhe dá título; com efeito, daí em diante não haverá mais greves, simplesmente porque não haverá mais “ricos”.<sup>11</sup>

Jango aproveitou os dois primeiros meses do ano para discursar em várias cerimônias militares. Buscou associar as reformas de base ao discurso militar sobre o Brasil. A administração pública estava paralisada. O Ministério da Fazenda, desde a demissão de Carvalho Pinto, ia sendo conduzido por Ney Galvão, personagem desconhecido nacionalmente, mas considerado um homem do presidente.

O Congresso reabriria a 15 de março, um domingo. Jango marcou um

comício para dois dias antes, uma sexta-feira, 13. A ideia era buscar apoio popular para finalmente enviar os projetos das reformas de base. Para o presidente era um momento decisivo. Tinha perdido o apoio da ala esquerda do PTB, controlada por Brizola. O cunhado não aceitou ter sido preterido do Ministério da Fazenda após a demissão de Carvalho Pinto. O PSD – maior partido do Congresso – estava rompendo com o governo e passando para a oposição. O isolamento de Jango no Congresso era evidente – recordando que a UDN, terceiro maior partido, estava na oposição desde 1962, quando da queda do gabinete Tancredo Neves. Partidos menores, como o Social Progressista, controlado pelo governador Ademar de Barros, também se alinharam no campo oposicionista.

O governo organizou com esmero o comício do dia 13, conhecido como “Comício da Central” por ter sido realizado vizinho às instalações da estação ferroviária da Central do Brasil. Jango criou inúmeras dificuldades para impedir que oradores que não se alinhassem ao seu projeto tivessem direito à palavra.

As faixas exibidas pelos presentes davam o tom do comício: “Cadeia para os gorilas”; “Os trabalhadores querem armas para defender o governo”; “Jango, assinie as reformas que nós faremos o resto”; “Chega da bagunça apelidada de democracia”; “Jango, assinie o atestado de óbito do Lacerda”.

Jango fez de tudo para só chegar ao comício após a fala de Brizola. Não deu certo. Teve de ouvi-lo. Foi o discurso mais radical da noite. Atacou o Congresso:

O povo está exigindo uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que já não se identifica com as aspirações do povo brasileiro. A verdade é que, como está, não dá para continuar.

Defendeu a eleição de “um Congresso Popular em que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, os homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional”. Concluiu colocando Jango contra a parede: “Que o nosso presidente se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. E quem tem o povo ao seu lado, não tem o que temer”.

Jango falou por 65 minutos. Foi mais moderado que Brizola. Mesmo assim, atacou a Constituição (“não mais atende aos anseios do nosso povo”), defendeu a reforma agrária (“sem reforma constitucional, não poderá haver reforma agrária autêntica”), fez um alerta ao Congresso (que deveria “ir ao encontro das reivindicações populares”). Aproveitou para contrapor os assistentes do comício aos membros eleitos do Congresso: “Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, como esta multidão que aqui está

em praça pública”.

Assinou três decretos, um sobre a encampação das refinarias de petróleo particulares, outro sobre os aluguéis e outro sobre a reforma agrária. Os dois últimos eram inexequíveis, especialmente o da reforma agrária, que exigiria uma alteração da Constituição. Mas Jango não estava interessado em viabilizar os decretos. Pretendia utilizá-los politicamente no enfrentamento do Congresso e como bandeira para um golpe de Estado.

O PCB exultou com o comício: “A roda da história anda para a frente e esmagará o imperialismo norte-americano. Todos nós, irmãos latino-americanos, levados por uma emulação natural, queremos ser o segundo país no caminho glorioso da revolução socialista americana”.

No domingo, 15 de março, encaminhou-se a Mensagem Presidencial ao Congresso. Um ato meramente protocolar. Não era lá que morava a crise. Quatro dias depois, uma grande passeata foi realizada em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Teve enorme participação popular, mas dificilmente estavam presentes 500 mil pessoas, como propagaram os organizadores.

Indiferente ao acirramento das contradições, Jango passou a organizar o comício do dia 1.º de maio, em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, que deveria encerrar a campanha das reformas.

Na Marinha, porém, tinha chegado ao ápice o choque entre marinheiros e oficiais. A 25 de março, os marinheiros convocaram uma manifestação na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Era o segundo aniversário da sua associação.

A reunião tinha sido proibida pelo ministro da Marinha. Mesmo assim, compareceram 4.500 marinheiros. Aprovaram várias propostas, inclusive uma espécie de central que unia as associações das Três Armas de praças, cabos, sargentos e marinheiros. A proposta encontrava a oposição dos oficiais, independentemente da coloração política. Parte dos fuzileiros navais enviados para dissolver a reunião acabou aderindo aos manifestantes. O clima era de insurreição.

Jango não estava no Rio de Janeiro. Tinha viajado com a família para o Rio Grande do Sul, onde passaria a Semana Santa. Acabou regressando ao Rio. O ministro da Marinha pediu demissão. O presidente nomeou outro almirante, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, simpático aos marinheiros. Jango não o conhecia. Só tinha conversado uma vez com ele, em 1956.

A falta de efetiva punição dos rebelados – e do exame das suas reivindicações – azedou ainda mais o clima. Para piorar, o ministro da Guerra estava internado no hospital, convalescendo de uma operação. De reunião em reunião, Jango não tomou nenhuma medida disciplinadora.

Na segunda-feira, dia 30, dirigiu-se à noite a uma cerimônia comemorativa do aniversário da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube. Já tinham chegado ao Rio notícias de movimentações militares em Minas Gerais. Jango não deu importância. O presidente foi orientado a não ir ao ato, que poderia ser considerado mais uma provocação, inclusive por Tancredo Neves. Jango compareceu.

A cerimônia foi transmitida por rádio e televisão. Jango discursou e radicalizou. Amaral Peixoto estava assistindo pela televisão:

O Jango tinha largado o papel e começou a improvisar. No momento em que ele disse que a disciplina não deve existir só de baixo para cima, mas também de cima para baixo, que os superiores tem de dar o exemplo, tive vontade de desligar a televisão.

Quando o discurso acabou, o presidente do PSD disse para o amigo, que também assistia ao comício: “O Jango não é mais presidente da República”.<sup>12</sup>

No dia seguinte, já não eram boatos, era fato. As tropas vindas de Minas Gerais se aproximavam do Rio de Janeiro. Eram lideradas pelo general Olympio Mourão Filho. Ele, por fumar cachimbo, denominou o deslocamento das tropas que levou ao golpe militar “ Operação Popeye”. De acordo com suas memórias, teria comandado o início da operação de “pijama e roupão de seda vermelha”.<sup>13</sup>

No Rio de Janeiro, onde a sorte dos acontecimentos seria decidida, outro grupo de militares – que conspiravam independentemente daqueles lotados em Minas – tomou a frente do movimento. Eram liderados pelo general mais antigo que lá estava: Arthur da Costa e Silva.

O dispositivo militar de Jango, organizado pelo general Assis Brasil, não existia. Restou ao presidente arrumar as malas e ir para Brasília. Poderia ter ido para Porto Alegre, mas estranhamente optou por Brasília. Isso quando mais da metade dos comandos de tropas das Três Armas estava no Rio de Janeiro. Passou cinco horas em Brasília. O fato mais importante foi a leitura de um manifesto pela Rádio Nacional. De lá, Jango se dirigiu para o aeroporto. Demorou para partir, pois teve de trocar de avião – provavelmente por sabotagem. Chegou a Porto Alegre na madrugada do dia 2. Mas já não era mais o presidente da República.

Numa sessão conturbada, o presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência – sem que isso fosse rigorosamente verdadeiro. Pouco depois, deu-se posse, como determinava a Constituição, ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli – que exercera o cargo na crise de 1961.

Se em Brasília estava sendo seguido o formalismo constitucional, no Rio de Janeiro o general Costa e Silva se declarou chefe do Comando Revolucionário. O poder real estava lá. Inicialmente, Mazzilli ainda tentou manter as aparências nomeando Costa e Silva ministro da Guerra. Depois, teve de se curvar e aceitar os fatos.

Jango chegou a Porto Alegre, mas, assim como em Brasília, pouco fez. Permaneceu oito horas, quatro das quais dormindo. Não aceitou as propostas de resistência. Optou por viajar de avião para São Borja. Durante dois dias visitou suas fazendas, e a 4 de abril viajou para o Uruguai.



O ex-presidente deixou um país à beira da guerra civil. Em vários estados ocorreram choques entre seus partidários e os defensores do golpe. Governadores foram presos, como Miguel Arraes e Seixas Dória (de Sergipe). Comandantes militares se arvoraram em defensores da lei e da ordem, sem nenhuma base legal. Como ocorre em momentos de rompimento da ordem legal, vitórias pessoais afloraram. Muitos políticos mais identificados com o janguismo buscaram as embaixadas para a obtenção de asilo.

No Rio de Janeiro – na época, ainda capital real do país –, não tinha sido possível um acordo entre as lideranças civis e militares. Depois de várias articulações, definiu-se o nome do general Castello Branco. Pelo acordado entre as lideranças, Castello deveria ser eleito pelo Congresso Nacional e cumpriria o mandato original de Jânio Quadros, ou seja, até 31 de janeiro de 1966. Assim, estaria garantida a eleição direta para a presidência da República, em outubro de 1965.

Os militares pressionaram pela cassação e suspensão dos direitos políticos dos mais vinculados ao janguismo. Isso não tinha ocorrido em 1889 nem em 1930. Nesses dois momentos, o Congresso fora fechado e a sanha vingativa atingira somente alguns personagens da antiga ordem. Agora, mantinha-se o Congresso aberto, mas deveriam ocorrer – não se sabia o número – cassações.

Entre 4 e 9 de abril, o Rio de Janeiro, na prática, voltou a ser a capital federal. Em Brasília, Mazzilli era apenas o presidente formal, nada decidia e não tinha nenhum poder. Depois de muitas idas e vindas, o Comando Supremo da Revolução conseguiu chegar a um texto e um ato chamado de institucional. Imaginava-se que fosse o único. O dilema se resolveu quando Carlos Medeiros, indicado pelos militares para redigir o ato, convidou Francisco Campos – o autor da Constituição de 1937 – para escrever o preâmbulo do ato:

### À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.

Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em chefe das Três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através

do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos comandantes em chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, resolve editar o seguinte ato.

De acordo com o artigo 2.º, a eleição do sucessor de Mazzilli seria realizada no dia 11 pelo Congresso Nacional, mas com votação aberta – impedindo as traições possíveis com o voto secreto. O artigo 9.º garantia a eleição presidencial de outubro de 1965. Mas os artigos 7.º, 8.º e 10.º não deixaram qualquer margem de dúvida do rompimento com a antiga ordem legal:

**Art. 7.º** – Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1.º – Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2.º – Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1.º lhes será aplicada por decreto do Governador do estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3.º – Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4.º – O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

**Art. 8.º** – Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra

revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

**Art. 10.º** – No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os comandantes em chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único – Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

As cassações começaram: foram atingidos políticos, jornalistas, militares, intelectuais, enfim, todos aqueles que passaram a ser considerados adversários da nova ordem. Na primeira lista, de 10 de abril, foram escolhidos cem, entre os quais, Luís Carlos Prestes (secretário-geral do PCB), Jango, Brizola, Jânio Quadros, cabo Anselmo (líder dos marinheiros), Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Samuel Wainer, Francisco Julião e Almino Affonso. No dia seguinte, mais uma lista. A 14 de abril, outra. E foram dezenas até dezembro de 1978. Como lembrou ainda, no calor da hora, Tancredo Neves: “Essa será uma revolução de consequências mais profundas, sobretudo porque vem com uma carga de ódio arrasadora”<sup>14</sup>

Tanto a Câmara como o Senado chamaram os suplentes para o preenchimento das vagas. Não houve contestação legal. Parecia que tudo estaria resolvido com a eleição de Castello Branco. No dia 11, como candidato único, o general recebeu 361 votos: 123 do PSD, 105 da UDN e 53 do PTB, o partido de Jango. Houve 72 abstenções.<sup>15</sup> Entre os votos favoráveis a Castello, estavam o do senador Juscelino Kubitschek e do deputado Ulysses Guimarães – Tancredo Neves não compareceu à sessão. Para a vice-presidência, foi eleito o possedista mineiro José Maria Alckmin.

Parecia que a história iria se repetir. Em 1955, Nereu Ramos assumiu a presidência, por um golpe. E concluiu o mandato de Getúlio Vargas, iniciado em 1951. Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek tomou posse como presidente da República. Agora era a vez de Castello Branco que, também por um golpe – assim como o de 1955, com cobertura parlamentar –, iria completar o mandato de outro presidente, Jânio Quadros. E entregaria, a 31 de janeiro de 1966, o governo para o eleito em outubro do ano anterior. O PSD imaginava que a presidência seria novamente de JK. Mas a história não se repetiu.<sup>16</sup>

<sup>1</sup> É provável que a autoria dos editoriais tenha sido dos jornalistas Carlos Heitor Cony e Otto Maria Carpeaux (ver GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 65, nota 73).

2 Todos os dados econômicos do livro foram extraídos de GIAMBIAGI, Fábio *et al.* *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

3 CAMARGO, Aspásia *et al.* *Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 448.

4 Ver VILLA, Marco Antonio. *Op. cit.* p. 65-67. E todas as citações deste capítulo sem a devida indicação foram extraídas do livro mencionado.

5 De acordo com Almino Affonso: “O que o presidente João Goulart me passara às mãos era um ofício, sem data, do senador Auro de Moura Andrade renunciando ao cargo de primeiro-ministro. Era uma renúncia antecipada ao sabor da conveniência de Jango. Pareceu-me, eticamente, chocante. E o disse sem rodeios: mais uma razão para que eu resistia à indicação de seu nome. Como pode um cidadão pretender ser chefe de governo e portar-se, assim, tão frágil de caráter?” (AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da Legalidade ao Parlamentarismo, 1961-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 63).

6 ROCHA, Francisco Brochado da. *A Constituição Brasileira de 10 de novembro de 1937*. In: PORTO, Walter Costa (coord.). *As Constituições do Brasil*. Volume 4: A Constituição de 1937. Brasília: Minter, s/d. pp. 2-4.

7 CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964*. Volume 1: Agonia do poder civil. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 26.

8 Ver VILLA, Marco Antonio. *Op. cit.* pp. 83-84.

9 Ver VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 445.

10 O STF cumpriu o que estava disposto nos artigos 132 e 138 da Constituição. O artigo 132, § único determina que “Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior”. O artigo 138 rezava que “são inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no § único do artigo 132”.

11 PINTO, Álvaro Vieira. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 118.

12 CAMARGO, Aspásia *et ali. Op. cit.* p. 468.

13 MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário.* Porto Alegre: LPM, 1978. p. 372.

14 MOTA, Lourenço Dantas (coord.). *A história vivida (I).* São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981. p. 228.

15 Houve ainda mais cinco votos, três para o general Juarez Távora e dois para o ex-presidente Gaspar Dutra.

16 No conjunto dos acontecimentos a participação do governo americano foi desprezível, diversamente do que reza a lenda. Os atores políticos se moveram pela dinâmica interna e não como “marionetes do imperialismo.



Brasília (DF), 15/04/1964. Posse de Humberto de Alencar Castello Branco (ao centro, acenando) na Presidência da República, em Brasília. A partir da esquerda: Moura Andrade e Ranieri Mazzilli, presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados; José Maria Alckmin, vice-presidente; Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais; Arthur da Costa e Silva e Francisco de Assis Corrêa de Mello, ministros da Guerra e da Aeronáutica. (© *Folhapress*)

Castello Branco:  
escravo das leis...  
e do arbítrio

A 15 de abril de 1964, Castello Branco assumiu a presidência da República. Fez um discurso relativamente curto. Citou cinco vezes a palavra “democracia” e garantiu: “Entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966”. Disse que seria “escravo das leis do país” e que cumpriria “com honra e lealdade a Constituição”.

Insistiu que seu governo consolidaria “os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não por meio de um golpe de Estado, mas como uma revolução”. Continuou: “Nossa vocação é a da liberdade democrática”.

E concluiu: “Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias”.<sup>17</sup>

Pouco antes, o Comando Supremo da Revolução continuava com os expurgos nas Forças Armadas, passando para a reserva 24 oficiais do Exército e da Aeronáutica e suspendendo os direitos políticos de 67 pessoas, inclusive militares, ex-ministros e deputados estaduais e federais.

No primeiro dia como presidente da República, Castello Branco deu posse aos ministros da Justiça, Guerra, Viação, Agricultura, Educação, Indústria e Comércio e Saúde. O ministério ainda seria completado durante o mês de abril. Dos ministros de extração política, todos eram da UDN. Costa e Silva, no Ministério da Guerra, desde os primeiros dias do novo governo assumiu o papel de aliado da linha dura, o setor que a cada crise exigia a ampliação das medidas repressivas.

A esquerda de todos os matizes foi perseguida. A liderança do PCB foi para a clandestinidade. Dos diversos grupos nacionalistas – que iriam



radicalizar suas posições durante o primeiro “governo revolucionário” –, alguns permaneceram no país e outros buscaram o exílio, principalmente no Uruguai e Chile.

Os políticos mais identificados com a velha ordem e que foram cassados nos primeiros dias de abril tiveram de fugir do país ou buscar asilo nas embaixadas – quase todas elas ainda no Rio de Janeiro.

Entre a liderança nacionalista, o principal alvo da repressão foi Leonel Brizola. O Dops carioca encontrou no escritório do ex-governador do Rio Grande do Sul – e que, em outubro de 1962, foi eleito deputado federal pela Guanabara – um suposto organograma do Grupo dos Onze, além de uma relação, ainda de acordo com a polícia, de nomes de civis e militares que deveriam ser executados, exilados ou neutralizados após a vitória da revolução. Brizola tinha buscado exílio no Uruguai, semanas depois da chegada de Jango ao país. Em questão de dias, a esquerda ficou desbaratada e sem condições de reação.

Cinco dias após a posse de Castello, uma pesquisa de opinião pública realizada no Rio de Janeiro indicou que 69% dos entrevistados acreditavam que a queda de Goulart devesse-se ao repúdio ao comunismo, 72% não queriam a volta do ex-presidente à política, e 85% eram a favor da cassação de mandatos.

Na corrida presidencial de 1965, a pesquisa indicava favoritismo de Carlos Lacerda, com 53% das preferências dos eleitores, bem à frente de JK, em segundo lugar, com 25%. Era uma mostra da forte presença lacerdista na antiga capital federal, que ainda era o centro político do país, e onde estavam concentrados os maiores contingentes das três forças armadas, que, a todo momento, eram envolvidas pelas crises políticas – que não foram poucas – nos primeiros anos do regime militar.

O ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, afirmou que o Itamaraty concederia salvo-condutos para que asilados políticos pudessem deixar o país. Eram dezenas. Um fato chamou a atenção. Após deixar voluntariamente seu asilo político na embaixada do México, o cabo José Anselmo dos Santos, líder da Revolta dos Marinheiros no governo João Goulart, foi preso por investigadores do Dops e por oficiais da Marinha em um apartamento no Rio de Janeiro. Ficou detido por seis meses e acabou fugindo, também de forma suspeita.<sup>18</sup>

Na sua primeira reunião ministerial, Castello Branco insistiu na necessidade de realizar as reformas prometidas no discurso de posse, como as reformas agrária, habitacional, bancária e fiscal. O intuito, segundo o presidente, era de romper com o impasse dos últimos anos e promover um rápido desenvolvimento econômico, político e social no país.

Rumores de uma nova lista de cassações continuavam agitando o cenário político. Castello desmentiu, Costa e Silva declarou desconhecer a lista. Dias depois, os mandatos de 35 gaúchos, entre prefeitos, vereadores e deputados, foram cassados, e estes tiveram seus direitos políticos suspensos.

No final de maio começou o cerco a JK. Costa e Silva foi o instrumento

empregado pelos inimigos do ex-presidente. Começou a pressionar Castello, impondo a cassação como “uma tarefa da Revolução”.

A 3 de junho, o presidente da Comissão Geral de Investigações (CGI), marechal Estêvão Taurino de Resende, disse que o Conselho de Segurança Nacional estava recolhendo provas para enquadrar JK no artigo 10.º do AI-1. O prazo limite para as cassações, de acordo com o mesmo AI-1, era 15 de junho.

O ministro da Guerra formalizou o pedido de suspensão dos direitos políticos, acompanhando-o de denúncias sobre supostos lotes que o ex-presidente possuiria no bairro da Pampulha, em Belo Horizonte.

Em meio aos rumores de que seu mandato de senador seria cassado e seus direitos políticos seriam suspensos – o objetivo era retirá-lo da disputa presidencial de 1965 –, o ex-presidente foi à tribuna do Senado para se defender.

Corajosamente, afirmou que mantinha nas mãos “a bandeira da democracia” e que iria, “com ou sem direitos, prosseguir na luta em favor do Brasil”. No mesmo dia, o Conselho de Segurança Nacional votou pela “recomendação” da cassação a Castello.

A 5 de junho, em Recife, durante discurso na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o presidente condenou regimes ditatoriais: “Poder desnaturado, irresponsável e contra a nação”. Três dias depois, cassou JK e mais 39 políticos.

No penúltimo dia da vigência do artigo 10.º do AI-1, o presidente cassou onze mandatos parlamentares e suspendeu os direitos políticos de 37 pessoas. Em dois meses foram penalizadas 4.454 pessoas, das quais 2.757 eram militares. Segundo seu biógrafo, a tarefa era muito penosa:

O presidente se recusou a aprovar qualquer cassação sem a examinar atentamente. Algumas atingiam velhos amigos, camaradas, levando-o ao sofrimento que o abalava visivelmente. Era doloroso. Mas, pondo de lado o coração, jamais admitiu eximir-se do dever.<sup>[19](#)</sup>

Lacerda, que estava nos Estados Unidos, considerou a cassação de JK “um ato de coragem política, um ato de visão”. Lamentou não poder vencê-lo nas urnas, em 1965.

Em junho foi aprovada a Lei de Greve, que estava tramitando havia

catorze anos no Congresso. Representou uma vitória do governo. O relator foi o deputado Ulysses Guimarães (PSD), “àquela altura bastante entrosado com o sistema revolucionário”.<sup>20</sup> Tanto que sugeriu a Castello que a lei fosse promulgada “perante a Hora do Brasil, fazendo resumo do alcance social, humano, cristão”.<sup>21</sup>

A lei criou dificuldades para a eclosão de greves, pois exigia que a assembleia geral do sindicato tivesse quórum de dois terços dos trabalhadores na primeira convocação e de um terço na segunda. O voto dos trabalhadores deveria ser secreto, e seria necessária maioria absoluta para deflagrar a greve.

Foram proibidos a paralisação dos servidores públicos, os “piquetes ofensivos” e as greves “por motivos político-partidários, religiosas, sociais, de apoio ou solidariedade”.

Os Estados Unidos liberaram um empréstimo de US\$ 50 milhões para o programa de estabilização econômica, em junho. No início do mês seguinte, o Clube de Paris – formado pelos credores do Brasil – reescalou 70% da dívida que venceria em 1965.

A boa vontade para com o Brasil deveu-se ao estabelecimento do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), elaborado entre maio e julho, meio às pressas, para dar um rumo ao governo recém-instalado. O objetivo inicial era combater a inflação – que em 1964 havia alcançado 89,5%.

Foi necessário criar mecanismos para incentivar as exportações, estimular a poupança, melhorar o balanço de pagamentos e enfrentar o déficit público. Adotou-se a correção monetária, um mecanismo de proteção dos ativos frente a uma inflação galopante.<sup>22</sup> Não foram tarefas fáceis, inclusive porque boa parte das medidas teve de ser tomada imediatamente, sem tempo hábil para reflexões e debates, dada a gravidade da situação econômica.

Com o objetivo de enfrentar uma das questões mais prementes da época – e que esteve presente nas mobilizações políticas dos últimos meses do governo Goulart –, o déficit habitacional, especialmente das classes populares, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH). A grande migração tinha agravado ainda mais o problema da moradia nos maiores centros urbanos. O BNH foi criado para atender a essa demanda.

A 25 de junho, o general Golbery do Couto e Silva tomou posse como chefe do recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI). Disse que seria o “ministério do silêncio e uma janela aberta aos influxos dos mais sutis da opinião pública”. Durante todo o regime militar, o SNI teve importante papel político junto às ações do Executivo federal. Dos seus cinco chefes, ao longo de 21 anos, até 1985, dois chegaram à presidência da República: Garrastazu Médici e João Figueiredo.

Já no final de junho, menos de três meses após o início do governo, começaram a circular rumores da prorrogação do mandato de Castello. O argumento era de que apenas em mais um ano e meio, até janeiro de 1966,

não seria possível realizar os objetivos da Revolução.

Castello, inicialmente, recusou. O Congresso, em primeira votação, aprovou a prorrogação por 205 votos a favor e 96 contra. Dias depois foi promulgada a Emenda Constitucional no 9, fazendo coincidir as eleições para o Congresso Nacional e a presidência da República em 3 de outubro de 1966.

A posse do presidente eleito ocorreria em 15 de março de 1967. O mandato presidencial foi reduzido para quatro anos e a eleição presidencial se daria por maioria absoluta de votos. Castello bem que tentou, mas não conseguiu aprovar o voto para os analfabetos. Encontrou forte oposição da UDN. Faltou apenas um voto.

O presidente recebeu com satisfação a prorrogação do seu mandato. Disse que cumpriria a decisão do Congresso: “É uma decisão soberana do Poder Legislativo”. Já Carlos Lacerda percebeu a manobra continuísta. Em carta a Bilac Pinto, disse: “Não haverá eleições nem em 66 nem tão cedo. Isto é o 10 de novembro com a aprovação do Congresso”<sup>23</sup> E exigiu a convocação da convenção da UDN, que definiria seu candidato presidencial para 1966.

Dentro do projeto reformista, a 15 de julho, foi aprovada a nova Lei de Remessa de Lucros. O autor do substitutivo foi o deputado pessedista Ulysses Guimarães. Foi revogada a Lei no 4.131, aprovada em 1962, mas só regulamentada por João Goulart a 18 de janeiro de 1964.

Foram retirados os artigos que criavam dificuldades à livre circulação do capital estrangeiro. A principal mudança foi a eliminação do limite de 10% sobre o capital para a remessa de lucros ao exterior. Pouco depois, o governo anunciou a compra de duas empresas americanas fornecedoras de energia elétrica. Foi mais um passo para resolver um contencioso que dificultava a segurança jurídica para os investidores estrangeiros.

A oposição criticou a compra das empresas estrangeiras. Muitos defendiam, como no período pré-1964, a encampação, ou seja, a nacionalização com o pagamento simbólico. Não foi o que ocorreu. Pelas duas empresas, foram pagos US\$ 135 milhões, fato que contou com a aprovação da Câmara por uma margem considerável: 187 votos a favor e 91 contra.

Começava, assim, a ser estruturado um novo sistema elétrico, mais moderno, eficiente e estatal, essencial para o impulso econômico que ocorreria a partir de 1967.

A oposição e setores “revolucionários”, especialmente o governador Lacerda, atacavam sistematicamente a política econômica. Sabiam que a alta do custo de vida e a escassez de vários produtos era um elemento que podia ser eleitoralmente explorado. O ministro Gouveia de Bulhões veio a público para dizer que os aumentos dos preços diminuiriam de intensidade e que os ajustes econômicos logo surtiriam efeito.

A escalada repressiva do regime continuou, mesmo após o período de cassações “permitido” pelo AI-1. Após quase quatro meses preso, o almirante Cândido Aragão foi solto por determinação do Superior Tribunal

Militar. Dias depois, temendo nova prisão, acabou pedindo asilo à embaixada uruguaia.

Já o Supremo Tribunal Federal decidiu que os IPM<sup>24</sup> não poderiam ser usados contra civis. Nesses casos, era a Justiça comum, e não a militar, que deveria apurar as denúncias. No campo das vendetas, Castello cassou a concessão da medalha da Ordem do Mérito Militar a quase uma centena de personalidades públicas, entre as quais JK, Jânio Quadros, João Goulart, Darcy Ribeiro e o general Jair Dantas Ribeiro.

No décimo aniversário da morte de Getúlio Vargas, da tribuna da Câmara, o petebista Doutel de Andrade leu um manifesto de João Goulart que conclamava o povo a lutar pelo restabelecimento das plenas liberdades. Dois dias depois, em novo discurso de Doutel de Andrade, o plenário da Câmara foi palco de uma briga envolvendo os deputados Antonio Carlos Magalhães (UDN) e Pedro Braga (PTB). Mas a liderança petebista buscou uma aproximação com Castello para, de acordo com ela, fortalecer a democracia e impedir uma conspiração contra o governo.

A 2 de setembro foi a vez do PSD. Por meio do seu presidente, Amaral Peixoto, o partido, após encontro com Castello Branco, proclamou seu apoio às reformas propostas pelo governo. O recuo dos dois partidos mais identificados com a antiga ordem dava ainda mais combustível para que o regime avançasse nas medidas arbitrárias.

A 14 de setembro, devido ao grande número de denúncias de violações dos direitos humanos dos perseguidos pelo regime, o presidente enviou o chefe do gabinete militar, general Ernesto Geisel, para São Paulo, Salvador, Recife e Guanabara com o objetivo de verificar de perto a veracidade das acusações.

O ministro Costa e Silva ordenou a abertura de sindicância pelo I Exército para averiguar as denúncias de tortura e morte no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Tanto a missão de Geisel como a sindicância ordenada pelo ministro da Guerra não tiveram nenhum efeito. A versão oficial sustentava que os presos políticos estavam sendo bem tratados. Mas a realidade era bem diferente: houve 203 casos de denúncias de tortura e 20 mortos (9 teriam se suicidado).

Em 11 dias, entre 29 de setembro e 9 de outubro, o governo acusou de corrupção e subversão mais de 150 pessoas, entre civis e militares, que foram demitidas, reformadas ou aposentadas, seguindo o artigo 7.º do AI-1.

Numa segunda leva, nesse mesmo período, foram exonerados 310 servidores federais. Nos estados, foram punidas 56 pessoas na Guanabara, 96 no Rio Grande do Sul, quarenta no Amazonas, 32 em Minas Gerais e quatro no Rio de Janeiro. No total, 538 exonerações.

Na terceira leva, pouco antes de findar o prazo do AI-1, foram exonerados mais de quinhentos funcionários públicos. Estimou-se que 1.500 pessoas, só nesses onze dias, foram atingidas pelo AI-1, sem processo formal nem direito de defesa.

A visita do presidente francês Charles de Gaulle, que permaneceu três

dias no Brasil, esfriou um pouco a temperatura política. Mas logo tudo voltou ao “normal”. Em meio à repressão estatal e aos famigerados IPM, Castello Branco veio a público para dizer que os inquéritos visavam atender os “anseios moralizadores” e a “preservação dos ideais democráticos da Revolução de 31 de março”.

Seguindo esses princípios, o governo encaminhou para o Congresso a Lei no 4.464, que, aprovada, ficou conhecida pelo nome do titular do MEC, Suplicy de Lacerda. Foram extintas a UNE, as UEEs e as entidades independentes dos estudantes. Em seu lugar foram criados os Diretórios Acadêmicos, os Diretórios Estaduais de Estudantes e o Diretório Nacional dos Estudantes, todos subordinados ao MEC ou às estruturas universitárias. A lei não teve nenhum efeito prático na maioria das universidades.

A 1.º de novembro, Bilac Pinto, presidente da UDN, disse que o partido iria rever o lançamento da candidatura de Carlos Lacerda à presidência, face à declaração de Castello Branco de que era inoportuna a precipitação do processo eleitoral dois anos antes das eleições, que estavam marcadas para outubro de 1966. Era um sinal de que a direção da UDN se afastava do governador da Guanabara, minava sua pretensa candidatura e buscava guarida no presidente da República. Não parecia coincidência que no dia seguinte seria feriado de Finados.

Dois dias depois, Castello declarou que garantiria as eleições diretas de 1966, como em um movimento ensaiado, *a priori*, com a liderança udenista, que desejava se afastar de Lacerda e, ao mesmo tempo, tentar buscar um candidato que fosse mais palatável aos militares, tendo em vista que o governador da Guanabara, com suas severas críticas à política econômica, mais parecia um opositor do que um apoiador do presidente Castello Branco.

Apesar desses movimentos, a 7 de novembro a convenção da UDN – mesmo com o boicote de Magalhães Pinto – aprovou o nome de Lacerda como seu candidato à presidência. Foi uma vitória esmagadora: 309 votos a favor e apenas 9 em branco. Mas, no mês seguinte, Castello rompeu com Lacerda após mais uma série de ataques do governador à política econômica e à política mineral. Estava Carlos Lacerda construindo o figurino de candidato, certo da realização da eleição em 1966.

Em Goiás, o governo encontrava-se numa grande enrascada. A linha dura acusava o governador Mauro Borges de abrigar militares cassados e de estar preparando um movimento de rebelião contra a nova ordem. Desde maio, um IPM investigava sua gestão. A todo momento apareciam denúncias de colaboração com supostos comunistas. Não havia nenhum fato concreto contra Borges, a não ser, boatos.

Temeroso, o governador solicitou – e obteve – *habeas corpus* preventivo junto ao Supremo Tribunal Federal. Castello disse que acataria a decisão do STF, mas que considerava Borges subversivo. No dia seguinte foi decretada intervenção federal em Goiás; o governador não foi preso – mas não retornou ao cargo. Os protestos das lideranças do PSD e do PTB foram em vão, até porque a Câmara dos Deputados aprovou a intervenção por 192 votos contra

A 30 de novembro, Castello Branco assinou o Estatuto da Terra. Foi iniciativa do governo. Acabou – depois de muitas negociações – aprovado pelo Congresso por larga maioria. Não foi um processo fácil.<sup>25</sup> Encontrou oposição dos latifundiários e de seus representantes. Castello foi acusado pelo deputado Herbert Levy de “reavivar aquela inquietação dos espíritos provocada deliberadamente nos últimos meses de Goulart”. Outro deputado declarou que o “governo tinha ojeriza à propriedade”.

Carlos Lacerda aproveitou a ocasião para criticar o presidente: “Reformas de base são pretextos para todo governante que não sabe governar”. A União ficou autorizada a desapropriar terras pagando indenização por meio de títulos da Dívida Pública. Foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), que teria a tarefa de executar a reforma.

A 22 de dezembro, o Conselho de Segurança Nacional aprovou o decreto presidencial que estabeleceu a nova política de exploração e exportação de minério de ferro. Era um tema sensível aos militares. Também aos setores considerados nacionalistas. O tema levava ao rompimento de Castello com Carlos Lacerda, no início do mês.

O regime continuava a realizar as reformas econômicas consideradas indispensáveis para um novo ciclo de desenvolvimento. A 31 de dezembro, a Lei no 4.595 efetuou uma profunda reforma bancária. Foi criado o Banco Central, que substituiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), vinculada ao Banco do Brasil.

Entre suas atribuições exclusivas, estava a de emitir papel-moeda, regular o câmbio, controlar o capital estrangeiro e a política creditícia, funções que durante décadas haviam ficado sob responsabilidade do Banco do Brasil – que, pela mesma lei, recebeu novas atribuições. Também por essa lei foi instituído o Conselho Monetário Nacional, responsável pelas diretrizes na formulação da política da moeda e do crédito.

1965

Contudo, as reformas estruturais não conseguiram resolver os problemas imediatos da economia – e nem tinham esse objetivo. A 13 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional concedeu um empréstimo de US\$ 125 milhões que, juntamente a outro empréstimo do governo americano no valor de US\$ 150 milhões, desafogou momentaneamente as necessidades de caixa.

Porém, os preços dos gêneros de primeira necessidade continuavam subindo, e a promessa era de que a partir de fevereiro o custo de vida estaria relativamente estabilizado – desafio difícil de ser cumprido, pois a grande

migração ampliou rapidamente a população urbana sem que tivesse ocorrido uma revolução agrária com o consequente aumento da produção e barateamento dos gêneros de primeira necessidade.

Com o protagonismo militar, a política passava necessariamente pelas divisões no seio das Forças Armadas, especialmente do Exército. No Clube Militar, ainda em janeiro, Castello deixou claro que era contra a sua reeleição e não aceitaria uma prorrogação do seu mandato.

Por meio de porta-vozes, oficiais militares diziam ser contrários à realização de eleições para os governos estaduais de onze estados previstas para outubro. De acordo com eles, o povo ainda não teria condições de julgar a “revolução” nas urnas.

Castello iniciou as primeiras sondagens para averiguar a possibilidade de as assembleias estaduais elegerem os governadores. Chegou a declarar que era favorável à extensão dos mandatos dos atuais governadores para que as eleições de todos os governos estaduais coincidissem com as eleições para o Congresso Nacional, mas a proposta foi logo abandonada.

O problema político imediato para o regime era a eleição das Mesas Diretoras na Câmara e no Senado. A recondução de Ranieri Mazzilli, pela sétima vez consecutiva, à presidência da Câmara foi vetada por Castello: “É um movimento nitidamente contrarrevolucionário resultante de calculadas manifestações dos inimigos da renovação política brasileira”.

Mazzilli, dentro do PSD, na reunião da bancada, venceu Peracchi Barcelos – candidato do governo – por 58 votos contra 32. Com apoio oficial, Bilac Pinto, que presidia a UDN, acabou derrotando Mazzilli por duzentos votos a 167. Foi mais uma vitória do governo, que, até então, tinha vencido todas as batalhas no Congresso. No Senado, Auro de Moura Andrade foi reeleito pela quarta vez à presidência.

O mês de março foi marcado pela novela da eleição direta para os governos estaduais. As principais disputas ocorreriam na Guanabara e em Minas Gerais. A UDN governava os dois estados, e, especialmente em Minas Gerais, Magalhães Pinto temia perder a eleição para seu adversário local, o PSD.

Magalhães Pinto era candidatíssimo à presidência, e seu projeto dependia da manutenção do controle do governo estadual. Manobrou conseguindo que a Assembleia Legislativa mineira aprovasse a prorrogação do seu mandato por mais um ano. O ato foi considerado ilegal, e falou-se até em intervenção federal no estado.

A medida acabou sendo derrubada na justiça, e o governo, por meio do ministro da Justiça, Milton Campos, em 22 de março, confirmou a eleição direta para os governos estaduais prevista para outubro. No mesmo dia, Faria Lima – apoiado por Jânio Quadros – foi eleito prefeito de São Paulo, recebendo pouco mais de um terço dos votos.

Eleição curiosa, pois foram derrotados adversários do governo, como Franco Montoro e Lino de Matos, e aliados, como Laudo Natel e Paulo Egydio Martins, e um “semialiado”, Auro de Moura Andrade – além do que Faria Lima evitou fazer oposição ao governo federal. Castello ficou satisfeito



com o resultado: “Os inimigos da Revolução foram fragorosamente derrotados pelos paulistanos”.<sup>26</sup>

A 31 de março, o regime comemorou seu primeiro aniversário. No dia anterior, o presidente assinou vários decretos, regulamentando o Estatuto da Terra e criando as condições para iniciar a reforma agrária. Castello foi ao Congresso e discursou. Elogiou o Legislativo como “dedicado colaborador da Revolução”.

No dia seguinte, o ministro Costa e Silva disse numa reunião com dezenas de generais que seriam necessários, ao menos, “dez anos de governo revolucionário calcado no Ato Institucional para a normalização da nação brasileira”.

Ainda na fase de balanço governamental, politicamente o primeiro ano foi dominado pelos udenistas:

Nunca, em sua história de vinte anos, a UDN esteve tão plenamente no poder quanto agora. Nunca os udenistas mandaram tanto na Câmara quanto neste período pós-revolucionário. [...] É evidente que essa hegemonia udenista na Câmara reflete e traduz a hegemonia da gente udenista no executivo.<sup>27</sup>

A confirmação da realização das eleições para os governos estaduais aumentou a temperatura política, pois a linha dura não queria a volta do “velho regime”. Na Guanabara – principal foco de tensão –, os coronéis responsáveis pelos IPM exigiam a permanência do AI-1. De acordo com eles, era a Constituição que se subordinava ao Ato e não o contrário. Estavam indignados com alguns *habeas corpus* concedidos pelo STF que, segundo os coronéis, atrapalhavam o trabalho de investigação. Também protestaram contra uma emenda que tramitava no Congresso e concedia ao STF a possibilidade de rever as cassações.

Alguns políticos açulavam os extremistas, como o governador Magalhães Pinto, que, a 17 de maio, pediu ao presidente que adiasse as eleições, que, para ele, representariam “um risco para a revolução.”

Lacerda – que tinha se reaproximado de Magalhães Pinto – aproveitou-se da situação para atacar a política econômica num momento em que os resultados positivos da dupla Campos-Bulhões – ministros do Planejamento e da Fazenda, respectivamente – ainda não tinham vindo à luz: “Ambos estamos preocupados com o rumo que o governo está dando à Revolução. Consideramos desastrosa e fracassada a política econômico-financeira da União”.

Dias depois, continuou no ataque:

Ou a Revolução se une ou teremos de retomá-la como fazíamos antes de o marechal Castello Branco ser revolucionário. A melhor solução é reunirmos todos os responsáveis pela Revolução e discutirmos todos os rumos do governo, inclusive a reformulação do ministério, que nada tem de revolucionário. Estou sendo apunhalado pelas costas num quarto escuro. Eu e o governador Magalhães Pinto.<sup>28</sup>

A possibilidade de o marechal Teixeira Lott ser candidato ao governo da Guanabara pela oposição intensificou ainda mais as pressões da linha dura. Candidatura que sequer chegou a existir, pois o Tribunal Regional Eleitoral considerou o marechal inelegível, não aceitando o cancelamento da transferência do domicílio eleitoral do Rio de Janeiro para Teresópolis.

Conseguiram também que Castello enviasse ao Congresso um projeto de inelegibilidade, afastando ministros de Estado que tivessem exercido cargos entre janeiro de 1963 e março de 1964, excetuando os ministros militares e os que eram parlamentares.

O projeto tinha principalmente o objetivo de retirar Hélio de Almeida, ex-ministro da Viação de João Goulart, do processo eleitoral carioca, pois ele tinha sido lançado candidato pelo PTB – daí o apelido “ Emenda do Almeida”.

Em um jogo pendular, o PSD – que tinha fortes candidatos aos governos de Minas Gerais e da Guanabara –, por meio de Amaral Peixoto, chegou a defender a eleição indireta para a presidência da República em 1966, como um meio de, ao menos, garantir as eleições para os governos estaduais. Curiosamente, a UDN, com Lacerda e Magalhães Pinto, mostrou-se contrária, assim como o PTB. E, em 22 de julho, Castello Branco fez questão de negar apoio à tese da eleição indireta presidencial.

Em meio às turbulências políticas, a 3 de setembro o governo chileno – que tinha recebido centenas de exilados brasileiros – apresentou um protesto formal contra o Brasil por declarações infelizes do ministro das Relações Exteriores brasileiro, Vasco Leitão da Cunha.

Segundo o ministro, o presidente Eduardo Frei estaria seguindo o mesmo rumo que João Goulart e conduzindo o Chile ao comunismo. Era mais um incidente da diplomacia brasileira, fortemente alinhada aos Estados Unidos.

O Itamaraty tinha virado uma repartição do Departamento de Estado americano. Seguia fielmente os ditames de Washington. Em maio, o Congresso havia aprovado o envio de 1.500 soldados para compor e liderar a Força Interamericana de Paz que interveio na República Dominicana. Lá eles permaneceram por um ano e meio, até a realização das eleições, que deram vitória a Joaquín Balaguer.

Na metade de setembro, foi se consolidando o quadro eleitoral. Era grande a possibilidade de o PSD vencer as duas eleições que chamavam a

atenção do país: Minas Gerais e Guanabara, com Israel Pinheiro e Negrão de Lima, respectivamente.

A 26 de setembro, numa manobra desastrada, o PCB divulgou um manifesto de apoio a Negrão de Lima. Era tudo o que a linha dura queria. Castello Branco reuniu-se com o Alto Comando do Exército, a 29 de setembro, e o tema era um só: o apoio comunista a Negrão de Lima.

No dia seguinte, o presidente, em rede nacional de rádio e televisão, disse que a realização das eleições teria estimulado os “oportunistas, corruptos e subversivos”, mas que seu governo “jamais permitirá que qualquer parcela de poder seja usada para fins inconfessáveis e capazes de comprometerem a continuidade da Revolução de 31 de março”.

Em 3 de outubro, foram realizadas as eleições. E o PSD venceu em Minas e na Guanabara. No dia seguinte – a apuração era manual –, já era possível estimar a grande vitória do PSD nos dois estados. E, nesse momento, JK regressou ao Brasil, vindo de Paris, após dezesseis meses fora do território nacional. Foi recebido por uma grande manifestação popular. À tarde, seria intimidado a depor no Quartel da Polícia do Exército sobre suas relações com o PCB. Mais uma ação intimidatória do regime, com o objetivo de humilhar o ex-presidente.

Castello Branco garantiu que daria posse aos eleitos. O PSD elegeu cinco governadores; a UDN, quatro; o PSP, um; e o PTN, um. Carlos Lacerda, irritado com a derrota na Guanabara, encaminhou uma carta ao presidente fazendo duros ataques à gestão castelista. Acusou o governo de impor-lhe uma humilhação que inviabilizaria sua candidatura em 1966.

Dias depois, em entrevista coletiva, atacou diretamente Castello: “Pedimos ao Exército que nos desse o melhor homem para governar, para executar a Revolução. Ele nos deu o marechal Castello Branco, dizendo ser o melhor de todos. O resultado está aí” <sup>29</sup>

Com a derrota na eleição, Lacerda buscou se afastar definitivamente de Castello – mantendo ainda forte relação com os coronéis simpáticos ao lacerdismo. Insistiu na realização de uma convenção nacional da UDN com o objetivo de que o partido também rompesse com Castello e o reconhecesse como candidato presidencial.

A 9 de outubro, o Alto Comando do Exército reuniu-se novamente. Sinal dos tempos. Era ali que estava efetivamente o poder. Esses militares concluíram que a simples presença de JK estimulava o que chamavam de movimentos revanchistas. Manifestaram preocupação com a ação de Lacerda e aprovaram a emenda constitucional que seria enviada ao Congresso concedendo ao governo federal o controle na nomeação dos secretários estaduais de Segurança e da ação das Polícias Militares.

A linha dura não sossegava e pressionava Castello para que tomasse uma “atitude revolucionária”. O presidente vivia um dilema. Não tinha no Congresso uma sólida base política. Todas as vitórias obtidas haviam sido fruto de complexas negociações. A base militar permanecia em clima de insubordinação permanente. E as derrotas na Guanabara e em Minas Gerais

foram fatais para a busca da legitimidade popular do regime.

Numa conversa, ao final de um jantar, com o senador Afonso Arinos, o presidente – usando metáforas do mundo militar – deixou claro o conflito que estava vivendo: “Senador, o senhor conhece a diferença entre batalha de posições e batalha campal?”. O senador desconhecia. Continuou Castello:

A batalha de posições é aquela que se trava com o pleno conhecimento do terreno, dos acidentes geográficos, da topografia. Faz-se um plano levando em conta esse conhecimento e trava-se o combate apoiado nele. Quando, no entanto, o general ignora a natureza do terreno e precisa dar combate, parte então para a batalha campal, sem saber o que vai encontrar pela frente.

E o presidente concluiu: “Vou me lançar a uma batalha campal”<sup>30</sup>

A 25 de outubro, Castello Branco negou enfaticamente que decretaria um novo Ato Institucional. Dois dias depois, impôs o AI-2.<sup>31</sup> Era a batalha campal. O Ato ampliou para dezesseis o número de ministros do STF,<sup>32</sup> extinguiu os partidos políticos, impôs a eleição indireta do presidente e vice pelo Congresso Nacional, e deu ao presidente o poder de decretar estado de sítio por 180 dias sem consulta prévia do Congresso. Ficaram suspensas

[...] as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo.

Parágrafo único: Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, removidos ou dispensados, ou, ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

A suspensão dos direitos políticos acarretava simultaneamente, segundo o artigo 16,

I – a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II – a

suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III – a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV – a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado.

O presidente poderia colocar o Congresso em recesso, intervir nos estados e emitir atos complementares e decretos-leis. A Justiça Militar poderia julgar processos políticos envolvendo civis. O AI -2 estipulava como data máxima de sua vigência o dia 15 de março de 1967, quando terminaria o mandato de Castello Branco.

Juscelino deixou o país rumo aos Estados Unidos, onde faria tratamento de saúde. O regime continuou na ofensiva. A 20 de novembro, foi imposto o Ato Complementar no 4. Um partido teria de ter 120 deputados e vinte senadores, o que limitava o número de agremiações a não mais que três.<sup>33</sup>

Contudo, o adesismo ao governo foi tão grande que o problema para o regime passou a ser o de evitar o partido único.<sup>34</sup> Os apoiadores do governo se reuniram na Aliança Renovadora Nacional (Arena)<sup>35</sup> e os oposicionistas, na Aliança Democrática Brasileira, que dias depois passou a ser chamada Movimento Democrático Brasileiro (a sigla inicial foi Modebra, logo substituída por MDB). Em 5 de dezembro, tomaram posse os 11 governadores eleitos em outubro.<sup>36</sup>

Se o presidente não conseguiu criar o Ministério da Defesa – contou com a concordância do Exército, mas a indiferença da Aeronáutica e a oposição cerrada da Marinha –, ao menos fez uma profunda alteração na carreira militar.

Os militares eleitos para algum cargo político eram obrigados a solicitar a reforma, e além disso o Ato estabeleceu um tempo máximo para cada posto da carreira e extinguiu a patente de marechal – o Exército chegou a ter mais uma centena de marechais. Acabava-se a época dos generais que permaneciam na ativa por duas, três décadas, atuavam na política, retornavam à ativa e influenciavam decisivamente nas promoções dos oficiais.

Na economia, continuava o processo de adaptação das condições econômicas para um novo ciclo de crescimento. Foi feita uma reforma cambial e ampliada a base tributária. A 14 de novembro, foi anunciada a adoção do cruzeiro novo a partir de 1.º de janeiro de 1966.

O ano começou marcado pelo signo da sucessão presidencial. O processo adiantou-se com o desgaste político de Castello Branco após as derrotas na Guanabara e Minas Gerais, a edição do AI -2 e a anarquia militar.

O presidente não admitiu proposta alguma de prorrogação ou de um novo mandato. Assim, as especulações e articulações ocuparam o primeiro plano da cena política. Costa e Silva era cortejado pela linha dura militar e pelos udenistas que tinham se afastado do presidente.

As razões do apoio eram muito distintas. A linha dura, sempre muito fluida ideologicamente (e plural) para ser devidamente conceituada, tinha nos coronéis sua principal base de apoio. Estes acentuavam a necessidade de um governo militar que desse atenção aos problemas sociais, discordavam da política econômica, advogavam a necessidade de manter canais abertos com estudantes e operários, e tinham, enfim, uma simpatia velada pelo nacionalismo militar de viés nasserista, tão em voga na época: autoritário, anticomunista, com pitadas sociais e terceiro-mundista.

Nem bem começou o ano, o ministro da Guerra disse que aceitaria ser candidato. A 6 de janeiro, 3 mil oficiais – Carlos Castello Branco os chamou ironicamente de “3 mil eleitores” – comparecem ao Aeroporto do Galeão para saudar Costa e Silva, que embarcava para uma viagem ao exterior. Foi uma demonstração de força. E absolutamente incompatível com as funções constitucionais das Forças Armadas. Estas funcionavam como um agrupamento – quase um partido – político. Quando interrogado se estaria saindo do ministério, o ministro da Guerra respondeu: “Vou e volto ministro”.

Antes de viajar, o “condestável” do regime militar declarou, em entrevista: “Minha longa vida no Exército, que é democrático e popular, ensinou-me que ainda não foi inventado melhor regime do que a democracia”<sup>37</sup>. Na viagem, deu declarações controversas – chegando até a dizer que poderia sair candidato pela oposição.

O presidente tinha perdido o controle da sucessão. Tentou ainda embaralhar a disputa com candidaturas civis e militares, mas Costa e Silva já havia ganhado o jogo. A Arena logo passou a apoiá-lo como seu candidato, e ele, ainda no ministério, iniciou sua pré-campanha viajando pelo país, dando sucessivas declarações e ofuscando o presidente. Restou a Castello administrar o governo, aplicando sucessivas vezes o AI -2 e cassando os direitos políticos de dezenas de parlamentares.

A 5 de fevereiro, Castello havia assinado o Ato Institucional no 3, que instituiu as eleições indiretas para governador. Estes seriam eleitos pelas assembleias estaduais – na prática, passaram a ser indicados pelo presidente da República e simplesmente chancelados pelos Legislativos estaduais. Também foi regulamentada a nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores.

Marcou a eleição presidencial, via Congresso, para 3 de outubro daquele ano. Em ato contra os princípios democráticos, o presidente, a 27 de

fevereiro, em discurso proferido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, afirmou que os Atos Institucionais eram “vigorosos instrumentos” da democracia em dois sentidos, que, segundo ele, eram as duas maiores expressões de um regime democrático: preservavam o Congresso e a liberdade de imprensa.

A 24 de março, após cumprirem os preceitos legais, foram oficializados os dois partidos: Arena e MDB. Castello continuava insistindo que o candidato poderia ser militar ou civil. O marechal Cordeiro de Farias se movimentava em busca de apoio entre os arenistas e até no MDB.

Bilac Pinto – oriundo da UDN – era, de acordo com boatos, o candidato preferencial de Castello Branco. Contudo, dois meses depois, a Arena oficializou a chapa Costa e Silva para presidente e o deputado Pedro Aleixo – da antiga UDN mineira – para vice-presidente.<sup>38</sup>

A 11 de maio, Castello Branco declarou publicamente, pela primeira vez, seu apoio à candidatura de Costa e Silva. Dez dias depois, em um só ato, o presidente suspendeu os direitos políticos de 59 acusados de “subversão”, dentre os quais os conhecidos líderes comunistas – de organizações distintas, registre-se – Carlos Marighella, Maurício Grabois e João Amazonas.

O tom do governo foi se adequando aos novos tempos. No fim de maio, o ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, afirmou que a reivindicação, por parte das oposições, de eleições diretas para presidente e governadores era “peça de uma manobra de teor subversivo”.

O “comunismo” não passou de um fantasma agitado oportunisticamente pelo governo. Leonel Brizola já tinha se afastado da organização de um movimento de resistência. João Goulart, desde o final de 1964, tinha abandonado a política. JK – chamado a depor no célebre IPM 704, que apurou supostas atividades comunistas no Brasil – estava cassado e isolado politicamente. O Partidão era uma pálida imagem do que tinha sido – em termos de militância – até março de 1964, e as organizações à sua esquerda não passavam de pequenos grupos sem enraizamento efetivo na política nacional.

Restava a oposição legal, o MDB, muito frágil e com uma bancada no Congresso Nacional pouco combativa, optando por garantir o mandato parlamentar em vez de buscar um confronto maior com o regime. E, pelas peculiaridades do Brasil, o movimento estudantil. Este, mesmo com as entidades na clandestinidade, e restrito às grandes cidades, realizou diversos atos de protesto contra o regime e em oposição à reforma universitária imposta pelo governo.

O espaço de resistência democrática – e com forte presença na classe média urbana – era a cultura no seu sentido mais amplo: a literatura, a música popular, o cinema, o teatro, que tematizavam os dilemas do país.

Mesmo sofrendo perseguições da censura, da polícia, de grupos de extrema direita, no governo Castello o Brasil teve os primeiros grandes festivais de música popular – primeiro na TV Excelsior (1965) e depois na TV Record e na TV Globo (a partir de 1966) –, as peças politizadas dos

teatros Oficina e Arena, a poesia e a prosa engajadas, e vários filmes tratando da conjuntura política e com foco especialmente no mundo rural.

Castello Branco fez esforços para construir uma ponte com o mundo cultural. Assistiu a diversas peças de teatro, no Rio de Janeiro. Elogiava escritores, citava clássicos literários. Criou o Conselho Federal de Cultura e convidou importantes intelectuais para participarem do órgão, como Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, Afonso Arinos, Cassiano Ricardo e Rachel de Queiroz.

Mas a truculência do regime com os intelectuais, a polarização ideológica e a inexistência de uma ação governamental – e não simples atos pessoais do presidente – efetiva na área cultural foram paulatinamente afastando os artistas de seu governo. Também – diferentemente do período da ditadura do Estado Novo, quando grande parte dos intelectuais eram funcionários públicos – a sociedade mais complexa dos anos 1960 permitiu o surgimento de um mercado cultural e a sobrevivência dos artistas sem a dependência material do Estado.

A 1.º de junho, o MDB formalizou convite ao general Cordeiro de Farias para que fosse candidato à presidência pela oposição. O partido se dividiu. Os que eram originários do PTB discordaram do convite. Consideravam que lançar candidato próprio quando já se sabia, de antemão, que seria derrotado – dada a ampla maioria de parlamentares arenistas – acabaria legitimando a eleição de Costa e Silva.

Discordavam também do apoio a Cordeiro de Farias, acusado de oportunismo, que só passou a defender as eleições diretas quando não conseguiu impor o seu nome como o preferido entre os arenistas.

A fragilidade do MDB levou seu presidente, o senador Oscar Passos, a propor sua dissolução. A proposta não foi adiante, mas o partido decidiu não participar da eleição presidencial congressional, principalmente após o Ato Complementar nº 16, de 18 de julho, que impôs a fidelidade partidária, anulando o voto do senador ou deputado que votasse no candidato do partido opositor.

Somente em 4 de junho Castello Branco concedeu permissão para que JK voltasse ao Brasil e permanecesse em território nacional apenas por 72 horas para acompanhar o enterro da irmã, Maria da Conceição Kubitschek, numa clara demonstração de intolerância em relação ao ex-presidente.

No dia seguinte, cassou o mandato do governador paulista Ademar de Barros – que teve papel importante na queda de Jango.<sup>39</sup> Foi acusado de ações “contrarrevolucionárias”, de sabotar a Arena na eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, de deslegitimar a bandeira da luta contra a corrupção e de adotar uma política econômica ruinosa, especialmente pela emissão maciça de bônus, logo apelidados de “ademaretas”.<sup>40</sup>

Sempre buscando uma fachada legal, o governo teve de editar às pressas o Ato Complementar nº 10, pois o AI -2 não previa a cassação de mandatos executivos, como era o caso do governador paulista. Ademar já estava politicamente bastante enfraquecido e não manifestou resistência. No



seu lugar, para concluir o mandato, assumiu o vice-governador Laudo Natel.

O regime era implacável com todo tipo de oposição. Parte da liderança do PCB foi condenada no processo das cadernetas. Luís Carlos Prestes, secretário-geral do partido, foi apenado a catorze anos de prisão com base na Lei de Segurança Nacional. Dezenas de militantes foram condenados a penas menores.

O governo impôs a ferro e fogo suas escolhas políticas para os governos estaduais. Dos estados onde ocorreria eleição em outubro, somente no Rio Grande do Sul a Arena encontrava dificuldade em impor o seu candidato. Uma fração do partido governista se aliou ao MDB para apoiar o jurista Cirne Lima, que, dessa forma, ficava com maioria na Assembleia. Para Castello, era inaceitável um governo nas mãos do MDB, mais ainda do Rio Grande do Sul, onde estavam localizadas muitas bases do Exército. A solução encontrada foi cassar quatro deputados do MDB e três da Arena. Dessa forma, o candidato oficial (Peracchi Barcelos) passou a ter a maioria. Mas, como precaução, foi editado o Ato Complementar no 16, que impôs a fidelidade partidária. Quem não obedecesse perderia o voto, que seria anulado.

Mesmo sendo candidato único, Costa e Silva, a partir de junho, visitou várias cidades. Foi até um meio de se apresentar, afinal era um desconhecido para a maioria da população. Fez algum esforço para se mostrar simpático, cordial e atento às reivindicações sociais. Irritados com as piadas sobre seu desinteresse pelas questões intelectuais,<sup>41</sup> seus apoiadores divulgaram um boletim do Exército, de 1921, com as notas dos aspirantes a oficial da Infantaria. Dos 98 aspirantes, Costa e Silva ficara em 3.º lugar, Mourão Filho em 8o, Jair Dantas Ribeiro em 30.º e Castello em 33.º.

E também para manter contato com suas bases militares, pois, mesmo fora do ministério, não queria perder conexão com sua principal fonte de poder político. Sem, especialmente, os generais e coronéis, não era nada. Numa dessas visitas, a 25 de julho, em Recife, acabou sofrendo um atentado. Uma bomba explodiu no Aeroporto de Guararapes, matando duas pessoas que o aguardavam.

Mesmo na ilegalidade, a UNE realizou seu 28.º Congresso, em Belo Horizonte. José Luís Moreira Guedes foi eleito presidente da entidade. Em 22 de agosto ocorreu o dia nacional de luta convocado pela entidade. Ocorreram manifestações em várias cidades do país. No Rio de Janeiro, a polícia invadiu a Faculdade de Medicina e prendeu seiscentos estudantes. O episódio ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha.

Assim como Ademar de Barros acabou descartado, outro participante ativo de 1964 em São Paulo foi colocado à margem. Pouco depois de se desligar do comando do II Exército, em São Paulo, o general Amauri Kruel lançou manifesto acusando Castello Branco de violador dos princípios democráticos da revolução.

Segundo Kruel, os recentes atos presidenciais apenas anunciavam “as trevas do absolutismo”. Acabou punido apenas com repreensão pelo governo, não por fraqueza de Castello, mas porque Kruel não representava nenhum

perigo para o regime.

Alguns bispos e padres se manifestaram contra os rumores de afastamento de dom Hélder Câmara da Arquidiocese de Olinda por parte do Vaticano, a pedido do governo. No Nordeste, especialmente, membros do clero católico vinham criticando seguidamente o regime militar.

A 13 de setembro, por decurso de prazo, foi aprovada a Lei no 5.107, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ( FGTS). Alterava radicalmente o direito à estabilidade no emprego. Até então, ao completar dez anos em uma mesma empresa, o trabalhador adquiria estabilidade.

Só poderia ser desligado por justa causa, e, mesmo assim, isso era precedido de um inquérito que deveria averiguar a razão da demissão. O trabalhador tinha o direito de receber uma indenização de um mês para cada ano trabalhado. Quando completava dez anos, o valor dobrava. Para as empresas, era considerado um encargo oneroso, e muitos trabalhadores eram demitidos quando estavam prestes a obter a estabilidade.

Muitas empresas – especialmente as pequenas – não tinham condições de pagar as indenizações, e os processos se arrastavam na justiça. Outras vezes, quando do encerramento das atividades da empresa, os empregados acabavam ficando sem nenhum tipo de indenização.

Os sindicatos – já bastante enfraquecidos pela ação repressiva governamental – eram contra o FGTS. O MDB também. Queriam manter o regime vigente. Para facilitar a aprovação do projeto, foi incluída uma cláusula que dava direito ao trabalhador de optar pelo novo regime. Isso acabou figurando como letra morta, pois as empresas só contratavam trabalhadores que aderissem ao novo regime.

A criação do fundo visava modernizar as relações de trabalho. E foi pela força – o projeto foi aprovado por decurso de prazo – rompido o corporativismo sindical. A cada mês, a empresa deveria recolher 8% do salário do empregado em uma conta na Caixa Econômica Federal (CEF), que só poderia ser movimentada em situações especiais (desligamento do emprego, doença grave etc.).

Os recursos do fundo passaram a ser geridos pela CEF e destinados a obras de saneamento, habitação e infraestrutura. A resistência inicial logo desapareceu. O FGTS revelou-se um instrumento eficaz para garantir uma indenização segura aos empregados e, ao mesmo tempo, transformou-se numa fonte de recursos para investimentos governamentais de longo prazo.

Hoje, meio século depois, em um governo cujos dirigentes iniciaram sua vida política nas direções sindicais, o FGTS é avaliado como “um dos propulsores de melhoria da qualidade de vida dos brasileiros” e “uma das principais fontes para investimentos em políticas públicas [...] beneficiando toda a sociedade brasileira”<sup>[42](#)</sup>

Com a abstenção de toda a bancada do MDB no Congresso Nacional, Costa e Silva foi eleito, em 3 de outubro de 1966, presidente da República com 295 votos do Congresso. Nove dias depois, Castello descumpriu sua promessa e cassou seis deputados federais, entre os quais Doutel de Andrade

– do antigo PTB – e Sebastião Pais de Almeida – originário do PSD mineiro. Foram atingidos, também, dois deputados estaduais, um prefeito e um juiz eleitoral.

O presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, interrompeu sua campanha na Guanabara e retornou a Brasília. Tentou organizar um movimento de resistência e de não reconhecimento das cassações. O governo respondeu com a invasão militar do prédio do Congresso. Ficou célebre o diálogo entre o presidente da Câmara e o general Meira Matos, comandante das tropas invasoras. Ao ser interrogado por Cardoso sobre quem era, respondeu: “Eu sou o poder militar”, e o presidente respondeu: “Pois eu sou o poder civil. Cumpra sua missão, mas saiba que a história o condenará”.

O governo editou o Ato Complementar no 23, que decretou o recesso do Congresso até 22 de novembro – uma semana após a realização das eleições para as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional. Os “considerandos” dão uma boa mostra do autoritarismo do ato:

1. CONSIDERANDO que, no interesse de preservar e consolidar a Revolução de 31 de março de 1964, e ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o presidente da República houve por bem suspender os direitos políticos e cassar mandatos de deputados federais, na forma do art. 15 do Ato Institucional no 2, de 27 de outubro de 1965;
2. CONSIDERANDO que os atos desta natureza estão excluídos da apreciação de qualquer instância legislativa ou judiciária, e assim tem sido entendido pelo Supremo Tribunal Federal e o próprio Congresso Nacional;
3. CONSIDERANDO que em relação aos recentes atos que atingiram seis deputados federais, publicados no Diário Oficial de 14 de outubro corrente, entendeu o sr. presidente da Câmara dos Deputados, depois de recebida a comunicação regular de sua expedição e publicação, submetê-los à apreciação de comissões internas e do plenário da mesma Casa do Congresso Nacional, para discussão e votação;
4. CONSIDERANDO que tal procedimento importa em suspender a execução dos atos mencionados, retirando-lhes os efeitos imediatos que são de sua própria essência e natureza;
5. CONSIDERANDO, ainda, que esta procrastinação, além de infundada e contrária aos precedentes, foi agora tomada no momento em que a Câmara dos Deputados não poderia contar com número suficiente para deliberar, por motivo notório da campanha eleitoral, em que estão empenhados os senhores deputados;
6. CONSIDERANDO, finalmente, que se constituiu, assim, naquela Casa

do Congresso Nacional, por motivo de ausência justificada da grande maioria de seus membros, um agrupamento de elementos contrarrevolucionários com a finalidade de tumultuar a paz pública e perturbar o próximo pleito de 15 de novembro, embora comprometendo o prestígio e a autoridade do próprio Poder Legislativo.

Esse ato deu ao presidente o direito de baixar decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição, e, pelo artigo 3.º, determinou que a diplomação de Costa e Silva e Pedro Aleixo seria efetuada pela Mesa Diretora do Senado, que ocorreu no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, com a presença de apenas dois parlamentares. Em 28 de novembro, Cardoso renunciaria à presidência da Câmara.

Em meio à crise do governo com a Câmara dos Deputados, foi lançada, a 28 de outubro – no mesmo dia da diplomação de Costa e Silva –, a Frente Ampla. Organizada por Carlos Lacerda, que buscou (e obteve) o apoio de João Goulart – exilado no Uruguai – e JK – que estava em Portugal. Seu objetivo era a obtenção da redemocratização e o fim do regime militar.

Castello atacou a organização: “É o conagraimento das ambições frustradas, privilégios desaparecidos, vantagens extintas ou concepções políticas ameaçadas pela própria recuperação nacional”.

Em 15 de novembro, foram realizadas as eleições para o Congresso e as Assembleias estaduais. O MDB elegeu somente quatro senadores, vencendo em quatro estados: Acre, Paraíba, Guanabara e Goiás – a Arena elegeu dezoito senadores. Na Câmara, a Arena teve uma vitória esmagadora: elegeu 277 deputados e o MDB, apenas 132. Nos estados, a Arena elegeu 731 deputados e o MDB, 345; porém, o partido oposicionista obteve maioria em três Assembleias: Rio Grande do Sul, Guanabara e Rio de Janeiro.

No meio do turbilhão político, quase que despercebido, nasceu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a 21 de novembro. Resultou da fusão de seis institutos de aposentadoria existentes: o dos industriários (Iapi), o dos comerciários (IAPC), o dos marítimos (IAPM), o dos bancários (IAPB), o dos empregados em transportes e cargas (Iapetec) e o dos ferroviários e empregados em serviços públicos (Iapfesp).

O objetivo inicial era de, com a unificação, ter maior controle do sistema previdenciário e conferir melhor operacionalidade ao sistema. O INPS ficou vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A 7 de dezembro, como determinava o Ato Institucional no 4, Castello Branco encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de Constituição. Imperialmente, determinou que entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967 deveria ser apreciado o texto, portanto, em 33 dias corridos – com dez dias de recesso para as festas de final de ano.

O AI-4, como se fosse um regimento, definiu a formação de uma Comissão Mista, quem dela participaria, o calendário de votação, o recebimento de emendas e a aprovação por maioria absoluta do texto final até 21 de janeiro. Três dias depois, deveria ser promulgada a Constituição.

O projeto teve a redação final de Carlos Medeiros Silva,<sup>43</sup> ministro da Justiça. O jurista era um admirador entusiástico de Francisco Campos. Foi, inclusive, quem datilografou a Constituição de 1937, a tristemente célebre Polaca.

Era um texto marcadamente autoritário. Para Afonso Arinos, era o “pior projeto de toda a história constitucional brasileira”. E acrescentou:

O presidente Castello não foi feliz na escolha de Carlos Medeiros. Em primeiro lugar, o ministro incumbido da grandiosa tarefa de reformular as instituições políticas não era constitucionalista e nunca fora político. Sua especialidade havia sido o direito administrativo, matéria minuciosa e técnica, de limitado horizonte, desligada da história e da política no que elas têm de mais humano. Faltam a Carlos Medeiros a cultura geral, o sentimento poético, o conhecimento histórico e sociológico do Brasil; falta-lhe, em suma, a visão humanística e imaginativa do direito.<sup>44</sup>

No projeto original, Medeiros “esqueceu” do capítulo dos direitos e garantias individuais. Considerava que estes não eram matéria constitucional, mas afeitos à legislação ordinária. A inclusão desse capítulo na Constituição deveu-se principalmente a Afonso Arinos. Foi ele que, numa noite sozinho no hotel Nacional, “onde só tinha um livro, que era a coletânea das Constituições brasileiras”, redigiu o capítulo:

Sobre este livro trabalhei, ou melhor, reproduzi os dispositivos clássicos e luminosos da nossa tradição jurídica, arrumando melhor os artigos e procurando dar mais força a certas passagens. Nada de substancial foi mudado a não ser esse ponto, novo, que introduzi orgulhosamente: “O preconceito de raça será punido pela lei”<sup>45</sup>

Os parlamentares, de acordo com Medeiros, deveriam estar afinados com os novos tempos:

A Revolução não se fez somente para extirpar da Carta Magna preceitos que, no curso do tempo, se tornaram obsoletos; tinha de inovar e o fez, através de Atos e Emendas Constitucionais, com o objetivo de consolidar a democracia e o sistema presidencial de governo.

E assim aconteceu. Foi eliminada a eleição direta para presidente. A escolha foi transferida do eleitor para um Colégio Eleitoral. O ministro da Justiça justificou:

O traumatismo da campanha pela eleição direta ou degenera o processo eleitoral ou impede o vencedor de governar em clima de paz e segurança. É preciso, portanto, mudar o processo de escolha do presidente da República, instituindo-se a eleição indireta, por um colégio eleitoral restrito.

E concluiu: “Com isso, a campanha dos candidatos ficará limitada no tempo e visará a um eleitorado qualificado. A agitação e o traumatismo, que a escolha do presidente tem provocado, cessarão por falta de ambiente e ressonância”.<sup>46</sup>

Manteve-se a eleição direta para os governos estaduais (que só deveria ocorrer em 1970). Mas os prefeitos das capitais, dos municípios, considerados de interesse da segurança nacional, e das estâncias hidrominerais seriam nomeados pelos respectivos governadores, com a anuência do presidente da República.

Deu-se amplo espaço à segurança nacional e ao papel das Forças Armadas. O STF foi ampliado para dezesseis membros – permitindo-se que o governo nomeasse mais cinco ministros e garantisse uma maioria folgada na Corte, incorporando à Carta o AI -2, artigo 6.º.

O estado de sítio poderia ser declarado pelo presidente, que também passou a ter iniciativa legislativa com a criação do decreto-lei.

No capítulo dos direitos e garantias individuais, o arbítrio foi constitucionalizado. Era livre a manifestação de pensamento, *pero no mucho*: “Não será tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe”.

Na prática, constitucionalizava-se a censura. Originalmente, no projeto enviado pelo governo, determinava-se que a cassação dos direitos políticos incluiria até a suspensão dos direitos não políticos, como o exercício

profissional, o que era desconhecido no mundo democrático. Esse aspecto acabou sendo revisto após protestos da bancada do MDB.<sup>47</sup>

Pior era o artigo 151. Dispunha que

aquele que abusar dos direitos individuais previstos nos §§ 8.º, 23, 27 e 29 do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão destes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do procurador-geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla defesa.

Ou seja, o STF se transformava em instrumento do regime para também cassar parlamentares. Para Castello Branco, esse capítulo não passa de “perfumaria”.<sup>48</sup>

E foram automaticamente aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo “Comando Supremo da Revolução” e pelo governo federal com base nos atos institucionais e complementares. Apesar de tanta violência constitucional, um biógrafo de Castello escreveu: “[...] graças ao espírito liberal e à tolerância de Castello, que acompanhou decisivamente a tramitação do Projeto, chegou-se a uma Constituição modelo de equilíbrio entre a tradição brasileira e as contingências de inquieto período de transição”.<sup>49</sup>

Melhor foi a definição dada pelo experiente deputado Gustavo Capanema: “Vocês, da UDN, que tanto combateram a Polaca de 37, aparecem-nos agora defendendo esta Superpolaca”.<sup>50</sup>

Com uma Carta Magna confeccionada ao gosto do poder militar discricionário e que “constitucionalizava” a violência estatal, coube ao Congresso cumprir obedientemente as imposições de Castello Branco, pois dizia que “continuidade da obra revolucionária deverá ficar assegurada por uma nova Constituição, que, a par da unidade e harmonia, represente a institucionalização dos ideais e princípios que a inspiraram”.

Foi criada uma Comissão Mista de 22 parlamentares (catorze da Arena e oito do MDB). O relator, senador Konder Reis, fez o parecer em 72 horas! Cumpriu o disposto no artigo 3º do AI-4 sem reclamar. E, pior, elogiou a imposição da celeridade como um exemplo a ser seguido.

O rito sumário levou à discussão em plenário do projeto em apenas quatro dias. O projeto retornou à Comissão Mista, onde começou a correr o

prazo de cinco dias para o recebimento de emendas. Foram 1.504,<sup>51</sup> das quais 254 foram aprovadas.

1967

Trabalhando à noite e varando a madrugada, a Comissão, em doze dias, examinou todas as emendas. No dia 8 de janeiro, concluiu o trabalho. O MDB tentou ainda retardar a aprovação das emendas negando quórum. Porém, a maioria dos senadores do partido acabou não seguindo os deputados e compareceu à sessão que aprovou a nova Constituição, a 21 de janeiro.

O presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, fez de tudo para atentar aos ditames do governo militar. Como observou que não seria possível aprovar o texto até a meia-noite do dia 21, como determinado pelo AI-4, pediu a um contínuo que atrasasse o relógio do plenário em uma hora, o que foi feito. E concluiu os trabalhos às 23h51!<sup>52</sup>

Mas, apesar de promulgada, a Constituição só entraria em vigência a 15 de março. Até lá, livre das amarras constitucionais, Castello Branco poderia, graças ao disposto no artigo 173, continuar a utilizar os Atos Institucionais para governar; assim, estaria livre de qualquer apreciação judicial. E aproveitou. Cassou e suspendeu direitos políticos de mais 62 cidadãos.

A 13 de março foi decretada a primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar – no total foram quatro. Faltavam somente dois dias para passar o governo para Costa e Silva, e Castello Branco desejou legar ao seu sucessor o seu derradeiro instrumento repressivo de Estado. E haja repressão!

O Decreto no 314 tinha oito artigos divididos em três capítulos. O primeiro apresentava conceitualmente “segurança nacional”, dividida em três partes: a segurança interna, a guerra psicológica adversa e a guerra revolucionária. A conceituação era de uma pobreza franciscana.<sup>53</sup>

Mas a violência de Estado não era de brincadeira. Para uma simples greve, pelo artigo 32, a pena de reclusão estabelecida ia de 2 a 6 anos. Uma reportagem criticando alguma ação governamental seria severamente punida, como o disposto no artigo 14.º: “Divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil: pena – detenção de 6 meses a 2 anos”.

E a redação dos artigos era de tal forma vaga que qualquer ação, por mais desprezível que fosse, poderia ser enquadrada no decreto. Um bom exemplo era o artigo 33:



Incitar publicamente: I – à guerra ou à subversão da ordem político-social; II – à desobediência coletiva às leis; III – à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV – à luta pela violência entre as classes sociais; V – à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais; VI – ao ódio ou à discriminação racial: Pena – detenção, de 1 a 3 anos.

Ao acusado, ainda na fase do processo, de acordo com o artigo 48, “importará, simultaneamente, na suspensão do exercício da profissão, emprego em entidade privada, assim como de cargo ou função na administração pública, autarquia, em empresa pública ou sociedade de economia mista, até a sentença absolutória”.

E o último artigo deixava a imprensa sob a espada de Dâmocles:

O ministro da Justiça, na forma do disposto no art. 166 e seu parágrafo 2.º, da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, e sem prejuízo do disposto em leis especiais, poderá determinar investigações sobre a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas, de radiodifusão ou de televisão, especialmente quanto à sua contabilidade, receita e despesa, assim como a existência de quaisquer fatores ou influências contrários à segurança nacional, tal como definida nos artigos 2.º e 3.º e seus parágrafos.

Mas para o regime era importante também manietar a imprensa, sempre, claro, legalmente. O AI -2 já tinha estabelecido uma ameaça permanente aos jornalistas: “Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceitos de raça ou classe”. O projeto foi enviado pelo governo ao Congresso no final de 1966. Sofreu algumas alterações que diminuíram a intensidade repressiva. Bem ao estilo da legislação da época, o primeiro artigo, caso lido por um estrangeiro, o faria imaginar que o país vivia numa democracia: “É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”.

A situação logo mudava no primeiro parágrafo do artigo (idêntico ao AI -2): “Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão

da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe”.

O capítulo III da lei reservou 17 artigos para os “abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação”. Quem fosse condenado por “fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe” poderia ser penalizado com 1 a 4 anos de detenção.

Entre as “arbitrariedades”, a mais curiosa era o artigo 24, que punia “a calúnia, difamação e injúria contra a memória dos mortos”<sup>54</sup>. E qualquer veículo impresso poderia ser apreendido se contivesse “propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social”. A lei era de 9 de fevereiro, mas só entrou em vigor na véspera da posse de Costa e Silva, a 14 de março, como mais uma herança legal castelista ao seu sucessor.

A 15 de março, Castello encerrou seu governo. Deixou uma herança política de quatro atos institucionais, 37 atos complementares, 312 decretos-leis e milhares de atos punitivos. Se os valores democráticos foram mal, a economia conseguiu reagir rapidamente e apresentou bons indicadores. A inflação caiu de 92% em 1964 para 39% em 1966. A média do crescimento do PIB, entre 1964-1967, foi de 4,2% – em 1963, a taxa foi de 0,6%. Cresceu a entrada de capital estrangeiro, e o balanço de pagamentos ficou superavitário. Ele reformou o Estado. Eliminou alguns ranços corporativos. Buscou uma maior integração à economia mundial. Construiu as condições para o ciclo de crescimento econômico mais importante da história republicana.

Castello Branco tentou manter algum espaço de liberdade em meio ao arbítrio. Viveu o dilema de invocar a defesa da democracia e, ao mesmo tempo, utilizar uma legislação – sempre “legal”, pois aprovada pelo Congresso Nacional – que não diferia daquela do Estado Novo –, inclusive tendo como autores os mesmo personagens. Ao invocar a democracia, necessitava manter a realização das eleições e o Parlamento aberto.

Contudo, não conseguiu controlar a ação política – que tinha um movimento próprio e, em alguns momentos, independente do desejo governamental. Essa contradição do regime militar teve no governo Castello Branco o seu momento mais transparente e mais agônico. Ele fez de tudo para equilibrar os desejos dos militares de um Estado forte, centralizador e modernizador, com a manutenção de um relativo espaço para a política. Não havia nenhum precedente na história nacional. Castello foi até o limite máximo na busca de uma convivência fadada ao fracasso.

<sup>17</sup> Para o discurso completo, ver BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente – discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE, 2004. pp. 291-294.

<sup>18</sup> Anselmo relata a fuga desta forma: “A cela ficava aberta e eu podia circular.

Um dia convenci um policial de que precisava visitar uma amiga. Fui para a Embaixada do Chile. O policial ficou tomando cerveja num bar a 100 metros. O conselheiro da embaixada recebeu-me, mas negou asilo. Reencontrei o policial e voltei para a prisão. [...] de novo a história de visitar uma amiga e ir saindo, saindo... Eu merecia toda a confiança” (ver SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999. pp. 96-97).

[19](#) VIANA FILHO, Luís. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 96.

[20](#) CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p. 721.

[21](#) VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 119.

[22](#) De acordo com Roberto Campos, a medida tinha quatro objetivos: 1. preservar o estímulo à poupança; 2. atualizar pelo valor real o ativo das empresas; 3. desencorajar a protelação dos débitos fiscais; 4. criar um mercado voluntário de títulos públicos (ver CAMPOS, Roberto. *Op. cit.* p. 612).

[23](#) Citado por VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 112. Lacerda faz referência ao golpe do Estado Novo getulista, em 10 de novembro de 1937.

[24](#) Os Inquéritos Policiais Militares foram criados por decreto-lei em 27 de abril de 1964 para investigar “a prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária”.

[25](#) Somente entre 1947 e 1962 foram apresentados ao Congresso 45 projetos de lei sobre reforma agrária (ver CAMPOS, Roberto. *Op. cit.* p. 681).

[26](#) VIANNA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 295.

[27](#) BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 209.

[28](#) VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 296.

29 Privadamente, Castello se referia a Lacerda de três formas: “‘O Dr. Carlos’, quando está de bom humor; ‘o mocinho da Guanabara’, quando está irônico; e ‘o procônsul’, quando está irritado” (ver BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* pp. 233-234).

30 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 346.

31 O esboço do AI-2 teve a autoria do jurista Vicente Rao. Ver VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 338. Costa e Silva, por vontade própria, fez questão de consultar o jurista Gama e Silva, que seria, no seu governo, ministro da Justiça.

32 Os cinco novos ministros foram indicados dias depois à imposição do AI-2: Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Carlos Medeiros, Osvaldo Trigueiros e Adalício Nogueira.

33 Carlos Lacerda tentou – mas logo abandonou a ideia – organizar o Partido da Renovação Democrática, que tinha a curiosa sigla de Parede.

34 A Arena obteve o apoio de 220 deputados federais (83 da UDN, 67 do PSD, 38 do PTB, 22 do PSP, 16 do PSB e outros) e 35 senadores (16 da UDN, 15 do PSD e 4 do PTB). O MDB conseguiu 83 deputados (33 do PTB, 40 do PSD, 6 da UDN e 4 do PDC) e 19 senadores (13 do PTB, 5 do PSD e 1 da UDN). Só conseguiu o 20.º senador (Aarão Steinbruch), indispensável para sua legalização, com apoio discreto do governo.

35 Para facilitar a convivência na Arena, de udenistas e pessedistas, especialmente, foi criada a sublegenda.

36 Todos os governadores aderiram à Arena, com a única exceção de Negrão de Lima, que, durante o mandato, não se filiou a nenhum dos dois partidos.

37 Citado por BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 404. A entrevista foi concedida ao jornalista Murilo Melo Filho, para a revista *Manchete*.

38 O presidente preferia que a vice-presidência fosse ocupada por João Agripino, governador da Paraíba. Contudo, Costa e Silva vetou.

39 Os ademaristas paulistas aderiram à Arena. Porém, o governador foi vetado por determinação de Castello Branco.

40 De acordo com o ministro da Justiça, “o governo de São Paulo anunciou a emissão de Letras do Tesouro com juros e atrativos que, na concorrência com as do governo federal, teriam a preferência dos investidores e deu início a uma orgia de empréstimos pelo Banespa (Banco do Estado de São Paulo)”. (SÁ, Mem de. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 243).

41 “Desde que saiu da Escola Militar, Costa e Silva nunca mais leu um livro, nunca mais estudou nada. Já lhes contei o episódio das palavras cruzadas? Certa vez, viajávamos no mesmo avião, e eu estava lendo um livro sobre o Vietnã. Ele comentou: ‘Mas você lê essas coisas?’ Respondi: ‘Leio, porque a questão do Vietnã nos interessa de perto. Caso os Estados Unidos percam essa guerra, a Ásia se tornará comunista, e isso nos afetará de algum modo’. Ele disse: ‘Você é um idiota, perdendo tempo com essas coisas. Eu hoje só faço palavras cruzadas’.” (ver CAMARGO, Aspásia; GÓIS, Walder de. *Meio século de combate – diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 584).

42 Disponível em: <[www.fgts.gov.br](http://www.fgts.gov.br)>. Acesso em: 20 set. 2013.

43 Carlos Castello Branco assim define Medeiros: “O ministro é visto como um técnico, quase que como um robô, um eficiente cérebro eletrônico, do qual, se lhe derem corda, podem ser esperados Atos Institucionais e Complementares com que jamais terá sonhado qualquer dos seus antecessores naquela pasta” (BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 545).

44 MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. pp. 272-273.

45 MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Op. cit.* p. 280.

46 Citado por SARASATE, Paulo. *A Constituição do Brasil ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967. p. 103.

47 Ver BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* pp. 636-637.

48 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 635.

49 VIANA FILHO, Luís. *Op. cit.* p. 474.

50 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 620.

51 Esse é o número informado por Paulo Sarasate (ver *Op. cit.* p. 60). Segundo Viana Filho, foram 1.800 (ver VIANA FILHO, Luís. p. 471).

52 ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 385.

53 Apenas um exemplo: § 2.º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

54 O artigo era dirigido aos pesquisadores que estudavam a ação das Forças Armadas na história do Brasil. Qualquer crítica ao duque de Caxias, por exemplo, poderia levar o autor a ser incurso na lei.



Rio de Janeiro (RJ), 13/03/1969. Presidente Arthur da Costa e Silva (encabeçando a mesa) preside reunião do Conselho de Segurança Nacional, no Rio de Janeiro, que resultou no expurgo de 96 políticos brasileiros.  
(© AP Photo/Glow Images)

Profundas  
convicções  
democráticas  
(e autoritárias também)

Em 15 de março de 1967, Arthur da Costa e Silva tomou posse como presidente da República. No discurso inaugural, apresentou suas metas em 1.314 palavras. Numa demonstração da valoração positiva do vocábulo “revolução”, a expressão foi usada catorze vezes pelo presidente – Castello Branco, no discurso de posse, não a usara sequer uma vez. Já “democracia” acabou sendo utilizada oito vezes.

Defendeu com entusiasmo o regime, que, de acordo com ele, tinha “profundas origens populares”. Era uma “Revolução, em verdade, e não golpe de Estado, que visasse tão somente a substituir um homem por outro ou por outra facção política. Revolução, e não motim militar, pois as Forças Armadas, que também vêm do povo, com o povo se irmanaram em defesa dos mesmos ideais”.

Definiu, mais uma vez, o “que não era” o regime:

Há, todavia, quem fale em ditadura, como se nós não a tivéssemos conhecido jamais. O desmentido está no fato mesmo de ser possível formular e divulgar a crítica injusta, que se manifesta, sem obstáculo, na imprensa, na tribuna pública, nos movimentos políticos. E o desmentido mais flagrante está precisamente nesta hora em que o Congresso Nacional, como representante autêntico do povo brasileiro, elege um presidente da República. Numa ditadura, o ditador não se deixa substituir. Entre nós, o escrúpulo republicano foi de tal monta, que o mesmo



presidente Castello Branco, num gesto altamente democrático, estabeleceu, em Ato Institucional, o preceito proibitivo da sua reeleição.

Costa e Silva fez questão de deixar claro seu principal compromisso político: “Meus intuítos democráticos e minha preocupação com a ordem constitucional não podem ser postos em dúvida”. Era “um cidadão de profundas convicções democráticas, que, só por inspiração dessas convicções, assumiu, na Revolução, o posto que lhe foi designado”<sup>55</sup>

Para ele, “a democracia não é uma transcendência. É uma vocação humana, e sua raiz mais funda está no instinto de liberdade. Todo poder político tem origem popular e essa origem é só a razão que pode legitimá-lo”.

O clima de otimismo esteve presente na cerimônia. Ao dar posse a Costa e Silva, Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, aproveitou para declarar que o Brasil “se reencontrava com o Estado Democrático de Direito e retornava à ordem constitucional”. Segundo o colunista Carlos Castello Branco, “longa ovação interrompeu, àquela altura, o pequeno discurso do presidente do Congresso, enquanto o marechal Costa e Silva corria os olhos pelas galerias da Câmara como a se certificar da generalidade da manifestação”<sup>56</sup>

O senador exagerou. O país estava muito distante de um estado de direito com a vigência das leis de Imprensa e de Segurança Nacional, além de ter entrado em vigor a nova Constituição, sem que tenha sido eliminada a possibilidade da edição de novos atos institucionais e a existência dos famigerados decretos-leis. Mas havia um clima de otimismo pelo próprio estilo do presidente, considerado mais simpático e menos austero do que Castello Branco.

A nova equipe ministerial – dezessete ministros – era muito diferente da anterior. Para as Relações Exteriores, foi nomeado o ex-governador mineiro Magalhães Pinto – último titular da pasta fora dos quadros do Itamaraty. Era um meio de ter no governo um político civil influente – melhor do que tê-lo na oposição, mesmo que moderada, como ocorrera durante a presidência Castello Branco.

Na economia, o principal nome foi o jovem economista Delfim Netto, que, desde os primeiros dias, deixou claro que mudaria os rumos da política econômica, dedicando atenção especial ao crescimento econômico – tarefa facilitada pela arrumação da casa efetuada pela dupla Campos-Bulhões, que criara as condições para um novo ciclo de desenvolvimento.

Para a Justiça, o presidente chamou novamente o jurista Gama e Silva, que tinha colaborado com o Comando Supremo da Revolução, nos primeiros dias de abril de 1964.

O presidente colocou no ministério três coronéis – Mário Andreazza, nos Transportes; Jarbas Passarinho, no Trabalho; e Costa Cavalcanti, nas Minas e Energia – numa clara demonstração da importância política da jovem

oficialidade e das suas diferenças políticas em relação aos castelistas.

Os coronéis – boa parte deles identificados com a linha dura – tinham intensa participação política, especialmente aqueles lotados no Rio de Janeiro. Passando por cima de qualquer instância hierárquica, chegaram até a sabatar Delfim Netto sobre os rumos da economia, em plena sede do SNI, no Rio de Janeiro. O ministro da Guerra anunciou que puniria os militares por essa atitude, mas a ameaça acabou caindo no esquecimento.

A 31 de março, Costa e Silva assistiu à missa celebrada em Brasília em comemoração ao terceiro aniversário do regime. Mantendo o figurino de maior abertura à imprensa do que o de seu antecessor, deu sua primeira entrevista coletiva. Disse que faria um governo de união nacional. Mostrava-se aberto à oposição “desde que ela se manifeste pelos altos objetivos nacionais”.

Como esperado, suas palavras não foram bem acolhidas pelo MDB. O deputado Mário Covas, líder da oposição na Câmara, afirmou que o presidente fora superficial nas suas propostas para solucionar os grandes problemas nacionais e restabelecer a democracia.

O marechal estava gostando de ser presidente. Recebia políticos tanto no Palácio do Planalto como no da Alvorada. Deslocava-se para várias partes do Brasil e buscava o contato popular. Fazia referências ao regime democrático. Acentuar o discurso e a ação que valorizavam a forma ditatorial de governo como positiva era, indiretamente, manifestar apoio ao Estado Novo, e 1964 foi uma resposta – na leitura dos militares – ao varguismo. Daí as tentativas de popularizar o regime e a figura do presidente.

Em abril, numa visita a Londrina, Paraná, ele

emocionou-se ao ver-se face a face com uma multidão entusiástica e ululante. Olhando para trás, o presidente localizou seu chefe de Cerimonial, o ministro Marcos Coimbra, e, puxando-o pelo braço, perguntou-lhe: “Que devo fazer agora? Como é que o Jango fazia?” <sup>57</sup>

Em 3 de abril, foram capturados no município de Presidente Soares, próximo a Manhuaçu, Minas Gerais, na serra do Caparaó, dez guerrilheiros – inicialmente, divulgou-se que seriam trezentos. Estavam organizando uma base guerrilheira. Sob a influência da Revolução Cubana, consideravam Caparaó a Sierra Maestra brasileira. A organização que tentava estruturar o foco guerrilheiro era o Movimento Nacionalista Revolucionário. Tinha a liderança formal de Leonel Brizola, sendo constituída principalmente por militares que tinham sido expulsos das Forças Armadas.

Foi uma aventura inconsequente. Não havia sequer um revólver para

cada guerrilheiro. Acabaram capturados sem combate, parte numa barbearia e outra, tomando banho em um riacho.<sup>[58](#)</sup>

A desastrosa ação demonstrou que certos setores da esquerda estavam apostando no enfrentamento armado e abandonando toda possibilidade de luta legal. O cenário mundial dava alguma legitimidade a esse tipo de ação revolucionária, em especial, no caso da América Latina, após a vitória da Revolução Cubana – que era compreendida como um movimento exclusivamente guerrilheiro, sem atentar para a especificidade de Cuba e a amplitude do movimento rebelde anti-Batista (inclusive, com discreto apoio do governo americano).

Entendia-se que a ideia socialista e um fuzil na mão seriam suficientes para a vitória revolucionária. Eleição, disputa política, pluralidade partidária, eram sinônimos da democracia burguesa, da forma de dominação exercida pelas oligarquias associadas ao imperialismo americano.

A realização, em Cuba, da primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), que reuniu grupos de esquerda defensores da luta armada na região, reforçou, no caso brasileiro, as correntes que advogavam o enfrentamento armado.

Já havia um processo interno de afastamento da “democracia burguesa” no período pré-1964. Basta recordar a descoberta dos campos de treinamento guerrilheiro das Ligas Camponesas e o deslocamento dos primeiros militantes do PC do B para treinamento militar na China.

A profunda crise e o fracionamento do Partido Comunista Brasileiro, e o fracasso da estratégia de apoiar a burguesia nacional, como primeiro passo rumo ao socialismo, abriram o caminho para o nascimento de várias organizações de luta armada. Algumas com não mais que três dúzias de militantes. Mas tendo em Cuba o farol, a referência, de que seria possível tomar o poder pelas armas, e negando enfaticamente o que chamavam de “luta de massas”, a luta política legal, a “democracia burguesa”.

Quando Carlos Marighella – que compareceu à conferência da Olas – proclamou que a luta armada era o único caminho para derrotar o regime militar, estava representando um amplo setor da esquerda que dava adeus às “ilusões burguesas”.<sup>[59](#)</sup>

No retorno de Cuba, Marighella rompeu com o PCB, organizou a Ação Libertadora Nacional (ALN) e iniciou os primeiros assaltos a bancos e carros pagadores com o intuito de obter fundos para as atividades da organização.

Foi o momento em que a tortura como “método” de investigação se institucionalizou no aparelho repressivo militar. Se grande parte da repressão do Estado Novo esteve vinculada à Polícia Civil, foi no regime de 1964 que as Forças Armadas passaram a exercer essa tarefa utilizando-se de toda a estrutura militar: homens, instalações e o poder de deter quem quisessem a qualquer hora e por qualquer razão. Não foi uma ação individualizada, mas uma política repressiva de Estado contra os “inimigos internos”.

Em 1967, a máquina não estava suficientemente azeitada. Ainda bem. Tanto que os setores repressivos protestaram contra a publicação – que foi

apreendida – do livro *Torturas e torturadores* (1966), do jornalista Márcio Moreira Alves, que acabara de ser eleito em novembro do ano anterior deputado federal pelo MDB. Nesse livro, são relatadas graves violações dos direitos humanos nos anos 1964-1965 contra opositores do regime.

Muito curiosa e bizarra foi a justificativa do coronel Hélio Ibiapina sobre as torturas ocorridas no Nordeste, apresentada a dom Hélder Câmara:

Muitas vezes o senhor tem vindo ao IV Exército reclamar de torturas contra presos políticos. Traz os nomes e as torturas a que estes homens foram submetidos e não sei como consegue estas informações. Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgado o poder, os senhores estariam hoje reclamando não de torturas, mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar.<sup>60</sup>

E nesse ambiente é que, a 3 de maio, o filme *Terra em transe* (1967), dirigido por Glauber Rocha, foi exibido em Cannes após ser liberado, dois dias antes, pela censura federal.

A 18 de julho, quase quatro meses após sair da presidência da República, Castello Branco morreu em um acidente aéreo. O avião em que viajava invadiu uma área de treinamento militar, no Ceará, próximo a Fortaleza, e se chocou com uma aeronave militar. Vinha de uma visita à fazenda da escritora Rachel de Queiroz.

No dia seguinte, o jornalista Hélio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*, publicou um violento artigo, atacando o ex-presidente:

Com a morte de Castello Branco, a humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, perdeu coisa alguma. Com o ex-presidente, desapareceu um homem frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza, seco por dentro e por fora, com coração que era um verdadeiro deserto do Saara.

Em represália, o governo confinou Fernandes por sessenta dias: trinta no

arquipélago de Fernando de Noronha e mais trinta na cidade de Piraçununga, no estado de São Paulo.

A 4 de setembro, foi oficialmente formalizada a Frente Ampla.<sup>61</sup> As conversações tinham começado no início do ano, lideradas pelo ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Foi uma ousada manobra política. O objetivo de Lacerda era unir-se a João Goulart e Juscelino Kubitschek, buscando estabelecer uma frente política contra o regime militar.

O primeiro a ser procurado foi JK. A 19 de novembro de 1966, em Lisboa, eles divulgaram um documento – *A Declaração de Lisboa* – se comprometendo a unirem suas forças numa ação conjunta contra o regime militar.

Não era tarefa fácil reunir lideranças que tinham projetos distintos e tiveram papéis tão dispares na crise de 1964. Foi estabelecido um programa mínimo, defendendo uma anistia geral, uma nova Constituição, o restabelecimento das eleições diretas e um programa de reformas.

Em 9 de abril, JK regressou ao Brasil. Havia muita tensão no ar. Os articuladores da Frente resolveram suspender a ampliação das articulações políticas. Optaram, inicialmente, por aparar as arestas entre as lideranças.

A aliança entre Carlos Lacerda, JK e João Goulart, dizia-se, poderia se constituir em um partido político, e contava com o apoio de parlamentares da Arena e do MDB, além de numerosos políticos que não tinham aderido ao bipartidarismo.

Lacerda era o único dos três com plenos direitos políticos. A aliança seria uma possibilidade para o seu retorno ao primeiro plano da cena política. Ele aproveitou para, por meio de artigos e entrevistas, atacar o governo. Usou a televisão – foi o primeiro político brasileiro a entender a importância do veículo e o que melhor a utilizou – até ser proibido, a 28 de agosto, de falar na TV.

A direção arenista ameaçou com expulsão quem apoiasse a Frente. A Polícia Federal intimou JK para um depoimento. O ex-presidente acusou o governo de não respeitar sua condição de ex-presidente, disse que não responderia a nenhuma pergunta que lhe fosse feita e, no dia seguinte, a 12 de setembro, deixou o Brasil rumo aos Estados Unidos.

Foi o meio encontrado por JK para evitar sofrer mais alguma humilhação, pois o ministro da Justiça, Gama e Silva, estava ameaçando confiná-lo, o que ocorreria no ano seguinte com Jânio Quadros.<sup>62</sup>

A 15 de setembro, dez meses após *A Declaração de Lisboa*, Lacerda anunciou que iria se encontrar com Goulart nove dias depois, no Uruguai. A notícia caiu como uma bomba. Desgastou Lacerda entre os militares que ainda o apoiavam.<sup>63</sup> E também, de acordo com o governador da Guanabara, entre os “lacerdistas crônicos, exaltados, que ficaram na maior indignação”.<sup>64</sup>

Por um lado, porque os dois eram inimigos fígadais; por outro, porque uma possível união fortaleceria os setores civis que estavam se contrapondo

ao progressivo autoritarismo militar.

Lacerda comunicou que as conversações com Jango tinham sido proveitosas. Divulgaram uma nota. Mas Jango também sofreu críticas dos exilados que estavam no Uruguai, especialmente do seu cunhado, Leonel Brizola <sup>65</sup>

Porém, as divergências no interior da organização ainda eram muito acentuadas. Jango já não tinha o controle dos antigos trabalhistas. Sua influência era mais presente no Rio Grande do Sul. JK estava com problemas de saúde e, sem a máquina do PSD, vivia mais do seu prestígio pessoal de ex-presidente. E, até dezembro, a organização viveu dos pronunciamentos públicos de Lacerda, que não perdia oportunidade para atacar o militarismo, a política econômica e a corrupção.

Vale notar que a Frente Ampla teve uma tímida presença em São Paulo. Seus principais líderes tinham residência no Rio de Janeiro – apenas Lacerda tinha nascido lá – e uma importante presença política na antiga capital federal. Já em São Paulo, a maior cidade do país desde o final da década anterior, a Frente não tinha um político de expressão – deve-se recordar que tanto Jânio Quadros como Ademar de Barros tinham sido cassados.

Na cidade (e no estado) estavam surgindo novos líderes, devido também à cassação dos dois políticos que haviam marcado a política local desde os anos 1950. Em São Paulo, o processo político adquiria uma feição muito própria, produto da expansão capitalista e da formação de uma sociedade burguesa.

A articulação das principais lideranças na Frente Ampla produziu muita fumaça, mas pouco fogo político. A organização dos núcleos da Frente nos estados nunca passou das intenções. Foi no Rio de Janeiro – ainda a efetiva capital política do país – que a organização encontrou maior ressonância, mas sem nenhuma mobilização de massa. Faltou uma estrutura permanente, quadros políticos ativos e objetivos a serem alcançados.

Os últimos suspiros da Frente Ampla deveram-se aos arroubos verbais de Lacerda. Já no final do ano estava moribunda. Quando veio sua extinção, por uma portaria do Ministério da Justiça, em 5 de abril de 1968, a Frente tinha pouca importância no cenário político.

Foi a última tentativa de oposição civil, democrática, ao regime. O seu fracasso foi também o dobre de finados de João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. As velhas lideranças não mais conseguiam dar conta da complexa conjuntura, e saíram, ainda que precocemente, da vida política para entrar na história.

A 15 de setembro, seis meses após assumir o governo, Costa e Silva concedeu uma entrevista coletiva. Afirmou que o Brasil vivia em plena democracia. Quatro dias depois, o líder do MDB no Senado, Aurélio Viana, contestou-o com moderação: “Estamos ainda em um sistema em que a liberdade sindical e a autonomia sindical não se fazem sentir em toda a sua plenitude”.

Um mês depois, 7 mil metalúrgicos, em São Paulo, ameaçaram

decretar greve geral para forçar o Tribunal Regional do Trabalho a julgar um dissídio coletivo, o que acabou não ocorrendo, devido à intervenção governamental.

Anunciou-se que estavam prontos os estudos para a construção da primeira usina nuclear no Brasil. Esse projeto estava associado a uma política mais ampla de sonho com uma bomba atômica brasileira. O argumento era de que a Argentina estava muito mais adiantada no domínio da tecnologia nuclear.

O Brasil não apoiou as primeiras manifestações que levaram, em 1968, ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Era um claro sinal de que buscava manter certa independência em relação aos Estados Unidos, política externa distinta da desenvolvida por Castello Branco.

O ano encerrou com sinais positivos na economia. A inflação caiu para 25% (tinha sido de 39% no ano anterior), o PIB cresceu 4,2%, caiu a taxa de juros, manteve-se a entrada de capital estrangeiro, diminui-se a dívida externa e intensificaram-se os projetos e as construções de grandes obras de infraestrutura na área de transportes, telecomunicações e energia, especialmente.

1968

O ano começou com um clima de crise no ar. Havia certo cansaço com a presença dos militares em todas as esferas do Estado. Nada era feito sem a anuência dos quartéis: “Sob o pretexto da política de segurança nacional, os militares fiscalizam e limitam a ação do governo, intervindo na seleção de administradores de todos os graus e liberando ou restringindo o exame de problemas, na base da sua própria agenda de prioridades” <sup>66</sup>

A manutenção de um regime que combinava características autoritárias, como a legislação “revolucionária”, e liberais, como o funcionamento do Congresso Nacional, tinha chegado ao seu limite. A instabilidade nos espaços políticos era evidente. O governo encaminhou um projeto para o Congresso extinguindo a eleição direta dos prefeitos de 234 municípios considerados “áreas de segurança nacional”.

A lista era esdrúxula. Na maioria dos municípios escolhidos, a Arena encontrava forte oposição do MDB. Na Paraíba, o governador João Agripino chegou a propor a inclusão de Campina Grande. A justificativa? É que naquela cidade o MDB era majoritário. O projeto encontrou resistência até entre os arenistas. Pouco depois, a lista caiu para setenta.

O movimento estudantil acabou capitalizando a insatisfação contra o regime – e não só aqui, pois nesse momento a maré da agitação estudantil atingia igualmente a Europa Ocidental e países da América Latina. Os

estudantes lutavam contra o projeto de reforma universitária, a censura, a legislação repressiva e a escassez de vagas nas universidades públicas.

O Rio de Janeiro concentrava as manifestações. A 28 de março, a polícia estadual reprimiu um ato público estudantil em defesa do Calabouço, restaurante universitário localizado no centro da cidade. No conflito, acabou morrendo o estudante Edson Luís de Lima Souto, de dezessete anos, morreu com um tiro no peito.

Manifestações de protesto se espalharam pelo país. Em Goiânia, a 1.º de abril, um estudante foi morto numa passeata. O ministro da Guerra, em nota oficial, alertou a seus comandados de que as passeatas tinham “orientação nitidamente comunista” e se aproveitavam e exploravam “o estado emocional da classe estudantil, legitimamente compungida com a lamentável e trágica morte ocorrida no episódio do restaurante Calabouço”.

Em 31 de março, o regime comemorou quatro anos. Dias antes, Costa e Silva teria dito que gostaria de passar o governo, em 1971, a um civil. Poucos acreditaram na sinceridade do presidente. A insatisfação era grande com o crescente militarismo. E mesmo políticos experientes, como Martins Rodrigues (MDB-CE), não enxergavam no horizonte sinal algum de mudança e manifestavam sua angústia: “Sei que é meu dever lutar, mas às vezes fico pensando para quê?” <sup>67</sup>

Os setores “duros” do regime aproveitaram a conjuntura de instabilidade política para avançar. A tibieza de Costa e Silva favoreceu seus intentos. Queriam “fechar” o regime. Alguns usavam como exemplo positivo a ditadura argentina sob o comando de Juan Carlos Onganía.

A esquerda que desprezava a luta política também estava em ritmo de guerra. A 19 de março, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) <sup>68</sup> explodiu uma bomba no consulado americano, em São Paulo. O jovem Orlando Lovecchio, que passava pelo prédio no momento da explosão da bomba, acabou gravemente ferido e com uma perna amputada.

No mês seguinte, mais duas bombas explodiram em São Paulo: uma no jornal *O Estado de S.Paulo* e outra na sede da Bolsa de Valores.

Em meio à crescente tensão política, o ministério da Justiça proibiu as atividades da Frente Ampla. O MDB, a cada dia mais enfraquecido, estava dividido frente às manifestações estudantis: um setor defendia o enfrentamento político direto do regime militar. Outro preferia a conciliação e o apoio a projetos de arenistas à sucessão presidencial em 1970.

Era o caso do deputado Ulysses Guimarães, que negociou a sua entrada no secretariado de Abreu Sodré e, em contrapartida, apoiaria o governador paulista à sucessão de Costa e Silva. Depois de muitas negociações, a adesão acabou fracassando devido ao agravamento do quadro político.

Em 16 de abril, em Contagem, Minas Gerais, teve início a primeira greve de trabalhadores desde abril de 1964. A cidade se destacava pelas indústrias metalúrgicas. A principal reivindicação era um aumento salarial de 25%. A greve teve a liderança de várias organizações de esquerda, a maioria delas surgidas após a fragmentação do PCB.



Apesar de ser declarada ilegal, a greve não só se manteve, como foi ampliada com a adesão de operários de outras fábricas. O movimento cresceu fora do sindicato, que era controlado pelo governo. Jarbas Passarinho foi a Contagem e falou aos operários em greve. Ameaçou usar a força. Exigiu a aceitação da proposta governamental: aumento de 10% sem desconto da data base. Foi vaiado.

A greve continuou. A cidade foi ocupada pela polícia. Depois de muitas pressões, o movimento acabou. Os trabalhadores tiveram o aumento oferecido pelo governo e conseguiram romper o que era chamado à época de arrocho salarial.

A 1.º de maio, em São Paulo, ocorreu um ato na Praça da Sé com a presença do governador Abreu Sodré, que, como foi dito, estava tentando articular um movimento para suceder Costa e Silva.

Ir ao ato – ainda sob o impacto dos acontecimentos de Contagem – seria um meio de mostrar independência do governo federal e simpatia pelo movimento operário. Deu tudo errado. Os discursos foram radicalizando o ato – que tinha a presença de vários grupos de esquerda – até Abreu Sodré ser atingido por uma pedrada. O clima esquentou, e o palanque acabou incendiado. O governador teve de ser retirado às pressas do ato.

O governo respondeu ao recrudescimento sindical com medidas ainda mais repressivas. A Lei no 5.439 estabeleceu a responsabilidade criminal para menores com idade entre catorze e dezoito anos envolvidos em ações contra a segurança nacional. E não só: o artigo 4.º chegou a tratar dos crimes de menores de catorze anos! Como no teatro do absurdo, em discurso comemorativo ao Dia da Infância, Costa e Silva afirmou que o Brasil era exemplo mundial de ordem interna.

No início de junho, o governo aprovou no Congresso que 68 cidades seriam declaradas áreas de segurança nacional, e, portanto, seus eleitores não poderiam escolher diretamente os respectivos prefeitos. Em seguida, também aprovou a sublegenda, dando condições à Arena de acomodar as diferentes correntes políticas e asfixiando ainda mais o MDB.

Foram duas vitórias importantes para poder ter o controle dos Legislativos estaduais e do Congresso, além de impedir que o MDB pudesse eleger os prefeitos de 90 cidades, inclusive das 22 capitais.

Se – pela força – o governo foi impondo a sua vontade aos políticos e aos sindicatos, entre os estudantes, especialmente no Rio de Janeiro, o quadro era bem diferente. A 21 de junho, uma sexta-feira, as ruas centrais da antiga capital federal se transformaram numa praça de guerra. No fim do dia, após violentos choques, morreram um policial e dois civis, e mil estudantes foram presos.

O governador Negrão de Lima tinha perdido o comando da polícia. O governo federal impôs um novo secretário de Segurança Pública. Era o único governador de oposição, mesmo que ultramoderado.

Na semana seguinte, no dia 26, uma quarta-feira, ocorreu no Rio de Janeiro a célebre passeata dos 100 mil, mesmo após a proibição, no dia anterior, por meio de uma portaria, de passeatas e manifestações pelo

Ministério da Justiça. Foi o ápice do movimento de oposição às arbitrariedades do regime militar. As bandeiras estudantis<sup>69</sup> puxaram a passeata, mas também estiveram presentes questões afeitas ao campo das liberdades democráticas, como o fim da censura.

Se no Rio de Janeiro o eixo da manifestação era a defesa das amplas liberdades, portanto, da democracia, em São Paulo a radicalização política da esquerda tinha abandonado a luta no terreno democrático. Era hora – segundo estes pequenos grupos extremistas – de enfrentar o regime com as mesmas armas, pela força, numa guerra.

Em 22 de junho haviam sido roubadas armas do Hospital Militar, na capital paulista – onze fuzis. Quatro dias depois, enquanto só se falava da passeata dos 100 mil, em São Paulo militantes da VPR<sup>70</sup> atacaram o edifício do alojamento dos oficiais do II Exército. Jogaram sobre ele um carro cheio de explosivos. No atentado terrorista, acabou morrendo a sentinela, Mário Kozel Filho, um jovem de 18 anos.

A 1.º de julho, no Rio de Janeiro, terroristas mataram o major alemão Edward von Westernhagen, que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foi um engano. Queriam matar o capitão boliviano Gary Prado, que tinha aprisionado Che Guevara na Bolívia, em 8 de outubro de 1967. Três meses depois, um comando da Vanguarda Popular Revolucionária assassinou em São Paulo o capitão do exército americano Charles Chandler.

No dia da reunião do Conselho de Segurança Nacional – 16 de julho –, em que Costa e Silva decidiu manter a proibição de novas manifestações de rua e incumbiu os ministros militares e da Justiça de combaterem “um estado contrarrevolucionário”, 4 mil trabalhadores entraram em greve, em Osasco, São Paulo.

Semelhantemente a Contagem, a greve foi deflagrada fora da estrutura sindical e com a participação de grupos à esquerda do PCB. Fábricas foram ocupadas. O exército foi chamado e usou da força para retirar os operários das fábricas. Osasco foi tomada pela repressão. Dois dias depois, a cidade retornou à “normalidade”.

No Rio de Janeiro, a 18 de julho, os estudantes voltaram às ruas. Uma comissão que representava os manifestantes foi recebida por Costa e Silva, no final de junho, em Brasília. Mas não havia condição para a negociação, apesar, nesse caso, da boa vontade do presidente.

Os extremistas do (e no) governo não perderam a oportunidade para pressionar o marechal:

O malogro da conversa do presidente com a comissão da passeata abriu caminho ao ministro Gama e Silva. Ontem pela manhã, já estava ele no palácio carregando no bolso nova cópia recém-datilografada do decreto de estado de sítio que procura vender ao presidente a cada crise que

ocorre. O sr. Gama e Silva transformou-se no veículo das pressões de endurecimento e tem sempre no bolso um arsenal de medidas de exceção prontas para receber a assinatura do marechal Costa e Silva, no momento em que a resistência do presidente entrar em colapso.<sup>71</sup>

Já no mês anterior, o brigadeiro Burnier tentou usar os integrantes do Para-Sar, da Aeronáutica, para eliminar adversários do governo e atacar instalações no Rio de Janeiro com o objetivo de gerar o caos. Abandonou o plano após a recusa dos oficiais da FAB, liderados pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho.

A radicalização tinha tomado conta da política. Os comícios-relâmpagos tiveram pouco efeito. O apoio da classe média aos movimentos de resistência foi decaindo com o aumento da repressão. A indiferença popular era evidente. Não identificava nos estudantes seus representantes. Suas palavras de ordem contra a ditadura e pelo povo no poder estavam dissociadas do cotidiano dos trabalhadores e da classe média. E a retomada do crescimento econômico dava um grau de legitimidade ao regime.

A 29 de agosto, cem agentes do Dops, protegidos por duzentos soldados da Polícia Militar, invadiram o campus da UnB à procura de lideranças estudantis. Depredaram as instalações e mataram um estudante com um tiro na testa. Parlamentares oposicionistas que se dirigiram à universidade também foram agredidos pela polícia.

No gabinete do deputado Mário Covas, líder do MDB, um professor da UnB contou como se deu a invasão: “Estávamos em aula, ouvimos uns tiros, levantamo-nos, olhei para um lado, e quando voltei a vista o rapaz que estava a meu lado caíra com um tiro na cabeça”.<sup>72</sup>

Voltaram a azedar as relações entre o governo e a oposição. Lembrou-se que Costa e Silva estava isolado em Brasília e sitiado por oficiais ultrarradicais que apoiavam as violências policiais. O ministro da Justiça fazia de tudo para tensionar ainda mais as relações do Executivo com o Congresso. Daniel Krieger, senador e presidente da Arena, relata um bate-boca dele com Gama e Silva no Palácio das Laranjeiras, pouco antes de um almoço com o presidente da República:

Quando entrei na sala, após os cumprimentos, o ministro da Justiça, professor Gama e Silva, dirigindo-me a palavra disse:

– Preciso do seu auxílio. Vou pedir licença à Câmara para processar os deputados Israel Dias Novais, Lutz Sabiá e Davi Lerer, que, da tribuna, me caluniaram.

– Ministro, Vossa Excelência é professor de direito e não pode, portanto, ignorar que os deputados estão resguardados pela inviolabilidade.

- Esta doutrina está superada.
- Entretanto, é a dominante, não só em nosso país, como em todas as nações democráticas.
- Então esse Congresso precisa ser dissolvido.
- Essa é a opinião de Vossa excelência, mas não é a do governo.
- Diante disso, só me resta um recurso: entrar no plenário da Câmara e esbofetear esses canalhas.

Eu, que, forçando o meu temperamento, vinha suportando pacientemente os destemperos do professor Gama e Silva, extravasei:

– Ministro, Vossa Excelência não só tem o direito, mas o dever de desagrar-se. Um homem que é atacado na sua honra e não reage é um desmoralizado. Não precisa, porém, entrar no recinto da Câmara. Aguarde seus supostos caluniadores na rua.

O presidente, chegando ao salão e notando o meu estado de espírito, mandou o ministro calar-se e, segurando-me pelo braço, levou-me para a sala do almoço.<sup>73</sup>

Na semana seguinte, dois discursos na Câmara dos Deputados, por coincidência de dois parlamentares cariocas e jornalistas, Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, considerados ofensivos às Forças Armadas, principalmente o primeiro, ampliaram a crise.

No caso de Moreira Alves, que já era um desafeto antigo da linha dura – basta lembrar o livro *Torturas e torturadores* –, o que mais irritou no discurso foi a passagem:

Quando pararão as tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma bota, arrebetando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do governo? Quando teremos, como pais, ao ver nossos filhos saírem para a escola, a certeza de que eles não voltarão carregados em uma padiola, esbordoados ou metralhados? [...] Quando não será o exército um valhacouto de torturadores?

A 2 de outubro – no mesmo dia do massacre dos estudantes na praça das Três Culturas, na Cidade do México –, estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie entraram em violento conflito, em São

Paulo, no episódio conhecido como Batalha da Maria Antônia – nome da rua onde se localizavam as duas universidades.

Durante o confronto, um aluno secundarista, José Carlos Guimarães, morreu com um tiro na cabeça. A repercussão política do incidente foi pequena. O movimento estudantil tinha alcançado o ápice no final do primeiro semestre. Os acontecimentos da Rua Maria Antônia eram um sinal do isolamento estudantil e do afastamento das lutas democráticas. E reforçou a opção do extremismo paulista pelo enfrentamento armado do regime, justo no terreno desejado pela linha dura.

Dez dias depois da “batalha”, começou clandestinamente o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo. Era inimaginável a polícia não tomar conhecimento da presença de quase mil jovens em um sítio. A organização do congresso estava sob a responsabilidade da UEE paulista, dirigida por José Dirceu. Centenas de estudantes foram presos, assim como todas as principais lideranças nacionais do movimento estudantil.

Em 5 de novembro, o STF enviou à Câmara dos Deputados o pedido feito pelo governo para processar Márcio Moreira Alves. Vinte dias depois, o presidente da Comissão de Justiça adiou para 20 de janeiro de 1969 a apreciação da solicitação. O ministro da Justiça pediu a deliberação em regime de urgência.

A 4 de dezembro, em nota, o ministro do Exército afirmou que a “Câmara dos Deputados é soberana em suas decisões”. O presidente Costa e Silva declarou que o governo não pensava em nenhuma medida de exceção para contornar a crise com Câmara.

O ministro do Interior, general Albuquerque Lima, aproveitou a crise para se impor como candidato à sucessão presidencial. Servindo-se do cargo, viajou por todo o país. Por onde passava, dava entrevistas sobre a conjuntura política. Em Salvador, a 18 de novembro, disse que o Brasil precisava de “mais dez anos de revolução”.

Era o porta-voz da jovem oficialidade e tentava fazer o mesmo papel que Costa e Silva fizera com Castello Branco. Mas com algumas diferenças, pois era um general de três estrelas e sua ascensão à presidência da República criaria um problema hierárquico, uma vez que seria comandante em chefe das Forças Armadas sem ter chegado a general de exército (de quatro estrelas). Buscava, em vista disso, manter o apoio dos jovens oficiais, incentivava mobilizações e manifestos, transitando entre o extremismo político direitista e o reformismo autoritário.<sup>74</sup>

Desde o início de dezembro, começaram a circular rumores de um novo Ato Institucional. A resposta governamental seria muito dura, caso a Câmara negasse licença para o governo processar o deputado Moreira Alves. O possível endurecimento era um meio de o governo manter o apoio dos quartéis e dar uma sobrevida política a Costa e Silva.

O ministro da Justiça era o porta-voz dos extremistas:

O professor Gama e Silva, personagem de comédia extraviado em um drama, voltava a ser ontem a pessoa mais comentada na Câmara, graças à entrevista em que anunciou que se a Câmara votasse contra a licença estaria afirmando-se conivente com os ataques às Forças Armadas.<sup>75</sup>

No dia 11, por dezenove votos a doze, a Comissão de Justiça aprovou a licença para processar Moreira Alves<sup>76</sup> – a liderança partidária, pressionada pelo governo, alterou a composição para garantir maioria, e Djalma Marinho, que presidia a comissão, renunciou ao cargo. Antes discursou explicando suas razões. E “quando membros da Comissão de Justiça aplaudiam o discurso do sr. Djalma Marinho, o sr. Martins Rodrigues gritou: ‘De pé, para aplaudir um homem’. E todos se puseram de pé”<sup>77</sup>

No dia seguinte, o plenário da Câmara apreciou o pedido. Antes Moreira Alves leu seu discurso da tribuna. Provavelmente fora auxiliado na redação pelo seu tio, Afonso Arinos. Por uma diferença de 75 votos (216 a 141 votos e 12 abstenções) o plenário negou o pedido de licença para processar o deputado. À noite, o deputado foi levado a Paracatu, Minas Gerais, e depois de um périplo chegou clandestinamente ao Paraguai.

Naquela mesma noite, as Forças Armadas e a Polícia Militar entraram de prontidão. Os boatos de um golpe militar contra o presidente não paravam de crescer.

A 13 de dezembro, no Palácio das Laranjeiras, Costa e Silva fez uma primeira reunião apenas com os ministros militares. Posteriormente, reuniu-se com todo o ministério.

Apresentou o AI-5. Era a versão “mais branda”. Havia outra, de Gama e Silva, que fechava para sempre o Congresso, colocava o STF em recesso e intervinha em todos os estados – tal qual o Estado Novo –, depondo os governadores.

A versão “branda” acabou sendo aprovada por todos os presentes, com a honrosa exceção de Pedro Aleixo, o vice-presidente. Este falou por meia hora, sendo, de acordo com o testemunho de Carlos Chagas, interrompido por Gama e Silva:

– Dr. Pedro, o senhor desconfia das mãos honradas do presidente Costa e Silva, a quem caberá aplicar esse Ato Institucional?

Sorrisos de desdém por parte de muitos dos presentes, como se dissessem: “Sai dessa, agora, seu democrata”. E a resposta:

– Das mãos honradas do presidente, não, senhor ministro. Tenho certeza de que ele usará dos mais escrupulosos critérios para aplicar o Ato.

Desconfio, porém, do guarda da esquina.<sup>78</sup>

Foi também promulgado o Ato Complementar no 38 e declarado o recesso do Congresso por tempo indeterminado.

Pelo AI-5, o presidente passava a ter o poder de legislar, de intervir em estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, de cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais e de suspender a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Ficavam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, e o presidente poderia demitir, aposentar ou remover quaisquer titulares dessas garantias. E, claro, ficavam excluídos de apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o AI-5, bem como seus respectivos efeitos.

Com o AI-5, a censura aos meios de comunicação e o recesso do Congresso Nacional, o regime atendeu aos setores ultra-autoritários. Uma onda de terror percorreu o Brasil. Centenas de opositores foram presos: líderes políticos, sindicalistas, jornalistas, intelectuais, artistas etc. Não houve sequer uma manifestação de rua, um ato público.<sup>79</sup> O Ato foi recebido e assimilado em silêncio. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que acabou preso, iniciou uma greve de fome, sendo logo desestimulado pelo irmão:

Os jornais não estão noticiando nada disso; as praias estão repletas; está um sol maravilhoso e está todo mundo na praia; ninguém está tomando conhecimento disso! Então você vai morrer estupidamente. Você quer fazer Shakespeare na terra da Dercy Gonçalves?<sup>80</sup>

Quanto às prisões, não houve nenhuma tão arbitrária como a do célebre advogado Sobral Pinto. Ele viajara a Goiânia. Seria paraninfo:

O calor estava insuportável, e ele resolveu se pôr à vontade no quarto do hotel. De chinelo, sem meias, em mangas de camisa e calças de pijama, Sobral repousava sentado, quando, de repente, a porta foi praticamente arrombada, e apareceu um major. O advogado não pode ver que atrás dele havia seis homens em fila. O major não cumprimentou:

– Eu trago uma ordem do presidente Costa e Silva para o senhor me

acompanhar.

Sentado estava, sentado Sobral ficou.

– Meu amigo, o marechal Costa e Silva pode dar ordens ao senhor. Ele é marechal, o senhor major. Mas eu sou paisano, sou civil. O presidente da República não manda no cidadão. Se esta é a ordem, então o senhor pode se retirar porque eu não vou.

A primeira reação do militar foi de espanto:

– O senhor está preso! – gritou o major, achando que não se tinha feito entender.

– Preso coisa nenhuma!

Só então o major percebeu que precisaria usar a força. A um grito de “prendam!”, quatro dos seis homens que estavam na porta se atiraram sobre o velho sentado. Sobral foi agarrado e arrastado até o elevador, agarrado e arrastado passou pelo salão do hotel e, esperneando, foi jogado no banco de trás de um carro, cercado por dois agentes e com mais dois na frente, além do motorista. Estavam todos exaustos. Ao comandar aquele sequestro, o major certamente aprendeu que bravura cívica podia ter 75 anos, pesar 67 quilos e andar de pijama e chinelo.<sup>[81](#)</sup>

Apesar de toda a repressão, Costa e Silva continuava falando (ainda que de maneira abstrata) em democracia. A 27 de dezembro, declarou que o seu governo “não almeja nem tolera a ditadura”. Três dias depois, cassou os mandatos de onze deputados – inclusive o de Moreira Alves – e suspendeu os direitos políticos de Carlos Lacerda por dez anos.

Os membros do Conselho de Segurança Nacional, antes de iniciar uma reunião para apreciar novos casos de cassação de mandatos, brincavam: “Hoje é dia de safári”.

Chama a atenção no período a diversidade, a qualidade da produção cultural e a posição crítica em relação ao regime militar. No cinema tivemos *O bandido da luz vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla; *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha; *A margem* (1967), de Ozualdo Candeias; foi lançado o Movimento Tropicalista (1967); os festivais de música popular; o teatro – basta citar *Roda viva* (1967), de Chico Buarque, e *O rei da vela* (1933/1968), de Oswald de Andrade, a primeira encenada no Teatro Ruth Escobar e a segunda, no Teatro Oficina, embora ambas tenham sido depois censuradas.

No último dia de 1968, em cadeia de rádio e televisão, Costa e Silva afirmou que o AI-5 era necessário para superar a crise política que assolava o Brasil. E como!



Duas semanas depois, em 15 de janeiro, Costa e Silva cassou os mandatos e suspendeu os direitos políticos de 28 deputados federais, um senador e um vereador.

Também cassou o mandato, sem perda de direitos políticos, de sete deputados federais; aposentou três ministros do Supremo Tribunal Federal (Hermes Lima, Victor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva) e um do Superior Tribunal Militar (general Pery Bevilacqua); e suspendeu os direitos políticos da proprietária do jornal *Correio da Manhã*, Niomar Muniz Sodré. No caso do STF, o governo editou o AI-6, diminuindo novamente o número de ministros para onze.

A 7 de fevereiro, decretou o fechamento de cinco Assembleias Legislativas (Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Sergipe), que, segundo Costa e Silva, contrariavam os princípios éticos que guiaram a Revolução, e cassou o mandato de 33 parlamentares.

Nesses cinco estados, os governadores assumiram as funções legislativas. Três semanas depois, Costa e Silva assinou o AI-7 e suspendeu todas as eleições parciais para cargos executivos e legislativos nas esferas da União, estados e municípios. Cabendo apenas ao presidente, “quando julgar oportuno”, a “fixação das datas para as próximas eleições”.

Em 26 de fevereiro, o alvo foi o movimento estudantil. Pelo Decreto no 477, foram estabelecidas “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares”. Devendo ser punido, de acordo com o artigo 1.º, todo aquele que

- I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II – Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou deles participe;
- IV – Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V – Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.<sup>82</sup>

O artigo 2.º era tão severo quanto o anterior:

A apuração das infrações a que se refere este decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo, a instalação de inquérito policial.

O isolamento do governo era total. Não havia diálogo entre o Estado e a sociedade civil. As sucessões de atos arbitrários aumentavam a sensação de insegurança. E antigos aliados, como a Igreja Católica, se afastaram. Em maio de 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>83</sup> havia manifestado apoio ao regime:

Atendendo à geral e ansiosa expectativa do povo brasileiro que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder; as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. [...] Agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem do abismo iminente.

Cinco anos depois, em fevereiro, a mesma CNBB divulgava declaração criticando o regime:

Todos os homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelo destino da nação, de que se leve a termo, quanto antes possível, a redemocratização do regime. [...] A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação dos direitos fundamentais, como os de defesa, de legítima expressão do pensamento e de informação, ameaça à dignidade da pessoa e poderá levar muitos à clandestinidade.<sup>84</sup>

Com a diminuição do espaço para a política, desde abril de 1964, gradualmente a Igreja Católica acabou preenchendo esse vazio não só com declarações dos seus principais líderes, mas com um trabalho pastoral que foi uma ruptura em relação à sua longa história de evangelização.

Desde os anos 1950, criara organizações para jovens, operários, estudantes universitários, que abriram campo a uma guinada ideológica para a centro-esquerda. A implantação das decisões do Concílio Vaticano II aprofundaram esse processo, assim como a realização da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam), em 1968, em Medellín, Colômbia. E a presença do marxismo – por meio da Teologia da Libertação – teve enorme influência, especialmente entre os religiosos mais jovens.

A fúria autoritária governamental não tinha fim: a 13 de março foram cassados os mandatos e os direitos políticos de dois deputados federais, um suplente de deputado federal em exercício, um prefeito e 92 deputados estaduais de 21 Assembleias Legislativas.

Mesmo assim, uma quinzena depois, em Florianópolis, Costa e Silva declarou que “para o mais breve possível deseja a plenitude do regime democrático”. No mês seguinte se esqueceu da promessa: a 29 de abril, cassou mandatos, demitiu do serviço público e suspendeu direitos políticos de mais de uma centena de cidadãos, entre os quais o jornalista Antonio Callado e o diplomata Vinicius de Moraes.

A 26 de junho, em meio a dificuldades para reorganizar os diretórios do MDB e da Arena, o ministro da Justiça deu garantias aos eleitores de que estes poderiam se filiar ao partido de oposição “sem qualquer receio”.

Também pudera, os tempos sinalizavam que a política era uma prática perigosa. Na semana seguinte – e reforçando o clima de medo – foi criada a Operação Bandeirantes ( Oban), em São Paulo, símbolo maior da repressão política e da violação dos direitos humanos. A Oban articulava a ação dos vários organismos de repressão das Forças Armadas e do governo paulista.

O vice-presidente Pedro Aleixo, a 25 de julho, entregou a Costa e Silva o projeto de emenda constitucional – na verdade, uma nova Constituição, depois de 41 dias de trabalho.

Desde o início do ano, o presidente estava desejando dar outro corpo à Constituição de 1967, preparando o país para um processo de transição à democracia. Foi criada informalmente uma comissão presidida por Costa e Silva e formada por Pedro Aleixo, que coordenou os trabalhos, o jurista Miguel Reale, Rondon Pacheco – chefe da Casa Civil –, Hélio Beltrão – ministro do Planejamento –, o ministro do STF Temístocles Brandão Cavalcanti, o jurista e ex-ministro da Justiça e do STF Carlos Medeiros, e o ministro da Justiça Gama e Silva.

A emenda estava longe, muito longe, do liberalismo. Contudo, para aquele momento, sob a vigência do AI-5, Congresso fechado, supressão das liberdades democráticas e graves ocorrências de violações dos direitos humanos, poderia ser considerada um avanço.

Tanto o Legislativo como o Judiciário estariam excluídos dos efeitos do AI-5. Os magistrados voltariam a ter a vitaliciedade, assim como os

parlamentares, a imunidade (com exceção dos crimes contra a honra).<sup>85</sup>

O AI-5 seria incluído nas disposições transitórias, com revogação prevista por iniciativa do presidente da República, ouvindo, claro, o Conselho de Segurança Nacional, assim como para revogar ou comutar as sanções dos atos institucionais.<sup>86</sup> Assegurava a liberdade de associação e alguns direitos individuais.

Costa e Silva pretendia apresentar a emenda em 2 de setembro e convocar o Congresso Nacional no Dia da Independência. O presidente sofreu, em reunião no dia 26 de agosto, forte oposição dos ministros militares, todos contrários à reabertura do Congresso e à emenda constitucional. Mesmo assim, não alterou o cronograma. Viajaria para o Rio de Janeiro e assinaria a nova Constituição.

No dia 27, sofreu a primeira manifestação de um derrame cerebral. O fato se repetiu no dia seguinte. No dia 29, transportaram-no para o Rio de Janeiro já enfermo. Ao chegar ao Palácio das Laranjeiras, teve mais um derrame. Já não tinha mais condições de governar.<sup>87</sup>

A doença de Costa e Silva e seu impedimento podem servir como um divisor de águas para o regime militar. Os constantes atritos com o Congresso Nacional, com a imprensa, os artistas e os intelectuais, acabaram aplainando o caminho para o fechamento do regime.

Foram desaparecendo do discurso oficial as expressões do retorno ao pleno estado de direito. A política foi se transformando em sinônimo de algum pejorativo ruim, um estorvo, como antípoda para o desenvolvimento do país.

A saída de cena das antigas lideranças do PSD e da UDN – as do PTB, em sua maioria, já haviam sido cassadas logo após a queda de Jango –, mais identificadas com o regime democrático, empobreceu o cenário político. Nenhuma elite política resistiria a milhares de cassações. O caminho ficou aberto para oportunistas ou páldas figuras que serviram como mera correia de transmissão para o partido militar.

As ações da luta armada reforçaram o desprezo pela política. Agora a oposição não estava no Legislativo – onde era necessário usar as armas dos atos institucionais e dos IPM –, mas no terreno militar. Era uma guerra, ao gosto dos militares, que não transitavam com prazer pelas veredas da política. Tiveram, então, as justificativas necessárias para reprimir ainda mais a oposição legal, democrática.

Os primeiros êxitos econômicos permitiram retirar apoio da classe média às manifestações oposicionistas. Com a queda da inflação, o aumento do emprego, o crescimento do PIB e a expansão do consumo, as dificuldades econômicas do início dos anos 1960 foram desaparecendo.

E o apoio popular – ainda que pela indiferença à política – deu ao regime condições de se desembaraçar dos apoiadores civis de 1964 e agir sem as amarras do liberalismo – nesse ponto, coincidentemente, tanto os militares como os grupos de luta armada tiveram absoluta convergência ideológica, ambos desprezando os mecanismos clássicos da democracia moderna.

A oposição ao regime ficou na esfera da galhofa, das piadas. Havia certo enfado com o protagonismo da política em quase uma década sem a obtenção de resultados econômicos – vale registrar que não houve nenhum protesto de rua contra o AI-5, nem no dia 13, nem nos seguintes.

As lideranças do MDB ainda eram identificadas, parte delas, ao apoio a 1964 e, inclusive, à eleição de Castello Branco. Não faziam oposição ao regime, mas aos governos militares. Elas não tinham, também, adquirido legitimidade política.

Quando o regime começou a apresentar seus primeiros êxitos – e 1968 é o primeiro ano do milagre econômico –, veio o apoio velado de alguns, a simpatia de outros e a indiferença da maioria.

55 Ver BONFIM, João Bosco Bezerra. *Op. cit.* pp. 301-305.

56 BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. vol. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 13.

57 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* vol. II. p. 33.

58 Ver REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, especialmente as páginas 15, 30, 34, 66 e 84. A primeira aventura militar contra o regime foi realizada pelo coronel Jefferson Cardim. Partindo do Uruguai, onde estava asilado, com duas dúzias de combatentes, invadiu o Rio Grande a 19 de março de 1965. Logo atingiu Santa Catarina e, posteriormente, o Paraná. Acabou detido em Cascavel, sendo lá mesmo torturado. As sevícias ocorreram numa dependência do exército sob o comando de um capitão (ver GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 192-195).

59 Várias organizações defensoras da luta armada foram criadas antes da ALN: o PC do Bem 1962; a Ala Vermelha do PC do B em 1966; a Dissidência Comunista da Guanabara (que se transformou em Movimento Revolucionário-8) em 1966; o Partido Comunista Revolucionário; a Organização (que virou Comandos de Libertação Nacional) em 1967.

60 ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturadores*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. p. 25.

61 Em 28 de outubro de 1966 já tinha sido lançado um manifesto da Frente

Ampla, redigido por Carlos Lacerda e publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*.

62 Jânio Quadros ficou confinado 120 dias em Corumbá, Mato Grosso. Nos últimos dois meses da pena, não pôde sair do hotel onde estava confinado.

63 Nos anos 1950-1960, o político civil com maior prestígio nas Forças Armadas era inegavelmente Carlos Lacerda.

64 LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 463.

65 Renato Archer, secretário-geral da Frente Ampla, intermediou o encontro entre Lacerda e Jango. Contou que pretendia também falar com Brizola: “Prometi que logo que terminasse minha conversa iria procurá-lo, porque estávamos querendo reunir todas as lideranças civis pela redemocratização do país, contra a tutela militar. Mas Brizola perguntou sem evasivas: ‘O governador Carlos Lacerda veio a Montevideu para falar comigo ou com Jango?’. Eu respondi: ‘Ele veio falar com o presidente’. Diante disso, ele foi enfático: ‘Se veio falar com Jango, não falará comigo’.” (ver MOREIRA, Regina da Luz; SOARES, Leda (orgs.). *Renato Archer: diálogo com o tempo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007. p. 309).

66 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 247.

67 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 301.

68 Há outra versão que imputa à Ação Libertadora Nacional (ALN) a autoria do atentado. O documentário *Reparação* (2010), de Daniel Moreno, tratou do episódio.

69 Da pauta exclusivamente acadêmica, a oposição à reforma universitária era a mais importante. O governo propôs e impôs (e com poucas modificações até os dias atuais) a reestruturação da universidade. Acabou com a cátedra, instituiu os departamentos, o vestibular classificatório, o sistema de créditos, a estrutura da pós-graduação com mestrado e doutorado.

70 A denominação VPR só iria surgir em dezembro de 1968. Antes disso, era chamada de Organização.

71 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* pp. 401-402.

72 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 450.

73 KRIEGER, Daniel. *Desde as missões...* Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 327.

74 Albuquerque Lima deixou o ministério em janeiro de 1969. Discordou dos cortes orçamentários na sua pasta. Já estava em rota de colisão com o presidente e alguns ministros. Chamava Costa e Silva de “molengão” e diziam que “Delfim e o Andreazza devem ser enforcados e pendurados de cabeça para baixo, como ladrões”. Ver GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 309.

75 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 557.

76 O deputado, antes da votação, foi ameaçado de sequestro por militares ultradireitistas.

77 BRANCO, Carlos Castello. *Op. cit.* p. 559.

78 CHAGAS, Carlos. *Op. cit.* p. 134.

79 A 14 de dezembro um grupo de senadores arenistas telegrafou ao presidente da República protestando contra o AI-5. No dia seguinte, outro grupo de senadores do mesmo partido – entre os quais 5 que tinham assinado o telegrama do dia 14 – enviou novo documento a Costa e Silva apoiando o ato. Ver LACERDA, Carlos. *Op. cit.* p. 446.

80 LACERDA, Carlos. *Op. cit.* p. 439.

81 VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. pp. 296-297.

82 Se o alvo preferencial do Decreto-Lei no 477 eram os estudantes, como o disposto no artigo 1.º, não deve ser esquecida a inclusão dos professores e funcionários.

83 A CNBB foi criada em 1952 por iniciativa de dom Hélder Câmara, seu presidente durante os primeiros doze anos da entidade.

84 CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011. pp. 40-43.

85 A 1.º de julho, o CSN cassou 76 políticos. Foram as últimas cassações feitas por Costa e Silva.

86 Miguel Reale comentou sua participação na comissão, as propostas e os debates em REALE, Miguel. *Memórias: a balança e a espada*. São Paulo: Saraiva, 1987. pp. 177-185.

87 Desde 1966, sabia-se que as condições de saúde de Costa e Silva eram precárias. Seu médico pessoal, no final do ano, quando questionado por um colega como estava o então presidente eleito, respondeu: “O presidente não está bem. Já teve um enfarte e acho que não viverá mais que dois anos” (ver GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 274).





18/10/1969. Cerimônia de assinatura da Nova Constituição, outorgada pelos ministros militares que exerciam o poder. A partir da esquerda: Aurélio Lyra Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica). (© Antonio Andrade/Abril Comunicações SA)

## Os três patetas

A primeira manifestação da isquemia cerebral<sup>88</sup> ocorreu na quarta-feira, dia 27 de agosto de 1969, durante uma audiência com o governador Otávio Laje, de Goiás.<sup>89</sup> Na quinta-feira Costa e Silva passou o dia despachando no Palácio da Alvorada, sem sinais da doença. Contudo, no jantar foi acometido de nova paralisia da fala. Depois de medicado, voltou a falar com dificuldade. Passou uma noite difícil. Durante a madrugada, Costa e Silva acordou e conseguiu escrever para o médico um bilhete, pois não conseguia falar: “Não houve regressão alguma”. Voltou a dormir.

Pela manhã, tomou o desjejum sem conseguir falar e andando com dificuldade. Foram apressados os preparativos para a viagem ao Rio de Janeiro. Depois de vestido – e com um cachecol cobrindo o lado direito do rosto –, caminhou até o carro que o levaria ao aeroporto. Ficou no gramado contemplando vagorosamente o Palácio. Entrou no carro chorando.

Ao chegar ao Rio, rumou diretamente para o Palácio Laranjeiras. Ao se encontrar com a mulher – dona Yolanda – disse suas últimas palavras: “Você tinha razão”. Foi para o quarto. Depois do almoço ainda tentou ver se conseguia escrever. Tentou por cinco vezes assinar o próprio nome. Não conseguiu. Teve uma crise de choro. Só conseguia falar por sinais. Passou o restante do dia acamado.

Na madrugada do dia 30, sábado, o quadro voltou a se agravar. Não conseguia mais se levantar e estava com o corpo todo paralisado, exceto o braço e a perna esquerdos. Notícias e boatos já tinham se espalhado pelo país.

O vice-presidente – que esteve presente no aeroporto de Brasília quando da partida de Costa e Silva para o Rio – não foi informado do agravamento do quadro clínico do presidente. Os oficiais do I Exército já sabiam da gravidade da situação. O “partido militar” ficou em polvorosa. Reuniões se sucederam, tanto nas instalações militares como nas residências dos oficiais.

À noite, no Rio, o Alto Comando das Forças Armadas reuniu-se secretamente, com seus sete membros. Como seria de se esperar, decidiram,

por unanimidade, não dar posse a Pedro Aleixo, formar temporariamente uma Junta Militar de três membros e aguardar a evolução do estado de saúde do presidente. Foram indicados os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica: Aurélio Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza e Mello, respectivamente.

Também por decisão da reunião noturna, Jayme Portella ficou encarregado de procurar o jurista escolhido pelos militares para redigir o Ato Institucional de impedimento de Aleixo e posse da Junta Militar. Claro que o selecionado não poderia ser outro: Carlos Medeiros. O chefe da Casa Militar foi até a casa do ex-ministro da Justiça e expôs a situação. Ficou combinado que às 15 horas Medeiros levaria a proposta de AI para a Junta apreciar – escreveu o ato em pouco mais de uma hora.

Mas havia um problema: e o vice-presidente? Estava em Brasília e era o sucessor constitucional. Desde a manhã de sábado, Aleixo não parou de receber visitas no seu apartamento. Foi até chamado de “presidente”.

Na hora do almoço, recebeu um coronel enviado pelo Gabinete Militar para convocá-lo a uma reunião no Rio de Janeiro. Até aquele momento não tinha recebido nenhuma informação oficial sobre o estado de saúde do presidente. Aleixo estranhou o convite para ir ao Rio se reunir com os ministros militares – ele desconhecia a formação da Junta. Mesmo desconfiado – porque o correto seria os ministros militares virem a ele e não o contrário –, acabou aceitando o convite. Intuiu que não assumiria. De Minas Gerais, velhos políticos do PSD e da UDN chegaram a pedir que ele voasse primeiro para Belo Horizonte. Aleixo não aceitou.<sup>90</sup>

As atenções do Brasil estavam concentradas no Rio de Janeiro. Mas não no Palácio das Laranjeiras. O foco estava a 10 quilômetros: no Estádio do Maracanã. Lá estava sendo disputado o último jogo da fase das eliminatórias para a Copa do Mundo. As “feras do Saldanha”<sup>91</sup> – como era conhecida, naquele momento, a seleção brasileira de futebol – estavam enfrentando a seleção paraguaia. Foi um dos maiores públicos pagantes da história do estádio: 183.341 pessoas. A seleção brasileira venceu por um a zero, gol de Pelé. E o Brasil estava classificado para a Copa do Mundo, no México.

No Ministério do Exército, a Junta Militar – que ainda era desconhecida dos brasileiros – se reuniu com Medeiros. Apresentou a proposta de AI e de um pronunciamento à nação. O jurista estava tão afinado com o pensamento militar que seus dois textos foram imediatamente aprovados. Foi elogiado por Rademaker: “Era mais um grande serviço que prestava à nação”. Ficou acertado que ninguém presidiria a Junta. Em seguida, os ministros foram à sede da Marinha encontrar-se com Aleixo, que estava vindo de Brasília.

Nessa reunião é que o vice-presidente recebeu, oficialmente, as informações sobre a saúde de Costa e Silva. Disseram-lhe que não poderia assumir o cargo. Aleixo chegou a ser elogiado pelos ministros, mas foi lembrado de que tinha forte oposição entre os militares e que, caso fosse empossado, ainda que provisoriamente, o país seria tomado pelo caos.

A sua oposição ao AI-5 também foi mencionada. Restou a Aleixo

marcar posição, pois tudo já estava decidido:

Os senhores convocaram-me ao Rio não para um exame da situação, uma consulta ou uma decisão comum. Convocaram-me para que tomasse conhecimento de um fato consumado, de uma decisão adotada sob suas responsabilidades. Lamento-a, não pelo que me causará de mal, mas pelo mal que causará ao país. Essa solução dos senhores assumir o poder fere os princípios constitucionais.<sup>92</sup>

Só lhe coube então externar o desejo de retornar a Brasília, no que foi atendido pelos ministros. Pouco depois, porém, voltaram atrás. Temiam que na capital ele pudesse, por uma eventualidade, apoiar algum movimento contra a Junta.

Usaram como pretexto uma pane no avião presidencial. Acabou sendo obrigado a permanecer no Rio, impedido de viajar e vigiado dia e noite. Era ainda oficialmente o vice-presidente da República, porém sem poder para substituir o presidente.

À noite, realizou-se uma reunião do Conselho de Segurança Nacional com a presença de todos os ministros. Pela primeira vez, foram lidos o AI-12 e a proclamação que seria divulgada ao país. Nem houve votação. Somente uma comunicação.

Dois civis se pronunciaram. O primeiro, Gama e Silva. Vindo de São Paulo, tinha trazido uma minuta de AI que sequer chegou a ser apreciada, pois os ministros militares já tinham concordado com a proposta de Medeiros. Mas o ministro da Justiça não perdeu a oportunidade para elogiar a ação da Junta. O segundo, Magalhães Pinto, disse que não haveria problema de reconhecimento do governo, pois haveria apenas uma interinidade até o retorno do titular.

Pouco depois foi lida, em rede nacional de rádio e televisão, uma proclamação à nação. Repetiu-se o cenário da divulgação do AI-5: o Palácio das Laranjeiras e o locutor, Alberto Curi.

Os ministros disseram que eram “responsáveis pela execução das medidas destinadas a assegurar a paz e a ordem pública e de tomar as providências necessárias com a segurança nacional”. Não explicaram quem os tinha designado para tal tarefa. Em seguida, comunicaram que Costa e Silva “deverá guardar repouso e ficar liberado, durante certo prazo, dos encargos do governo, a fim de mais rapidamente recuperar a saúde”. Portanto, “o presidente se encontra, temporariamente, impedido do exercício pleno de suas funções”.

A justificativa da recusa de entregar a Pedro Aleixo o governo – sem

citá-lo nominalmente ou o seu cargo – foi patética:

A situação que o país atravessa, por força do Ato Institucional no 5, de 13 de dezembro de 1968, e do Ato Complementar no 38, da mesma data, que decretou o recesso do Congresso Nacional, a par de outras medidas relacionadas com a segurança interna, não se coaduna com a transferência das responsabilidades da autoridade suprema e de comando supremo das Forças Armadas, exercida por Sua Excelência, e outros titulares, conforme previsão constitucional.

Era, portanto, um “imperativo da segurança nacional”. Mas para se manter apenas “enquanto durar o impedimento do chefe da nação”. O Brasil podia “confiar nos seus chefes militares”. Em seguida, houve a leitura do AI-12, que resumia a proclamação e, no seu artigo 4.º, expressava que “cessado o impedimento, o presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, reassumirá as suas funções em toda a sua plenitude”.

O boletim médico, divulgado em seguida, era otimista. Dizia que o presidente tinha sofrido “uma crise circulatória com manifestação neurológica, que lhe impõe repouso absoluto. Foi submetido a exames especializados, sendo satisfatórias as suas condições gerais”.

No dia posterior, a Junta assumiu as funções presidenciais. Os três chefes militares compareceram logo cedo ao Palácio das Laranjeiras. Estavam, por estranho que pareça, fardados. Era efetivamente um governo militar. Logo abandonaram as fardas – mas não o autoritarismo. Se os boletins médicos eram otimistas, o mesmo não poderia ser dito da conjuntura política. Os militares estavam em pé de guerra. Não acreditavam na recuperação de Costa e Silva, e alguns temiam que a Junta tentasse ficar no governo até o final do mandato do presidente, em 1971.

Mas o surpreendente sequestro do embaixador americano Charles Elbrick que havia chegado ao Brasil em julho –, no Rio de Janeiro, é que agitou a cena política.<sup>93</sup> Era o dia 4 de setembro.<sup>94</sup>

Um comando do MR-8 e da ALN capturou o embaixador. Pelo resgate, foi exigida a libertação de 15 presos políticos – que foram enviados ao México no dia 6 – e a divulgação de um manifesto pela imprensa:

Estamos agora na semana da Independência. O povo e a ditadura a celebram de modos diferentes. A ditadura organiza festas e desfiles,

queima de fogos de artifício e prega cartazes. Com isso a ditadura não pretende celebrar nada: o que ela deseja é deitar areia nos olhos dos explorados, criar uma falsa felicidade com o objetivo de ocultar a vida de miséria, exploração e repressão em que vivemos.

A 7 de setembro o embaixador foi libertado.<sup>95</sup> E a repressão, que já era intensa, aumentou ainda mais. Dezenas de prisões foram realizadas. A tortura como “método de investigação” se espalhou pelas instalações militares e pelos Dops estaduais.<sup>96</sup> com destaque, em São Paulo, para o tristemente célebre delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Os participantes do sequestro foram presos. O comandante da ação, Virgílio Gomes da Silva, acabou sendo assassinado, sob tortura, no DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, 22 dias depois da libertação de Elbrick.

A anarquia militar tomou conta das Forças Armadas, em especial do Exército. Coronéis e oficiais de patentes mais baixas estavam em clima de insurreição permanente. Era o partido militar em ação. As cenas de heroísmo não vinham dos campos de batalha, mas eram provenientes de discursos e manifestos.

A agitação maior vinha dos partidários do general Afonso Albuquerque Lima. Sabiam que tinham o apoio da maioria dos oficiais e temiam ser ludibriados pelos generais de quatro estrelas. Eram identificados com o “nacionalismo” econômico e sinalizavam uma mudança de rumo do regime. Para o general, “a Revolução deveria prosseguir por dez anos, se necessário, para realizar tudo aquilo que não soube ou simplesmente não teve coragem de fazer”.

No dia 3, por fim, a Junta permitiu que Pedro Aleixo regressasse a Brasília. Viajou sozinho, em avião comercial, e foi recebido com honras de vice-presidente. Quatro dias depois, presidiu a parada de 7 de Setembro, recebendo todas as homenagens devidas. Era ainda, formalmente, o vice-presidente de um presidente temporariamente impedido do exercício do cargo. E aparecer em público em Brasília não causou nenhum contratempo à Junta.

No que se referia à política, a nova capital ainda não tinha se firmado. Era na antiga que estava sendo jogada a sorte da sucessão presidencial. A tensão era grande no Rio. Oficiais ameaçavam não desfilar no 7 de Setembro, presidido pela Junta Militar. Uma unidade dos paraquedistas acabou não participando do desfile. Falou-se da possibilidade de choque militar entre a corrente “afonsista” e os defensores dos ministros militares.

A Junta ampliou a edição de vários atos institucionais. Na segunda-feira, dia 8, foi assinado o AI-13, com data retroativa de 5 de setembro, criando a figura do banimento para “o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. O Ato Complementar no 64 baniu os 15 militantes trocados por Elbrick. Era o triste retorno do banimento criado pela República desde seus primeiros dias. Basta recordar o banimento da família real, e de vários políticos do Segundo Reinado, em 1889.

No dia seguinte, mais dois atos: o AI-14 e o 15. O primeiro alterava o artigo 150, §11, impondo a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento para os “casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária, ou subversiva nos termos que a lei determinar”.

O segundo transferia para 15 de novembro de 1970 a eleição para prefeitos e vereadores em diversos municípios. Os ministros militares aproveitaram para cassar vários políticos e transformar Santos, onde o MDB era o partido majoritário, em município de segurança nacional.

Apesar do clima repressivo, a Junta emitiu um comunicado, no dia 10, assegurando a continuidade do programa traçado por Costa e Silva “inclusive quanto ao restabelecimento da normalidade democrática”.

No dia 14, um domingo, mais um boletim médico foi divulgado, agora com os médicos brasileiros contando com a colaboração de um especialista francês:

O estado geral permanece satisfatório, nenhuma complicação ocorreu e os exames biológicos são normais. As manifestações neurológicas de seu acidente circulatório cerebral caracterizam-se por uma deficiência da motilidade do lado direito do corpo e da palavra. Tais manifestações persistem. Alguns indícios de melhora foram observados, como ocorre habitualmente nesses casos. Sua consciência e lucidez não foram atingidas. Seu estado necessita de repouso absoluto.

Estava claro que Costa e Silva não poderia voltar ao exercício da presidência. A campanha pela sua sucessão, que estava sendo travada nos bastidores, passou a ser aberta. No dia seguinte ao boletim, reuniu-se o Alto Comando do Exército (e outras duas forças).

No Exército – o qual definiria o nome do presidente – foi estabelecida uma comissão de três generais, chamada 3M: Antonio Carlos Muricy,

Jurandir Mamede e Emilio Garrastazu Médici. Ficaram encarregados de organizar a “eleição” entre os oficiais gerais. As outras Armas concordaram com o encaminhamento dado.

A “eleição” desenvolveu-se rapidamente. Cada “eleitor” escolhia três oficiais gerais do Exército. Na Aeronáutica participaram 61 brigadeiros (37 lotados na Guanabara) e escolheram três “candidatos”: Médici, Orlando Geisel e Albuquerque Lima. Na Marinha votaram 69 almirantes (cinquenta serviam na Guanabara) e Albuquerque Lima venceu com mais da metade dos votos. No Exército votaram 118 generais (dos quais 82 estavam lotados na Guanabara). Eles foram divididos em onze “seções eleitorais” e em dez delas venceu Médici. E aí começou a polêmica.

Os partidários de Albuquerque Lima acusaram o ministro do Exército de ter criado artificialmente as seções eleitorais para dar a vitória a Médici. Argumentaram, também, que muitos generais não teriam consultado os oficiais de patente inferior, votando por vontade própria. Os três mais votados do Exército foram: Médici, Orlando Geisel e Muricy. Albuquerque Lima ficou fora da lista.<sup>97</sup>

Em meio à escolha do novo presidente, a Junta continuou cassando mandatos – só no dia 30 foram oito. E colocando em recesso Câmaras Municipais pelo país, como a de Sobral e de São João do Meriti. No dia anterior, pelo Decreto no 898, foi imposta a nova Lei de Segurança Nacional, mais arbitrária que a anterior. Em diversos artigos, a pena de morte e a prisão perpétua foram introduzidas entre as penalidades.

A 7 de outubro, o Alto Comando das Forças Armadas comunicou a escolha de Médici.<sup>98</sup> O novo presidente falou ao país à noite, em rede nacional de rádio e televisão, durante 17 minutos. Estava nervoso. Não largou das laudas do discurso – eram onze. Em momento algum olhou direto para a câmera.

A situação foi estranha porque oficialmente ainda não tinha assumido o cargo. Apenas uma semana depois declarou-se a vacância do cargo pelo AI-16. Pelo artigo 2.º também se declarou vaga a vice-presidência. Ou seja, de 14 a 30 de outubro, a Junta Militar passou a ser o governo efetivo e não mais temporário.

O Congresso Nacional acabou sendo convocado para, a 25 de outubro, escolher o novo presidente – a 16 de outubro, a Arena “aclamara” a chapa Garrastazu Médici- Augusto Rademaker.<sup>99</sup> O partido, como disse um dos seus dirigentes, “foi usado, desde logo, para dar cobertura política à decisão revolucionária”. De modo irônico, o deputado Geraldo Freire resumiu a posição dos arenistas alheios às decisões dos militares: “Vivemos hoje em estado edênico, absolutamente inocentes, embora de paletó e gravata”.<sup>100</sup>

O AI-16 arrolou uma série de formalidades, como se fosse na realidade uma eleição e não uma imposição pelo poder militar de uma candidatura única:



§ 1.º – A sessão conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para os fins deste artigo, será dirigida pela Mesa da primeira dessas Casas do Congresso.

§ 2.º – Os partidos políticos, por seus Diretórios Nacionais, inscreverão, perante a Mesa do Senado Federal, os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República até vinte e quatro horas antes do dia marcado para o pleito.

§ 3.º – O Diretório Nacional de cada partido funcionará, para escolha dos candidatos a que se refere o parágrafo anterior, com poderes de Convenção Nacional, dispensados os prazos e as demais formalidades estabelecidas pela Lei Eleitoral.

§ 4.º – Será considerado eleito presidente o candidato que obtiver maioria absoluta de votos.

§ 5.º – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 6.º – O candidato a vice-presidente considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a presidente com ele registrado.

§ 7.º – Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades, nem a exigência, para o candidato militar, de filiação político-partidária.

A posse ocorreria cinco dias depois da eleição, e o mandato iria até 15 de março de 1974. Mas entre os “considerandos” do ato chamou a atenção o item que dizia “o marechal Arthur da Costa e Silva, com o conhecimento da sua família, manifestou desejo de que se promovesse a sua substituição no cargo”. Era pura fantasia. O presidente não tinha falado sequer uma palavra desde o traslado de Brasília até aquela data.[101](#)

No mesmo dia, foi editado o AI-17 – o último da série iniciada em 9 de abril de 1964. Era dirigido às Forças Armadas, em especial aos “afonsistas”:

Artigo 1.º – O presidente da República poderá transferir para a reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional.

Parágrafo único – A sanção prevista neste artigo aplicar-se-á quando, em face dos antecedentes, do valor próprio e dos serviços prestados à

Marinha, ao Exército, à Aeronáutica e à Revolução, for de presumir-se que o militar assim punido possa vir a reintegrar-se no espírito e nos deveres próprios da instituição militar.

Na sequência, foram editados três atos complementares: 71, 72 e 73. O primeiro concedeu honras de chefe de Estado a Costa e Silva até 15 de março de 1971, quando encerraria seu mandato. Poderia ele dispor de um “gabinete pessoal”, com um chefe de Gabinete, um secretário particular e três ajudantes de ordens.

O Palácio do Rio Negro, em Petrópolis, até o final do seu mandato, ficaria destinado para sua residência “com os serviços necessários ao seu pleno funcionamento”. O segundo ato suspendeu o “recesso” do Congresso Nacional, e o terceiro convocou a eleição para o dia 25 de outubro, às 15 horas.

Em 17 de outubro, a Junta editou a Emenda Constitucional no 1, que reformou a Constituição de 1967. A base da emenda foi o projeto coordenado por Aleixo e que seria promulgado por Costa e Silva. Teve pouco mais de três dúzias de modificações.

Ampliou-se a duração do estado de sítio (de sessenta para 180 dias), que poderia, inclusive, ser prorrogado por tempo indeterminado. As penas de morte, banimento e prisão perpétua foram admitidas também nos casos de guerra interna.

A inviolabilidade dos mandatos legislativos ficou ainda mais restrita, pois foram incluídos os crimes contra a segurança nacional. A legislação militar poderia ser aplicada em tempos de paz, e, para os crimes contra a segurança nacional e as instituições militares, era extensiva aos civis.

A liberdade de associação ficou limitada, pois restrita àquelas com “fins lícitos”, expressão vaga, que poderia dar (como ocorreria) margem a diversas interpretações.<sup>102</sup>

A emenda acabou reservando um artigo – das disposições transitórias – exclusivamente para Costa e Silva, apesar de não citá-lo. A família não tinha recursos para pagar os gastos do tratamento e enfrentava dificuldades para se manter. Dessa forma, o artigo 184 resolveu o problema:

Cessada a investidura no cargo de presidente da República, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Se o presidente da República, em razão do exercício do cargo, for atacado de moléstia que o inabilite para o desempenho de suas funções, as despesas de tratamento médico e hospitalar correrão

por conta da União.<sup>[103](#)</sup>

A 25 de outubro, como esperado, o Congresso se reuniu. Dezenas de deputados e senadores tinham sido cassados desde o fatídico 13 de dezembro de 1968: ao todo 81 deputados e quatro senadores. Restavam 387 congressistas.<sup>[104](#)</sup>

Médici era candidato único. A Arena seguiu as determinações da Junta: foram 296 votos. Os emedebistas se abstiveram. Toda a votação, inclusive os discursos e a apuração, foi realizada em apenas 80 minutos.<sup>[105](#)</sup>

Na solução da crise, a Junta Militar buscou encontrar uma saída considerada “democrática”. Escolheu um presidente com mandato determinado. A Arena o indicou como seu candidato.

Para concluir o processo, o Congresso Nacional elegeu o presidente. As duas últimas fases foram somente para cumprir o roteiro de que o país vivia sob ordenamento democrático.

E tudo foi feito para manter as aparências, distanciando-se do caudilismo militar platino. Como escreveu, no calor da hora, o general Antonio Carlos Muricy: “Não há nos altos chefes militares do Brasil o espírito militarista e, menos ainda, a detestável figura do homem messiânico que para tudo tem remédio, sendo para si próprio e para seus seguidores o dono da verdade e o único capaz de salvar a sua terra”.<sup>[106](#)</sup>

Os três patetas – apelido dado ainda em 1969 e reiteradamente citado pelo deputado Ulysses Guimarães nos anos 1980 – não foram tão patetas como imaginava a oposição.

Conseguiram, apesar de todos os pesares, fazer a transição de um governo para outro em meio a uma grave crise militar e ao sequestro do embaixador americano. Também não perderam de vista seus interesses imediatos. Rademaker emplacou a vice-presidência de Médici, Márcio de Souza e Mello manteve-se no Ministério da Aeronáutica e Lyra Tavares<sup>[107](#)</sup> obteve o almejado cargo de embaixador do Brasil em Paris. Ficou notabilizado pela compra do suntuoso prédio da nova sede da Embaixada, às margens do rio Sena, e por obrigar todos os funcionários a chegarem às 8 horas da manhã para participarem da solenidade do hasteamento da bandeira.

A agitação dos meses de setembro e outubro ficou restrita ao andar de cima da política brasileira, que, naquele momento, estava concentrada nas Forças Armadas, especialmente no Exército.

A Arena e o MDB foram meros espectadores. Os políticos cassados nem sequer tinham informações precisas do que estava ocorrendo. A censura não permitiu que a doença e o impedimento de Costa e Silva fossem acompanhados pela população. Se o presidente era pouco conhecido, a Junta Militar era absolutamente ignorada.

A vida naqueles dias seguiu seu curso normal. As atividades econômicas não foram afetadas. O interesse popular estava concentrado em especial no

futebol. Dos dez maiores públicos pagantes da história do Estádio do Maracanã, dois deles ocorreram em 1969.

O confronto entre a repressão civil-militar e os grupos de luta armada acabou virando uma guerra particular. Os órgãos de segurança usaram todo o aparato repressivo de Estado e tiveram a cobertura legal (e, algumas vezes, ilegal) para extinguir os pequenos grupamentos valendo-se de prisões arbitrárias, julgamentos sumários, torturas e desaparecimentos de corpos de militantes.

Já os grupos de luta armada, em atividade especialmente desde 1967, desenvolviam suas ações sem obter nenhum apoio popular. Começaram a luta isolados e mantiveram o distanciamento da população.

As “ações de massa” eram incompreensíveis “para as massas”. Distribuir panfletos na porta das fábricas ou no interior das agências bancárias assaltadas – foram 42 entre 1968 e agosto de 1969, – gerava apenas medo entre os trabalhadores.<sup>108</sup>

Em um país com tradição autoritária, avesso às grandes lutas políticas e vivendo de movimentos espasmódicos de mobilização, quando o cenário econômico é favorável, com expansão do emprego, do crédito, do consumo e com a possibilidade de ter uma casa própria, a política vira um estorvo para a ampla maioria da população. Era o que estava acontecendo em 1969.

88 À época, o diagnóstico foi de “trombose na região parietal direita” (ver *Veja*, no 53, 10 set. 1969).

89 O relato sobre a doença, impedimento e morte de Costa e Silva tem como principal fonte o excelente livro: CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979. O autor assumiu a Secretaria de Imprensa da presidência em maio de 1969. Tinha, à época, 32 anos.

90 Aleixo já estava sendo vigiado. De acordo com o chefe do Gabinete Militar, “mandei que colocassem um informante de confiança dentro da residência do vice-presidente, para observar o que se passava” (MELLO, Jayme Portella de. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979. p. 828).

91 O técnico da seleção brasileira era o jornalista João Saldanha. Era de todos conhecida sua simpatia para com o PCB.

92 CHAGAS, Carlos. *Op. cit.* p. 81.

93 A melhor descrição do sequestro, do ponto de vista dos executores, é a de Fernando Gabeira (GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. pp. 137-171). Os membros da Dissidência Universitária (DU) da Guanabara usaram a denominação MR-8, no início, como um despiste. O primeiro MR-8 tinha sido rapidamente dizimado pela repressão. A DU resolveu utilizá-lo para despistar os órgãos de segurança.

94 No mesmo dia falecia no Rio o brigadeiro Faria Lima, aos 59 anos. Tinha chegado no dia anterior e, desde então, participado de reuniões com Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e Siseno Sarmento. Segundo o cardiologista que o atendeu, a causa da morte foi “uma trombose coronária aguda”.

95 Lembra Portella: “Alguns oficiais paraquedistas não se conformaram com a solução do governo e, na tarde de 6 de setembro, quando os subversivos iam ser embarcados na Base Aérea do Galeão, tentaram impedir o embarque, sendo obstados pelo comandante daquela base, que os fez se retirar do recinto da organização militar. Os oficiais paraquedistas, entretanto, ao passarem pela estação transmissora da Rádio Nacional, emitiram um manifesto protestando contra a decisão governamental, sem maiores consequências, porém” (MELLO, Jayme Portella de. *Op. cit.* p. 847).

96 Para a imprensa (sob censura), a violência repressiva inexistia: “Nas prisões, desenvolve-se a tática paciente e trabalhosa da observação. Os presos são interrogados sem qualquer coação, garantem as autoridades militares. Assim, evita-se que uma informação errada, obtida sob violência, venha a prejudicar as investigações. Pelo contrário, a orientação é de dispensar aos presos o máximo conforto possível. Os mais importantes devem dormir nos alojamentos de oficiais. Todos têm uma hora diária de banho de sol. Quando não têm roupa para mudar, recebem roupas militares” (*Veja*, no 55, 24 set. 1969).

97 Nas suas memórias, Lyra Tavares escreveu que a escolha de Médici foi realizada “pelo consenso geral, tanto dos Altos Comandos das Forças singulares como do Alto Comando das Forças Armadas” (ver LYRA TAVARES, Aurélio. *O Brasil de minha geração: mais dois decênios de lutas – 1956-1976*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 236).

98 À época, Garrastazu Médici comandava o III Exército, sediado em Porto Alegre. De acordo com as fontes, não queria aceitar a presidência, e só o fez após receber o cargo como “uma missão a ser cumprida”.

99 O almirante Rademaker foi uma escolha pessoal de Médici, referendada pelo Alto Comando das Forças Armadas.

100 BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. vol III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. pp. 331-333.

101 Na imprensa, sob censura, Costa e Silva já estava “falando” desde o início de setembro: “Quando dona Yolanda chega ao quarto do marido, o marechal aponta seu cabelo descuidado e pergunta: ‘Por que você não foi ao cabeleireiro?’ A mulher tenta enganá-lo, afirmando que realmente tinha se penteado. O presidente não acredita: ‘Eu estou vendo que você não foi se pentear’”. Na mesma reportagem é informado que “a melhora é progressiva e rápida” e que o presidente “reage como um jovem de vinte anos” (ver *Veja*, no 53, 10 set. 1969).

102 Para as atas das reuniões da comissão presidida por Costa e Silva e coordenada por Pedro Aleixo, ver VIEIRA, Simone Bastos (org.). *A Constituição que não foi. História da emenda constitucional no 1, de 1969*. Brasília: Senado Federal, 2002.

103 Costa e Silva faleceu no dia 17 de dezembro de 1969, no Palácio das Laranjeiras. De acordo com o atestado de óbito, “morreu de um enfarte fulminante às 15h40”. Dias antes, um curandeiro fora levado às Laranjeiras. Era Lourival de Freitas, conhecido como Nero: “Ele se limitou a ver Costa e Silva, de longe, uma vez, e a tentativa de experiência, com pessoas interpostas entre ele e o doente, não conseguiu qualquer resultado” (ver D’AGUIAR, Hernani. *Ato n o 5*: a verdade tem duas faces. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999. p. 361). O coronel D’Aguiar era o chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp).

104 Dos 66 senadores, quatro foram cassados, dois morreram e um acabou designado embaixador na Espanha (Auro de Moura Andrade). O estado que perdeu o maior número de deputados cassados foi São Paulo: dezoito.

105 Ver CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984). Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985. pp. 196-197.

106 CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia*. Porto Alegre: L&PM, 1979. p. 288.

107 O general era membro da Academia Brasileira de Letras. Contudo, não tinha

familiaridade com simples vocábulos da língua portuguesa. Numa correspondência a Castello Branco, em março de 1964, escreveu: “acessoramento”, “natureza” e “encorage” (ver GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 264). Plantava notícias de que era “fluyente em nove línguas” (ver *Veja*, n. 54, de 17 set. 1969). O general se “imortalizou” na ABL em junho de 1970, portanto após ter sido ministro do Exército e membro da Junta Militar.

108 Em 8 de outubro ocorreu o primeiro sequestro de um avião. Era um Caravelle da Cruzeiro do Sul. Foi sequestrado por dois militantes do MR-8 e levado para Cuba. A bordo dele estavam 43 passageiros e três tripulantes. Os militantes receberam asilo do governo cubano.







São Paulo (SP), 25/01/1970. Presidente Emílio Garrastazu Médici hasteando a bandeira do Brasil no Estádio Cícero

Pompeu de Toledo. (© *Arquivo/Agência O Globo*)

Para Médici,  
a verdadeira paz.  
Paz?

O general Emilio Garrastazu Médici pronunciou um longo discurso de posse, a 30 de outubro de 1969. Estava nervoso. Leu com certa dificuldade o texto preparado pelo coronel Octávio Costa, chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas. Se o discurso de Castello Branco tinha 1.055 palavras e o de Costa e Silva , 1.324, o de Médici tinha 1.955.

Foi o primeiro presidente do regime civil-militar a fazer citações literárias nesse tipo de cerimônia. Em três momentos mencionou o poeta Augusto Meyer (“Neste momento eu sou a oferta e a aceitação”; “Este vento faz pensar no campo, meus amigos / Este vento vem de longe, vem do Pampa e do céu” e “O minuano para enganar a miséria / geme e dança pela rua”). Também citou indiretamente o poeta João Cabral de Mello Neto: “Creio na humanização da vida e dos severinos do campo”.

Duas dúzias de vezes, Médici citou o “creio”, referência ao “credo político” de Rui Barbosa, um conhecido discurso proferido no Senado, em 1896, em resposta a outro político baiano, César Zama.

O coronel Octávio Costa, autor do discurso e chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), ligada diretamente à presidência da República, deixou de lado o momento que Rui atacou frontalmente a supressão das liberdades:

Rejeito as doutrinas de arbítrio; abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob

as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância; e, quando esta se traduz pela abolição geral das grandes instituições docentes, isto é, pela hostilidade radical à inteligência do País nos focos mais altos da sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbaria ameaçando as fronteiras de nossa nacionalidade.<sup>[109](#)</sup>

Como os presidentes militares anteriores, também fez profissão de fé democrática: “Sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”.

Aproveitou para fazer um aceno ao MDB: “Espero da oposição que nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando”.

Como um sinal dos tempos, a palavra “democracia” foi citada quatro vezes, já “desenvolvimento” apareceu sete e “liberdade” apenas duas.

Médici nem bem tinha tomado posse quando, a 4 de novembro, Carlos Marighella, líder e fundador da ALN, foi morto em uma emboscada na Alameda Casa Branca, região dos Jardins, em São Paulo, organizada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Dops paulista.<sup>[110](#)</sup> Foi a maior vitória dos órgãos de segurança.

A ALN já tinha sofrido vários golpes, perdendo importantes lideranças. Seus militantes estavam isolados, sem nenhum trabalho político legal, e foram sendo caçados pela repressão civil-militar.

A barbárie repressiva já era conhecida. A imprensa internacional publicou diversas denúncias. No Brasil, Hélio Fernandes publicou uma carta aberta na *Tribuna da Imprensa*, dirigida ao presidente Médici: “Esvazie as prisões, determine o fim da tortura aos presos, liberte as esperanças do povo brasileiro”.

Por meio de porta-vozes, Médici teria dito que não permitiria torturas. O ministro da Justiça Alfredo Buzaid disse que iria “intervir para preservar a ordem jurídica interna e a segurança nacional”.<sup>[111](#)</sup> Mas a tortura continuava correndo solta nos porões do regime.

Numa ofensiva para desanuviar o ambiente político – afinal, o Congresso tinha sido reaberto depois de dez meses fechado –, Médici foi à convenção da Arena, em 20 de novembro, e pediu o apoio do partido para que a “plenitude democrática se adiante”.

Cinco dias depois, em visita ao Congresso Nacional, conversou com parlamentares da oposição: “Queremos fazer o jogo da verdade”, disse. E a

30 de novembro foram realizadas eleições municipais em 965 municípios de dez estados e três territórios.

Apesar de todos os atropelos políticos, 1969 foi um ano muito bom para a economia. O PIB cresceu 9,5%, a inflação teve uma queda de 25,7% (1968) para 20,1%, as exportações saltaram de US\$ 1,8 bilhão (1968) para US\$ 2,3 bilhões e as reservas internacionais mais que duplicaram em relação ao ano anterior, chegando a US\$ 656 milhões.

Esses dados positivos podem explicar a razão de a crise política ter ficado restrita ao aparelho de Estado, sem se espalhar pela sociedade. A economia tinha conseguido, em muitos aspectos, se desvencilhar da política, ter uma dinâmica própria.

## 1970

O ano de 1970 deu sequência aos acontecimentos do final de 1969: sequestros, torturas, censura e promessa de democracia, mas a longo prazo. E era o ano da Copa do Mundo do México. Desde a classificação invicta da seleção para a Copa – 6 jogos, 6 vitórias; o ataque fez 23 gols e a defesa tomou apenas dois gols –, o futebol era o grande assunto no país.

Médici vestia bem o figurino do torcedor, gostava de futebol, ia aos estádios. Esteve na inauguração do Morumbi e fez questão de passear pelo gramado, sendo aplaudido pelo público que lotava o local. Depois, foi para as tribunas. Estava acompanhando por Nelson Rodrigues, seu convidado especial, que registrou numa crônica para *O Globo* aquele momento:

É preciso não esquecer o que houve nas ruas de São Paulo e dentro do Morumbi. No Estádio Mário Filho, ex-Maracanã, via-se até minuto de silêncio, e, como dizia o outro, via-se até mulher nua. Vi o Morumbi lotado, aplaudindo o presidente Garrastazu. Antes do jogo e depois do jogo, o aplauso das ruas. Eu queria ouvir um assobio, sentir um foco de vaia. Só palmas.<sup>[112](#)</sup>

Para o regime, a conquista da Copa tinha um papel importante. Era mais um reforço para legitimar o governo, a “revolução”. Isso explica o interesse demonstrado quando houve a crise que levou à demissão do técnico João

Saldanha, em março. A Confederação Brasileira de Desportos (CBD), responsável pela seleção, indicou outro técnico – Mário Jorge Lobo Zagallo.<sup>[113](#)</sup>

No dia seguinte, João Havelange, presidente da CBD, se reuniu em Brasília com o ministro da Educação – a entidade estava subordinada ao Conselho Nacional de Desportos e este, ao MEC – e com os chefes da Casa Civil (Leitão de Abreu) e da Casa Militar (João Baptista Figueiredo). Foi uma “intervenção branca” na entidade. E Havelange ficou de mandar um relatório detalhado da CBD para Médici.

Logo no dia 1.º de janeiro foi sequestrado mais um Caravelle da Cruzeiro do Sul. E também levado para Cuba. A repressão e a tortura continuavam como política de Estado, apesar das declarações de Médici. Mário Alves, líder do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), um dos grupos de luta armada, foi detido, torturado e assassinado no Rio de Janeiro.

Em discurso na Vila Militar, Rio de Janeiro, Médici prometeu “aprimorar a prática dos princípios democráticos consagrados na Constituição”. Mas a 26 de janeiro assinou o Decreto-Lei no 1.077, estabelecendo a censura prévia a espetáculos e publicações. Para observar como era retrógrado o decreto, basta observar os “considerandos”:

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8.º, dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira;

CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

Para Buzaid, quem daria a última palavra sobre a “licenciosidade de livros e periódicos” enquadrados no decreto seria o Supremo Tribunal Federal. Para a oposição era um instrumento – mais um – de controle político. Já para o regime civil-militar, haveria “um plano subversivo que põe

em risco a segurança nacional”.<sup>114</sup>

Médici foi apresentando ao país a sua concepção particular de democracia:

A democracia plena é um ideal que, se em algum lugar já se realizou, não foi certamente no Brasil. Pelo menos eu, que tomei parte na primeira revolução, em 1930, à procura desse ideal, ainda não a vivi. Entre nós, não se pode, pois, falar com propriedade em retorno à democracia plena.

Na primeira e única entrevista coletiva, a 27 de fevereiro, achou precipitado falar em revogação do AI-5 e considerou muito tardia a sua edição, em dezembro de 1968. Disse que tinha insistido junto a Costa e Silva para a adoção de medidas repressivas desde a intensificação das passeatas, em junho daquele ano.

Pouco depois, em Porto Alegre, dissertou sobre a relação liberdade-progresso econômico: “Se desejamos uma sociedade politicamente livre e socialmente estável, é mister que nos entreguemos à promoção da prosperidade econômica do país”.

Em 25 de fevereiro, representantes dos órgãos de segurança declararam que “o terrorismo não existe mais em São Paulo”. Uma quinzena depois, foi sequestrado o cônsul japonês Nobuo Okuchi.

Era o segundo diplomata raptado no Brasil. A operação foi realizada pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Exigiu-se a libertação de cinco prisioneiros, que foram banidos para o México; e o cônsul logo foi solto.

Dois meses depois, no vale do Ribeira, estado de São Paulo, onde estava treinando um pequeno grupo de militantes, Carlos Lamarca, líder da VPR, conseguiria romper o cerco imposto pelo Exército. Na fuga, foi morto o tenente da Polícia Militar de São Paulo Alberto Mendes Jr., que tinha sido aprisionado por Lamarca.

Ainda em meio às operações, mais um avião acabou sendo sequestrado. Era da Vasp e fazia a rota Brasília-Manaus. Também foi levado para Cuba. Era o sétimo avião sequestrado.

A luta armada tinha fracassado. Os sequestros eram mais ações defensivas – para libertar militantes – do que ações de propaganda política e de confronto com o regime. O governo estava sólido. E impunha o seu programa.

A 25 de março estabeleceu-se o mar de 200 milhas. Foi um momento de ufanismo nacional. O Brasil era o oitavo país latino-americano a adotar essa medida. Teve até música louvando o ato: “Das 200 para lá” (1970), de João

Nogueira, que ficou conhecida na interpretação de Eliana Pittman.

Entre o final de abril e o início de maio, foram escolhidos por Médici todos os governadores. Ele fez algumas consultas informais, mas no final decidiu sozinho quem governaria os 22 estados, inclusive a Guanabara, onde o MDB tinha maioria na Assembleia Legislativa. Lá o designado foi Chagas Freitas, que liderava o partido no estado, mas que nunca fizera oposição formal ao regime.

Entre 17 a 26 de maio, a CNBB fez sua reunião anual em Brasília. Médici almoçou com os cinco cardeais brasileiros. No final do encontro, a CNBB divulgou um documento elogiando as realizações econômico-sociais do governo e condenou o terrorismo: “É uma forma de também torturar o povo”. O documento falou, também, da tortura aos presos políticos: “Difícilmente podem corresponder a uma orientação oficial do governo”, e exigiu providências:

As manifestações de violência por parte de elementos que subvertem a ordem não podem ser nem aprovadas nem toleradas. Mas é necessário que não se permita que à violência se responda também com violência, porque então se instaura uma escalada insustentável de guerra interior.

Em junho ocorreu mais um sequestro de diplomata. A vez foi do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben. A operação foi de um comando conjunto ALN-VPR. Um guarda de segurança acabou morrendo durante a ação. Quarenta presos políticos foram libertados e enviados para a Argélia.<sup>[115](#)</sup>

Mais uma vez a seca atingia o Semiárido. Desde o segundo semestre de 1969, as notícias eram preocupantes. O governo – seguindo o hábito secular – demorou para tomar as primeiras providências. Era a pior seca desde 1958. Na região, cidades foram ocupadas, comércios foram saqueados, doenças epidêmicas proliferaram.

A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sem saber o que fazer, retomou a velha política de abrir frentes de trabalho, sem antes ter um projeto das obras públicas efetivamente necessárias.

Médici, em junho, visitou a região: “Nada, em toda a minha vida, me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar a minha vontade”. Falou na sede da Sudene, em Recife. Foi ao interior do Ceará, a Crateús, no sertão central. Lá visitou uma frente de trabalho. Alguns flagelados percorriam diariamente 50 quilômetros até o local de trabalho. Tentando ser simpático, Médici



[...] iniciou uma conversa com um pequeno grupo de trabalhadores. Agachados e com os pratos de comida sobre os joelhos, responderam monossilabicamente às perguntas. Quando Médici quis saber se um deles, de vez em quando, não dava “um golinho de pinga”, recebeu como resposta um seco e enérgico não.[116](#)

A resposta do governo foi ampliar as inúteis frentes de trabalho e intensificar a transferência de flagelados para a Amazônia, sem nenhum projeto viável de assentamentos rurais. Era uma forma de retirar o excedente de força de trabalho, evitando tensão social.

O governo reconhecia que não estava conseguindo enfrentar com eficácia os problemas sociais. Meses antes, numa conferência na Escola Superior de Guerra, Médici disse que:

Apesar desse esforço revolucionário de seis anos, quando nos voltamos para a realidade das condições de vida da grande maioria do povo brasileiro, chegamos à pungente conclusão de que a economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal.[117](#)

O interesse popular não estava concentrado na política, nos sequestros, na seca ou na reunião dos bispos. O país queria saber da Copa do Mundo. A seleção foi vencendo seus adversários um a um. Chegou à final após cinco vitórias, com o ataque fazendo quinze gols e a defesa sofrendo seis. E a 21 de junho a seleção venceu a Itália de goleada (4 a 1), fato que ocorria pela última vez em final de Copa do Mundo.

O retorno da seleção foi uma consagração. Perto de 1,5 milhão de cariocas foram às ruas. O país assistiu à Copa e às comemorações ao som da marchinha “Pra frente Brasil”, de Miguel Gustavo, que, dez anos antes, tinha composto para a campanha de João Goulart à vice-presidência da República o jingle “Vamos jangar”.[118](#)

Médici associou a conquista da Taça Jules Rimet com o regime:

Na vitória esportiva, a prevalência de princípios que nos devem armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. É desse ciclo

a nossa conquista, a vitória da unidade e da conquista de esforços. A vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e serenidade dos capacitados, da técnica, do preparo físico e da categoria.<sup>[119](#)</sup>

No mesmo dia em que foi criado o DOI-Codi, Alfredo Buzaid declarou que o governo estava decidido a acabar com os esquadrões da morte formados por policiais e que vinham executando marginais. Em São Paulo, o problema se mostrou particularmente grave entre 1969-70, e o delegado do Dops Sérgio Fleury era considerado o chefe da organização. Só no Rio de Janeiro e em São Paulo, estimava-se que tinham sido assassinadas pelos esquadrões da morte mais de duas centenas de supostos delinquentes.

No início de setembro, Salvador Allende foi eleito presidente do Chile. Pela primeira vez, um socialista era eleito presidente de uma República latino-americana. Mas o resultado não teve nenhuma influência na esquerda armada brasileira.

Apesar das dezenas de mortes e centenas de prisões, do desbaratamento quase completo da estrutura das organizações que atuavam nas cidades, os militantes sobreviventes continuavam acreditando que era possível enfrentar e derrotar o regime civil-militar.

Em 25 de outubro – data em que estavam sendo comemorados 53 anos da Revolução Russa –, mais uma liderança foi abatida: Joaquim Câmara Ferreira, que tinha assumido o lugar de Marighella na direção da ALN.

Foi preso, torturado e assassinado pela equipe do delegado Fleury. Morreu aos 57 anos, mesma idade de Marighella ao ser morto. Permaneceu numa luta fadada ao fracasso. Buscou o martírio, como o criador da ALN.

Talvez o exemplo seguido pelos dois líderes guerrilheiros tenha sido o de Cristo, mesmo sendo ateus. Mas se para o Nazareno a morte teve um sentido histórico-teológico, para os velhos militantes do Partidão a luta já não tinha sentido. E arrastaram, mesmo que involuntariamente, dezenas e dezenas de jovens para serem imolados pela máquina repressiva do regime civil-militar.

Quando interrogado sobre por que não abandonava a luta, Câmara Ferreira respondeu: “Não posso abandonar os rapazes”.<sup>[120](#)</sup> Esqueceu-se de citar que os rapazes estavam mortos ou presos.

A repressão aos grupos armados, opositores do regime, não concentrou, em momento algum, as atenções oficiais. Serviu, em certos momentos, para justificar o endurecimento do regime. O importante era o estabelecimento de uma política econômica que desse legitimidade ao regime. E que estivesse relacionada ao que consideravam como os objetivos nacionais permanentes, dos quais um Estado forte e centralizado era um elemento fundamental.

O otimismo com os bons resultados econômicos foi impulsionando os grandes projetos governamentais. A Amazônia foi parte importante dessa

ação. O regime logo criou mais um lema: “Integrar para não entregar”. Em outubro, em Altamira, no Pará, tiveram início as obras de construção da Rodovia Transamazônica, que deveria chegar até o Acre.

A estrada era parte importante do processo de ocupação da Amazônia. Esperava-se facilitar a exploração mineral e desenvolver a agricultura e pecuária. Quase cem anos depois, reaparecia a antiga proposta de transferir populações, especialmente do Sertão nordestino, para a região. À margem da estrada, seriam criadas agrovilas, base para o nascimento de futuras cidades.

A Transamazônica deveria ter 5.296 quilômetros de extensão, passando por oito estados das regiões Nordeste e Norte. Tinha dois pontos de partida: Recife, em Pernambuco, e João Pessoa, na Paraíba. O ponto final da estrada seria a cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre. [121](#)

Nas eleições de novembro, com a participação de 30 milhões de eleitores, a Arena obteve uma grande vitória. Das 46 cadeiras em jogo, o MDB elegeu apenas cinco. O resultado só não foi pior porque na Guanabara – onde foram eleitos três senadores, diversamente dos outros estados, excetuando Goiás, que renovaram somente duas cadeiras – o MDB preencheu as três vagas. [122](#)

O senador Amaral Peixoto, eleito pelo estado do Rio de Janeiro, com bom humor, comentou o fato:

Ah, sim, éramos apenas sete. Ainda me recordo de quando nos reuníamos pela primeira vez na casa do Nélson Carneiro. Só não estava o Montoro, e subimos todos no mesmo elevador. Eu até brinquei: “Esta oposição é tão grande que cabe dentro de um elevador” [123](#)

O MDB acabou sendo prejudicado pelos votos em branco. Em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, a Arena elegeu os dois senadores (Daniel Krieger e Tarso Dutra) devido à avalanche de votos em branco – os antigos petebistas conclamaram o boicote aos candidatos do MDB – que prejudicaram a eleição de Paulo Brossard, [124](#) que, como deputado federal, tinha tido uma importante atuação de oposição aos desmandos do regime.

Basta recordar o discurso que fora feito quando da reabertura do Congresso, em outubro de 1969, para referendar a escolha de Médici: “A menos que as palavras tenham perdido o significado, não se trata de eleger. Eleger, de *eligere*, quer dizer escolher, separar, estremar, nomear, preferir, selecionar, designar. E no caso não se trata de eleger, porque a decisão já foi feita”.

A Arena passou a controlar todas as Assembleias Legislativas – sempre

com uma ampla maioria – excetuando a da Guanabara, onde o MDB obteve 67% das cadeiras. A vitória da Arena foi uma vitória do regime e especialmente do presidente Médici. Com a economia caminhando muito bem, a eficiente propaganda oficial louvando as realizações governamentais, a censura, a despolitização – acentuada com as medidas repressivas adotadas após o AI-5 e pela ação terrorista dos grupos de luta armada –, a indiferença e o conservadorismo político tão tradicional do Brasil, o resultado não foi nenhuma surpresa.

Segundo pesquisa divulgada na semana da eleição, 71% dos jovens achavam que o povo estava mais feliz em 1970 do que em 1960. Médici, na mesma pesquisa, recebeu nota 8,4 – em São Paulo, 53% dos entrevistados deram nota 10 ao presidente. Contudo, 77% dos entrevistados desejavam eleger diretamente os governadores de estado.<sup>125</sup>

À época, falava-se que a Arena – chamada por alguns de Arenão – caminhava para ser um partido único ou quase único.

Nem bem acabou a apuração dos votos e se fez a proclamação do resultado da eleição, o embaixador suíço foi sequestrado, no Rio de Janeiro, a 7 de dezembro. O guarda de segurança do diplomata foi morto na ação. Era o terceiro diplomata sequestrado no ano.

O número poderia ter sido maior, pois tinha havido uma tentativa fracassada de sequestrar, em abril, o cônsul americano em Porto Alegre. Ele reagiu e acabou ferido no ombro por uma bala. Um segundo fracasso acontecera em Recife. Lá nem chegou a ocorrer a tentativa de sequestro. O motorista do carro que seria usado na operação para capturar o cônsul japonês resistiu ao assalto e foi assassinado – era um tenente da Aeronáutica. E o terceiro malogro fora a operação de tomar um avião da Cruzeiro do Sul no Aeroporto do Galeão. Havia, no mundo, uma epidemia de sequestros de embaixadores: nos últimos quinze meses tinham ocorrido catorze.

O chefe do sequestro do embaixador suíço foi o ex-capitão Carlos Lamarca, da VPR. Os sequestradores exigiram a libertação de setenta prisioneiros. O governo não aceitou todas as exigências, não divulgou manifesto nem atendeu a outros pedidos, como a gratuidade do transporte ferroviário. As negociações foram tensas e demoradas. O Rio teve vários bairros vistoriados, casa por casa, à procura do embaixador.

Alguns presos recusaram ser banidos e optaram por permanecer no Brasil. O governo não aceitou libertar os que tinham participado de outros sequestros ou sido condenados a penas elevadas (no total, eram 27 nessa situação).

O impasse só foi resolvido no ano seguinte, a 13 de janeiro, quando os setenta presos voaram para o Chile. Foi o último sequestro de diplomata realizado pela esquerda armada. Nos quatro sequestros, foram libertados 134 militantes (estimava-se em quinhentos o total de presos políticos, dos quais 56% eram estudantes cuja média de idade era de 23 anos).<sup>126</sup>

Em 31 de dezembro, foram libertados sete jornalistas do *Pasquim* – o oitavo, Tarso de Castro, foi solto dias depois, em janeiro. Ficaram detidos dois

meses. Desde outubro estava ocorrendo uma grande onda de prisões por todo o país. Centenas foram detidos.

Os órgãos de segurança temiam a eclosão, em novembro, da “Quinzena Marighella”, uma sucessão de atentados e sequestros que estariam sendo organizados por vários grupos da esquerda armada.

Os jornalistas do *Pasquim* passaram por quatro quartéis, e cada um teve de dar três depoimentos. Devido ao sequestro do embaixador suíço, ficaram incomunicáveis. Mesmo assim, não perderam o humor. Deram muitos autógrafos em exemplares do jornal para os militares do quartel.

Tiveram muita paciência para responder aos questionários. Um deles, com 54 perguntas, indagava: 1. Você fala palavrão na frente de seus filhos? 2. O que acha de Toni Tornado? 3. O que acha de De Gaulle? 4. E do ministro Jarbas Passarinho?

1971

O regime iniciou o ano de 1971 intensificando as grandes obras de infraestrutura, incentivando as exportações (a Aerp criou o *slogan*: “Exportar é o que importa”), ampliando o crédito e criando as condições para um mercado interno de consumo de massas.

A Aerp teve papel importante na criação do clima de euforia temperado com o velho nacionalismo brasileiro. Para cada ano do governo, a Aerp criou um *slogan*, uma “ideia-força” como “Você constrói o Brasil” ou “Em tempo de construir”. Também espalhou aos quatro ventos os *slogans*: “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país”.

A música foi utilizada para glorificar o regime. A dupla Don e Ravel ficou marcada por essa associação. As músicas “Eu te amo, meu Brasil” e “Você também é responsável”, a primeira louvando as belezas do país e a segunda tratando do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1967, com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos.

O “espírito Aerp” se espalhou pelo país. Em muitos lugares, administradores públicos, por iniciativa própria, iam criando novidades. Em Jundiaí, interior de São Paulo, em 1972, às sextas-feiras, durante a cerimônia de hasteamento da bandeira em uma escola, usando a conhecida melodia da música “Jingle Bells”, cantava-se:

31, 31, 31 de março  
é o dia, é o dia da libertação,  
quando as Forças Armadas deste meu país  
acabaram, acabaram com a corrupção.

Salve este dia,  
salve este dia,  
vamos cantar com alegria.<sup>127</sup>

Surgiam as primeiras redes nacionais de supermercados, a indústria automobilística batia recordes de produção e o nascimento da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) – empresa estatal – permitiu modernizar as telecomunicações e unificar todo o país pelas transmissões de televisão – nesse momento é que a Rede Globo de Televisão se consolidou com uma programação nacional. Também a telefonia foi adaptada às necessidades de uma economia em rápida expansão.

Já em 1970 o crescimento do PIB tinha alcançado 10,4%. A inflação continuava alta (19,3%). As exportações aumentavam, mas a balança comercial continuava deficitária. As reservas internacionais tinham quase duplicado em relação a 1969, porém a dívida externa crescera (saltara de US\$ 4,6 bilhões para US\$ 6,2 bilhões). O perfil da pauta das exportações estava mudando, com a ampliação dos produtos semimanufaturados e manufaturados.

O binômio segurança-desenvolvimento nunca esteve tão presente. Se era evidente o desenvolvimento econômico, não ficava atrás a segurança. A repressão contra os opositores era indiscriminada.

Em janeiro de 1971, no Rio de Janeiro, foi preso, torturado e assassinado o ex-deputado Rubens Paiva. Ele engrossava então a lista dos “desaparecidos” – que não parava de crescer.<sup>128</sup> Só em 1997 o governo viria a reconhecer sua morte. Porém, apenas em fevereiro de 2013, com as revelações da Comissão Nacional da Verdade, é que o governo finalmente reconheceu sua morte sob a custódia do DOI-Codi.

Em fevereiro, após a renúncia do general Oscar Passos à presidência do partido, Ulysses Guimarães assumiu o comando do MDB. O senador Passos não conseguiu obter a reeleição pelo estado do Acre. Tinha apresentado sua renúncia no final de novembro do ano anterior. À época, era considerado como favorito para ocupar a presidência do partido o senador Franco Montoro, que tinha sido o mais votado em São Paulo.

Contudo, Ulysses, que era o primeiro vice-presidente, é que assumiu a presidência, mas com um mandato novo e não como interino. A Secretaria Geral ficou com o deputado Thales Ramalho, a liderança na Câmara, com Pedroso Horta, e a do Senado, com Nelson Carneiro.

No grupo diretivo também esteve presente o senador Amaral Peixoto. A hegemonia dos parlamentares oriundos do antigo PSD era evidente e marcou o partido nos anos 1970.

A grande figura do MDB passou a ser o seu presidente. Foi aos poucos se transformando no líder incontestado da oposição parlamentar. Cortou todos os vínculos com o regime civil-militar. Ulysses não era mais aquele político que

propusera um Ato Institucional que cassava direitos políticos por quinze anos, o eleitor de Castello Branco, nem o relator da Lei de Greve, muito menos o “quase” secretário do governo Abreu Sodré.

Diz um biógrafo seu que Ulysses, numa “espécie de repulsa”, “procurou varrer aqueles dias de sua memória, sem deixar registros pessoais sobre eles”, [129](#)

Não foi uma tarefa fácil. O Congresso tinha amplo domínio arenista. No Senado, o MDB caiu de 21 senadores em 1965 para apenas sete em 1971. Na Câmara, a situação também era crítica. Em 1967 eram 132 deputados, número que em 1971 caiu para 87 – a Arena elegeu nesse ano 223 deputados.

A atuação parlamentar se resumia aos discursos. Qualquer ação mais incisiva – como a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – era impossibilitada pelo pequeno número de parlamentares, inferior ao mínimo exigido regimentalmente.

As denúncias de tortura ganharam espaço em órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos e na imprensa americana e europeia. Internamente, o combate à luta armada ganhou intensidade especialmente no primeiro semestre.

As lideranças das principais organizações foram mortas. A desarticulação atingiu todos os grupos, que, na prática, quase desapareceram. Muitos buscaram o exílio, especialmente no Chile, governado por Salvador Allende.

Nesse momento, o papel da Igreja Católica foi fundamental. Alguns padres, bispos e cardeais não se calaram. E sofreram perseguições. Entre 1968 e 1970, foram presos 29 padres. Em Recife, em maio de 1969, o padre Henrique Pereira Neto, assistente de dom Hélder Câmara, fora morto a tiros e seu corpo, pendurado em uma árvore no campus da Universidade Federal de Pernambuco.

No ano seguinte, o governador paulista Abreu Sodré atacou violentamente o bispo de Olinda e Recife:

Dom Hélder Câmara pertence à máquina de propaganda do Partido Comunista e é elemento de sua promoção na Europa. Recebe, viaja e é subvencionado para isso. Como as esquerdas querem um *showman* não de barbas e charuto na mão, mas de batina, usam-no do exterior para denegrir o Brasil. É o que esse Fidel Castro de batina tem feito na Europa.

Muitos padres estrangeiros foram presos e torturados. Alguns chegaram a ser expulsos do Brasil. A tensão maior era na Amazônia e no Nordeste, e

estava diretamente vinculada ao processo de expansão capitalista nas duas regiões.

Mas na própria Igreja havia bispos que apoiavam as torturas. Para dom Geraldo Sigaud, bispo de Diamantina, “confissões não se conseguem com bombons”.

No aniversário do regime, Médici voltou a apresentar as linhas ideológicas do governo: “Ao longo de nossa história, os princípios democráticos sempre corresponderam aos anseios mais profundos da alma brasileira, que, em todas as Constituições da República, o legislador interpretou no mandamento primeiro de que o povo é a fonte legítima de poder”.

Médici lembrou também “a adesão popular às regras do jogo político, a eficácia e legitimidade das instituições em vigor”. Mas, além da fraseologia “revolucionária”, o mais importante fora a medida adotada, dias antes, que concedia aposentadoria ao trabalhador rural com mais de 65 anos e outros benefícios, como pensão e auxílio-invalidez. Essa medida teve um impacto positivo no campo, funcionando como um programa de renda mínima.

Semanas depois o general foi secundado por José Sarney, que, no seu discurso de estreia no Senado, criticou a oposição por atacar o AI-5 e defendeu que os dois partidos apoiassem Médici, pois, segundo ele, a plenitude democrática viria pela união da nação com o presidente.

Apesar de um sem-número de tentativas, o delegado Sérgio Fleury acabou sendo condenado. Não pelas prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos de dezenas de presos políticos, mas pelos assassinatos cometidos em sua atuação no Esquadrão da Morte – foram, segundo a Justiça, 65 mortes.

E isso só ocorreu pela ação destemida do procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Hélio Bicudo, que, apesar de todo tipo de pressão, levou os processos à frente, até a condenação de Fleury.

Bicudo frisou que “o esquadrão contava com a benevolência do governador Abreu Sodré e dos seus secretários da Segurança, principalmente Hely Lopes Meirelles, que ocupou a pasta entre 1968 e 1969 e depois foi secretário da Justiça (1969-71)” <sup>130</sup>

Foram negados pelo STF os pedidos de *habeas corpus* para o delegado e sua quadrilha. E dois anos depois, em 1973, seria feita uma lei com o intuito de livrar o delegado da prisão. Era a Lei no 5.491, que ficou conhecida como “Lei Fleury”. Isso porque alterou quatro artigos do Código de Processo Penal, especialmente o 408. Foi nele incluído o parágrafo 2.º: “Se o réu for primário e de bons antecedentes, poderá o juiz deixar de decretar-lhe a prisão ou revogá-la, já se encontre preso”.

O delegado era réu primário. Já os “bons antecedentes” devem ser compreendidos segundo os critérios das autoridades da época.

A tolerância judicial era seletiva. Fleury continuou livre. Já Teodomiro Romeiro dos Santos foi condenado à pena de morte pelo assassinato de um sargento da Aeronáutica em Salvador, na Bahia. Era militante do Partido



Comunista Brasileiro Revolucionário.

O assassinato – Teodomiro também feriu, na mesma ação, um policial federal – ocorreu quando ele estava sendo detido. Era a primeira condenação legal à morte do regime. A pena acabou comutada para prisão perpétua.

A 17 de setembro, morria o último importante líder da luta armada: o ex-capitão Carlos Lamarca. Cerca de um mês antes, a sua companheira, Iara Iavelberg, tinha morrido em Salvador. Lamarca, que, nesse momento, militava no MR-8, estava refugiado no Sertão baiano na companhia de Zequinha Barreto, que tinha sido um dos líderes da greve de Osasco, em 1968. Ambos foram mortos em Pintada – a 700 quilômetros de Salvador –, por uma patrulha do Exército sob o comando do major Nilton Cerqueira. Lamarca estava dormindo e Zequinha foi assassinado com tiros pelas costas.<sup>[131](#)</sup>

O regime tinha entre suas obsessões entender a forma de arregimentação das organizações de esquerda. O Estado-Maior do Exército, por determinação do general Antonio Carlos Muricy, fez uma pesquisa com quinhentos presos por razões políticas. Segundo o general, a conclusão foi que a militância era resultado de “desajustes familiares e de personalidade insegura ante a vida”.

Mas o “desajuste” estava nos órgãos de segurança. Em junho, Stuart Angel Jones, do MR-8, foi amarrado à traseira de um jipe e arrastado com a cabeça próxima ao cano do escapamento no pátio da Base Aérea do Galeão. Morreu em consequência de ter aspirado gases tóxicos.

Cinco meses depois, em novembro, caiu o ministro da Aeronáutica. O primeiro ato do recém-nomeado brigadeiro Joelson de Araripe Macedo foi a exoneração do brigadeiro João Paulo Burnier, comandante da Base Aérea do Galeão.

O regime chegou até a editar um “ decreto secreto”: o Decreto-Lei no 69.534, de 11 de novembro de 1971. Um dos seus artigos, o 7.º, que cuidava da salvaguarda de documentos sigilosos, rezava que “o presidente da República poderá classificar como secretos ou reservados os decretos de conhecimento restrito, que disponham sobre matéria de interesse da Segurança Nacional”.

Em dezembro de 1971, Médici fez a sua primeira viagem internacional como presidente da República. Foi aos Estados Unidos. A visita acabou sendo um sucesso. Richard Nixon, durante uma recepção na Embaixada do Brasil, disse a famosa frase: “Para onde se inclinar o Brasil, se inclinará toda a América Latina”.<sup>[132](#)</sup>

Considerou o Brasil como o “país mais importante da América do Sul” e que estaria entre os poucos que seriam ouvidos antes da sua viagem a Moscou e Pequim. Disse Nixon: “O gigante despertou”.<sup>[133](#)</sup>

Se a visita foi muito positiva para o governo brasileiro, as manifestações entusiásticas de Nixon acabaram criando problemas para a diplomacia brasileira, especialmente na relação com a Argentina, fortalecendo a ideia de um suposto “imperialismo brasileiro” na região.

A projeção do Brasil não era produto da retórica vazia. Tinha sustentação nos êxitos econômicos. No biênio 1970/1971, o país crescera a taxas superiores a dois dígitos, a inflação ainda era alta, mas estava contida no patamar próximo a 20%, e as exportações continuavam aumentando.

A estratégia de buscar o crescimento utilizando a poupança externa, inserindo o país na economia internacional, fortalecendo o setor industrial associando-o às grandes empresas estrangeiras, criando condições para a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia, dava bons resultados.

O afastamento do modelo tradicional cepalino de substituição das importações, em um momento favorável da conjuntura econômica internacional, associado a uma forma de domínio político autocrático, sem espaço para pressões de grupos organizados por aumentos salariais ou por alterações das opções estratégicas governamentais, gerou as condições particulares para o crescimento do país.

1972

O ano de 1972 foi de consagração do regime. O mote principal era o Sesquicentenário da Independência. A combinação das comemorações da independência política com os êxitos econômicos do regime deu a tônica para os eventos.

O governo tinha conseguido vencer todos os seus opositores. Mesmo com a censura, sabia-se da existência das torturas, mas eram omitidos os nomes dos torturados e torturadores. As autoridades sempre negavam.

Um bom (e triste) exemplo é do governador Abreu Sodré. Sob sua responsabilidade, o Dops paulista, vinculado à Secretaria de Segurança Pública, durante seu mandato, torturou e assassinou militantes das organizações de esquerda.

Mesmo assim, nas suas memórias, escreveu que “sempre fui contra qualquer violência ou tortura como meio de combate à subversão ou ao crime comum”. Sobre os frades dominicanos torturados no Dops, em 1969, ligados à ALN, disse que “a polícia os convenceu a comparecer ao encontro” com Marighella. Convenceu?

Não satisfeito, o governador continuou o exercício de ficção: “Pessoas ameaçadas de prisão, embora nada tivessem feito para merecê-la, procuraram e receberam abrigo no Palácio dos Bandeirantes. Outros receberam ajuda para deixar o país”.

Mas quem foi responsável pela tortura de centenas de pessoas? Sodré buscou a saída mais confortável – como fizeram tantos outros partícipes da esfera civil do regime. Para o governador paulista, o

[...] presidente Médici, apesar de humano e honrado, como toda a sua família, passou para a História como tendo chefiado o mais duro governo do período militar. Deixou que se desenvolvesse reação exagerada ao clima de subversão e guerrilha que varria o país. Os radicais do governo induziam à prática da abominável violência.<sup>[134](#)</sup>

A censura também não impediu o trabalho de cantores e compositores considerados adversários do regime. Vez ou outra censuravam-se músicas ou espetáculos, mas isso não os impediu de se apresentarem e serem regiadamente remunerados.

A perseguição oficial acabou resultando, paradoxalmente, em um apelo comercial mais forte, favorecendo a ampliação das vendas de discos e do público dos shows. Comprar um disco ou assistir a um show era considerado uma forma de resistência. Resistir metamorfoseou-se, nesses casos, em mercadoria muito rentável.

Os autoexílios de Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil tinham terminado. O primeiro já tinha voltado da Itália em 1970, Caetano e Gil regressaram em 1972. A ampla maioria da intelectualidade estava então no Brasil e foi se adaptando às condições políticas da época.

A metáfora e a ironia foram instrumentos rotineiros de críticas ao regime. As músicas, peças de teatro, filmes, tinham no “não dito” um componente essencial. As páginas de Millôr Fernandes, na revista *Veja*, representam bem o período. Ele era um crítico mordaz. Suas frases e charges ficaram célebres.<sup>[135](#)</sup>

A censura chegou a esconder um gravíssimo surto de meningite em São Paulo, entre 1972 e 1974. Segundo o dr. Esper Kallás, “foi a maior epidemia de meningite meningocócica de que se tem notícia no mundo”<sup>[136](#)</sup>

Apesar de todas essas dificuldades, o MDB iniciou 1972 esperançoso na possibilidade de o país escolher diretamente os governos estaduais nas eleições que se realizariam em 1974. Em estados como São Paulo e Guanabara já se falava de eventuais candidatos emedebistas. No partido, a luta entre os grupos moderado e autêntico, de uma oposição mais serena para outra mais agressiva, ocupava as páginas da imprensa.

A atuação parlamentar se resumia aos discursos. Uma ação mais incisiva – como a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – era impossibilitada pelo pequeno número de parlamentares, inferior ao mínimo exigido regimentalmente.

Qualquer forma de mobilização da sociedade civil era inviável. A legislação repressiva<sup>[137](#)</sup> e o medo impediam qualquer tipo – mesmo que tímido – de enfrentamento do regime. Restava acumular forças e aproveitar brechas no interior do próprio regime.<sup>[138](#)</sup>

Mas, em 3 de abril, Médici encaminhou ao Congresso a Emenda Constitucional no 2, que tornava indiretas as eleições para os governos estaduais em 1974. De acordo com o governo, a realização de um processo eleitoral era inconveniente: “Para preservar o clima de tranquilidade, confiança e trabalho indispensável à consolidação de nossas instituições sociais e políticas”.

Fazia sentido o argumento oficial. Para o regime, a política era um incômodo. Não servia para nada. Era um obstáculo ao desenvolvimento. Se as decisões estavam concentradas no Executivo federal, para que ouvir o Congresso? Ou, pior, para que partilhar as decisões com os parlamentares?

A Arena acatou obedientemente a determinação do Palácio do Planalto. O senador Eurico Rezende, em discurso, disse que a eleição indireta era tão democrática quanto a direta. Para ele, a “revolução” era o juiz que tomava as medidas necessárias para o país.

O presidente Médici era a mais perfeita tradução desse momento do regime. Tinha horror à política. Considerava o exercício da presidência uma missão idêntica, sem tirar nem pôr, à de um comando militar. Tanto que usava costumeiramente o verbo “ordenar” em vez de “determinar”, “pedir”, “solicitar”, “examinar”.

Para ele, comandar o Brasil não diferia de comandar um batalhão. Não tinha apego pelo poder. Usou inúmeras vezes do AI-5 para impor suas decisões, assim como faria, caso estivesse em um quartel, com o regulamento militar. De todos os presidentes do Brasil, foi aquele que menos se interessou pela política.

Médici delegou poderes. A máquina administrativa ficou sob a responsabilidade do chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu. O dia a dia da economia era tarefa de Delfim Netto. O Exército deixou de ser uma fonte inesgotável de problemas graças ao seu ministro, Orlando Geisel, que expurgou das promoções os oficiais identificados com Albuquerque Lima.<sup>139</sup>

O único documento lido todos os dias pelo presidente era o informe do SNI. Era por meio dele que “sabia” como estava o Brasil. Não tinha relação de proximidade com nenhuma liderança política, nem com artistas ou intelectuais.

Segundo as ordens de Médici, a Arena fechou questão em relação à Emenda Constitucional no 2, que tornava indiretas as eleições para os governos dos estados. O MDB se dividiu. Os autênticos defendiam a abstenção do partido na discussão e votação da matéria. Os moderados eram contrários: queriam marcar a posição do partido e votar contra a emenda, aproveitando a discussão para defender as eleições diretas. Acabaram vencendo na reunião da bancada por apenas um voto de diferença – e reapareceu a tese da autodissolução do MDB.

Em 4 de maio, a Emenda Constitucional foi facilmente aprovada por 279 votos a 75. Cinco dias depois, era promulgada. E o sonho de eleger diretamente os governadores ficava transferido para 1978.

O regime estava consolidado. Em um cenário político com domínio

quase absoluto do partido oficial, a Arena resolveu formular um programa partidário, que, até então, não tinha.

A opção dos políticos tinha ocorrido meramente por adesismo. De acordo com Filinto Müller, que assumiria a presidência do partido, a iniciativa de dar um caráter programático à Arena teria sido de Médici.

Gilberto Freyre foi convidado para escrever um documento tratando do regime e dos seus desafios. O sociólogo pernambucano apoiava o governo desde abril de 1964. Teria, segundo algumas fontes, até tentado ser ministro da Educação durante a presidência de Castello Branco. Freyre considerava não ser mais necessária a manutenção do AI -5:

Foi necessário porque as forças que caíram em 1964 estavam se reagrupando. Agora eu acho que ele está se prolongando demais. Contudo, qualquer medida deve ser tomada levando-se em conta a situação internacional, pois há forças internacionais querendo a desagregação do Brasil.

De acordo com Freyre, “democracia é uma palavra em crise no mundo todo. Agora está aberta a novos conteúdos”. E concluiu: “Precisamos de uma mistura de autoritarismo com democracia”. A tentativa de confeccionar um programa moderno para a Arena acabou sendo um fracasso.

Ela era apenas um instrumento do governo para garantir, sem discussão, a aprovação das medidas consideradas indispensáveis. Médici nunca consultou a liderança do partido sobre nenhuma questão, por mais irrelevante que fosse.

Após a aprovação da Emenda no 2, reuniu-se com a bancada e elogiou os parlamentares por “garantir a tranquilidade indispensável à ação do governo em favor do desenvolvimento”. Uma semana depois, disse que o Congresso deveria cumprir seu dever constitucional com liberdade, pois “quem cumpre seu dever, age corretamente”.

Mas não deu nem tempo para os congressistas se animarem. O presidente deixou claro, em breve manifestação, que não abria mão das prerrogativas e dos poderes da legislação existente, pois, segundo ele, eram “essenciais à manutenção da ordem e da segurança nacional”.

No campo da “segurança nacional”, o regime iniciou uma contrapropaganda em relação aos grupos de luta armada. Usando da televisão, militantes presos declaravam que estavam arrependidos e que, após o cumprimento das penas, iriam colaborar com o país. Elogiavam as medidas governamentais e conclamavam seus antigos companheiros a desertar.

O caso mais conhecido foi o de Massafumi Yoshinaga, militante da VPR, que não só deu entrevistas na televisão como também fez palestras em escolas relatando a sua vida na organização. Terminaria por cometer suicídio em 1976.

O crescimento econômico acabou incentivando uma ação mais incisiva do país, especialmente junto aos seus vizinhos. A velha rivalidade com a Argentina reapareceu. As editoras portenhas publicavam livros tratando do expansionismo brasileiro. E chegaram a estabelecer correlações entre a política brasileira da época e a do Império do Brasil, que exercera efetiva hegemonia na bacia do Prata.

O principal ponto de discórdia era a exploração dos recursos hídricos. O general Alejandro Lanusse, presidente da Argentina, esteve em visita oficial ao Brasil. Na declaração conjunta, ficou estabelecido que os dois países atuariam conjuntamente no aproveitamento dos recursos naturais.

Foi uma vitória (aparente) da Argentina, pois o Brasil estava com negociações avançadas para construir uma usina hidrelétrica com o Paraguai, no rio Paraná, na região de Sete Quedas, projeto que vinha desde os anos 1960, e que contava com a oposição portenha.

A propaganda oficial ia se intensificando ao se aproximar o Dia da Independência do Brasil, o 7 de Setembro. Dois meses antes, a seleção brasileira de futebol tinha vencido a Taça Independência – também conhecida como Minicopa. Havia derrotado na final a seleção portuguesa por um a zero. Claro que Médici esteve presente no Maracanã e entregou a taça ao capitão, o meio-campista Gérson, em meio a uma grande ovação popular.

O 7 de Setembro foi recheado de inaugurações, desfiles, fogos, discursos e muita festa. O centro das comemorações ocorreu em São Paulo. Pela manhã, simbolicamente, Médici inaugurou a primeira linha do metrô, no bairro do Jabaquara. Paradoxalmente, antes da chegada do presidente ao local, o alto falante tocava “Partido alto” (1972), de Chico Buarque, música que tinha sofrido vários cortes da censura para ser liberada.

À tarde houve o inevitável desfile militar, bem ao estilo brasileiro. Cerca de 17 mil homens marcharam pela Avenida Paulista, em frente ao palanque oficial, no Masp. As bandas musicais ora tocavam as marchas militares, ora músicas populares, como “Amada amante” (1971), da dupla Roberto e Erasmo Carlos.

Um as 300 mil pessoas compareceram ao Parque da Independência para assistir ao espetáculo de som e luz. No dia seguinte, foi inaugurada uma exposição no Parque Anhembi. Em todos os eventos, Médici era muito aplaudido. Contudo, ele se manteve sempre afastado do público, protegido por um forte esquema de segurança.

A 15 de novembro, ocorreram as eleições municipais. Como se esperava, a Arena venceu em 80% dos municípios. A abstenção continuou alta: quase 30%. Nas maiores cidades, o MDB teve desempenho um pouco melhor, mas perdeu para a Arena.

Popular, com as Forças Armadas sob controle, usando de todo o arsenal

da legislação autoritária, dos órgãos de repressão,<sup>140</sup> e com o país crescendo a taxas de dois dígitos, Médici fechou o ano como o grande eleitor para a sua própria sucessão. O processo, segundo sua vontade, deveria ser realizado no segundo semestre de 1973.

## 1973

Com todos os instrumentos legais, o regime há muito tinha relegado a política a plano secundário. A oposição era constantemente ameaçada pelo AI -5; a imprensa, os artistas e os intelectuais sofriam a ação da censura; e os grupos esquerdistas de luta armada continuavam isolados da sociedade, numericamente inexpressivos – não passavam, nesse momento, de duas centenas de militantes – e perseguidos pelo regime com prisões, torturas e desaparecimentos. A arbitrariedade da censura chegou ao ponto de, em 12 de janeiro, proibir um livro de gravuras de Pablo Picasso por considerá-lo imoral. A censura não escolhia alvo.

Dois meses depois, suspendeu por sessenta dias o popular *Programa Flávio Cavalcanti*, recordista de audiência aos domingos à noite. A razão? Uma entrevista com um senhor que emprestou a mulher para o vizinho e este não queria devolvê-la. Os três foram entrevistados ao vivo pelo apresentador, que ao final recomendou à mulher que voltasse para seu marido para o “bem da família brasileira”.

No mesmo mês, 62 revistas foram proibidas de circular no Brasil, entre as quais, *Playboy*, *Penthouse* e *Der Spiegel*. No final de junho, o Departamento de Polícia Federal, responsável pela censura, resolveu voltar atrás e proibir dez filmes que tinha liberado. Permitiu que fossem exibidos por mais 48 horas – era um final de semana –, e depois todas as cópias foram recolhidas. Entre os filmes proibidos estavam: *Toda nudez será castigada* (1973), *A classe operária vai para o paraíso* (1971) e *Sopro no coração* (1971). Na capital paulista, os cinemas ficaram superlotados, com filas se espalhando nas calçadas.

O conservadorismo da censura aprofundava o fosso entre o governo e as mudanças comportamentais da sociedade brasileira. A urbanização, a ampliação da classe média, os novos padrões morais da “revolução sexual” dos anos 1960, a contracultura, tiveram enorme impacto no país.

A 31 de março de 1973, o governo comemorou em grande estilo os nove anos da “revolução”. Recepção, jantar, shows, jogos esportivos e um discurso de Médici em rede nacional de rádio e televisão, onde ele sintetizou o pensamento político do regime, com a certeza de que

[...] a democracia econômica é pressuposto da democracia social, e de que esta, por sua vez, consolida a paz indispensável para que se estabeleça a democracia política; de que as instituições, pelo seu conteúdo variável, devem ajustar-se às exigências da sociedade e às características da época; de que não há ordem sem autoridade capaz de preservá-la e de que sem a estabilidade, que nasce da ordem, não há prosperidade econômica nem progresso social.

Já desde 1972, as relações entre Brasil e Argentina estavam tensionadas devido ao acordo brasileiro com o Paraguai para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná. Foram exumadas questões diplomáticas do século XIX, ainda do tempo do Império, e de um suposto imperialismo brasileiro na região do rio da Prata, nome que davam à hegemonia brasileira que houvera ali, já mencionada.

O governo argentino começara a se sentir prejudicado desde o início da construção da usina hidrelétrica de Ilha Solteira em 1967, também no rio Paraná. Argumentava que as usinas levariam a uma mudança no regime das águas do rio, trazendo prejuízos econômicos ao país, dificultando a navegação fluvial, impedindo a construção, a jusante (no território argentino), de outras usinas e que – aí já no terreno das suposições conspirativas – a abertura de todas as comportas de Itaipu ao mesmo tempo levaria à inundação de muitas cidades argentinas, inclusive Buenos Aires. E exigia um estudo tripartite para o aproveitamento da bacia do Prata.

Contudo, apesar das pressões do governo argentino, foi assinado em abril o acordo entre Brasil e Paraguai para a construção de Itaipu, a maior usina hidrelétrica do mundo na época. Sua construção só se iniciou na presidência de Geisel, em 1975, e a inauguração ocorreu em 1984, na presidência de Figueiredo.

O ministro da Fazenda estava em guerra com o mercado. Queria porque queria manter a todo custo os preços dos gêneros de primeira necessidade nos limites estabelecidos no início do ano. Delfim Netto estimou que a taxa de inflação deveria ficar em 12%. Mas a economia não funciona na base de desejos. A produção de alimentos ainda era insuficiente nos anos 1970.

A grande migração do Nordeste para o Sudeste e das pequenas para as grandes cidades pressionava o mercado de alimentos. Em junho, o governo divulgou que estava desenvolvendo estudos para criar um ministério para cuidar exclusivamente do abastecimento.

Era rotineiro o desaparecimento de algum produto ou um aumento acentuado dos preços. Na metade do ano, os principais vilões eram o leite e a carne. No caso da carne, o governo limitou sua exportação e impôs um confisco de US\$ 200 por tonelada exportada. No caso do leite, muitas padarias obrigavam o cliente a uma “compra casada”: para levá-lo era



preciso também comprar pão.

O governo ameaçou punir as empresas que aumentassem os preços. Algumas mercadorias foram tabeladas. Mas de nada adiantou, pois os preços continuaram subindo.

A expansão do mercado de trabalho, o crescimento da massa salarial, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores urbanos – mesmo com uma acentuada concentração da renda –, aumentavam a procura não só por alimentos. O problema estava do lado da oferta, ainda insuficiente para atender à população urbana, que tinha suplantado em números a população rural, como registrava o censo demográfico de 1970.

A 18 de junho, Ernesto Geisel acabou sendo indicado para suceder Médici na presidência da República. Foi uma sagração. À época, Geisel era presidente da Petrobras. A decisão não contou com nenhuma consulta ao Alto Comando do Exército ou a algum general. Foi uma escolha pessoal de Médici 141

O presidente rejeitou todas as propostas de prorrogação do mandato. Ocorreram várias tentativas, mas a nenhuma delas ele deu seu aval. Queria, em princípio, que o seu sucessor fosse o ministro de Exército, Orlando Geisel. Este recusou invocando razões de saúde e desinteresse de questões político-administrativas.

Da conversa entre os dois – e por iniciativa de Orlando – é que se chegou ao nome do escolhido: “Então vamos resolver logo isso. Você acha que o candidato dever ser o Ernesto? Então é o Ernesto e está acabado”, disse Médici 142

Para vice-presidente foi escolhido o general Adalberto Pereira dos Santos. Dessa vez, a composição foi puro-sangue, sem abrir espaço a outra arma ou a um civil, caso único na história do regime. Também seriam os primeiros, desde 1964, a cumprir um mandato de cinco anos.

O governo socialista de Salvador Allende terminou no dia 11 de setembro. A via chilena para o socialismo acabou tragicamente. Um sangrento golpe militar, com milhares de mortos, extinguiu por um bom tempo a democracia no Chile. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo da Junta Militar. E policiais e militares brasileiros teriam ido ao Chile para colaborar com a ditadura chilena na repressão aos opositores.

No caminho inverso, na Argentina, em outubro, Juan Domingo Perón assumiu pela terceira vez a presidência da República, após ser eleito com 62% dos votos. Teve como vice-presidente sua mulher, María Isabel Martínez de Perón, que assumiria o governo em julho do ano seguinte, após a morte de Juan Domingo Perón. Dois anos depois, por meio de um golpe de Estado, os militares tomaram o poder e impuseram uma feroz ditadura no país.

Já no Uruguai foi imposta uma ditadura civil. O presidente Juan María Bordaberry dissolveu o Parlamento, suspendeu a Constituição e os partidos políticos, e intensificou a repressão contra os opositores, especialmente os guerrilheiros urbanos Tupamaros.

No Brasil estava ocorrendo o processo inverso. O governo militar

ensaiava um tímido processo de distensão política, mantendo o discurso de que o país estava sendo conduzido para a democracia. E era politicamente estável, muito distinto da turbulência platina – basta citar a Argentina, que em 1973 teve quatro presidentes.<sup>143</sup>

A 22 de setembro, o MDB realizou sua convenção. Desde julho, o partido discutia a possibilidade de lançar um candidato para marcar posição. Queria aproveitar as brechas da legislação eleitoral para divulgar as teses de redemocratização do país. Era um meio de poder romper o círculo de ferro da censura e do medo.

A derrota era certa. Afinal, o Colégio Eleitoral era dominado pela Arena. Eram 508 votos divididos entre os 66 senadores, 310 deputados federais e 132 delegados das Assembleias Legislativas estaduais (eram seis por estado).

A Arena controlava 59 senadores, 223 deputados e os delegados de 21 estados (a exceção era a Guanabara). Contava, portanto, com 408 dos 508 votos do Colégio Eleitoral. E, não se pode esquecer, havia a fidelidade partidária, que impedia os parlamentares de um partido de votarem no candidato do outro partido.

Assim, participar do Colégio Eleitoral era apenas um meio de protestar contra a cassação do direito de voto dos eleitores para a escolha do presidente da República e aproveitar para apresentar a plataforma oposicionista numa situação em que os espaços legais para a política eram cada dia mais restritos.

O MDB vivia, desde 1971, dividido entre moderados e autênticos. Mas o lançamento da candidatura – logo batizada de anticandidatura – de Ulysses Guimarães à presidência da República, tendo como vice Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), foi um momento de união do partido.

Em 22 de setembro de 1973 foi realizada a convenção do MDB, em Brasília, no plenário do Senado Federal. Seria transmitida pela televisão, de acordo com a legislação eleitoral. As câmeras foram instaladas e a gravação foi realizada. Porém, o regime impossibilitou que a transmissão ocorresse. Disse Médici: “Crítica direta, desde que respeitosa, ainda vai, mas ironia, não aceito. O discurso é odioso”.

Ulysses fez o melhor discurso da sua longa carreira política. Foi preciso na crítica ao processo de escolha do presidente:

O anunciado como candidato em verdade já é presidente. Não aguarda a eleição e sim a posse. Na oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. A 15 de janeiro próximo, com o apelido de eleição, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual senadores, deputados federais e

estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade.

Deixou bem claro que, mesmo assim, percorreria o país, mas não como candidato: “É o anticandidato para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI -5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa”.

Concluiu apoteoticamente o discurso:

Senhores convencionais, a caravela vai partir. As velas estão panadas de sonho, aladas de esperança. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente. No cais alvoroçado, nossos opositores, como o velho do Restelo de todas as epopeias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar.

Mas, no episódio, nossa carta de marear não é a de Camões e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado:

Navegar é preciso

Viver não é preciso.[144](#)

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvíssaras, meu capitão, terra à vista! Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade.[145](#)

Após a convenção – a chapa foi aprovada por 201 votos, tendo 38 em branco e quatro nulos –, a direção emedebista entrou com uma solicitação junto ao TSE exigindo o cumprimento da lei eleitoral sobre o uso gratuito do rádio e da televisão para efeito da campanha presidencial. Perderam por quatro a três. Dos quatro votos contrários, três eram de ministros do STF que compunham o TSE.

A Arena tinha homologado por unanimidade, a 14 de setembro, a chapa Ernesto Geisel- Adalberto Pereira dos Santos. A convenção foi no plenário da Câmara dos Deputados. Geisel fez um discurso murcho. Inseguro, não tirou os olhos do texto. Fez proclamações ao estilo de Médici, falou em “construção nacional”, da “tarefa magnífica” que estava sendo realizada, disse que o país vivia em “clima de tranquilidade social e política”. Com direito a discurso para a televisão.

Mas nada desanimava a direção emedebista. Os dois antecandidatos (Ulysses e Barbosa Lima Sobrinho) percorreram catorze estados. Falaram em dezenas de cidades. Mas não conseguiram falar no Rio de Janeiro, governado por Chagas Freitas, que chegou a mobilizar até a Polícia Militar para impedir o ato público programado pelos antecandidatos.

A antecandidatura permitiu levar a mensagem oposicionista para todo o Brasil, tendo – dentro dos limites da época e da censura – ampla cobertura jornalística. E acabou rompendo o medo e abrindo condições para o crescimento do MDB.

Nas cidades, a luta armada estava derrotada desde meados de 1971. Vivia de pequenas ações desesperadas, sem nenhuma eficácia política. Era na região do Araguaia, no sul do Pará, que desde 1972 uma pequena guerrilha rural, organizada pelo PC do B, enfrentava as tropas do exército.

Desde 1967, o partido tinha encaminhado militantes para a região. A área era extensa (6.500 km<sup>2</sup>), pouco povoada (não mais que 20 mil habitantes) e de difícil acesso.

O PC do B, que não tinha participado da luta armada urbana, seguia o modelo revolucionário chinês, vir do campo e cercar as cidades, distinto da ALN, VPR ou MR-8, marcados pelo foquismo de viés guevarista. O projeto de seus seguidores era de, paulatinamente, ir ganhando apoio da população local, para daí iniciar a guerrilha, tal qual teria ocorrido na China sob a liderança de Mao Tsé-Tung.

Tinham sido descobertos pelo Exército em abril de 1972, antes de terem consolidado o trabalho político que consideravam indispensável para o desencadeamento da “guerra popular prolongada”. Evitaram a todo custo os combates, até porque não tinham sequer uma arma para cada homem. E eram muito poucos: apenas 69.

Estavam isolados, sem contato com a liderança urbana do partido, impossibilitados de receber armas e novos combatentes. Foram na prática abandonados pelo partido na selva amazônica. Quando caiu a comissão militar que liderava a guerrilha, no Natal de 1973, restou para os sobreviventes fugir na mata. Acabaram caçados, um a um, pelo Exército, que eliminou quase todos os combatentes.

A guerrilha acabou sendo um grande fracasso. Politicamente, levou o PC do B a perder mais de seis dúzias de militantes, alguns com mais de 30 anos de vida partidária. Militarmente, os combates foram mínimos: durante os quase dois anos da guerrilha, foram meia dúzia – e quase todos defensivos.

Os acontecimentos do Araguaia não tiveram nenhuma relevância política ou militar para o enfraquecimento do regime. Foram uma aventura voluntarista fadada ao fracasso. Acabaram ganhando dimensão histórica mais devido à censura imposta sobre a guerrilha pelo governo do que pela ação militar propriamente dita.

Durante a presidência de Médici, o Congresso Nacional manteve-se aberto ininterruptamente – diferentemente do que ocorreu com Castello Branco ou Costa e Silva. O número de cassações, que tinha atingido 314 mandatos eletivos somente entre dezembro de 1968 e outubro de 1969, caiu para 28 até o final de 1973.

Mas o AI -5 foi usado por Médici 579 vezes, para a punição de servidores públicos (145), militares (142), policiais (102), funcionários do Judiciário e do Ministério Público (28), professores (34), entre outros.

A queda deve ser creditada à escassez de adversários políticos a serem cassados. Tinham sido centenas desde abril de 1964. E ocorrera caso até de cassação por engano. Segundo Miguel Reale, Evaristo de Moraes Filho fora cassado no lugar do meio-irmão, Antônio Evaristo de Moraes Filho. Evaristo era dezenove anos mais velho que Antônio, que foi defensor de vários presos políticos, razão provável da cassação. Quando Evaristo foi protestar da cassação junto a um major do MEC, este, surpreso, perguntou-lhe: “O senhor raspou o bigode? Ainda na semana passada o vi na televisão defendendo subversivos”<sup>146</sup>. Evaristo não usava bigode...

Médici comemorou seu 68.º aniversário no Palácio do Planalto. Emocionou-se com os discursos. Foi condecorado pelo presidente do Senado. Mostrando seu desapeço pela instituição, respondeu com um simples “muito obrigado”. À tarde foi homenageado pelo ministério e, à noite, com um jantar com quinhentos convidados e um show musical com a cantora Maria Creuza e a dupla Antonio Carlos e Jocaifi.

O ano terminou com sucessivas vitórias do regime. A popularidade do presidente continuava nas alturas. O PIB cresceu 14%, a maior taxa da história do Brasil. A sucessão presidencial estava sendo encaminhada sem nenhum tropeço, diferentemente do que tinha ocorrido com Castello Branco e Costa e Silva.

Mas o súbito aumento do petróleo – em decorrência da Guerra Árabe-Israelense – acendeu a luz vermelha. Em novembro a gasolina aumentou 10%, em dezembro mais 16%. O preço do barril de petróleo saltou de US\$ 2,90 para US\$ 11,65. O Brasil importava 80% do petróleo que consumia.

Se o aumento repercutia em todos os produtos importados que tinham o petróleo como matéria-prima, os preços em geral haviam subido muito mais do que desejava o ministro da Fazenda. Durante todo o ano, Delfim Netto pressionara os empresários. Tinha estabelecido que a taxa de inflação não

passaria de 12%. Acabou aceitando uma taxa de 13,7%. Porém, ela se revelou muito superior – como foi reconhecido, somente em 1977 –, e devido a um relatório do Banco Mundial: alcançou 24,8%.

O modelo econômico brasileiro dava os primeiros sinais de exaustão. Sem um plano B, o governo começou a buscar soluções imediatistas. Chegou-se a pensar em proibir a circulação de carros aos domingos. E a fila de veículos, na véspera do Natal, nos postos de gasolina da região Sul do país, aguardando a chegada do precioso combustível, era um prenúncio de que para a classe média o mito da eficiência dos governos militares estava ruindo, que servia como justificativa para a ausência das liberdades democráticas.

## 1974

O ano de 1974 iniciou sob o clima da homologação de Ernesto Geisel pelo Colégio Eleitoral. A 15 de janeiro ele foi eleito presidente da República. Recebeu quatrocentos votos, enquanto 76 foram dados a Ulysses Guimarães, além de 21 abstenções, de deputados da ala autêntica do MDB.

Enquanto a votação se desenvolvia, Geisel gravava o pronunciamento que faria à noite pela televisão. Foram 8 minutos, e 9 parágrafos. Ele alertou para a crise mundial, disse que continuaria combatendo a subversão e estaria aberto a “sugestões ou críticas construtivas”, o que foi considerado um avanço em relação a Médici.

Ulysses Guimarães discursou por 20 minutos. Só para cumprir tabela e levar até o fim sua missão. E, mesmo assim, encontrou oposição dos autênticos, que discordaram da manutenção da candidatura. Para eles, Ulysses e Barbosa Lima deveriam renunciar em protesto contra a eleição indireta.

O presidente do MDB pensava diferente: “Eu não arrastaria o partido, e muito menos me prestaria a gestos infantis e estereis. Não. Não perderia a oportunidade de fazer perante o Colégio Eleitoral o grande registro da farsa ditatorial”.<sup>147</sup>

Nas últimas semanas de governo, Médici inaugurou obras – como o asfaltamento da Belém-Brasília (2.300 quilômetros) e a Ponte Rio-Niterói<sup>148</sup> –, viajou para várias regiões e recebeu homenagens.

Encerrou o governo com um crescimento econômico nunca visto na história do Brasil. O PIB cresceu à taxa média de 11%. A taxa de investimento saltou para 20% do PIB, a inflação caiu, o balanço de pagamentos foi superavitário – era deficitário em 1967 –, aumentou a entrada de investimentos estrangeiros no país, e as exportações, entre 1968 e 1973, cresceram 275%. As reservas internacionais, em 1973, alcançaram US\$ 6,4 bilhões, enquanto em 1967 eram de apenas US\$ 198 milhões. Porém, a dívida

externa líquida, no mesmo período, saltou de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 8,4 bilhões.<sup>[149](#)</sup>

<sup>[109](#)</sup> BARBOSA, Rui. *Obras completas*. vol. 23. Tomo 5. Rio de Janeiro: MEC, 1949. pp. 37-38.

<sup>[110](#)</sup> Jacob Gorender reconstruiu minuciosamente a emboscada que levou à morte de Marighella e a polêmica envolvendo os frades dominicanos, militantes da organização, que, sob tortura, acabaram revelando o encontro com o líder da ALN (ver GORENDER, Jacob. *Op. cit.* pp. 171-178). O envolvimento de alguns frades dominicanos com a luta armada foi duramente criticado no interior da Igreja Católica. A CNBB, em nota, afirmou que “os dominicanos do Brasil, no seu conjunto, de forma alguma estão envolvidos nesses acontecimentos”. Segundo o noticiário, as freiras paulistas rezavam nos conventos a seguinte oração: “Senhor, fazei com que nossos irmãos dominicanos se convertam ao cristianismo” (*Veja*, no 62, 12 nov. 1969). A 17 de novembro, no seu programa radiofônico *A voz do pastor*, o arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, aproveitou para comentar o envolvimento dos dominicanos com a ALN: “Quem participa de esquema comum com terroristas torna-se conivente com tais crimes e participa da sua responsabilidade”.

<sup>[111](#)</sup> *Veja*, no 65, 3 dez. 1969. No número seguinte, *Veja* tratou novamente da tortura, dando inclusive a capa da edição para o tema.

<sup>[112](#)</sup> Nelson Rodrigues tinha horror a avião. Acabou aceitando o convite de Médici e regressou ao Rio de Janeiro de avião. Mas a viagem do Rio para São Paulo foi feita de carro guiado pelo seu filho, Nelson Rodrigues Filho. Pouco depois, seu filho aderiu ao MR-8, foi preso, torturado e permaneceu na prisão até 1979.

<sup>[113](#)</sup> Dias depois, João Saldanha foi recebido pelo ministro Jarbas Passarinho. Solicitou intervenção federal na CBD. Não foi atendido.

<sup>[114](#)</sup> DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo: Global, 1986. p. 29. O MDB recorreu ao STF. E perdeu por 10 a 1. O único a votar contra a constitucionalidade do decreto foi o ministro Adauto Lúcio Cardoso. Indignado, no final da sessão, protestou deixando a capa de ministro sob a mesa, retirou-se e pediu aposentadoria.

<sup>[115](#)</sup> Uma das prisioneiras, Vera Sílvia Magalhães, teve de ser carregada até ao

avião, pois estava impossibilitada de se locomover, consequência das torturas. Vera tinha participado do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick

116 VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001. p. 207.

117 MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nova consciência do Brasil*. Brasília: Imprensa Nacional, 1970. p. 70.

118 “Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil/ Do meu coração/ Todos juntos vamos/ Pra frente Brasil/ Salve a seleção/ De repente é aquela corrente pra frente/ Parece que todo Brasil deu a mão/ Todos ligados na mesma emoção/ Tudo é um só coração/ Todos juntos, vamos/ Pra frente Brasil, Brasil/ Salve a seleção.” Nas escolas, em 1970, a marcha era cantada substituindo “seleção” por “nação”. Já o *jingle* janguista era bem diferente: “Pra vice-presidente/ Nossa gente vai jangar/ É Jango, é Jango/ É João Goulart”.

119 MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. Brasília: Imprensa Nacional, 1971. p. 83.

120 MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 573.

121 A estrada foi muito criticada inclusive por arenistas, como o governador da Paraíba, João Agripino: “A Transamazônica não tem projeto. Além do paralelo 10 não tem sequer fotografia aérea até agora levantada, nem estudo de topografia. Diz-se que cortará terras de grande fertilidade e com isso se deslocará a população do Nordeste para áreas úmidas e de boa produtividade. É possível que essas terras existam, mas onde estão, não sabemos ainda, pois não há estudos topográficos” (MORAIS, Fernando *et al.* *Transamazônica*. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 56).

122 Os outros dois foram eleitos por São Paulo ( Franco Montoro) e Rio de Janeiro ( Amarel Peixoto).

123 CAMARGO, Aspásia *et al.* *Artes da política: diálogo com Amarel Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 497. Os outros dois senadores eram Adalberto Sena (Acre) e Rui Carneiro (Paraíba), eleitos em 1966.



[124](#) Dos eleitores que compareceram às urnas no Rio Grande do Sul, 25% votaram em branco ou nulo. A diferença entre Brossard e Tarso Dutra, o segundo colocado, foi de apenas 20 mil votos.

[125](#) Ver *Veja*, no 115, 18 nov. 1970.

[126](#) GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 470.

[127](#) FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 121.

[128](#) As denúncias de torturas em 1969 foram de 1.027 casos. No ano seguinte, saltaram para 1.206. Em 1969, morreram dezenove militantes de esquerda; em 1970, trinta. As organizações de esquerda, nos mesmos anos, mataram dezenove e dezessete pessoas, respectivamente. Ver GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 470.

[129](#) SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Dr. Ulysses: uma biografia*. São Paulo: Marco Zero, 1993. p. 43.

[130](#) BICUDO, Hélio. *Minhas memórias*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 15. Para o número de mortos, ver página 18. O governador Abreu Sodré, nas suas memórias (SODRÉ, Abreu. *No espelho do tempo: meio século de política*. São Paulo: Best Seller, 1995.), não fez qualquer referência ao procurador Bicudo ou ao Esquadrão da Morte, como se os trágicos fatos nunca tivessem ocorrido.

[131](#) Em 1971, as organizações armadas de esquerda tiveram trinta mortos (metade “desapareceu”) e mataram 21 pessoas. Ver GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 472.

[132](#) A frase teve outras traduções. Uma delas: “Para onde for o Brasil, irá toda a América Latina”.

[133](#) Um momento curioso da recepção na embaixada brasileira – um jantar para 1.200 convidados – foi a conversa entre Nelson Rockefeller e um jornalista da revista *Veja*. Disse Rockefeller: “A visita não tem outro significado além do fato de que os amigos gostam de se ver”. E virando-se para Galo Plaza, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), perguntou: “Não é

verdade, senhor Galo?”. Surpreso, Galo respondeu: “Não ouvi o que o senhor disse, governador, mas se o senhor disse, é verdade” (ver *Veja*, no 171, 15 dez 1971).

134 SODRÉ, Roberto de Abreu. *Op. cit.* pp. 158, 163 e 165. O Palácio dos Bandeirantes é a sede do governo paulista.

135 Somente uma frase: “A liberdade é apenas uma lamentável negligência das autoridades” (ver *Veja* no 188, 12 abr. 1972).

136 Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/letras/m/meningite-2>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

137 O movimento estudantil, durante a presidência Médici, quase desapareceu. A prisão dos principais líderes no Congresso de Ibiúna foi um duro golpe para o ME. O Decreto-Lei no 477 serviu também como instrumento de contenção: foram 145 indiciados, dos quais 106 foram absolvidos e 39 caíram nas malhas da repressão (ver PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. p. 369).

138 Em março, Pedro Aleixo lançou o Partido Democrático Republicano, que, apesar dos esforços do ex-presidente, não conseguiu obter registro legal.

139 “É provável, mesmo, que o esvaziamento da esfera política institucionalizada e a absorção da controvérsia pelo Exército contribuam para reforçar essa tendência à prática de afastamentos de militares. Nesse sentido, os remanejamentos internos são a contrapartida das cassações de mandatos e direitos políticos. Do ponto de vista do regime, a sua utilização se fez tanto mais necessária quanto, por força das disposições do AI-5, as cassações se tornaram praticamente dispensáveis, ao mesmo tempo que se completa o processo de deslocamento da discussão política para uma esfera na qual é pouco desejável a sua institucionalização” (KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 34).

140 As organizações de esquerda perderam 58 militantes (18 “desapareceram”). GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 472.

141 A melhor reconstrução deste processo de escolha está em GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 185-228.

142 CHAGAS, Carlos. *Op. cit.* p. 211.

143 O general Alejandro Lanusse governou até a posse do peronista Héctor Cámpora, que governou apenas por dois meses e renunciou em julho. Assumiu a presidência provisoriamente Raúl Lastiri até a posse de Perón, em outubro.

144 Ulysses Guimarães cometeu um equívoco. O brado é do general romano Pompeu: “Ele próprio se fez à vela para a Sicília, Sardenha e Líbia, onde determinou estocagens de cereais. A ponto de reembargar, ventos buliçosos abateram-se sobre as ondas e os pilotos tremeram; Pompeu foi o primeiro a subir para bordo, mandou levantar ferros e bradou: ‘Navegar é preciso; viver não é preciso’”. O episódio retrata a coragem militar de Pompeu. Já no campo da política, o romano pensava bem diferente. Quando os habitantes de Messina recusaram a jurisdição romana invocando antigas leis, o general foi direto: “Não parareis nunca de nos ler leis, a nós que trazemos a espada à cinta?” (ver PLUTARCO. *Vidas paralelas*. vol. 4. São Paulo: Paumape, 1992. pp. 59 e 98).

145 Para a convenção e o discurso, ver GUTEMBERG, Luiz. *Op. cit.* pp. 115-123.

146 REALE, Miguel. *Memórias: a balança e a espada*. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 144. Três anos antes, tinha ocorrido um fato semelhante – mas no futebol. Entre os jogadores convocados para a preparação da seleção brasileira para a Copa do Mundo de 1986, na Inglaterra, não havia nenhum jogador do Corinthians. Como medida política, a direção da Confederação Brasileira de Desportos resolveu convocar o zagueiro Ditão. Porém, por um erro administrativo, no momento da divulgação da lista dos convocados foi chamado o outro Ditão, seu irmão, também zagueiro, mas do Flamengo.

147 GUTEMBERG, Luiz. *Op. cit.* p. 134.

148 A Ponte Rio-Niterói, de pouco mais de 13 quilômetros, ficou celebrizada entre as obras públicas – foi construída em cinquenta meses – pelos problemas com os consórcios da construção e pela morte de dezenas de trabalhadores.

149 Ver GIAMBIAGI, Fabio *et al.* *Op. cit.* pp. 68-72.





Brasília (DF), 24/05/1976. Presidente Ernesto Geisel, da Arena, durante solenidade em Brasília. (© *Arquivo/Agência Estado*)



Distensão gradual, segura (e muito) lenta

A 15 de março de 1974, Ernesto Geisel assumiu a presidência da República. Foi um ato festivo: 3.300 convidados. Para um presidente que, de acordo com os otimistas, poderia iniciar um processo de transição para a democracia, a presença de três ditadores – Augusto Pinochet, do Chile; Hugo Banzer, da Bolívia; e Juan María Bordaberry, do Uruguai – não era um bom sinal.

O discurso de posse, muito breve, teve apenas 624 palavras – o de Médici fora três vezes maior. Não mencionou o compromisso com a democracia, peça recorrente nos discursos dos presidentes que o precederam.

Dos dez parágrafos do discurso, quatro foram reservados para louvar Médici e sua “notável obra de governo”. Os últimos quatro anos foram “portentosos”, e o ex-presidente foi apresentado como um herói da Antiguidade Clássica, “cuja estatura de governante sereno e firme, em sintonia sempre com os anseios populares, ora se incorpora em traços definitivos, singulares, à história da nossa pátria” <sup>150</sup>

A participação popular foi quase nula. Viram-se na Praça dos Três Poderes dois sindicalistas segurando uma faixa de apoio ao governo: “Os trabalhadores de Santos, que dia e noite trabalham para o engrandecimento da nossa nação, pedem a Deus Todo-Poderoso que as autoridades continuem na defesa do engrandecimento da pátria brasileira”.

Um solitário funcionário público aproveitou para distribuir um poema homenageando o ministro Jarbas Passarinho: “Adeus, ó Passarinho/ levei nosso carinho/ como reminiscência/ No Senado brasileiro/ o seu canto altaneiro/ ecoará com eloquência”.

Médici deixou o Palácio do Planalto e desceu pela última vez a rampa. Antes de entrar no carro oficial, foi cumprimentado efusivamente por Pelé, que tinha ido a Brasília especialmente para saudar o ex-presidente.

Ernesto Geisel queria deixar uma marca empresarial à sua presidência,

muito diferente da dos seus três antecessores. Desmembrou a Previdência Social do Ministério do Trabalho e ampliou o arco de proteção ao criar o amparo previdenciário para os maiores de 70 anos ou inválidos, uma renda mensal vitalícia.

Para tentar atenuar os efeitos da inflação, o governo limitou determinados reajustes de serviços públicos. Mas o otimismo permaneceu. Mário Henrique Simonsen, ministro da Fazenda, declarou que o país cresceria no próximo quinquênio com taxas semelhantes à dos anos 1968-1973. Em abril, em um documento da área econômica, chegou a estimar um crescimento de 10% ao ano.

Mas o governo tinha enormes dificuldades para enfrentar a inflação, especialmente dos gêneros de primeira necessidade. Ora desaparecia o óleo de cozinha, ora faltava carne. As tentativas de tabelamento e a ação da Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento) eram insuficientes. O problema central era que a migração campo-cidade tinha ampliado a demanda por alimentos nos centros urbanos, e o setor agropecuário não conseguia atendê-la.

Em maio, o Conselho de Desenvolvimento Econômico aprovou a criação de três empresas vinculadas ao BNDE – Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa), Mecânica Brasileira S.A. (Embramec) e Insumos Básicos S.A. Financiamento e Participações (Fibase) – com o objetivo de colaborar com o empresariado nacional. Três meses depois, o Ministério das Comunicações decidiu que as compras de equipamentos de comunicação deveriam ser nacionalizadas em 90%, isto é, deveriam ser produzidas internamente.

Ainda no mês de maio, Geisel foi ao Paraguai – onde formalizou a criação da Itaipu Binacional – e à Bolívia, assinando acordo referente à compra de gás. Foram respostas à necessidade de diversificação das fontes de energia frente ao aumento do preço do petróleo.

Em julho, o governo divulgou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com metas ousadas para a produção de energia (inclusive diversas alternativas ao petróleo, como o etanol e a energia nuclear), bens de capital, alimentos e insumos básicos. Até o reequipamento das Forças Armadas deveria dar preferência às empresas nacionais. Só o plano de construção naval previa a criação em estaleiros nacionais de 750 navios.

Desde o início do governo, Geisel insistiu na necessidade da fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro. O processo foi rápido a ponto de em 27 de junho o Congresso Nacional, por lei complementar, aprovar a fusão e o surgimento do estado do Rio de Janeiro, com capital na cidade do Rio de Janeiro. O governador acabou sendo nomeado por Geisel: o almirante Faria Lima.

Já em abril, o governo brasileiro, pela voz do chanceler Azeredo da Silveira, na Assembleia Geral da ONU, tinha apresentado a nova diretriz da política externa: não se alinharia automaticamente a nenhum país. Estava longe o tempo em que o ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, disse que “o que era bom para os Estados Unidos, era bom para o Brasil”.

A 15 de agosto, Brasil e República Popular da China estabeleceram



relações diplomáticas – houve o rompimento com o governo de Taiwan. Era o reconhecimento da importância econômica da China e de que a política externa brasileira deveria se pautar pela defesa dos interesses nacionais – como fazia os Estados Unidos, que, em 1971, tinha reconhecido a “China comunista”.

A maior dificuldade encontrada pelo governo foi convencer os militares. O ministro do Exército, Sylvio Frota, que assumiu o cargo após a morte do general Dale Coutinho, era um dos críticos. Temia que a instalação de embaixadas e consulados chineses no Brasil facilitasse a “infiltração de pessoal, material de propaganda e de outras espécies, enfim, de ideias contrárias à nossa formação cristã e democrática”.

A ideologia chinesa “propaga a necessidade de, mesmo a longo prazo, arruinar e destruir, até o último vestígio, a sociedade humana, tal como a entendemos”. E mais, com o estabelecimento de relações diplomáticas,

estaria aberta uma porta de fácil acesso para a agressão cultural e ideológica, não só ao Brasil, como também a países sul-americanos limítrofes, em particular ao Uruguai, Paraguai e Bolívia, os quais, por sua situação geopolítica, teriam que estar na mira do expansionismo vermelho, como etapas importantes para o domínio mundial.<sup>[151](#)</sup>

Apesar de algumas dificuldades, Geisel conseguiu vencer as resistências, e foram estabelecidas relações diplomáticas com a China, fortalecendo o que ficou conhecido como política do pragmatismo responsável.

O governo tentou uma aproximação com a Igreja Católica. Em 5 de agosto, Geisel se encontrou com o cardeal dom Eugênio Sales, no Rio de Janeiro. Na saída, o cardeal disse que o clima era de distensão entre a Igreja e o governo. Dois dias depois, na França, se suicidou o frei Tito de Alencar, um dos dominicanos presos, acusado de colaborar com a ALN e que fora barbaramente torturado pelo delegado Sérgio Fleury.

Desde a primeira reunião ministerial, ainda em março, o presidente tinha se comprometido em mobilizar “sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”. Teria muitos desafios, pois em 1974, a partir de abril, começaria a vencer a cassação de dez anos dos direitos políticos de centenas de adversários do regime.

Em setembro, a campanha eleitoral já estava animada. O clima era muito diferente do de quatro anos atrás. A antecandidatura de Ulysses deu novo alento à oposição. A barreira do medo estava começando a ser enfrentada. E com êxito.

Em todos os estados, multiplicaram-se os diretórios do MDB. Uma parcela da oposição extraparlamentar que tinha conclamado o voto em branco ou nulo em 1970 passou a fazer parte do jogo político, aproveitando dos espaços concedidos pelo regime, mas, dialeticamente, usando-os para enfraquecê-lo.

O fracasso da luta armada também acabou sendo um fator que recolocou a necessidade da luta política legal e democrática.<sup>152</sup> E a oposição se viu sensivelmente ajudada pelo aumento do custo de vida – em boa parte vinculado à disparada do preço do petróleo –, que não contou com a imediata reposição salarial.

A legislação eleitoral permitiu o uso da televisão e do rádio em condições de igualdade entre os dois partidos. No Rio Grande do Sul, a 9 de setembro, foi transmitido ao vivo um debate de uma hora e meia entre os dois candidatos ao Senado: Nestor Jost, pela Arena, e Paulo Brossard, pelo MDB. Teve grande audiência, e o emedebista deu um show de oratória e venceu o debate – foi o único evento desse tipo em toda a campanha eleitoral, tanto no Rio Grande do Sul como em todo o país.

Demonstrando o quanto o país ainda estava distante da democracia, em plena campanha foram referendados pelas Assembleias estaduais os novos governadores estaduais que assumiriam em março de 1975. Todos foram escolhidos a dedo pelo Palácio do Planalto. O MDB optou pelo voto em branco. E com a fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, todos os governadores, a partir de 1975, passaram a ser arenistas.

Outro fato foi a condenação do deputado Chico Pinto (MDB-BA). Ele tinha sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional. O pretexto: um discurso proferido pelo deputado, em março, quando da visita do general Augusto Pinochet para a posse de Geisel, criticando duramente o ditador chileno. Acabou condenado a seis meses de prisão. Perdeu o mandato. Três anos depois, foi absolvido das mesmas acusações pelo Supremo Tribunal Federal.

Buscando sempre associar as críticas ao cotidiano da vida dos mais pobres – e usando de forma eficaz o horário gratuito de rádio e televisão – o MDB obteve uma grande vitória. O caso de São Paulo foi ilustrativo. O partido usou o horário gratuito para minipalestras sobre temas sensíveis, como as políticas de saúde e de habitação, sempre utilizando uma linguagem acessível e com auxílio de gráficos.

Os programas eleitorais eram realizados ao vivo, com a fiscalização de um representante da Justiça Eleitoral. Um episódio curioso ocorreu em Minas Gerais. O candidato arenista ao Senado, José Augusto, todo dia, por meio do locutor do seu programa eleitoral, desafiava Itamar Franco, do MDB, para um debate. E mostrava uma cadeira vazia para simbolizar a ausência do adversário.

Um dia, sem avisar, Itamar compareceu aos estúdios da TV Itacolomi, onde eram gerados os programas, e ao vivo disse para o locutor: “Vim para o debate”. O problema era que José Augusto estava ausente.

Em meio à saia-justa, o representante da Justiça Eleitoral teve de

intervir e pediu a retirada de Itamar de frente das câmeras, enquanto os arenistas foram à procura do seu candidato. Conseguiram achá-lo, mas ele chegou ao estúdio 10 minutos antes do término do horário eleitoral. O juiz eleitoral resolveu impedir o debate alegando que os dois contendores estavam emocionalmente abalados.

Itamar estava relativamente tranquilo, mas José Augusto, possessor, quis partir para a briga: “Vamos resolver no braço essa questão”. A turma do deixa-disso entrou em ação. O arenista continuou furioso. Pegou um pedaço de pau e avançou em direção a Itamar. Foi contido. E toda a cena foi fotografada.<sup>153</sup> Mas de nada adiantou a valentia de José Augusto. Acabou derrotado por Itamar Franco por quase 200 mil votos de diferença.

A oposição venceu as eleições para o Senado em dezesseis estados. A Arena venceu em seis, em um dos quais, o Maranhão, não havia candidato do MDB. Nesse estado, o senador arenista eleito teve 295 mil votos; os votos brancos e nulos foram 170 mil e a abstenção foi de 209 mil eleitores.

Em São Paulo, Orestes Quércia, que tinha sido deputado estadual e prefeito de Campinas, venceu surpreendentemente Carvalho Pinto, que concorria à reeleição e já tinha sido governador do estado. Quércia recebeu 4,6 milhões de votos e o candidato arenista, 1,6 milhão.

No Rio Grande do Sul, Paulo Brossard obteve 1,3 milhão de votos e seu opositor, apenas 897 mil. Havia quatro anos, a Arena tinha conseguido preencher as duas cadeiras. Dos nove estados do Nordeste, o MDB venceu em quatro – em 1970 tinha perdido em todos os estados. Nas regiões Sul e Sudeste, venceu em todos os estados.

O MDB passou a ter maioria em cinco Assembleias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e Acre) e, de acordo com a Constituição, com as eleições indiretas, em 1978, elegeria os governadores desses estados. E a regra não poderia ser alterada pelo Congresso, ao sabor dos interesses do regime, pois o MDB tinha mais de um terço dos parlamentares, impossibilitando, portanto, obter o quórum constitucional.

O resultado poderia ter sido ainda pior para a Arena. A renovação foi de apenas um terço das cadeiras do Senado. Se a tendência se mantivesse em 1978, o governo perderia a maioria no Senado. E correria sérios riscos na Câmara dos Deputados.

Em dez anos de regime militar, o país tinha mudado. E muito. Deixara de ser um país rural, surgindo grandes cidades e algumas metrópoles; a expansão da televisão criou novos hábitos e alterou as relações de sociabilidade; cresceu a classe média e também a classe operária.

O progresso econômico gerou novas demandas sociais. E o regime teve dificuldades em atendê-las. Além do que, a estrutura de poder transformava em inimigo qualquer manifestação de insatisfação. Essa dificuldade de conviver com a diferença – por menor que fosse – agigantava as contradições e tensionava as relações políticas.

Geisel cumpriu a promessa de que as eleições seriam livres – para os

padrões da legislação da época. Respeitou os resultados, sem tentar virar a mesa. Contudo, acabou ficando prisioneiro dos próprios limites criados pelo regime. Controlar a distensão política significaria manter o regime discricionário.

Dar-lhe livre curso poderia representar um apressamento da transição para a democracia e a desmilitarização da política. E o presidente teve de conviver com essa contradição durante os cinco anos de mandato.

O governo foi surpreendido pelo resultado eleitoral. O SNI tinha apresentado ao presidente um panorama muito mais favorável. Logo surgiram propostas de união nacional, isso quando a oposição mal tinha conseguido iniciar um processo de efetiva organização partidária por todo o país.

Após os resultados de 15 de novembro, o governo teve de reaprender a fazer política. Os tempos de Médici – quando o Congresso só chancelava as decisões do Executivo – ficavam para trás. E o terreno da política nunca foi o preferido do regime.

No discurso de final de ano, Geisel elogiou a participação popular, reconheceu que a Arena tinha de se adaptar aos novos tempos, mas deixou claro que não abdicaria do AI -5 e da legislação de exceção: “Estou disposto a acioná-los sempre que isso venha a impor-se, para garantir a marcha que empreendemos para o desenvolvimento político, eficaz e sadio, do nosso país”.

Em meio à derrota eleitoral, o governo teve uma boa notícia: a descoberta de petróleo no litoral de Campos. E em dezembro novas descobertas na plataforma continental deixaram os dirigentes e técnicos da Petrobras entusiasmados.

O ano terminou com sabor amargo para o governo. A economia teve sérios tropeços. O balanço de pagamentos fechou com um déficit de US\$ 1,2 bilhão, quando em 1973 teve um superávit de US\$ 2,2 bilhões. Do total das importações, um quarto foi representado pela conta do petróleo: US\$ 3,1 bilhões, valor superior ao total de todas as exportações de manufaturados.

O golpe representado pelas importações de petróleo foi fatal para a economia nacional. Em grande parte, o déficit da balança comercial (US\$ 4,6 bilhões) tinha essa causa. A dívida externa bruta saltou 70% em relação ao ano anterior: chegou a US\$ 20 bilhões. As reservas internacionais caíram de US\$ 6,4 bilhões para US\$ 5,2 bilhões. A taxa de inflação cresceu para 34,5%. Mesmo assim, o crescimento do PIB foi expressivo: 8,2% – a média mundial tinha sido de 2,3%.

O novo ano começou com uma polêmica acalorada sobre a presença do Estado na economia. Para o ministro Mário Henrique Simonsen, desestatização não poderia significar desnacionalização. Teria de haver um fortalecimento da empresa privada nacional. Estimava-se que as empresas e bancos estatais controlassem 46% da economia. <sup>154</sup>

A “luta contra a subversão” ocupava o tempo de alguns ministérios. Armando Falcão, ministro da Justiça, a todo momento propalava a ameaça do “perigo vermelho”. Em 30 de janeiro de 1975, por meio de uma rede nacional de rádio e televisão, ele revelou que o governo tinha desbaratado diversas gráficas clandestinas que editavam material do PCB.

Falcão insinuou que teria provas do apoio do Partidão a diversos candidatos emedebistas na eleição de novembro do ano anterior. Ulysses Guimarães reiterou que o MDB tinha compromisso com o retorno à democracia pela via das urnas e refutou a provocação.

As denúncias de torturas e desaparecimentos de presos políticos fizeram que o MDB solicitasse a convocação do ministro da Justiça. O senador José Sarney foi um dos que protestou contra o requerimento. Para ele, o Congresso Nacional não deveria se transformar em tribunal julgando a “revolução”. Fracassou a convocação e a tentativa de criar uma CPI.

Os deputados divulgaram carta dos presos políticos que estavam detidos na Ilha Grande, Rio de Janeiro, protestando contra as condições do presídio e por estarem misturados aos presos comuns.

Toda essa movimentação colocou em pauta a questão da anistia aos presos políticos, cassados e banidos. Ainda em março, liderado por Therezinha Zerbini, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia.

Na pequena fresta representada pela distensão, qualquer manifestação já era vista como um avanço. Assim aconteceu com o recém-empossado presidente do STF, ministro Djaci Falcão: “Uma sociedade é tanto mais livre quanto mais se proporcione o respeito à dignidade da pessoa humana”.

O regime tinha enorme dificuldade de conviver com a política. A linha dura não perdia oportunidade para atacar a oposição e, por tabela, o processo de distensão. O alvo predileto era o ministro Golbery do Couto e Silva, considerado pelos extremistas um traidor.

Sylvio Frota aproveitou as comemorações do 31 de Março para acusar a existência de subversivos e comunistas travestidos de democratas. Era um claro ataque ao MDB.

Petrônio Portella, o principal braço político de Geisel no Congresso, disse que o MDB não precisava temer os poderes excepcionais do presidente porque estes, de acordo com ele, seriam usados tão somente para combater a subversão e que “falar em redemocratização é um gesto de autêntica alienação política” pois o Brasil não vivia numa ditadura – a expressão “autêntica” não era accidental; estava implícita uma crítica aos “autênticos” do MDB.

É nesse contexto que o deputado Pedro Simon, presidente do MDB no Rio Grande do Sul, ofereceu apoio da oposição à distensão, afirmando que “

Geisel tem lugar assegurado na história do país como pacificador da família brasileira e condutor da redemocratização.”

O senador Roberto Saturnino (MDB-RJ) identificou com perspicácia que a distensão tinha como adversários os setores vinculados à segurança. Mas não só. O empresariado tinha receio de que em um clima de liberdades democráticas intensificasse os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

Em meio ao turbilhão político, uma questão importante para milhares de famílias acabou sendo decidida pelo Congresso. Durante décadas o senador Nelson Carneiro defendeu a implantação do divórcio. Encontrou ferrenha oposição da Igreja Católica.

Em 8 de maio, depois de meses e meses de tramitação, o plenário do Congresso apreciou a sua proposta – divórcio para os desquitados há mais de cinco anos ou separados há mais de sete. A proposta de emenda constitucional foi aprovada por 222 votos e 145 contrários, sem atingir o quórum constitucional de dois terços dos votos.

A 27 de junho o Brasil assinou um acordo nuclear com a Alemanha Ocidental no valor de US\$ 4 bilhões. Era para equipar a usina de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Deveriam ser comprados oito reatores para gerar eletricidade e seria desenvolvida no país uma indústria voltada à fabricação de equipamentos para a usina.

Criou-se uma enorme polêmica nacional e internacional. O governo americano protestou. Políticos e a imprensa americana denunciaram o acordo por esconder o projeto militar de construir uma bomba atômica – o Brasil não tinha assinado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Era um exagero. Ainda que o enriquecimento do urânio e a recuperação do plutônio abrissem ao Brasil a possibilidade – mesmo que remota – de fabricação de uma bomba atômica, “as proibições sobre as aplicações militares impostas pela Alemanha Ocidental foram rigorosas” [155](#)

No início do ano, o governo tinha divulgado um estudo para a construção de quinze usinas até o ano 2000. O ministro Azeredo da Silveira comparou o tratado à construção da Usina de Volta Redonda, nos anos 1940.

Internamente, o debate estava centrado na questão da adoção da energia nuclear por um país de grande potencial hidroelétrico – a maior reserva de água doce do mundo – e na questão do método de enriquecimento do urânio.

Em agosto, subiu repentinamente a temperatura política da relação MDB- Geisel. Isso porque Ulysses Guimarães divulgou uma dura nota criticando diretamente o presidente. Era uma resposta a um pronunciamento de Geisel atacando a oposição e suas propostas, que considerava ultrapassadas e portadoras de “um indisfarçável saudosismo pelo passado não muito remoto”.

Ulysses reafirmou as ideias e pensamentos do partido, mas concluiu a nota dizendo que “o conceito de ‘ultrapassado’ não pode atingir regimes de países que lideram no mundo a economia, a justiça social, a cultura, a inteligência, coincidentemente, nações democráticas”. E arrematou: “É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois

nada mais ultrapassado do que governo baseado na força”.

A referência ao sanguinário ditador de Uganda tinha extrapolado os limites considerados aceitáveis. Falou-se que Ulysses seria cassado. O presidente do MDB creditou a violência do texto a uns uísques bebidos no voo de São Paulo para Brasília, quando teria escrito a nota [156](#)

No Congresso, dezenas de parlamentares governistas discursaram, defendendo Geisel e atacando Ulysses. O senador arenista José Sarney foi um dos que se destacou na defesa do AI -5 e nas críticas ao líder emedebista.

Em setembro, na convenção nacional da Arena, o novo secretário-geral do partido, o deputado Nelson Marchezan, declarou que o partido deveria se transformar em uma legenda de centro-esquerda, pois, de acordo com o arenista, seria a única forma de manter as conquistas sociais obtidas desde 1964.

O exotismo do regime contaminou até o STF. A editora Paz e Terra acionou a Suprema Corte contra a censura à revista *Argumento*, que só conseguira pôr em circulação três números. A Polícia Federal tinha exigido que o semanário submetesse todas as matérias com antecedência mínima de dez dias antes da publicação.

De nada adiantou, pois o STF decidiu que “é insuscetível de apreciação judicial a censura prévia de qualquer publicação literária ou artística, quando a medida, a cargo da Polícia Federal, decorrer da aplicação de Ato Institucional”. O senador Brossard, ironicamente, questionou a decisão do STF: “Se um dia a Polícia Federal, sob invocação do AI -5, extirpasse o braço de uma pessoa, também esse fato se tornaria insuscetível de apreciação judiciária, porque praticado sob a invocação do AI -5?” [157](#)

A 9 de outubro, em rede nacional de rádio e televisão, Ernesto Geisel anunciou um aumento de 25% da gasolina, diversas restrições às importações e à criação do Programa Nacional do Alcool, o Pro-álcool, que deveria representar 20% do consumo de combustíveis. Mas o grande assunto do longo pronunciamento – foram 44 minutos – foi a adoção dos contratos de risco, que permitiam a exploração de petróleo por parte de outras empresas, nacionais ou estrangeiras, sob concessão estatal.

O monopólio – criado pela Lei no 2.004, de 3 de outubro de 1953 – manteve-se intocado, mas o tema era muito sensível, pois a criação da Petrobras fora produto de uma intensa campanha popular (“O petróleo é nosso”), que teve participação ativa de militares. Ernesto Geisel era um defensor do monopólio, tinha sido presidente da Petrobras, e no discurso fez questão de dizer que considerava a empresa a “sua casa”.

Sabia-se que os efeitos dos contratos não seriam imediatos. Porém, a situação da conta petróleo era traumática e não havia no horizonte nenhum sinal de queda dos preços internacionais. De acordo com o Banco Central, somente entre junho de 1974 e junho de 1975 as reservas cambiais tinham caído 41%.

Na tribuna do Senado, Paulo Brossard vinha denunciando os maus-tratos aos presos políticos. Exigia um posicionamento de Geisel:

Dê, nesse sentido, um passo corajoso e receberá nesta Casa uma palavra de apoio irrestrito. Quando se disser que não se pratica mais a tortura no Brasil, a despeito de a autoridade estar cumprindo, apenas, um dever elementar e um dever cristão, receberá os aplausos e terá o apoio de todos.

Na semana seguinte, voltou ao tema da violência contra os presos e citou, também da tribuna, uma carta relatando as violências cometidas no Dops gaúcho com a participação direta do delegado Pedro Seelig,

um torturador profissional, sádico e ávido de sangue, que escorre sob as portas de uma dependência do Dops, como se ali houvesse um matadouro. [E] como o chão é em desnível – diz uma das vítimas de Seelig –, quando havia sessões mais violentas a gente podia ver o sangue correndo pela fresta da porta pelo corredor.<sup>[158](#)</sup>

Pouco depois, em 25 de outubro, foi assassinado no DOI-Codi paulistano o jornalista Vladimir Herzog. Era o segundo caso de “suicídio por enforcamento” em dois meses.<sup>[159](#)</sup> Desde a metade do ano, os órgãos de repressão tinham concentrado sua fúria no PCB. Tinha de justificar o perigo comunista como um instrumento para a permanência da máquina repressiva.

Depois de eliminar um terço do Comitê Central do Partidão, o foco da repressão dirigiu-se às suas bases. A “luta contra o perigo vermelho” era também um meio de atender aos setores repressivos, transformando-os em parte do regime e em uma voz importante, a ser ouvida em um processo de distensão política.

Desde o início do ano, duzentos supostos militantes do PCB tinham sido presos – no total do ano, só em São Paulo, foram 347. O número de presos era tão grande que não havia celas suficientes.<sup>[160](#)</sup> Quase todos foram torturados. Um desapareceu – teria sido assassinado em um sítio, após ser retirado do DOI-Codi, com uma injeção de matar cavalos.<sup>[161](#)</sup>

Como em uma peça do dramaturgo Eugène Ionesco, a 30 de outubro o general Ednardo D’Ávila Melo declarou: “Nós precisamos ter em vista é justamente viver na mais completa harmonia”.

No dia seguinte, sob a liderança do cardeal Evaristo Arns, realizou-se na



Catedral da Sé, em São Paulo, um culto ecumênico que reuniu milhares de pessoas. Era uma resposta da sociedade civil a mais um assassinato de preso político.

A linha dura se considerava vitoriosa. Enfrentara Geisel, impusera limites à distensão, tinha o domínio dos porões e parecia se preparar para ter o seu candidato na sucessão presidencial: o general Sylvio Frota. Este continuava alertando contra o perigo representado pelos marxistas.

Em 26 de novembro, recitou novamente a ladainha: os marxistas se infiltravam em todos os setores da vida pública nacional a fim de desmoralizar os valores cristãos adotados no Brasil.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro. Era mais uma ação de autonomia da diplomacia brasileira, que confrontava os Estados Unidos e, internamente, os setores da linha dura. Durante décadas, o Brasil estivera alinhado a Portugal e à sua política colonialista na África. Era uma guinada de 180 graus.

O ano de 1975 fechou com uma taxa de crescimento do PIB de 5,2%, a menor desde 1968. A inflação manteve-se alta (29,4%) e teve uma leve queda em relação ao ano anterior (34,5%). As medidas de contenção das importações deram resultado. O total – na casa dos US\$ 12 bilhões – manteve-se no mesmo patamar que 1974. As exportações tiveram um ligeiro crescimento, mas permaneceu o déficit da balança comercial. A dívida externa bruta deu um salto de 25% em relação ao ano anterior e chegou a US\$ 25 bilhões, e as reservas internacionais caíram 20%.

1976

A situação econômica continuou preocupante. O governo teve como principal meta manter a taxa de crescimento do PIB como elemento central. Tinha uma justificativa. Afinal, a repressão política necessitava de algum tipo de compensação econômica. E a distensão, para ter êxito, tinha – na ótica do regime – de ser realizada sob seu controle, impondo o ritmo e amplitude das concessões.

Mas era o sucesso econômico que determinaria o fortalecimento ou enfraquecimento do presidente no interior do bloco governante e na sua relação com a sociedade. Nas palavras de Ernesto Geisel: “Como é que eu iria justificar uma recessão depois da euforia, do desenvolvimento do governo do Médici ?” <sup>162</sup>

Mal começou 1976 e foram cassados dois parlamentares do MDB: o deputado estadual Nélson Fabiano Sobrinho e o deputado federal Marcelo Gatto, ambos acusados de pertencerem ao PCB. Ainda era um resquício da ação dos órgãos de segurança contra o Partidão ocorrida em 1975.

O MDB protestou, insistindo que não era possível falar em distensão política com o governo lançando mão do AI -5 contra a oposição. Para Magalhães Pinto, presidente do Senado, tudo não tinha passado de um ato isolado e que não colocava em risco a distensão.

Não era o que parecia. A 17 de janeiro foi assassinado no DOI-Codi, em São Paulo, o metalúrgico Manuel Fiel Filho, acusado de ser militante do PCB. A versão oficial era de que teria ocorrido suicídio. Dois dias depois, Geisel afastou do comando do II Exército o general Ednardo D'Ávila Melo e designou um substituto da sua confiança, Dilermando Gomes Monteiro.

Sempre preocupado em manter sob controle sua base militar, o governo anunciou que estava estudando conceder aos militares o 13.º salário, equiparando-os ao funcionalismo público civil.

A política ocupava o centro das questões nacionais. A “institucionalização da revolução” transformava cada pleito eleitoral numa guerra. A Arena tinha de vencer sempre. E a derrota de 1974 não tinha sido assimilada. O temor era de novo fracasso em 1978 e da consequente perda do controle do Colégio Eleitoral, que elegeeria o sucessor de Geisel.

Em fevereiro, o governo divulgou que estava estudando mudanças na legislação eleitoral, especialmente no acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. O horário gratuito da forma como foi usado em 1974 pelo MDB passou a ser um problema. Na Mensagem Presidencial, na abertura do ano legislativo, Geisel deu mais um recado para os seus opositores, mas, sobretudo, para os que usavam farda e estavam no governo. Disse enfaticamente que não admitiria contestações ao regime.

Duas semanas depois, dois parlamentares do MDB foram cassados, ambos do Rio Grande do Sul: Amaury Müller e Nadyr Rosseti. Tinham na distante Palmeira das Missões, no interior do estado, discursado atacando duramente o governo. Os pronunciamentos foram gravados pelos órgãos de segurança, que impuseram as cassações.

Pela quinta vez em três meses, Geisel utilizava o AI -5 para cassar parlamentares. E pegou gosto. Dois dias depois, em 1.º de abril, o presidente cassou o mandato e os direitos políticos do deputado carioca Ly sâneas Maciel.

Ly sâneas exercia pela segunda vez o mandato de deputado federal. Na primeira eleição, em 1970, recebera 14 mil votos; quatro anos depois obteve uma reeleição consagrador, com 100 mil votos.

A 30 de março ele se dirigiu à tribuna da Câmara para protestar contra as cassações:

Estamos quase que inermes diante destes grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar, torturar, podem até matar. Mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo: o tempo e a história.

Em 1.º de abril, no final da tarde, correu no Congresso a notícia de que Lysâneas havia sido cassado. Oficialmente, não tinha havido nenhuma comunicação à Câmara. O deputado se dirigira à tribuna para discursar. Mal iniciou e foi aparteado pelo líder da Arena, deputado Cantídio Sampaio. Lysâneas retrucou: “Não dou aparte a torturador de estudante, ladrão e assassino!”. A sessão se encerrou imediatamente. [163](#)

Geisel, anos depois, confessou que as cassações eram necessárias, em alguns momentos, “para dar um pouco de pasto às feras”. Se “eu não agisse contra a oposição com determinadas formas de repressão, inclusive com a cassação, eu perderia terreno junto à área militar”. [164](#)

A descompressão política, por mais tímida que fosse, colocava o regime em situações difíceis. A oposição não estava satisfeita com a lentidão da distensão. Mas também os setores ultra-autoritários do governo protestavam. Só que em sentido inverso: consideravam que a distensão era muito veloz e ampla.

O obscurantismo era uma marca da censura e acirrou as relações com a sociedade civil, em especial com os setores mais intelectualizados. No final de março, quando da comemoração dos 200 anos do Balé Bolshoi, de Moscou, Rússia (URSS), 111 países transmitiram o balé *Romeu e Julieta*. O 112.º seria o Brasil.

Contudo, o regime proibiu que a Rede Globo transmitisse o evento. Paulo Brossard, um dos que protestaram, disse da tribuna do Senado: “O Brasil não sabe por que foi proibido de assistir o ballet *Romeu e Julieta*, e a Rede Globo foi proibida de informar que a sua transmissão foi proibida”. [165](#)

Na frente econômica, o governo estava perdendo a batalha para a inflação. Em fevereiro, proibiu a importação de diversos artigos considerados supérfluos – a elevação das tarifas alfandegárias não tinha resolvido o problema. Três meses depois, o governo desmentiu que iria racionar os combustíveis, fator que impulsionava o aumento geral dos preços. O Ministério da Fazenda insistia em medidas de controle dos preços, que não tiveram efeito prático.

Em abril, Geisel visitou a França e a Inglaterra. Era mais uma demonstração de independência frente aos Estados Unidos – país que não visitou, como o fizeram Costa e Silva e Médici. Apesar de diversas manifestações de protesto em relação ao desrespeito dos direitos humanos no Brasil, o presidente considerou a visita um êxito. [166](#)

A linha dura tentou por todos os meios pautar o debate político. Inúmeras vezes, gerais e parlamentares associaram o MDB ao PCB. O governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, disse que o Partidão era uma realidade e influenciaria a eleição – entenda-se, apoiaria o MDB.

Imputavam ao partido da oposição o que chamavam de caráter revanchista. O deputado Tancredo Neves negou. Disse que tinha saudades do tempo em que o Judiciário era independente e de quando os eleitores escolhiam seus governadores.

Atacavam até modificações impostas no ensino pelo regime, como a disciplina de Educação Moral e Cívica. De acordo com o deputado arenista José Bonifácio, líder do partido na Câmara, a disciplina era uma bobagem e, pior, servia à exploração de ideias comunistas. Propunha substituí-la pelo ensino religioso.

Em 1.º de agosto, um domingo, o jornal *O Estado de S.Paulo* publicou uma ampla reportagem – a primeira de uma série – que tratava dos privilégios dos altos funcionários governamentais, as mordomias – a expressão ficou consagrada, desde então, representando as benesses recebidas pelos burocratas.

Com o título “Assim vivem os nossos superfuncionários”, as reportagens apresentaram ao país os privilégios de ministros e ocupantes de altos cargos nos ministérios, autarquias, empresas e bancos estatais. O ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, tinha na mansão em que morava 28 funcionários para servi-lo. Algumas mansões tinham piscinas térmicas, como a do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.

Os “superfuncionários” compravam de tudo para suas casas, pagavam despesas pessoais (inclusive os cabeleireiros que atendiam suas esposas) sempre com dinheiro público. Bebidas finas (e importadas) eram servidas a rodo nas recepções oficiais. Até filmes censurados tinham sessões exclusivas para os convidados dos ministros. Brasília era verdadeiramente uma festa.

Em março, Geisel tinha afirmado que seriam realizadas eleições diretas para os governos estaduais em 1978. Disse que isso não dependeria do resultado das eleições municipais que ocorreriam em novembro. Porém, mudou de ideia. A 1.º de julho, sancionou a Lei Falcão, aprovada pelo Congresso Nacional.

A Lei no 6.339 teve o objetivo de asfixiar politicamente a oposição: “Na propaganda, os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário e o local dos comícios”.

O governo usava e abusava da propaganda oficial por meio da Aerp. Restava ao MDB a propaganda às vésperas da eleição para apresentar seu programa e suas críticas. Somente o senador Jarbas Passarinho é que considerou a Arena a mais prejudicada. Segundo ele, os arenistas não poderiam explicar as causas reais dos problemas econômicos.

Conforme esquentava a campanha eleitoral municipal, os temas nacionais iam ganhando maior importância. A extrema direita continuava ativa. Em agosto, explodiu uma bomba na sede da ABI, no Rio de Janeiro. Outra bomba, deixada na sede da OAB, acabou não explodindo. Os atentados foram reivindicados por uma suposta Aliança Anticomunista Brasileira.

A 22 de setembro, foi sequestrado e humilhado o bispo de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, dom Hipólito, que tinha se destacado por uma ativa ação social na região. Em outubro, policiais assassinaram, em Ribeirão Bonito, Mato Grosso, o padre João Bosco Penido Burnier, quando este visitava uma cadeia onde presos, de acordo com denúncias, sofriam maus-tratos.

Diferentemente de 1974 – uma eleição geral –, a eleição municipal não teve um caráter plebiscitário. A vigência da Lei Falcão prejudicou o MDB. No cômputo geral dos votos, a Arena venceu. Mas nos cem maiores colégios eleitorais, a vitória foi do MDB em 59 deles – na eleição municipal anterior, em 1972, esse número não passara de 27 cidades. Nas duas maiores cidades do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, o MDB fez a maioria das cadeiras nas Câmaras Municipais.

Para Geisel, a vitória da Arena deu mais fôlego político, mas o presidente sabia que a sorte do seu projeto político seria decidida na eleição de 1978. Após as apurações, os arenistas demonstravam preocupação com as eleições diretas para os governos estaduais em 1978, temendo o agravamento da situação econômica.

O presidente articulou e obteve as presidências do Senado e da Câmara, no biênio 1977-1978, para Petrônio Portella<sup>167</sup> e Marco Maciel, respectivamente. Considerava-os hábeis para garantir um Congresso obediente ao Planalto.

O ano político teve a morte de dois ex-presidentes. Em agosto morreu Juscelino Kubitschek em um acidente na Via Dutra, quando viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro. O enterro de JK foi uma demonstração indireta de oposição ao regime: 70 mil pessoas acompanharam o corpo do ex-presidente. No início de dezembro, na Argentina, João Goulart faleceu de ataque cardíaco em uma das suas fazendas. Nenhum dos dois tinha atividade política, mesmo após o término do período da suspensão dos direitos políticos, em abril de 1974.

Quanto à possibilidade de as duas mortes terem motivos políticos, em 2013 a Comissão Nacional da Verdade comprovou que o acidente que vitimou JK foi provocado por agentes da ditadura. Quanto à morte de Jango, os indícios de que teria sido envenenado pelo regime militar estão sendo investigados pela mesma Comissão.

Ainda em dezembro, o PC do B foi duramente atingido pela repressão. No bairro da Lapa, em São Paulo, uma reunião do Comitê Central do partido acabou sendo descoberta, e três dirigentes foram mortos. Outros acabaram presos.

Os grupos de luta armada urbana já tinham sido eliminados por volta de 1971, e no biênio seguinte houve simplesmente uma caçada aos militantes restantes. Entre 1974 e 1975, o alvo foi o PCB, e em 1976 os órgãos de repressão focaram o PC do B – que, após a derrota da guerrilha do Araguaia, tinha concentrado sua atuação nas cidades, abandonando o foquismo rural.

Se a luta armada era página virada, no Rio de Janeiro a extrema direita, associada aos órgãos de segurança, realizou diversos atentados à bomba: às sedes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, do jornal *Opinião* – da imprensa alternativa – e da editora Civilização Brasileira; e à casa do dono da Rede Globo, Roberto Marinho. Em São Paulo, a sede do Cebrap – instituto de pesquisas que reunia diversos professores que tinham sido perseguidos pelo regime – também foi atacada.

O forte intervencionismo estatal deu resultados. A taxa de crescimento do PIB alcançou 10,3%, o dobro do ano anterior. A expansão teve repercussão negativa na inflação: 46,3%, a maior desde 1965. As importações continuaram congeladas na faixa dos US\$ 12 bilhões e as exportações cresceram cerca de 15%, melhorando relativamente a performance da balança comercial, que continuou deficitária (US\$ 2,2 bilhões), mas com sensível queda de 35% em relação a 1975.

O problema central era o serviço da dívida externa, que não parava de crescer – cerca de um terço do total das exportações. Em parte, isso era devido ao aumento da taxa de *spread* (risco), o que sinalizou certa desconfiança dos banqueiros estrangeiros com os rumos da economia brasileira. O total da dívida aumentou ainda mais: chegou a US\$ 32 bilhões, superando em 7 bilhões o valor de 1975.

No banquete de final de ano, com 122 generais, Ernesto Geisel fez um duro discurso para o público interno. Quis enfatizar que detinha o controle das Forças Armadas e que não admitiria a antecipação da sua sucessão: “Os pregoeiros da discórdia, os arautos da intriga, geradores da intranquilidade, os que visam estabelecer confrontos e suscitar incompatibilidades entre os altos chefes militares, merecem nossa viva repulsa” <sup>168</sup>

1977

O ano de 1977 começou com as atenções governamentais voltadas para a economia. As dificuldades econômicas concentraram as atenções. O país continuava com uma boa taxa de crescimento econômico, porém os preços não paravam de aumentar, especialmente dos produtos de consumo doméstico.

E, para piorar, os postos de gasolina, por determinação oficial, começaram a fechar nos finais de semana. A medida atingiu principalmente a classe média. Mas causou menos problemas do que o racionamento da gasolina por meio de cupons – logo apelidados de “simonetas” –, medida que acabou sendo cancelada na última hora, com milhões de cupons já impressos.

Era uma tentativa de diminuir o consumo – o simples aumento do preço, que tinha efeitos inflacionários, não estava obtendo o êxito esperado pelo governo. O consumo continuava crescendo. E o incentivo à produção de etanol estava levando à diminuição da produção de açúcar e ao desaparecimento do produto das prateleiras dos supermercados.

Em fevereiro, o ministro Severo Gomes acabou tendo de pedir demissão. O fato é revelador do clima da época. Segundo Geisel, “ele foi a uma recepção em São Paulo, bebeu um pouco demais e começou a falar

mal de Médici publicamente” [169](#)

Em 11 de março, o Brasil decidiu, unilateralmente, denunciar o acordo militar com os Estados Unidos assinado havia 25 anos. O rompimento teve uma história. Em boa parte, pode ser creditado às pressões americanas contra o acordo nuclear assinado com a Alemanha Ocidental. O governo americano pressionou de todas as formas a Alemanha para modificar o acordo com o Brasil, mesmo após reiteradas explicações de que tinha fins absolutamente pacíficos.

Com a posse do presidente Jimmy Carter, teve início uma mudança na postura dos Estados Unidos em relação aos regimes militares na América Latina. [170](#) No caso brasileiro, a tensão aumentou quando se acresceu ao contencioso nuclear a questão dos direitos humanos.

A ajuda anual militar foi condicionada ao respeito a esses direitos por determinação do Senado dos Estados Unidos. O governo brasileiro considerou isso uma ingerência nos assuntos internos e uma “modificação inaceitável”. De acordo com Geisel,

quando assinamos o acordo não havia nenhuma cláusula que fizesse sua execução depender da aprovação do Senado americano relativamente à situação interna do Brasil. Da mesma forma, o Brasil nunca se arrogou o direito de examinar a situação interna dos Estados Unidos, com o problema dos negros, dos porto-riquenhos, dos índios etc. [171](#)

O governo vinha prometendo uma reforma do Poder Judiciário desde 1976. Sabia que dificilmente iria aprová-la sem negociar com a oposição, pois não tinha a maioria constitucional exigida. Geisel não procurou o MDB. Sua estratégia foi buscar o enfrentamento para impor, pela força, uma série de modificações constitucionais.

Em 24 de março, o MDB fechou questão contra a reforma. Seis dias depois, a reforma, como se esperava, não obteve os dois terços dos votos necessários. Geisel respondeu com o fechamento do Congresso Nacional por catorze dias.

Pela Emenda Constitucional no 8, foram alterados dezessete artigos da Emenda Constitucional no 1, de 1969, vulgarmente considerada uma Constituição. Pelo Pacote de Abril, denominação dada pela oposição, acabou sendo imposta a reforma do Judiciário, mas o conjunto das modificações era fundamentalmente político.

Ampliou-se o mandato presidencial – a se iniciar em 1979 – para seis anos; um terço dos senadores seriam indicados pelas Assembleias

Legislativas – logo receberam o apelido de “ biônicos” –; a eleição dos governadores, em 1978, continuaria indireta; e haveria coincidência geral de mandatos em 1982 – dessa forma, os prefeitos eleitos em 1980 governariam por apenas dois anos.

Acabou sendo alterada a forma de cálculo para a composição das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados. A referência passava a ser o total da população e não dos eleitores. Também se limitou o número máximo de deputados por estado (55) e o mínimo (seis). A Lei Falcão foi mantida para a eleição de 1978, e as emendas constitucionais, para serem aprovadas, necessitariam de maioria absoluta – e não mais de dois terços dos votos.

Alterou-se a composição do Colégio Eleitoral. Além dos deputados federais e senadores, a representação das Assembleias Estaduais passou a ser fixada em seis parlamentares, eleitos pelos seus pares. Dessa forma, a Assembleia do Acre tinha o mesmo peso que a de São Paulo ou a de Minas Gerais. Foi mais um instrumento para garantir a maioria quando da escolha do sucessor de Geisel, em outubro de 1978.

Para popularizar o pacote, foram incluídas medidas que ampliavam as férias dos empregados para trinta dias e outros pontos referentes aos reajustes dos aluguéis, concursos públicos e pagamento de tributos.

Enquanto Paulo Brossard protestava, assim como todo o MDB, contra o Pacote de Abril (“o presidente suspende o Legislativo para reformar o Judiciário, convertendo em lei o projeto rejeitado pelo Congresso. Três são os poderes, mas um só decide, manda e obriga”), o presidente do STF, ministro Thompson Flores, era o autor do primeiro telegrama de congratulações recebido por Geisel depois da assinatura do fatídico pacote.<sup>[172](#)</sup>

A 14 de abril era reaberto o Congresso. Graças ao pacote, Geisel tinha conseguido obter o controle da sua sucessão no Colégio Eleitoral, com os senadores biônicos, a ampliação de deputados dos estados controlados pela Arena e a permanência da Lei Falcão, que impedia, na prática, a repetição do uso feito pelo MDB do rádio e da televisão na campanha de 1974 – em contrapartida, o governo ampliou a propaganda oficial com diversas campanhas da Aerp.

O cenário político foi enriquecido pela presença, depois de nove anos de ausência forçada, dos estudantes. Em São Paulo, em 5 de maio, milhares de estudantes, em passeata no centro da cidade, protestaram contra a prisão de militantes da Liga Operária, uma pequena organização trotskista. E o movimento estudantil iria dar um colorido especial ao ano de 1977.<sup>[173](#)</sup>

Logo as manifestações se espalhavam para outros estados. A 5 de junho, em Belo Horizonte, impediu-se a realização do III Encontro Nacional de Estudantes. Ocorreram centenas de prisões.<sup>[174](#)</sup>

Em Brasília, a 26 de maio, o deputado Sinval Boaventura, de Minas Gerais, considerado um dos porta-vozes do general Sylvio Frota no Congresso, denunciou que o deputado Marcos Tito (MDB-MG) teria lido na tribuna um editorial do jornal *A voz operária*, do PCB. Disse o deputado Boaventura: “Como derrotar o AI -5 se o Partido Comunista tem mensageiro



dentro do próprio Congresso?”.

Tito tinha, sem saber, caído numa armadilha. Seu discurso era efetivamente uma transcrição do jornal comunista. Pediu a retirada do discurso dos anais. Era impossível, pois já tinha sido publicado no *Diário do Congresso*. O líder emedebista Alencar Furtado saiu em defesa do colega alegando boa-fé do deputado, que desconhecia que aquilo era parte de um manifesto do Partidão.

Uma semana depois da denúncia, Boaventura voltou ao ataque exigindo que o MDB expurgasse do partidos os seus “quadros comunistas”. Parlamentares arenistas solicitaram que Geisel não só cassasse Tito como também outros parlamentares que consideravam comunistas – desde fevereiro, o partido insistia na tese de que o MDB servia como instrumento de “agentes da subversão comunista”, como acusou em nota oficial o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira.

Em 13 de junho, o senador Sarney entrou na onda e atacou a oposição, considerando-a “despreparada”. No dia seguinte, Geisel cassou o mandato de Tito e suspendeu por dez anos seus direitos políticos.

A 23 de junho, a Emenda Constitucional no 9, que instituiu o divórcio, acabou sendo aprovada graças à diminuição do quórum instituído pelo Pacote de Abril.

Mas o discurso que incomodou o regime foi o do líder do MDB na Câmara dos Deputados, Alencar Furtado. Ele era da ala dos autênticos. Tinha chegado à liderança em fevereiro, após vencer o candidato dos moderados, Laerte Vieira. Fez um discurso breve, mas firme. Logo de cara, lembrou e homenageou os parlamentares emedebistas cassados, e aproveitou para citar Juscelino Kubitschek, “o estadista da República”.

Atacou o AI -5 e defendeu a bandeira da Constituinte. Recordou que “sofre o *habeas corpus* no Brasil as mesmas restrições que sofre em Cuba”. Porém, o que incomodou o regime foi a menção às torturas e aos desaparecidos:

Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez.<sup>[175](#)</sup>

Para os militares, o discurso era considerado uma provocação

inaceitável. Três dias depois da exibição do programa, a 30 de junho, cassaram Furtado. Foi o último parlamentar atingido pelo AI -5. De julho de 1975 até esta data, doze parlamentares perderam seus mandatos e tiveram suspensos seus direitos políticos por dez anos: dez do MDB e dois da Arena. E desde 1964 foram 181 parlamentares do Congresso Nacional: 173 deputados federais e oito senadores.

Pelo Ato Complementar no 104, de 26 de julho de 1977, o governo suspendeu o acesso dos partidos à televisão e ao rádio quando da realização das suas convenções, como dispunha a legislação. Veio a justificativa:

Considerando que as distorções das finalidades dos congressos e sessões públicas de que trata a Lei no 5.682, de 21 de julho de 1971, resultaram em atos de contestação ao regime instituído pela Revolução de 31 de Março de 1964;

Considerando que cabe ao presidente da República adotar as medidas necessárias à defesa da Revolução, resolveu editar o seguinte Ato Complementar.

A tensão e os boatos tomaram conta do cenário político. Thales Ramalho, secretário-geral do MDB, declarou que o acesso ao rádio e à televisão era um direito do partido. Que continuariam a denunciar as arbitrariedades do regime e que qualquer processo contra o presidente do partido teria graves consequências para o país. Francelino Pereira, presidente da Arena, contemporizou, considerando que a oposição “vez por outra anuncia catástrofes”.

Surpreendentemente, a 12 de julho, Humberto Barreto, presidente da Caixa Econômica Federal, havia dado uma entrevista defendendo a candidatura de João Baptista Figueiredo, chefe do SNI, à sucessão de Geisel. Não era um sujeito qualquer. Barreto era considerado pelo presidente como um filho. E logo após foi distribuído amplo dossiê sobre o general – recheado de fotos desde a infância.

A sucessão entrou na ordem do dia mesmo com os desmentidos do chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, que afirmava que o tema só seria apreciado em 1978. Mas nada mais conseguiu conter a avalanche sucessória.

O senador arenista Teotônio Vilela defendeu que deveria haver vários candidatos arenistas à sucessão de Geisel. O senador Magalhães Pinto se lançou candidato. O senador Passarinho declarou que era saudável haver candidatos civis, resguardando as Forças Armadas para “seu papel histórico de intervir na vida pública nacional apenas para o saneamento das instituições”.

Em 8 de agosto, sob a liderança de Goffredo da Silva Telles Jr., dezenas de juristas assinaram, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, a “Carta aos Brasileiros”, pedindo a volta ao estado de direito.

Realizou-se um ato público, com a leitura pública do documento.

O restabelecimento da democracia passou a ser o principal tema dos debates. Os arenistas insistiam que Geisel estava avançando com a distensão, os emedebistas exigiam maior rapidez, os estudantes não suportavam mais os limites do Decreto no 477, e intelectuais, artistas e jornalistas protestavam contra a censura.

Mas a linha dura continuava atuante. E dava sinais de que não aceitaria uma transição, ainda que lenta, para a democracia. A invasão do campus da PUC-SP, a 22 de setembro, foi um aviso.

O movimento estudantil, durante o ano, tinha avançado suas formas organizativas, e apontou para a recriação da União Nacional dos Estudantes, colocada na ilegalidade em abril de 1964. Realizou-se na PUC o III Encontro Nacional de Estudantes, que criou a Comissão Pró-Reconstrução da UNE. Durante o ato público, realizado em frente ao Teatro Tuca, a polícia reprimiu e invadiu o campus, ferindo estudantes e depredando o patrimônio da universidade.

No jogo sucessório presidencial, o xeque-mate ocorreu em 12 de outubro. Sylvio Frota foi demitido do Ministério do Exército. Havia meses que estava fazendo campanha para suceder a Geisel. Posava como o candidato da linha dura. E tinha base parlamentar entre os arenistas ultrarreacionários.

Frota queria ser o Costa e Silva de 1977 e emparedar Geisel, como ocorrera com Castello Branco. Perdeu feio. Geisel já tinha visto esse filme quando estava no Gabinete Militar da presidência castelista. No momento em que a campanha frotaista tinha alcançado um nível considerado intolerável pelo governo, o ministro acabou sendo descoberto sem ter tido capacidade de reação.

Havia preparado um longo documento como uma espécie de plataforma política que usaria, ao menos parte dele, quando recebesse o título de cidadão honorário de Sobral, no Ceará. Acabou não dando tempo. Foi demitido antes.

No longo documento, listava vários acontecimentos. Afirmava que o estabelecimento de relações diplomáticas com a China “constituiu o primeiro passo na escalada socialista que pretende dominar o país”. Que a abstenção na votação da OEA quanto ao ingresso de Cuba fora uma demonstração de “simpatia a um país comunista exportador de subversão”.

O reconhecimento do governo do MPLA, em Angola, era “só explicável pela ânsia ideológica de prestigiá-lo”. Defendia os torturadores: “Permitem-se maldosas campanhas de descrédito aos órgãos de informações e segurança, visando apresentar seus componentes como bestiais torturadores, para desmoralizá-los perante a nação”.

E continuava acusando:

a complacência criminoso com a infiltração comunista e propaganda

esquerdista que se revitaliza, diariamente, na imprensa, nos setores estudantis e nos próprios órgãos governamentais, os quais acolhem, no momento, nos escalões de assessoramento e de direção, 97 comunistas militantes, conforme comuniquei ao Serviço Nacional de Informações, marxistas que permanecem intocáveis, em suas atividades desagregadoras.

Frota atacava a presença estatal na economia, “que nos coloca mais no quadro dos países do leste europeu do que no do bloco ocidental”. Segundo ele, “já implantaram o capitalismo de Estado que é o tirano da economia; a continuarmos assim, virá, mais breve do que muitos esperam, o comunismo” [176](#)

O documento acabou servindo como um instrumento para Geisel – que permitiu sua divulgação – ganhar apoio de uma parcela da oposição. Afinal, entre a distensão e o frotismo de viés argentino – que via em todos os lugares “as pesadas algemas do totalitarismo marxista” –, era evidente a opção pela primeira alternativa.

O frotismo reuniu a fina flor do ultrarreacionarismo, tanto no campo militar como no civil. Foi a “voz dos porões”. É provável que a ação repressiva e a política econômica adotada na Argentina pela Junta Militar sob o comando do general Jorge Videla tenham encontrado forte simpatia entre os frotistas.

O manifesto apresentou categorias analíticas que não eram típicas da linha dura. Os ataques ao marxismo, ao capitalismo de Estado, à estatização, ao gigantismo do aparelho estatal e à defesa da livre iniciativa estavam mais próximos da Argentina (e do Chile de Augusto Pinochet) do que da corrente nacionalista liderada por Albuquerque Lima no final da década anterior.

O fracasso do golpe de Estado frotista salvou o Brasil de uma ditadura ao estilo platino. A lista dos “97 comunistas militantes” – que eram 96, pois um dos nomes apareceu duas vezes – reforça essa interpretação. Até Geisel foi acusado por ele de ter “tendências socialistas”. Basta recordar a frase do general argentino Ibérico Saint-Jean, dita em 1977: “Primeiro vamos matar todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores, depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes” [177](#)

O forte crescimento da economia em 1976 não se repetiu em 1977: o PIB cresceu 4,9%, a menor taxa em todo o quinquênio da presidência Geisel. A inflação parecia dar sinais de que poderia ser gradualmente contida. Ficou em 38,8%, oito pontos inferior à do ano anterior.

O déficit da balança comercial foi zerado, com novo crescimento significativo das exportações e a contenção das importações na faixa dos US\$ 12 bilhões. Mas a dívida externa continuava crescendo, chegando a cerca de US\$ 38 bilhões.

O ano começou sob o signo da sucessão presidencial. O general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar, pediu demissão. Era contrário à indicação de Figueiredo, feita por Geisel, para suceder-lhe na presidência. Saiu atirando contra a candidatura: “Ela divide as Forças Armadas; ela vem comprometida, de antemão, por ligações com grupos políticos e empresariais, com os quais tem compromissos pouco éticos”. E continuou: “Considerava inteiramente despreparado para a função, para a qual estavam querendo impor seu nome. Além de fraco intelectualmente e de pouca cultura”.<sup>178</sup>

Francelino Pereira, como era esperado, saiu em defesa do ungido por Geisel dizendo que, embora desconhecesse a plataforma de Figueiredo, confiava na sua experiência e competência. O ministro de Exército foi atrás: “Figueiredo era um ótimo candidato”.

Magalhães Pinto continuava tentando viabilizar sua candidatura, o que era impossível, pois teria de vencer Figueiredo na convenção nacional da Arena – no Colégio Eleitoral só poderiam ser apresentadas candidaturas por partidos; não havia nenhuma possibilidade de candidatura avulsa.

Como fruto do momento, a maior dificuldade para a viabilização da candidatura de Figueiredo não era obter a concordância da Arena – isso era automático, bastava a indicação de Geisel. Nos governos militares, uma regra não escrita – e cumprida – era de que o presidente tinha de ser um general de quatro estrelas, general de exército, ou seja, que tinha alcançado o topo da carreira. Assim tinha sido com os quatro precedentes e com a Junta Militar.

Figueiredo tinha “apenas” três estrelas. Para alcançar a quarta estrela ainda na ativa, teria de ultrapassar generais mais antigos, que estavam aguardando promoção, ou seja, passar na frente, empurrando colegas mais antigos para a reserva. Não era uma tarefa fácil, mas Geisel tinha o controle do Alto Comando do Exército, onde eram elaboradas as listas de promoções – a escolha final era dele.<sup>179</sup>

O MDB iniciou articulação para também ter o seu candidato. Desejou aproveitar a divisão entre os militares. Franco Montoro lançou o primeiro balão de ensaio: a possibilidade de o partido lançar o general Rodrigo Octávio – considerado um liberal.

O nome do general Euler Bentes Monteiro começou a ser ventilado. Magalhães Pinto, habilmente, disse que era um excelente nome para vice. O general deixou claro que, se convidado, não aceitaria ser vice do senador arenista.

O jogo foi se definindo. Geisel indicou para vice de Figueiredo o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves. A 1.º de fevereiro, em um momento de pura formalidade, Figueiredo e Aureliano compareceram à sede da Arena para agradecer pelo apoio.

O tema da anistia, que até então estava relegado a plano secundário,

assumiu grande importância. A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, em fevereiro, notificou que lançaria uma campanha informando a população sobre a situação de 10 mil brasileiros – era uma estimativa – considerados indesejáveis e que viviam no exterior.

Ainda em fevereiro, criou-se o Comitê Brasileiro pela Anistia. Para o presidente Geisel, não haveria nenhum problema para o retorno dos exilados – excetuando, para ele, os 128 banidos –, desde que cumprissem as penas – os já condenados – ou respondessem aos processos que corriam na Justiça. A questão estava vinculada também à visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil e ao antagonismo entre os governos americano e brasileiro sobre a questão dos direitos humanos.

Em 8 de abril foi oficializada a chapa Figueiredo- Aureliano. Magalhães Pinto não participou da convenção, mas ainda se mantinha no jogo. Pouco antes, em mais um aniversário da “revolução”, Geisel dissertou sobre o que chamou de liberalismo ultrapassado e disse que a democracia plena não passava de uma utopia – leitura um pouco mais sofisticada do conceito de “democracia relativa”, criado pelo presidente.

A 12 de maio, depois de nove anos, 2 mil metalúrgicos da fábrica Scania, em Diadema, entraram em greve. Logo a greve se espalhou, a começar pela Ford. O Ministério do Trabalho decretou a ilegalidade das greves. De nada adiantou. O movimento chegou a São Paulo duas semanas depois, com a greve na Toshiba.

As greves foram vitoriosas e os acordos obtidos, vantajosos para os trabalhadores. O reaparecimento do movimento sindical – e as greves que começaram a se espalhar por todo o país – colocou outro ator na luta política: o trabalhador.

Ainda em maio, o MDB intensificou as consultas para lançar como seu candidato à presidência o general Euler. A alternativa de uma aliança com Magalhães Pinto acabou descartada. O partido acabou formando a chapa com o general Euler, tendo na vice-presidência o senador Paulo Brossard.

O programa de Euler era avançado: defendia a revogação da legislação de exceção, o retorno à Constituição de 1967 e a convocação, dentro de dois anos, de uma Assembleia Constituinte; a anistia ampla e irrestrita; a redução do mandato presidencial para quatro anos; eleições diretas para a presidência e para os governos estaduais em 1982; direito de greve e liberdade sindical.<sup>[180](#)</sup>

Geisel intensificou as negociações para completar o seu projeto de distensão. Para ele, era essencial aprovar um conjunto de reformas que tivesse a extinção do AI -5 como a joia da coroa. Mas considerava necessário substituir a legislação de exceção por eficazes mecanismos de defesa do Estado, segundo a sua ótica.

A 8 de junho acabou a censura prévia à imprensa escrita. Mas foi mantida a censura, sem fins políticos, ao rádio e à televisão para, segundo o general Rubem Ludwig, preservar os valores da família brasileira.

Em São Paulo, surpreendentemente, na convenção da Arena, Paulo

Maluf venceu Laudo Natel, caso único no país. Em todos os estados, as convenções simplesmente homologaram os indicados pelo Palácio do Planalto. Apesar dos recursos impetrados por Natel, a Justiça Eleitoral acabou confirmando a vitória de Maluf.

A Arena indicou o senador Sarney como relator da Comissão Mista do Congresso, que examinou o projeto de reforma política de Geisel. Era um homem de absoluta confiança do regime. Foram recusadas as propostas do MDB.

Com o reinício dos trabalhos legislativos, em agosto, a temperatura política subiu. E muito. O governo jogava em duas frentes. Em uma delas, fazia de tudo para aprovar o seu projeto de reformas – entre as quais a extinção do AI -5 e o restabelecimento das imunidades parlamentares e judiciais –, em outra, procurava garantir a eleição de Figueiredo.

Dentro das Forças Armadas, especialmente no Exército, havia dissidentes apoiando abertamente a candidatura do MDB. O general Abreu acabou sendo detido, disciplinarmente, por vinte dias. Criticou o governo numa carta aberta. Na prisão, recebeu a visita do general Euler.

Em 15 de outubro – com a ausência do MDB –, o Congresso Nacional aprovou o pacote de reformas do governo. Dois dias depois, o Colégio Eleitoral, como seria de se esperar, elegeu Figueiredo como novo presidente. Ele recebeu 355 votos contra 226, dados a Euler. No MDB, houve cinco abstenções e, na Arena, três ( Magalhães Pinto, Teotônio Vilela e Aciolly Filho).

O governo continuou na ofensiva. Em novembro, nas eleições, a Arena elegeu mais representantes para o Congresso do que o MDB. Foi favorecida pelo Pacote de Abril e pela nova fórmula de cálculo do número de deputados por estado.

Também recebeu de bandeja os senadores biônicos, eleitos pelos colégios estaduais, dominados pelos arenistas, excetuando-se o do Rio de Janeiro. Mas, no total de votos dos senadores eleitos diretamente, o MDB venceu a Arena: foram 17,4 milhões contra 13,1 milhões. Para a Câmara, a Arena obteve, no total, uma pequena vantagem: 15 milhões a 14,8 milhões.<sup>181</sup> Também fez maioria em várias Assembleias Legislativas e ganhou nas maiores cidades.

Figueiredo, como presidente eleito, deu diversas declarações em defesa da democracia. Usou até seu pai – o general Euclydes Figueiredo –, que tinha tido importante participação na Revolução Constitucionalista de 1932, como exemplo do seu compromisso com os ideais de liberdade. Enterrou o figurino de chefe do SNI e se transformou no presidente João.

A promulgação da Emenda Constitucional no 11, a 13 de outubro, foi o último grande passo de Geisel para legar ao seu sucessor um regime muito distinto daquele que recebeu em 1974.<sup>182</sup> Incorporou à Constituição as “salvaguardas de Estado”, com as medidas de emergência, o estado de sítio e o estado de emergência e restabeleceu a imunidade parlamentar.

Extinguiu a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento. Garantiu

também, pelo artigo 184, a aposentadoria – chamada de “subsídio mensal e vitalício” – com vencimentos iguais aos dos ministros do STF para o presidente da República. Foram revogados os atos institucionais e complementares. E, finalmente, o artigo 4.º determinava que a emenda entraria em vigência no dia 1.º de janeiro de 1979.

A 29 de dezembro, o governo revogou o banimento dos 126 brasileiros nessa condição. Para Ernesto Geisel, o ano de 1978 tinha encerrado o ciclo autoritário.

Mas se na política o governo tinha obtido diversos êxitos, o mesmo não se aplicava à economia. O crescimento do PIB mantinha-se no nível do ano anterior: 5%, pouco acima da média mundial (4,1%). A inflação teve um crescimento de dois pontos (40,8%), nível muito alto, parecendo que, apesar de todos os esforços governamentais, dificilmente voltaria a um patamar aceitável.

As importações voltaram a crescer acima das exportações, gerando um déficit da balança comercial de US\$ 1 bilhão. E não parava de aumentar o serviço da dívida externa, em grande parte devido à disparada das taxas de juros internacionais, que consumiam metade do valor das exportações.

O total da dívida externa bruta saltou para US\$ 52 bilhões, um aumento de 40%. Se em 1974 o total da dívida (US\$ 20 bilhões) correspondia a 150% das exportações; em 1978 passou a corresponder a 350%. E nada indicava que poderia diminuir.

Geisel estava passando para o seu sucessor um país com sérios problemas econômicos. Em 1973, a taxa de crescimento do PIB fora de 14%, já em 1978 – último ano do seu governo – tinha caído para 5%. A taxa de inflação saltou quase 100% em relação a 1973. Quando ele assumiu o governo, a balança comercial estava equilibrada; quatro anos depois, tinha um déficit de US\$ 1 bilhão.

A dívida externa estava em US\$ 15 bilhões, e mais que triplicou em apenas cinco anos, chegando a US\$ 52 bilhões. Se é verdade que as reservas internacionais cresceram no mesmo período, por outro lado o que se observa é que a dívida externa líquida aumentou muito mais, passando de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 40 bilhões.

A relação entre a dívida externa líquida e a exportação de bens tinha saltado de 1,36, em 1973, para 3,18, em 1978. Se é possível falar em herança maldita em economia, é inegável que João Baptista Figueiredo herdou de Ernesto Geisel um país com sérios problemas estruturais, e em uma conjuntura econômica internacional extremamente complexa.



O ano começou com novos ares. Em 1º de janeiro, chegou a São Paulo o ex-deputado Davi Lerer, do MDB. Foi o primeiro exilado a voltar ao Brasil após a extinção do AI -5. O Itamaraty tinha sido orientado a conceder passaportes a todos os exilados, inclusive aos banidos.

Ainda na fase de organização do ministério e de seus líderes no Congresso, Figueiredo indicou José Sarney como presidente da Arena. E insistiu que no seu governo o Brasil seria uma democracia. Manteve no seu ministério alguns integrantes do governo Geisel, como Mário Henrique Simonsen e Golbery do Couto e Silva. Trouxe Delfim Netto para o Ministério da Agricultura – que seria a prioridade do seu governo – e designou Petrônio Portella para o Ministério da Justiça.

A 21 de janeiro, o senador Dinarte Mariz concluiu a primeira versão do projeto de anistia que o governo estava patrocinando. Nele não estavam incluídos aqueles que teriam cometido os chamados crimes de sangue – em que ocorreram mortes.

Em 2 de fevereiro, como uma metáfora dos novos tempos, morreu no Rio de Janeiro o ex-ministro da Justiça Gama e Silva, principal redator do AI -5.

A 11 de fevereiro, mais um sinal de mudança: no jogo Santos *versus* Corinthians, no Morumbi, foi exibida nas arquibancadas, e transmitida pela televisão, uma enorme faixa com os dizeres: anistia ampla, geral e irrestrita.

Ernesto Geisel ia dando adeus ao governo. No campo político, fez o que prometeu. A economia não ia bem – para os padrões do “milagre brasileiro”. Tanto que o ministro Simonsen declarou que o governo voltaria a ser popular em... 1980.

Na antevéspera da posse de Figueiredo, 180 mil metalúrgicos entraram em greve no ABC. O Brasil não era mais o mesmo. A ditadura tinha acabado. Mas a democracia plena ainda não havia nascido.

150 BONFIM, João Bosco Bezerra. *Op. cit.* pp. 325-327.

151 FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. pp. 105-107.

152 Em abril foi morto o último líder da guerrilha do Araguaia, Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão. Sua cabeça, decepada, ficou exposta na Base Militar de Xambioá.

153 Ver *Veja*, no 324, 20 nov. 1974.

154 “Em 1974, o Estado controlava 68,5% das ações na mineração, 72% na

siderúrgica, 96,4% na produção de petróleo e 38,8% na química e petroquímica. O Estado monopolizava o transporte ferroviário, o serviço de telecomunicações, a geração e distribuição de energia elétrica e nuclear, e outros serviços públicos” (KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil: do ‘milagre’ à ‘abertura’*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 129).

155 DROSDOFF, Daniel. *Op. cit.* p. 58.

156 GUTEMBERG, Luiz. *Op. cit.* p. 153. De acordo com Scartezini, o “fato é que Ulysses Guimarães atravessou incólume os cinco anos do governo imperial e orgulhoso de Ernesto Geisel. E passou o resto da vida a se divertir com a reação do general ao ser comparado a Idi Amin, nos termos da versão que lhe passou o deputado governista Célio Borja, do Rio: ‘O Célio Borja me contou a reação dele. Segundo o Célio, ele ficou meia hora olhando para o teto e, depois, xingou minha mãe’.” (SCARTEZINI, A. C. *Op. cit.* pp. 89-90).

157 BROSSARD, Paulo. *Op. cit.* p. 128. A censura aos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* tinha sido suspensa em janeiro de 1975. A censura prévia à revista *Veja* foi suspensa só no ano seguinte, em junho de 1976.

158 BROSSARD, Paulo. *Oposição*. Porto Alegre: L&PM, 1975. pp. 143, 151-152.

159 Em agosto tinha sido assassinado, no mesmo local, José Ferreira de Almeida, tenente reformado da PM, acusado de vinculações com o Partidão.

160 Estimou-se em 95 o número de presos políticos detidos na segunda quinzena de outubro.

161 GASPARI, Elio. *Op. cit.* pp. 169-177.

162 D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 288.

163 Ver GUIMARÃES, Hebe (org.). *Lysâneas Maciel*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. pp. 58-62.

164 D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.* p. 390.

165 BROSSARD, Paulo. *O ballet proibido*. Porto Alegre: L&PM, 1976. p. 33.

166 Dez dias antes da viagem de Geisel à Europa, morreu, no Rio de Janeiro, em um suposto acidente automobilístico, a estilista Zuzu Angel, mãe de Stuart Angel Jones, assassinado na Base Aérea do Galeão, em 1971. Zuzu desenvolvia intensa atividade de denúncia contra o aparelho repressivo do regime.

167 Entre 1977-1978, o senador Petrônio Portella, a pedido de Geisel, articulou diversos encontros com representantes da sociedade civil. Essa movimentação – de pouco resultado prático – ficou conhecida como o “ Missão Portella”.

168 CHAGAS, Carlos. *Op. cit.* p. 231.

169 D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.* p. 285.

170 A 17 de março, em discurso nas Nações Unidas, Carter afirmou que a proteção aos direitos humanos não tinha fronteiras e que nenhum país poderia reivindicar sua soberania nessa questão.

171 D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.* p. 350.

172 Ver, respectivamente, BROSSARD, Paulo. *É hora de mudar*. Porto Alegre: L&PM, 1977. p. 45; e GUTEMBERG, Luiz. *Op. cit.* p. 131.

173 Em 1975, na Universidade de São Paulo, na Escola de Comunicações e Artes, ocorreu uma longa greve contra a direção da ECA. Esse fato foi marcante para a retomada do movimento estudantil nos anos 1970.

174 Em meio à agitação política, passou quase que despercebida a morte de Carlos Lacerda, a 21 de maio.

175 FURTADO, Alencar. *Salgando a terra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. pp. 125-128.

176 Ver FROTA, Sylvio. *Op. cit.* pp. 545-550.

177 GASPARI, Elio. *Op. cit.* p. 495.

178 ABREU, Hugo. *O outro lado poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. pp. 157-159.

179 O Decreto no 1.542, de 14 de abril de 1977, reduziu o prazo de inelegibilidade para três meses. Foi feito sob medida para Figueiredo, possibilitando que recebesse a quarta estrela a tempo de se desincompatibilizar e sair candidato.

180 CHAGAS, Carlos. *Op. cit.* pp. 310-311.

181 GUTEMBERG, Luiz. *Op. cit.* pp. 172-174.

182 A emenda foi aprovada no Congresso por 241 votos favoráveis e 145 contrários.





Campinas (SP), 05/10/1984. Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (ao centro) desembarca no aeroporto Viracopos, em



## A despedida dos militares do poder

João Baptista Figueiredo fez um breve discurso ao tomar posse, a 15 de março de 1979, na presidência da República. Foram 1.523 palavras. Foi o presidente mais econômico em citações de “democracia” na cerimônia de posse: apenas duas vezes. E foi na sua presidência que, aos trancos e barrancos, o país encerrou o regime militar.

Após as saudações protocolares, usou doze vezes o verbo “reafirmar” como sinônimo do compromisso de cumprir promessa. Fez a devida vênia aos princípios democráticos de 1964. Mas a principal passagem do discurso foi a referência explícita à redemocratização: “É meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste país uma democracia” <sup>183</sup>

Figueiredo e seus propósitos democráticos logo iriam ser testados. E o foco inicial foi a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que concentrou as atenções políticas. O movimento se espalhou pelo interior paulista, chegando a Campinas, Jundiaí e São José dos Campos.

O presidente declarou que o aumento exigido pelos trabalhadores afetava a política anti-inflacionária que ele estava adotando e que só beneficiava um pequeno grupo de trabalhadores, sendo, no seu entender, “elitista”. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, foi mais direto. Deu um ultimato aos grevistas, exigindo o fim da greve e ameaçando intervir nos sindicatos e destituir as diretorias. E cumpriu a ameaça: a 23 de março foi decretada a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e a presidência e suas diretorias foram destituídas. Assumiram interventores designados pelo Ministério do Trabalho.

Mas a greve continuou – mesmo após uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho ter declarado a sua ilegalidade –, com a ocupação dos sindicatos. Foi decisivo o apoio da Igreja Católica e da sociedade civil paulista, o que permitiu à direção sindical continuar a comandar o movimento.

No dia 1.º de maio foi realizado um ato público de apoio aos grevistas no



Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, com a presença de 100 mil pessoas. Pouco antes, uma missa campal, no Paço Municipal da cidade, tinha contado com a presença de milhares de operários. O poeta Vinicius de Moraes lá esteve e leu o seu poema “Operário em construção”.

A 13 de maio, dois meses após o seu início, a greve se encerrou. Dois dias depois, foi suspensa a intervenção, e em 18 de maio a diretoria reassumiu a direção do sindicato. Mesmo tendo obtido como resultado ganhos econômicos inferiores aos dos metalúrgicos de São Paulo, a greve de São Bernardo do Campo consolidou a liderança de Luís Inácio Lula da Silva como o mais expressivo líder sindical da nova geração.

O tema da anistia assumiu o protagonismo político. Petrônio Portella, ministro da Justiça, foi encarregado de elaborar um projeto de anistia. A promessa de abertura política do novo governo tinha de passar necessariamente por esse tema. Foi o seu primeiro grande desafio, pois não seria possível imaginar uma transição para a democracia enquanto houvesse milhares de cassados, exilados, presos de consciência e banidos excluídos da vida política.

Os tempos eram outros. Os ventos da liberalização se faziam evidentes. O deputado Chico Pinto – que tinha sido preso em 1974 por criticar, da tribuna da Câmara, o comparecimento do general Augusto Pinochet à posse de Ernesto Geisel – foi alvo de uma ação judicial de Delfim Netto. O deputado acusou o ministro de favorecer diversas empresas quando fora embaixador do Brasil na França. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara negou o pedido de licença do ministro para processar o deputado. Não houve nenhuma reação governamental à decisão soberana da Câmara.

Para reafirmar a “primavera política”, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Samuel Alves Correia, a 30 de março, duas semanas após a posse de Figueiredo, declarou que os militares saberiam enfrentar com “sabedoria e bom senso” as medidas advindas da abertura política.

Em meio ao clima de liberalização, em 1.º de maio morreu afogado em Ilhabela, litoral paulista, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, símbolo maior da barbárie repressiva civil do regime. Foi uma morte providencial. Fleury era um arquivo vivo – e incômodo.

Fleury estava com 46 anos. À época era diretor-geral do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). O delegado caiu no mar ao passar de uma embarcação para outra no píer de Ilhabela. Passava da meia-noite. Segundo testemunhas, havia bebido em excesso. O corpo não passou por necropsia. A justificativa para isso foi de que a Santa Casa da cidade não tinha legista. Ao velório compareceram 10 mil pessoas.

A morte do célebre torturador coincidiu com um ato público em São Bernardo do Campo. Os oradores não perderam a oportunidade de festejar a notícia. Um deles, o deputado Aurélio Peres, disse: “Estamos aqui também para festejar a morte do maior torturador do país”.

Além disso, como sinal da abertura, realizou-se em maio o congresso da UNE, em Salvador. Não houve repressão, o que não ocorria desde 1964. O governo já tinha revogado a legislação repressiva que atingia o movimento

estudantil, como os decretos 228 e 477, e os artigos 38 e 39 da Lei 5.540.

Entre os políticos exilados, Leonel Brizola foi o mais ativo. Depois de permanecer treze anos no Uruguai, acabou sendo obrigado a deixar o país. Em 1979, estava na Europa. Em Lisboa, organizou um encontro dos trabalhadores. Reuniu fundamentalmente antigos militantes do PTB. Buscou modernizar o discurso. Falou em socialismo com democracia e procurou apoio da Internacional Socialista.

Brizola era, para os militares, o grande adversário. Eles tinham verdadeiro horror do ex-governador do Rio Grande do Sul. A imprensa divulgara que, no encontro, Brizola teria atacado as Forças Armadas: “Os militares não representarão uma grande preocupação porque a organização popular, através de um partido prestigioso e forte, vai discipliná-los”.

Antes de Brizola esclarecer que não tinha feito tal afirmativa, o ministro do Exército, Walter Pires, divulgou uma dura nota: “Falece autoridade para ditar normas disciplinares a nossas instituições militares a um evadido de 1964”.

Figueiredo construiu, desde a sua indicação, a figura do “presidente João”. Despachado, bonachão, recheando suas entrevistas com frases cortantes – uma das mais famosas foi sobre a abertura democrática: “Se alguém for contra, eu prendo e arrebento”. Insistiu que o ar carrancudo era coisa do passado, que fora necessário devido às suas atribuições de chefe do SNI e do Gabinete Militar.

Em longa entrevista à revista *Veja*,<sup>[184](#)</sup> Figueiredo reconheceu a gravidade da situação econômica:

Seria inverdade, da minha parte, dizer o contrário. Um país que vai gastar em um ano 7,5 bilhões de dólares para comprar petróleo e 8,5 bilhões de dólares para pagamento de sua dívida externa, entre juros, amortização etc., totalizando 16 bilhões de dólares, e que não conseguiu exportar 14 bilhões de dólares, não está em situação agradável. Ainda mais com a possibilidade de um novo aumento dos preços do petróleo daqui a três meses.

Em agosto, o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, pediu demissão. Era o homem forte da área econômica. Tentou frear os gastos públicos, reequilibrar as contas governamentais, desaquecer a economia e combater a inflação. Era muita coisa para um só ministro realizar. Especialmente quando o presidente da República não entendia de economia e, no ministério, havia um ministro da Agricultura, Delfim Netto, ansioso para ocupar espaço no núcleo duro do governo.

Delfim Netto acabou sendo nomeado para o Ministério do Planejamento e aproveitou para indicar um de seus homens de confiança, Ernane Galvêas, para a presidência do Banco Central. O novo ministro esbanjava otimismo. Seus epígonos propalaram aos quatro ventos que um novo milagre econômico estava à vista. Rapidamente ele ocupou os principais postos da área econômica e isolou o ministro da Fazenda, Karlos Heinz Rischbieter.

O otimismo verbal voltou ao cenário econômico. E Delfim encontrou apoiadores até na oposição. O discurso desenvolvimentista e de ampliação dos gastos do governo agradou a todos. Mas a situação econômica que Delfim encontrou em 1979 era muito diferente daquela de 1967.

Desde o final do primeiro semestre, as atenções do Congresso Nacional estavam voltadas para o projeto de anistia enviado pelo governo. Estavam excluídos do perdão cerca de duzentos brasileiros que tinham sido condenados por atos terroristas. O tema era controverso.

Em Roma, a 30 de junho, três dias após o projeto oficial chegar ao Parlamento, terminou a Conferência Internacional pela Anistia no Brasil, aprovando uma moção pela anistia ampla, geral e irrestrita. Duas semanas depois, presos políticos no Rio de Janeiro iniciaram uma greve de fome. Queriam uma anistia irrestrita. Não aceitavam a fórmula restrita defendida pelo governo, que excluía o que chamava de “crimes de sangue”.

A Comissão Mista que examinou o projeto criou quatro subcomissões e visitou presos em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Vários atos públicos foram realizados em todo o país.

Estabeleceu-se o dia 22 de agosto para a votação do projeto. Quatro dias antes, Theodomiro Romeiro dos Santos, preso em Salvador – que fora originalmente condenado à pena de morte e cuja sentença havia sido comutada para prisão perpétua – tinha fugido da Penitenciária Lemos de Brito.

O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional. A emenda do deputado arenista Djalma Marinho, tornando-a ampla, geral e irrestrita, acabou sendo derrotada por apenas 5 votos (206 a 201, tendo obtido 15 votos de parlamentares da Arena). Em 28 de agosto, o presidente Figueiredo sancionou a Lei 6.683, que concedia a 48a anistia da nossa história. Algumas dezenas de casos – entre os cerca de 5 mil beneficiados – ficaram pendentes, mas acabaram solucionados nos meses seguintes.

O Decreto no 84.143 regulamentou a Lei no 6.683, aprovada pelo Congresso:

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 13 da Lei no 6.683 de 28 de agosto de 1979, DECRETA:

#### I – DA ANISTIA E DOS ANISTIADOS

Art. 1o – É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes

políticos ou conexos com estes, crimes, eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração direta e indireta, de Fundação vinculada ao Poder Público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1o – Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2o – Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Art. 2o – É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 3o – São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Art. 4o – Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1o, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Uma questão espinhosa foi a reintegração dos atingidos pelos atos de exceção. Só entre militares foram 1.261. Professores foram 160, dos quais 22 da Universidade de São Paulo. Outra dizia respeito aos mortos e desaparecidos.

Em seguida, os presos foram sendo libertados – eram 53, espalhados em prisões de seis estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco –, e os milhares de exilados começaram a regressar ao país. O retorno mais aguardado era de Leonel Brizola, que, do exterior, estava articulando a formação de um novo partido. Em algumas semanas regressaram as principais lideranças exiladas, entre as quais Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes.

Logo afloraram as divergências políticas entre os recém-chegados e os que aqui permaneceram lutando pela democracia. O primeiro entrevero foi

entre Prestes e a direção do PCB. Isolado no interior do partido, o “ Cavaleiro da Esperança” acabou, meses depois, abandonando o Partidão.

Com a disparada da inflação e o clima de liberdade, abriu-se espaço para o movimento sindical. E as greves começaram a pipocar por todo o país. Somente nos primeiros sete meses de governo, ocorreram três vezes mais greves – 203 – do que em todo o governo Goulart (66).

O governo usou do arsenal jurídico que vinha desde a época do Estado Novo, e interveio em diversos sindicatos, destituindo dezenas de diretorias. Mas a onda da liberdade sindical e das reivindicações represadas durante tanto tempo acabou se sobrepondo ao autoritarismo estatal.

A 30 de outubro, começou a greve dos metalúrgicos de São Paulo, o maior sindicato do Brasil. A liderança foi do controvertido líder sindical Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, que dirigia a entidade desde 1965. Em inúmeras fábricas a greve só ocorreu pela ação dos piquetes. Em uma delas, na zona sul paulistana, houve um entrevero com a Polícia Militar, que reprimiu um piquete. No choque, acabou morrendo, atingido por um tiro disparado da arma de um soldado, o operário Santo Dias da Silva.

Em 6 de novembro, Figueiredo viajou à Venezuela. Era sua primeira viagem presidencial internacional. Aureliano Chaves assumiu temporariamente a presidência da República. Isso foi considerado um feito histórico. Afinal, tal fato não ocorria desde 1964.

A 30 de novembro aprovou-se a reforma política, pela Lei no 6.767, que recebeu a sanção presidencial em 20 de dezembro. Estava aberto o caminho para a reorganização partidária e o fim do bipartidarismo, imposto em 1965.

O governo procurava manter intato o bloco arenista e dividir o MDB, imaginando que, no fracionamento do partido, pudesse surgir uma oposição confiável. Pretendia isolar os oposicionistas mais radicais em um ou dois partidos. Mas desejava também evitar partidos nanicos. Daí, o artigo 16:

Não terá direito à representação no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas o partido que não obtiver o apoio, expresso em voto, de 5% (cinco por cento) do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuídos em pelo menos 9 (nove) estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.

O primeiro partido que saiu das “costelas” do antigo MDB foi o Partido Popular (PP). A denominação escolhida inicialmente era Partido Democrático Brasileiro, porém seus dirigentes optaram por PP. O partido tinha como principais lideranças dois experientes políticos mineiros: Tancredo

Neves e Magalhães Pinto.

A oposição continuava o processo de rearticulação. O PP conseguiu arregimentar parlamentares do MDB e da Arena. Era forte em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, graças à adesão de Chagas Freitas. O MDB vivia uma luta interna entre aqueles que queriam manter o partido unido – e eram liderados por Ulysses Guimarães – e outros que desejavam criar agremiações de viés trabalhista e socialista.

O governo também iniciou a organização do seu partido. E conseguiu aliados no MDB graças ao governador de São Paulo, Paulo Maluf, que obteve a adesão de vários deputados oposicionistas à legenda governista utilizando-se dos seus conhecidos métodos antirrepublicanos.

Na reacomodação das forças políticas, o presidente Figueiredo buscou durante todo o ano ocupar o espaço popular. Por meio de Said Farhat, secretário de Comunicação Social, construía a figura do “presidente João”. Entremeava as entrevistas com ditos populares, buscava o corpo a corpo nos contatos populares. Era polêmico. Falava o que imaginava que o povo gostaria de ouvir.

Tudo ia bem até ele chegar a Florianópolis, no início de dezembro. Ficou irritado com as vaias e xingamentos de alguns manifestantes, próximo ao Palácio do Governo local, onde assinava alguns convênios. Ao sair do prédio em direção a um bar vizinho, onde tomaria café, resolveu partir para a luta corporal contra os manifestantes. Ocorreram cenas de pugilato entre seus acompanhantes, os seguranças do presidente e os manifestantes. Foi um vexame. A partir de então, Figueiredo enterrou o figurino de “presidente João”. E o formalismo retornou às viagens presidenciais.

Com a abertura, a cultura foi paulatinamente se livrando das amarras da censura – que ainda existia, mas em escala muito reduzida. A ditadura – os anos 1968-1978, período da vigência do AI-5 – se transformou em tema preferencial na música, teatro, cinema e literatura.

Surgiu, pela primeira vez na nossa história, a temática do exilado. Livros de ex-militantes da luta armada tornaram-se sucessos editoriais. O ar de liberdade permitiu até que se ironizassem os agentes da repressão. Millôr Fernandes, entre suas frases geniais, abrisse o romano Terêncio: “E como dizia o torturador: nada que é desumano me é estranho” [185](#)

Mas a situação econômica era o grande desafio para o regime. Crescia a insatisfação popular. Os preços não paravam de subir. Só em dezembro, a gasolina foi reajustada em 58%. Na mesma semana, a tarifa da energia elétrica subiu 55%. A passagem de ônibus em São Paulo também foi reajustada em 30%. Houve quebra-quebra nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro e de São Paulo após o aumento das tarifas em 50%.

A economia acabou tendo um ano ruim, mesmo com a boa taxa de crescimento do PIB: 6,8%, quando a média mundial havia sido de 4,1%. A taxa de inflação quase dobrou em relação ao ano anterior: 77%. A balança comercial fechou com um déficit de US\$ 2,8 bilhões. A dívida externa cresceu quase US\$ 3 bilhões e as reservas internacionais caíram para US\$ 9,6

bilhões.

As medidas governamentais se concentravam no incentivo à produção de bens de capital e artigos de consumo básico, na expectativa de reduzir a dependência das importações.

O governo efetuou, em dezembro, uma maxidesvalorização de 30% do cruzeiro, a moeda da época. Muitos empresários teriam sido beneficiados, por terem tomado conhecimento da medida antes da sua divulgação. Algumas semanas depois, foi apresentado um plano de desvalorização do cruzeiro a longo prazo (45%).

Apesar dos pesares, o ano fechou com um país melhor, especialmente no setor político. O avanço no campo das liberdades foi imenso: o fim do bipartidarismo, a anistia, o retorno dos banidos e exilados, a eclosão de greves (foram 224, contra 176 em 1978); enfim, um quadro de liberdades que o país não vivenciava havia mais de uma década.

## 1980

O ano de 1980 começou mal para o governo. Seu principal articulador político, o ministro da Justiça Petrônio Portella, acabou falecendo após sofrer um enfarte em Santa Catarina. Foi substituído por um anódino deputado, o mineiro Ibrahim Abi-Ackel. Portella, desde o governo Geisel, tinha sido uma das principais lideranças civis do regime, hábil negociador, e era considerado um dos candidatos à sucessão de Figueiredo.

O mundo político ficou em polvorosa com a organização dos novos partidos. A 31 de janeiro foi criado formalmente o Partido Democrático Social (PDS). Ele manteve a maior parte da Arena e conseguiu algumas adesões no antigo MDB. O PMDB, novo “partido” com o acréscimo dessa palavra à velha sigla, manteve-se forte e conseguiu superar a crise de reorganização do ano anterior. O fracasso na criação de um Partido Socialista nos moldes da social- democracia europeia acabou fortalecendo o PMDB.

A divergência maior estava nos defensores da reorganização do PTB. A disputa dentro do trabalhismo foi intensa entre os grupos liderados por Ivete Vargas e Leonel Brizola. Ambos acabaram solicitando o registro do partido no mesmo dia. E as diferenças foram se intensificando entre as duas lideranças. Tudo ficou para ser solucionado pelo TSE.

À esquerda, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), uma união entre sindicalistas da nova geração, militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), remanescentes dos grupos de luta armada, intelectuais, estudantes e agrupamentos de origem trotskista. O PT destacou-se pela defesa de um programa socialista e por uma organização interna que priorizava a participação dos filiados nos órgãos decisórios.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), tendo em vista os obstáculos intransponíveis colocados pelo governo para a sua legalização, optaram por permanecer no PMDB, aguardando uma mudança na conjuntura.

No combate político, o governo resolveu alterar a legislação eleitoral facilitando o caminho para o PDS na eleição de 1982. Mas não perdeu de vista o essencial: manter o controle do Colégio Eleitoral, que se reuniria em janeiro de 1985 e escolheria o novo presidente da República.

Em 1.º de abril, 300 mil metalúrgicos do ABC e de mais dez cidades do interior paulista entraram em greve por tempo indeterminado. O governo iniciou uma ofensiva, atrelando ao índice da inflação o aumento dos salários. Divulgou que iria estabelecer uma nova política salarial para conter esse aumento.

O ministro da Justiça declarou que a crise econômica não influenciaria negativamente a abertura política, e que caberia ao empresariado negociar com os trabalhadores sob novas formas.

Mas o próprio governo não cumpria o que prometia. A 17 de abril interveio nos sindicatos do ABC e afastou 42 dirigentes. E mais: prendeu e enquadrou na Lei de Segurança Nacional Lula e mais dez dirigentes sindicais. A greve, mesmo assim, continuou.

Com os sindicatos sob intervenção e seus líderes presos, o que restou das lideranças sindicais passou a se reunir nos templos da Igreja Católica, especialmente em São Bernardo do Campo. O apoio do bispo dom Cláudio Hummes foi decisivo, colocando as instalações da Igreja à disposição dos grevistas.

O presidente Figueiredo acusou o cardeal dom Paulo Evaristo Arns de incitar os grevistas. O Dops chegou a encaminhar à Auditoria Militar um pedido de indiciamento de dom Cláudio, acusando-o também de incitar o movimento grevista. A 2 de maio, o Superior Tribunal Militar negou pedido de *habeas corpus* para os sindicalistas presos.

Concomitantemente ao movimento grevista, os novos partidos políticos foram se estruturando. O *affaire* PTB foi resolvido com a entrega da sigla, por decisão do TSE, para o grupo de Ivete Vargas. Surgiram acusações de que o governo estaria, nos bastidores, isolando Brizola – velho adversário dos militares, desde o período pré-64. Segundo essa versão, o temor era de que ele agitasse novamente o fantasma varguista. Restou a Brizola organizar um novo partido, o Democrático Trabalhista (PDT).

O agitado clima político estava transformando o país. Havia otimismo em relação ao processo de abertura, mas também temor. A todo momento, o governo invocava a Lei de Segurança Nacional como instrumento de contenção das reivindicações democráticas.

Em 27 de junho, Figueiredo disse que a democracia não tolerava a anarquia. E que havia jurado restabelecer a democracia, daí a necessidade de combater a anarquia. Declaração confusa, mas que demonstrava como o governo tinha dificuldade de conviver com os novos tempos, considerando os limites que ele próprio havia criado para a abertura democrática.



A 30 de junho, o papa João Paulo II chegou a Brasília. Foi a sua primeira visita ao Brasil. Arrastou milhares de fiéis às missas campais. Em São Paulo, foi recebido no Estádio do Morumbi. Ali, o operário Valdemar Rossi, conhecido líder católico e militante sindical, fez um duro discurso para o papa, relatando a situação dos trabalhadores brasileiros.

Coincidindo com a visita papal, teve início uma série de atentados patrocinados por grupos de extrema direita. Em 2 de julho, o jurista Dalmo Dallari, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, foi sequestrado e esfaqueado.

Nas semanas seguintes, vários atentados foram realizados contra advogados que tinham se destacado na defesa de presos políticos e que exerciam mandatos parlamentares. Em nenhum deles a polícia avançou nas investigações, e nada foi efetivamente apurado.

Ainda no mês de julho, começaram os ataques às bancas de jornal que vendiam publicações da imprensa independente. Os atentados ocorreram em várias cidades do país. Muitas bancas foram incendiadas.

Em 27 de agosto, uma bomba explodiu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. Bombas foram enviadas a um vereador carioca e à sede do jornal *Tribuna da Luta Operária*, vinculado ao PC do B.

A difícil situação econômica – pesquisa do Ibope indicava que as duas maiores preocupações dos brasileiros eram com a inflação e o custo de vida – e os atentados aumentaram a temperatura política. O governo tinha enviado um projeto ao Congresso adiando a eleição municipal, que deveria ocorrer em novembro.

Dessa forma, foram estendidos em dois anos os mandatos de prefeitos e vereadores. O objetivo era fazer coincidir as eleições gerais com as municipais, em 1982. O Congresso, em 4 de setembro, acabou aprovando o projeto, mas sem a participação do MDB – só um parlamentar compareceu e votou a favor do projeto do governo.

O país estava numa encruzilhada. Tinha deixado de ser uma ditadura desde 1º de janeiro, mas ainda não era uma democracia. Havia uma enorme dificuldade, especialmente daqueles acostumados com os poderes arbitrários da ditadura, de conviver em outro ambiente político, muito mais arejado.

A legislação autoritária continuava em vigência. E foi usada. O deputado pernambucano Severino Cavalcanti – que um quarto de século depois chegaria à presidência da Câmara dos Deputados – defendeu a expulsão do padre italiano Vito Miracapillo do país, acusando-o de subversivo.

O padre se recusara a celebrar uma missa no dia 7 de setembro, a pedido dos usineiros da região da sua paróquia. O governo acabou ordenando a expulsão do padre. Miracapillo recorreu ao STF. Não obteve êxito: a ordem de expulsão foi mantida por unanimidade.

Aumentou então a tensão Estado-Igreja. Enquanto o núncio apostólico declarava que não havia nenhuma crise com o governo, o secretário-geral da CNBB afirmava que a crise existia e poderia ficar mais perigosa se a ameaça de expulsão do Brasil do bispo espanhol dom Pedro Casaldáliga fosse

cumprida.

Ainda em novembro, deu-se um importante passo rumo à democracia: foram restabelecidas as eleições diretas para os governos estaduais a partir de 1982. A eleição indireta de um terço do Senado foi abolida.

Pouco antes, em outubro, numa clara demonstração do ir e vir da política de abertura, havia sido libertado em Fortaleza o último preso político. Dois meses depois, numa clara demonstração de independência da Justiça, a União foi responsabilizada pela morte do operário Manuel Fiel Filho, ocorrida em 1976 nas dependências do DOI-Codi, do II Exército, em São Paulo.

A política de crescer a qualquer preço redundou numa taxa positiva de crescimento do PIB de 9,2% – o que chama a atenção é que a média mundial foi sensivelmente inferior: 2,1%. A inflação chegou a 110%, três vezes superior à de 1978. Apesar de um significativo aumento das exportações – de US\$ 15,2 bilhões para US\$ 20 bilhões –, as importações saltaram US\$ 3 bilhões, alcançando US\$ 22,9 bilhões.

A dívida externa chegou a US\$ 64,2 bilhões, o dobro do valor de 1976, e as reservas internacionais caíram para US\$ 6,9 bilhões – quase US\$ 3 bilhões a menos que no ano anterior.

Se houve claros avanços democráticos – como o restabelecimento das eleições diretas para os governos estaduais –, havia no ar um clima de pessimismo devido aos sérios problemas econômicos e aos impasses gerados pelos movimentos grevistas. Segundo pesquisa do Instituto Gallup, quase 60% dos brasileiros consideravam que 1981 seria ainda pior que 1980.

## 1981-82

A simples passagem de ano em nada alterou a situação política do país. O ano de 1981 começou com pressões para que a abertura intensificasse seu ritmo e, do lado oposto, pela contrapressão dos setores identificados com os porões do regime.

A Igreja Católica demandou do governo a reforma do Estatuto do Estrangeiro que afetava parte de seus religiosos, mas que também atingia muitos estrangeiros, especialmente dos países do Cone Sul que viviam ilegalmente no Brasil.

A tensão Igreja-Estado continuou. Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda, declarou que a luta armada poderia ser utilizada para derrubar governos que oprimissem o povo. A despropositada afirmação foi dada em um momento justamente inverso: de ampliação das liberdades. E acabou servindo àqueles que exigiam do governo a paralisação da abertura.

Ainda em janeiro, a Justiça Militar enquadrou mais um padre na Lei de Segurança Nacional simplesmente por ter composto um hino em defesa do

padre Vito Miracapillo, que tinha sido expulso do país havia dois meses.

A questão do comunismo esteve presente novamente no debate. A influência do PCB na política era mínima, quase desprezível. Mas açular o espectro do comunismo era um artifício utilizado pela extrema direita governamental. Só isso poderia justificar a declaração de Figueiredo, em 3 de fevereiro, explicando por que não se considerava anticomunista:

[...] sou contra os comunistas porque não aceito o regime comunista. Mas isso não significa que eu não os aceite como seres humanos, como cidadãos, e que, por vezes, até defenda algumas ideias que os comunistas também defendem.

Era inevitável que, no processo de abertura, estivesse presente o tema dos presos políticos e das torturas. A anistia enfrentou a primeira questão. Mas a ação repressiva a cada dia se desnudava mais. Os livros e entrevistas de militantes relatando os horrores da tortura causaram grande impacto e colocaram as Forças Armadas contra a parede. A 10 de fevereiro, os ministros militares divulgaram nota oficial repudiando o que chamaram de “acusações revanchistas”.

Porém, o “revanchismo” era ironicamente outro. E continuou presente nos atentados à bomba na sede do jornal *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, e em uma gráfica de São Paulo. Mas o ápice desse processo foi o atentado ao pavilhão do Riocentro, no Rio de Janeiro, a 30 de abril. Lá estava sendo realizado um show comemorativo do Dia do Trabalho. Milhares de pessoas assistiam ao espetáculo.

Um grupo de extrema direita formado por militares organizou esse atentado. Várias bombas explodiriam durante o show com o objetivo de causar pânico entre os espectadores. Porém, o plano fracassou. Um dos carros envolvidos na ação terrorista, explodiu uma bomba. O veículo – um Puma – estava ocupado por um capitão e um sargento do Exército. A bomba explodiu no colo do sargento, que faleceu. O capitão ficou gravemente ferido, mas sobreviveu. Acabou inocentado. E, ainda pior, promovido.<sup>[186](#)</sup>

A questão do terrorismo de direita tomou conta da cena política. Debates no Congresso, pronunciamentos de líderes de entidades e de sindicatos, todos protestando e exigindo a apuração dos atentados. O governo prometeu que um inquérito militar iria apurar os fatos.

Figueiredo estava acuado. Era o seu primeiro teste de liderança. Tinha de demonstrar que efetivamente comandava as Forças Armadas. Duas semanas antes, o governador paulista Paulo Maluf havia declarado que sentia saudades do governo Médici, em que, de acordo com ele, o país teria vivido

momentos de “otimismo, progresso e tranquilidade social”.

Na primeira semana de maio, em diversos pronunciamentos no Senado, parlamentares de todos os partidos manifestaram apoio a Figueiredo no combate ao terrorismo. Ao receber o relato do líder do PDS naquela Casa sobre a reunião, Figueiredo, demonstrando forte descontrole emocional, começou a chorar. Mas nada fez. Manteve-se omissivo.

No decorrer do mês de maio, o governo e o Exército fizeram de tudo para tergiversar esse tema. No dia 10, o ministro da Casa Civil disse que não era possível apurar às pressas o atentado. Duas semanas depois, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, por meio de um informe reservado, acusou a imprensa de produzir noticiário desfavorável às Forças Armadas e citou o caso do Riocentro.

A 27 de maio, o comando do I Exército foi mais direto. Afirmou que a imprensa estava infiltrada de “elementos de esquerda” que estariam produzindo reportagens tendenciosas e difamatórias ao Exército. Dias depois, a Polícia Federal divulgou uma lista de personalidades consideradas comunistas. Entre elas, estavam o suplente de senador Fernando Henrique Cardoso, o cantor e compositor Chico Buarque e o deputado estadual Eduardo Suplicy. Eram manifestações absolutamente inadequadas ao novo momento político vivido pelo país.

Em 31 de junho, concluiu-se o Inquérito Policial Militar do Riocentro. O resultado foi pífio. Tudo teria sido uma armação de esquerdistas que teriam colocado as bombas no Puma dirigido pelo capitão. Tinham sido, portanto, os dois militares, segundo o inquérito, vítimas de armadilha “ardilosamente colocada no carro do capitão”.

Os protestos foram imediatos. A própria Auditoria do Exército apontou várias contradições no inquérito e o devolveu ao I Exército. Cinco dias depois, sem nenhuma alteração, o inquérito foi enviado à Auditoria Militar.

Figueiredo acabou se submetendo à vontade dos setores “duros” do regime. O governo rachou. Para a ala que veio do governo Geisel, aceitar as conclusões do inquérito era dar um passo atrás no processo de abertura. O ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, pediu demissão. Estava no cargo há sete anos e três meses.

Segundo Geisel, Golbery

[...] achava que Figueiredo tinha que mandar apurar direito o que tinha acontecido e punir os responsáveis, isto é, que ele tinha de enfrentar a área militar, ou a área radical que tinha atuado nesse episódio. O problema do Riocentro era um fato em si. Com a abertura deveria estar encerrado o problema da repressão. O Riocentro foi um recrudescimento, uma nova explosão reacionária contra a abertura. [187](#)

Para o lugar de Golbery, Figueiredo nomeou Leitão de Abreu, que havia ocupado o mesmo posto na presidência de Médici. O novo ministro afirmou que continuaria o processo de abertura.

Porém, deu-se no campo ministerial a segunda grande derrota de Figueiredo. A primeira fora produzida pelo destino, a morte de Petrônio Portella; mas a demissão de Golbery acabou sendo mais sentida: deixou o mandatário nos braços dos militares do seu círculo íntimo. E o governo ficou sem rumo.

O presidente acabou perdendo os principais operadores da abertura e a capacidade de articulação política. Leitão de Abreu era considerado um eficiente burocrata, nada mais que isso. Abi-Ackel era inexpressivo. Não era respeitado pelas lideranças oposicionistas, e tampouco por aquelas que dirigiam o PDS.

Se a crise política era evidente, a situação econômica era cada dia pior. Muitas empresas montadoras de automóveis, com os pátios cheios, deram férias antecipadas aos seus funcionários. Algumas iniciaram um programa de demissão.

A cada mês, os resultados do PIB eram piores. Desde o início do segundo trimestre, os sinais de grave recessão eram evidentes. O governo federal anunciou que não pagaria o 13.º salário dos funcionários públicos em 1981 e 1982. A razão? Falta de dinheiro. Somente nas duas primeiras semanas de agosto, a Fiesp informou que a indústria paulista havia demitido 16 mil trabalhadores.

Mesmo assim, o ministro Delfim Netto disse que estava preparando o orçamento da União para 1982, que previa uma obra federal em cada município. Era um otimista. E pior: sem nenhuma base real.

Com o aumento da taxa de desemprego, a disparada da inflação e a queda do salário real dos trabalhadores, os sindicatos buscaram uma organização nacional. Em agosto, a reunião da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) abriu caminho para a criação de uma central nacional. No evento, ficaram claras as divergências entre o chamado novo sindicalismo, as lideranças comunistas e os antigos dirigentes sindicais.

Se a situação política já era difícil, ficou ainda mais complexa a 18 de setembro. O presidente Figueiredo sofreu um enfarte. Veio novamente à tona a lembrança de agosto de 1969, quando da doença de Costa e Silva. E o vice também era um mineiro.

Os médicos recomendaram repouso absoluto ao presidente durante dois meses. Rapidamente se propalaram boatos. Mas, diversamente de 1969, dessa vez o vice-presidente assumiu.

Aureliano Chaves usou o breve período de interinidade para consolidar o seu nome como um provável sucessor de Figueiredo. Viajou pelo país, recebeu políticos oposicionistas e estabeleceu um intenso ritmo administrativo, que acabou contrastando com o relativo desinteresse de Figueiredo pela matéria.

Em 17 de outubro, Figueiredo viajou até Cleveland, nos Estados Unidos, para realizar exames médicos – descartou-se a necessidade de operação.

Mas, sinal dos tempos, tudo transcorreu em absoluta normalidade nos quase dois meses de licença.

A rearticulação partidária ainda não tinha consolidado os seis partidos. Divergências estaduais emperravam a sua organização. São Paulo era um caso emblemático. Jânio Quadros acabou se desligando do PTB em junho. Em setembro, quis entrar no PMDB. Encontrou forte oposição. Acabou sendo vetado. Três semanas depois, regressou ao PTB.

Em Minas Gerais, Tancredo Neves recebeu apoio de Magalhães Pinto. Ambos estavam no PP, mas eram adversários históricos, um proveniente do PSD e o outro, da UDN. Inclusive, em 1960, haviam disputado a eleição para o governo estadual, vencida por Magalhães Pinto.

Na luta entre o novo e o velho, mais uma vez o passado mostrou que estava presente. Em novembro, a Justiça Militar condenou Lula e mais dez líderes sindicais a penas de dois a três anos de prisão. Os condenados, réus primários, recorreram. Mesmo em liberdade, ficou presente a ameaça do possível cumprimento da pena.

Preocupado com o acirramento da crise econômica e de seus efeitos na eleição seguinte, o governo encaminhou ao Congresso um pacote eleitoral. A medida mais contestada pela oposição foi a vinculação de voto. O eleitor deveria votar – para vereador, prefeito (nas cidades onde eles eram eleitos, excetuando-se as capitais e as cidades consideradas áreas de segurança nacional), deputado estadual, governador, deputado federal e senador – nos candidatos de um mesmo partido.

O pacote inviabilizava os pequenos partidos, que ainda não estavam estruturados, ao menos nos principais municípios de cada estado. Além do que, amarrava a eleição municipal – que sempre tivera uma dinâmica própria – à eleição para o governo estadual. Favorecia explicitamente o PDS e, em segundo plano, o PMDB, que tinha herdado boa parte da estrutura do antigo MDB.

Em Minas Gerais, a vinculação de voto abria a possibilidade de uma divisão em três partes do eleitorado regional, entre PDS, PMDB e PP. Em outros estados, como São Paulo, onde a principal liderança do PP era Olavo Setúbal, o panorama era parecido. Mas a situação era considerada ainda mais difícil para o PP no Norte e Nordeste. Dessa forma, a maioria da direção dessa sigla optou por negociar com o PMDB a sua incorporação ao partido.

Ficou agendada para o início do ano uma convenção conjunta dos dois partidos para formalizar a incorporação. Foi um duro golpe para o governo, que jogava com a divisão da oposição, a qual, em tese, favoreceria o PDS.

Figueiredo ia se desinteressando da política. É possível que a razão principal tenha sido o seu estado de saúde, agravado pelos problemas no coração. O governo ficou entregue aos ministros da área econômica. Os rumos foram estabelecidos por Delfim. O desgoverno econômico ficou patente. O PIB deu o maior salto para trás em mais de meio século: cresceu negativamente 4,3% – a taxa média mundial foi positiva: 2,2%. O setor industrial encolheu 5,5%. A inflação teve uma leve queda, mas continuou muita alta: 95,2%, maior que a de 1964, que atingira 92,1%.

A balança comercial fechou superavitária: US\$ 1,2 bilhão. Porém, o balanço de transações correntes fechou com déficit de US\$ 11,7 bilhões. A dívida externa continuou subindo: US\$ 74 bilhões. Na composição das importações, a conta de combustíveis chegou a US\$ 11 bilhões, correspondendo à metade do total geral.

O Palácio do Planalto imaginou ter em Figueiredo um bom cabo eleitoral. A doença e a recuperação do presidente fizeram com que a sua popularidade, segundo pesquisa do Instituto Gallup, retornasse aos índices de 1979, quando assumira o governo.

Na Rede Globo, Figueiredo passou a estrelar o programa *O Povo e o Presidente*, em que apresentava as realizações governamentais e respondia às perguntas dos telespectadores.

Os partidos políticos iniciaram o processo de definição dos seus candidatos. O PP obteve do TSE a aprovação de incorporação ao PMDB. Como mais um sinal dos tempos, o governo pressionou os ministros para que vetassem a incorporação, que, de acordo com a liderança do PDS, prejudicaria seu partido. Mas a interpretação do tribunal baseou-se na legislação, que fornecia base legal à incorporação.

O presidente iniciou uma maratona pelo país. Deu inúmeras declarações políticas. Com seu estilo peculiar, disse, em fevereiro, que as eleições só não se realizariam se ele fosse deposto ou morto. Era, segundo ele, uma decisão sagrada e irreversível. Fazendo o papel de perseguido, criticou o que chamou de “maldades e ódio” da oposição contra as realizações do seu governo.

A economia era o calcanhar de Aquiles do governo. Retirar o país da recessão era a principal tarefa. Não era possível vencer as eleições de novembro com crescimento negativo do PIB. Pesquisas indicaram que a classe média teria perdido, somente em 1981, 15% do seu poder de compra.

Em março, entrou em funcionamento o reator da Usina Nuclear Angra 1, iniciando o processo de fissão nuclear. O governo paulista estava desenvolvendo estudos para construir, no litoral sul do estado – na região da Jureia, entre Peruibe e Iguape –, mais um complexo de usinas nucleares. E a possibilidade da construção de uma bomba atômica novamente ocupou espaço na imprensa.

Em São Paulo, a televisão transmitiu um debate – que não ocorria havia duas décadas – entre dois prováveis candidatos ao governo estadual, um da situação, Reinaldo de Barros, prefeito da capital, e outro da oposição, o senador Franco Montoro.

No Nordeste, o governo esperava vencer as eleições com certa facilidade. A região estava sendo afetada por uma grande seca, a pior do século XX. Como sempre, a ação governamental se iniciou com atraso. Milhões de sertanejos ficaram à procura da sobrevivência. A perversa estrutura coronelística esteve presente:

Durante a campanha foram denunciados casos de favorecimento no alistamento nas frentes de trabalho ou no transporte de água nos caminhões-pipas. Votar no PDS, segundo propagavam seus dirigentes, significava votar pela continuidade da ajuda federal, que seria interrompida caso vencesse um dos partidos oposicionistas, especialmente o maior deles, o PMDB.<sup>188</sup>

No Sudeste – especialmente no “triângulo de ferro” da política nacional, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, o governo teve de enfrentar um cenário complexo. Em São Paulo, estava desenhada uma polarização entre PMDB e PDS. O principal partido oposicionista conseguiu resolver suas divergências internas e lançou uma forte chapa: Franco Montoro para governador, tendo o senador Orestes Quêrcia como vice.

O PDS ficou com Reinaldo de Barros. Paulo Maluf renunciou ao governo e se lançou candidato a deputado federal. E a máquina administrativa do mais rico estado da Federação era mais uma vez colocada a serviço do PDS sem nenhum pudor.

Os outros partidos eram pouco relevantes, mas, para a estratégia do governo, tinham sua importância. O PTB, depois das indecisões de Jânio Quadros, acabou lançando-o como candidato. O PT teve de aguardar uma decisão da Justiça para indicar Lula – como réu primário, não havia impedimento legal, e ele pôde concorrer ao governo estadual.

Em Minas Gerais, também o cenário era de polarização, mantendo a tradição do estado. Basta recordar os embates UDN-PSD, durante a República populista, ou os entreveros entre Arena e MDB, entre 1965 e 1979. O PDS ficou com o presidente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Eliseu Resende; já o PMDB lançou o senador Tancredo Neves.

Foi no Rio de Janeiro que o novo quadro partidário se apresentou de forma mais cristalina. Lá, o PMDB continuava sob o absoluto controle do governador Chagas Freitas, velho aliado do regime militar. Era o único estado governado pelo partido. O governador lançou o deputado federal Miro Teixeira, sua cria política.

O PDS indicou Moreira Franco – que tinha feito carreira no MDB, sob a proteção do senador Amaral Peixoto. O PTB escolheu a deputada Sandra Cavalcanti, que possuía uma trajetória política ligada a Carlos Lacerda, inimigo visceral do trabalhismo. O PT acabou tendo como candidato o deputado Lysâneas Maciel, que havia se destacado na resistência democrática ao regime militar, perdendo até seu mandato parlamentar, cassado em 1976.

O quinto candidato era Leonel Brizola, considerado pelo regime como o seu maior adversário. O TSE retirara a sigla PTB do seu controle, manobra articulada pelo Palácio do Planalto. Brizola começou a campanha como um



livre atirador, disputando o último lugar das pesquisas com o deputado Ly sâneas.

Para o regime, a eleição era decisiva. Representava o cumprimento de uma promessa, mas deveria servir também para obter uma maioria de representantes no Colégio Eleitoral que elegeeria o sucessor de Figueiredo. E as regras da eleição, da composição do Congresso e do Colégio Eleitoral foram sendo alteradas ao bel-prazer do PDS.

Em maio, o governo encaminhou ao Congresso Nacional projeto para ampliar o número de deputados. O objetivo era aumentar a representação de delegados pedessistas no Colégio Eleitoral. O deputado Edison Lobão (PDS-MA) apresentou emenda para incluir também os vereadores na escolha do sucessor de Figueiredo. Era uma manobra tão vil – o PDS dominava a ampla maioria das Câmaras Municipais no país – que a proposta acabou não sendo levada à frente.

O chamado “ Emendão” acabou sendo aprovado em junho. Alterou profundamente o processo eleitoral. Criou o sistema distrital misto, que deveria ser utilizado nas eleições de 1986. Estendeu a duração dos mandatos de prefeitos e vereadores que seriam eleitos em 1982 para seis anos. Transferiu para 1986 o quociente mínimo a ser atingido pelos partidos – era um meio de favorecer o PT e enfraquecer, principalmente, o PMDB, dividindo os votos da oposição em 1982. Estabeleceu um limite máximo para as bancadas estaduais na Câmara dos Deputados: 55 representantes. E ampliou de dois para quatro parlamentares o número de deputados dos territórios – as duas últimas medidas visavam favorecer o candidato pedessista no Colégio Eleitoral que elegeeria o presidente em 1985. Também alterou o quórum para aprovação das emendas constitucionais: voltou a ser de dois terços, como era antes do Pacote de Abril.

O “ Emendão” foi a última grande manobra eleitoral do regime. Como bem destacou Sallum Jr.,

[...] já antes das eleições de 1982 o projeto de liberalização controlada manifestava sinais claros de esgotamento pela incapacidade de as facções “revolucionárias” articularem-se para enfrentar os desafios da própria dinâmica do processo de liberalização. Seus conflitos internos neutralizaram sua capacidade de dirigir o processo de mudança política que desencadearam. Havia liberado forças políticas que, impulsionadas pela mudança da sociedade e a deterioração do Estado, iam tornando anacrônico o regime militar autoritário e o projeto de autorreforma-lo. 189

As divergências entre o Estado e a Igreja permaneceram quentes. Em junho, a Lei de Segurança Nacional acabou sendo usada para condenar mais dois padres estrangeiros: os franceses Aristides Camio e François Gouriou por suposta incitação a posseiros contra policiais militares no estado do Pará. Três meses depois, circulou uma edição apócrifa do jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, que atacava o cardeal Arns.

Depois de duas décadas sem eleger os governadores estaduais, era mais do que natural o interesse popular pelo processo eleitoral. Com muito interesse foram acompanhados os debates pela televisão. Havia uma preocupação sobre o tempo que o eleitor levaria para preencher manualmente a cédula. Em alguns municípios, o eleitor teria de escolher candidatos para seis cargos, todos do mesmo partido – caso contrário, o conjunto dos votos seria anulado.

Com um olho na eleição e o outro na economia, o governo proibiu a importação de produtos considerados supérfluos ou que fossem produzidos no Brasil. Essa medida tinha o objetivo de melhorar a grave situação da balança comercial. A dificuldade na capacidade de importar era evidente.

O governo anunciou que iria endurecer a política monetária e fiscal para o ano de 1983. Para piorar, em setembro o México suspendeu o pagamento da dívida externa. Boatos indicavam que o Brasil também estava próximo de declarar uma moratória unilateral.

Houve pressão sobre o Fundo Monetário Internacional para aprovar um pacote emergencial de ajuda aos países mais endividados, entre os quais México e o Brasil. O tema da dívida externa entrou para valer no debate político brasileiro – e permaneceu por três décadas.

O mês de novembro acabou marcado pelas eleições. Era esse o assunto em qualquer roda.

O PDS acabou vencendo em todos os nove estados do Nordeste, mas se deu mal no Sudeste. Em Minas Gerais, numa eleição muito disputada, Tancredo Neves foi eleito governador. Em São Paulo, Franco Montoro ganhou com o dobro dos votos de Reinaldo de Barros, o segundo colocado.

Mas no Rio de Janeiro é que a eleição acabou adquirindo um novo caráter. Leonel Brizola começou a crescer no último mês de campanha. E, em novembro, chegou a polarizar a votação com o candidato do PDS, Moreira Franco.

Houve muitas dificuldades por causa da vinculação de voto. Muitos bons candidatos optaram, no início do ano, por se filiarem ao PMDB, certos de que a máquina chaguista venceria com facilidade. Mas a incomparável oratória de Brizola – ainda com a auréola de perseguido do regime militar – transformou uma derrota anunciada em surpreendente vitória, mesmo que por uma pequena margem: 3%.

Se em todos os estados a eleição foi considerada limpa, no Rio de Janeiro o processo se revelou bem diferente. A empresa contratada para sistematizar a apuração dos votos – Proconsult – acabou sendo acusada de transformar votos nulos e brancos, numa pequena porcentagem, em votos para o candidato do PDS.

Experiente, Brizola identificou a fraude e convocou a imprensa estrangeira. Foi um escândalo. E, graças à sua sagacidade, ele impediu que a única vitória do PDT nas urnas fosse transformada em derrota na hora da apuração.

O PDS venceu as eleições para 12 governos estaduais; a oposição saiu vitoriosa em 10 estados – 9 deles com vitória do PMDB. Mas o PDS manteve a maioria no Congresso Nacional. Houve uma surpresa: a derrota do PMDB no Rio Grande do Sul. Lá, com Jair Soares, o PDS acabou vitorioso por uma pequena margem de votos. O PT foi o grande derrotado. Elegeu apenas 8 deputados federais, 6 dos quais em São Paulo.

Os esforços governamentais conseguiram retirar o PIB da recessão. Houve um crescimento tímido, mas sensivelmente melhor do que o do ano anterior: 0,8%. Contudo, a derrota acabou sendo acachapante no terreno dos preços. A inflação só não atingiu os três dígitos por 0,3%. Ficou em 99,7%.

Se a balança comercial fechou com um pequeno superávit de US\$ 780 milhões, o balanço de transações correntes encerrou o ano com um déficit fabuloso: US\$ 16,2 bilhões, em grande parte devido ao pagamento de juros, amortização da dívida externa, envio de lucros, gastos de fretes, turismo etc. A dívida externa alcançou US\$ 85,4 bilhões, e as reservas internacionais ficaram em US\$ 3,9 bilhões, o nível mais baixo dos últimos doze anos.

Mas o ano terminou com o governo formalmente tendo de solicitar um programa de ajuda ao FMI. Não havia como pagar a dívida externa. Em um único ano era preciso pagar US\$ 13 bilhões. E não havia como fazê-lo sem a ajuda do FMI e a renegociação dos prazos de pagamento da dívida.

1983

Nem bem começou 1983, o tema do FMI já apareceu. Em pleno período de festas, o acordo foi negociado. O Fundo passou a acompanhar *pari passu* o desempenho do país, liberando homeopaticamente as parcelas do empréstimo. A difícil situação econômica gerou uma boa notícia: o governo cancelou o início da construção de uma usina nuclear no litoral sul paulista. E anunciou ainda que puniria as empresas estatais que não cortassem despesas, de acordo com o compromisso assumido junto ao FMI.

Para romper a dependência do petróleo importado, o governo incrementou o incentivo ao plantio da cana-de-açúcar voltada à produção do etanol. No estado de São Paulo, o avanço dos canaviais foi tão avassalador que eles acabaram ocupando terras voltadas ao café ou aos gêneros alimentícios tradicionais.

No final de janeiro, a revista *Veja* publicou um dossiê atribuído ao jornalista Alexandre von Baumgarten, que desaparecera misteriosamente em

13 de outubro de 1982, quando fora visto embarcando numa traineira com sua mulher. Treze dias depois, o corpo do jornalista foi encontrado numa praia – já os corpos de sua esposa e do barqueiro nunca foram achados. Baumgarten, ligado aos órgãos de segurança, tinha recriado a revista *O Cruzeiro*. A publicação deveria ser um instrumento de propaganda do governo, segundo ele revelava no dossiê. O jornalista acusara diretamente o general Newton Cruz, chefe da Agência Central do SNI, de estar tramando seu assassinato.

A crise econômica desgastou politicamente o governo. Tanto que, em fevereiro, o tema da sucessão presidencial já ocupava as atenções do meio político. O próprio Figueiredo procurou o ex-presidente Geisel para comunicar que iniciaria conversações para definir um nome. Segundo disse, ele partiria inicialmente de cinco nomes: Marco Maciel, Mário Andreazza, Antônio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves e Costa Cavalcanti – três civis e dois militares da reserva (Andreazza e Cavalcanti).

Em 2 de março, o deputado peemedebista Dante de Oliveira apresentou uma emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para presidente da República. Ela alterava os artigos 74 e 148 da Constituição. À época, a proposta foi ignorada, pois se falava em FMI, inflação, petróleo, balança comercial. Parecia ser mais uma emenda, entre tantas outras que, rotineiramente, eram apresentadas no início do ano legislativo. Acabou sendo assinada por 23 senadores e 177 deputados. Era muito breve, tendo apenas quinze linhas.<sup>[190](#)</sup>

Tancredo Neves, nem bem assumiu o governo de Minas Gerais, começou as articulações visando à sucessão de Figueiredo. Insistiu que a oposição teria de estar unida para poder enfrentar o virtual candidato do PDS, o deputado Paulo Maluf. Dias após uma reunião com Aureliano Chaves, disse que não era nem pretendia ser candidato à presidente.

Ministros mais próximos de Figueiredo, como Mário Andreazza, lançaram o balão de ensaio da reeleição para presidente. Figueiredo, publicamente, recusou a ideia. Declarou que coordenaria a sua sucessão e que o PDS deveria ter um candidato único.

Contudo, o governador Brizola, que procurava estabelecer uma relação amistosa com Figueiredo desde que assumira o governo fluminense, apresentou a proposta de estender o mandato presidencial por mais dois anos, mas com o compromisso de convocar eleições diretas em 1986. A proposta favorecia diretamente o governador e acabou sendo abandonada, pois não obteve apoio de nenhum outro partido.

Em meio às confabulações políticas, a realidade cotidiana se impunha. Em São Paulo, a 4 de abril, milhares de desempregados, na zona sul da capital, marcharam em direção ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo.

Eles tentaram invadir o Palácio e parte das grades de proteção cedeu. A polícia agiu. No interior do prédio estavam, além de Montoro, Tancredo e Brizola. Os dois governadores tinham ido a São Paulo dar apoio ao colega

paulista.

Se a razão da manifestação era justa – o desemprego, devido à crise econômica, era muito alto –, houve uso político de diversas correntes, da direita malufista até os petistas. E acabaram ocorrendo saques aos supermercados em diversas cidades do país. Só em São Paulo, 127 pessoas ficaram feridas, uma morreu e 566 foram detidas.

Em 11 de maio, o PDS fechou um acordo com o PTB, e o governo voltou a ter maioria na Câmara dos Deputados. Desde 1965, quando fora instituído o bipartidarismo, nenhum governo militar tinha buscado esse tipo de composição. Dessa forma, o governo não precisaria negociar com a oposição a cada votação que considerasse importante.

Pipocaram greves pelo país. Em Paulínia, estado de São Paulo, os trabalhadores paralisaram a maior refinaria do país. A 21 de julho, os principais dirigentes sindicais convocaram uma greve geral contra a política salarial do governo – que fracassou. Só em julho, a inflação atingiu 13,3%, a maior alta mensal, até aquele momento, desde 1944, quando o índice começou a ser calculado.

Em 14 de julho, Figueiredo licenciou-se novamente da presidência. Viajou até Cleveland, nos Estados Unidos, para ser submetido a uma operação de colocação de pontes de safena. E permaneceu 44 dias nos EUA.

A interinidade de Aureliano Chaves acabou se transformando em motivo de intriga. Figueiredo teria ficado desgostoso com a disposição de Aureliano para o trabalho, com o conhecimento dos problemas administrativos e a facilidade na articulação política, inclusive com a oposição. Desde então, para o presidente, o seu vice se tornara um adversário a ser combatido.

A 28 de agosto foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Bernardo do Campo, São Paulo. Era o braço sindical do PT. E sempre teve na presidência um petista. As outras correntes sindicais, opositoras do petismo, só criaram a sua entidade em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

A política salarial se transformou no grande tema de debate político não só no Parlamento como no movimento sindical. A disparada dos preços tinha levado a uma repentina queda do poder de compra dos assalariados. E uma sucessão de decretos teria como tema os salários.

O Decreto no 2.024 foi derrubado no Congresso, a 21 de setembro. Votaram contra ele 256 deputados, sendo 11 do PDS. Acabou sendo a primeira derrota parlamentar de um governo militar desde 1967. Quatro dias depois, na Catedral da Sé, em São Paulo, uma missa celebrada pelo cardeal Arns, contra os baixos salários, teve a presença de milhares de pessoas.

A economia e seus rumos virou conversa do dia a dia. O PMDB apresentou diversas alternativas para a política econômica. Os sindicatos – mesmo com a permanência da legislação ditatorial – mobilizaram seus filiados. Passou a ser rotineira a defesa de um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores. A referência era a Espanha e o Pacto de Moncloa, com o qual, pela ação do primeiro-ministro Adolfo Suárez, empresários e trabalhadores chegaram a um acordo sobre salários.

O governo federal não estava habituado a ter de enfrentar oposição no Congresso e nas ruas. Tinha de aprender a negociar, algo que não havia feito em duas décadas. A política salarial era considerada essencial para atender às exigências do FMI. Sem austeridade salarial, o Fundo não desembolsaria os empréstimos acordados.

Em 19 de outubro, fracassou nova tentativa de aprovar a alteração da política salarial. O Congresso derrubou o Decreto no 2.045, com 260 votos contrários. Em resposta, o governo decretou medidas de emergência em Brasília e impôs novo decreto, o 2.064, que transferia à classe média boa parte do ônus dos reajustes.

O achatamento salarial da classe média desgastou politicamente o governo e, ao diminuir seu poder de compra, levou a uma queda nas vendas e na produção. Para piorar – mas seguindo as determinações do FMI –, o governo reduziu o crédito. Tudo, segundo se imaginava, para conter a inflação e reequilibrar as contas públicas.

Os governos estaduais tinham dificuldade de caixa. E não houve como atender às demandas sociais, reprimidas durante duas décadas. Os governadores da oposição não eram bem avaliados nas pesquisas de opinião, especialmente no triângulo São Paulo-Minas Gerais-Rio de Janeiro.

Em novembro, na Praça Charles Miller, em São Paulo, houve a primeira manifestação pública a favor da Emenda Dante de Oliveira. Ela reuniu 10 mil pessoas. Seu relativo fracasso esteve vinculado à forma de organização e convocação do ato. Havia ficado restrito ao PT e a entidades satelitizadas pelo partido. Mas o governo respondeu, por meio do porta-voz do Planalto, que as eleições diretas para presidente não se colocavam no horizonte e eram “questão liquidada”.

O país voltou a ter recessão: o PIB cresceu negativamente (-2,9%) – a média mundial foi positiva: 3%. A indústria encolheu em média 8%, mas a queda no ramo de bens de capital se mostrou muito mais severa: 23%.

A taxa de inflação mais que dobrou em relação a 1982: chegou a 211%, a maior da história, até aquele ano. Como reflexo da recessão, as importações caíram de US\$ 19,3 bilhões, em 1982, para US\$ 15,4 bilhões. Era a segunda queda anual consecutiva.

As exportações tiveram um bom desempenho. Cresceram US\$ 1,7 bilhão em relação ao ano anterior, atingindo US\$ 21,8 bilhões. O déficit de transações correntes continuou negativo, mas caiu sensivelmente em relação a 1982: ficou em US\$ 6,7 bilhões. A dívida externa continuou sua marcha ascendente: US\$ 93,7 bilhões.

No campo econômico, em seus quase cinco anos de governo, Figueiredo tinha obtido resultados dispares. Entre 1979 e 1983, o PIB teve dois anos com crescimento negativo (1981 e 1983), fato inédito em mais de meio século. A taxa de inflação, que em 1979 estava em 77,2%, triplicou: alcançou 211% em 1983. A dívida externa bruta aumentou 90%, chegando a US\$ 89 bilhões.

Por outro lado, as exportações quase duplicaram, e a balança comercial negativa de 1979 (US\$ 2,8 bilhões) se alterou radicalmente, atingindo um saldo positivo de US\$ 6,4 bilhões. Além disso, a qualidade das exportações foi

modificada. Em 1979, os manufaturados representavam 43% do total; já em 1983, saltaram para 51%.

Não foram acidentais os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Gallup. O pessimismo dos entrevistados havia aumentado. E a maioria considerava que 1984 seria ainda pior que 1983.

## 1984

O ano de 1984 começou com a combinação, sempre explosiva, de crise política e crise econômica. Figueiredo não teve capacidade política para coordenar a sua sucessão. Por outro lado, o bloco governista estava rachado e isso independia do presidente. O PDS era uma federação de lideranças personalistas e interesses do grande capital que não sabiam como se posicionar de forma mais eficaz – para a preservação dos seus interesses de classe.

A oposição tinha dificuldade em estabelecer a unidade na luta. De um lado, os governadores opositoristas administravam estados com enormes problemas financeiros. São Paulo, por exemplo, tinha passado por um verdadeiro tsunami após a gestão Paulo Maluf/ José Maria Marin.

Duas décadas de governadores nomeados pelo poder central tinham deixado uma herança maligna para o funcionamento da máquina administrativa. E que acabou criando dificuldades para a nova forma de gestão desenvolvida pelos governadores opositoristas.

O esgotamento do regime era inquestionável. E a legitimidade do arbítrio – já minorado pela abertura democrática – tinha como fundamento a prosperidade econômica, que estava sendo duramente atingida na presidência de Figueiredo.

Não por acaso, o ano político começava tendo a Emenda Dante de Oliveira como foco. A 12 de janeiro, em Curitiba, realizou-se o lançamento da campanha pelas Diretas Já. E 60 mil pessoas compareceram ao comício.

Se a oposição apostava nas diretas, o PDS continuava sua luta interna para definir o candidato. Mário Andreazza, em 24 de janeiro, lançou-se oficialmente candidato. Maluf fazia campanha desde 1979, quando assumira o governo paulista, e Aureliano Chaves recebia o apoio do ex-presidente Ernesto Geisel.

Em 25 de janeiro, na Praça da Sé, em São Paulo, a campanha das diretas obteve o batismo popular. Mais de 300 mil pessoas compareceram ao comício. O ato teve enorme repercussão nacional. E, a partir de então, dezenas de comícios foram realizados pelo Brasil, com a participação de todos os partidos opositoristas, em um clima de unidade raramente visto antes.

O governo considerou a campanha uma forma de inibir os integrantes do Colégio Eleitoral. Maluf atacava os comícios e não queria saber de consenso no PDS, para ele, coisa “de país totalitário”.

O PDS também estava dividido. Surgiu um grupo chamado “Pró-Diretas” que dizia possuir o apoio de 55 parlamentares. Era sinal da popularidade da tese do restabelecimento da eleição direta para presidente.

Entre 25 de janeiro e 25 de abril, quando se votou a emenda, foram realizados comícios em 50 cidades. A bandeira brasileira voltou a ganhar as ruas como símbolo da luta pela democracia. O amarelo se transformou na cor da campanha. E o político símbolo da campanha foi o deputado Ulysses Guimarães, chamado “Senhor Diretas”.

Nunca houvera movimento na nossa história que tivesse empolgado tão rapidamente os brasileiros: foram três meses eletrizantes. Em dezenas de cidades se espalharam placares com a posição de cada deputado sobre a emenda. Diretas Já passou a ser o assunto em todas as rodas de conversas.

A campanha se encerrou com dois megacomícios, os maiores da história do Brasil. Um, no dia 10 de abril, na Cinelândia, Rio de Janeiro, com 1 milhão de participantes. O segundo, em 16 de abril, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, com 1,2 milhão de pessoas.

Todas as pesquisas de opinião davam amplo apoio à emenda. Dias antes da votação, o governo federal decretou medidas de emergência no Distrito Federal e em mais dez municípios de Goiás. Era um meio de evitar manifestações públicas no dia da votação. E as tropas na rua foram interpretadas como uma espécie de aviso de que as Forças Armadas poderiam intervir a qualquer momento.

Numa sessão histórica, a Câmara dos Deputados aprovou por 298 votos a emenda, que teve 65 votos contrários e 113 ausentes. Mas o quórum constitucional – que tinha sido alterado em 1982 – era de dois terços, ou seja, 320 votos. Faltaram 22. Assim, a emenda sequer chegou a ser apreciada pelo Senado.

Foi uma enorme decepção. Tudo indicava que o caminho da presidência estava definitivamente aberto para o PDS. Seriam mais seis anos com o mesmo bloco no poder. E, pior, tendo na sua presidência o deputado Paulo Maluf.

183 Ver BONFIM, João Bosco Bezerra. *Op. cit.* pp. 331-337.

184 Ver edição de *Veja* de 1.º de agosto de 1979.

185 De acordo com *Veja* de 7 de novembro de 1979.

186 A reconstrução mais detalhada dos episódios do Riocentro está em



DICKSON, Grael M. *Aventura, corrupção e terrorismo. À sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985. pp. 79-140.

[187](#) D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.* p. 435.

[188](#) Ver VILLA, Marco Antonio. *Op. cit.* p. 236.

[189](#) SALLUM JR., Brasília, *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 32-33.

[190](#) O deputado Dante de Oliveira contou como encaminhou a emenda: “Quando me elegi, tomei a decisão: vou apresentar o projeto. Antes, fui ao Congresso, em janeiro, não tinha ainda tomado posse, fui pesquisar sobre os projetos que estariam tramitando [...] um funcionário do Senado me informou que não havia nenhum. Já haviam sido arquivados os projetos de Marcos Freire, de Quércio. Antes de iniciar a legislatura, eu já estava colhendo as assinaturas, em janeiro e fevereiro. Algumas eu consegui às vésperas de dar entrada no projeto [...] eu estava tão ansioso para apresentar o projeto que fiquei na fila, perto do microfone, e fui o primeiro a falar. Eu tinha clareza de que o projeto seria muito discutido, por conta da sucessão presidencial. Por isso eu queria ser o primeiro a apresentá-lo” (ver LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 79.



São Paulo (SP), 25/01/1984. Vista aérea da multidão concentrada na Praça da Sé, em São Paulo, durante comício para a campanha das Eleições Diretas Já para Presidente da República. (© *Fernando Santos/Folhapress*)

## Acabou a ditadura

A 21 de abril, em Ouro Preto, Tancredo Neves aproveitou a cerimônia comemorativa dos 195 anos da Conjuração Mineira para distribuir duas centenas de Medalhas da Inconfidência, das quais 43 seriam para militares e quatro para governadores, dois do PMDB e dois do PDS. Era um claro sinal de conciliação e de demonstração explícita de que não desejava nenhuma forma de hostilidade às Forças Armadas.

No discurso, além das análises de praxe sobre o papel de Tiradentes, estabeleceu um paralelo entre ele e José Bonifácio, entre o “mártir e o estadista”. Era também uma manifestação da importância da aliança política Minas-São Paulo naquele momento difícil do Brasil, assim como tinha ocorrido havia 160 anos, quando da independência do país.

O foco principal do discurso foi a apresentação, ainda que breve, de uma interpretação da conjuntura política. O governador de Minas disse que a República

vive a crise profunda de funestas deformações, à busca de representação legítima e de liberdade para todos, e sofre, nesse entrechoque de ideais e interesses, longas noites sombrias nos eclipses da lei e da justiça. [...] Temos convivido com a ditadura, o autoritarismo e a violência. [...] Hoje, nos falta o voto e já não existe Federação. [...] A crise que nos assola não encontra precedentes na história. A desorganização da economia, os efeitos dramáticos da recessão e da inflação.

Depois de avaliar a conjuntura político-econômica, concluiu com um chamamento à conciliação:

Só encontraremos saída para conflitos irreversíveis, se as forças que representam o poder e a sociedade civil souberem conter as suas posições de radicalismo, que levem a confrontos desiguais e funestos.

A situação era, ainda, absolutamente desconfortável para um candidato da oposição. Dos 686 componentes do Colégio Eleitoral, o PDS tinha 358; o PMDB, 276; o PDT, trinta; o PTB, catorze; e o PT, apenas oito. A posição do PDS era relativamente tranquila. Mesmo que numa hipótese remota – dada a divergência entre eles – os outros quatro partidos lançassem um candidato de consenso, teriam 328 votos, trinta a menos que o PDS. Para viabilizar uma candidatura de oposição, a tarefa primordial seria dividir o PDS. Unido, esse partido lançaria o sucessor do presidente João Figueiredo.

O PDS estava fracionado. Paulo Salim Maluf, desde março de 1979, desenvolvera uma política agressiva, ampliando a bancada do PDS regional, com a cooptação de deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. Mas não ficou nisso: usando o poderio econômico do Estado, ampliou sua influência por todo o Brasil. Ficaram famosas as ambulâncias distribuídas para prefeitos de outros estados, além da Ordem do Ipiranga, comenda estadual que foi entregue a mais de mil aliados e possíveis apoiadores da sua candidatura à presidência, em pouco mais de três anos de governo.<sup>[191](#)</sup>

O coronel Mário Andreazza era o candidato mais vinculado à máquina do governo federal. Tinha sido ministro dos Transportes das presidências de Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-74). Ficou conhecido como o ministro das grandes obras públicas, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Ocupava o Ministério do Interior na presidência Figueiredo. Em certo instante, deu a impressão de que seria o candidato de Figueiredo, porém o presidente em momento algum tinha manifestado preferência por ele ou por outro candidato.<sup>[192](#)</sup>

Aureliano Chaves era também um forte candidato. Diferentemente dos outros dois candidatos do PDS, sua força não estava na estrutura partidária, entre os militares ou na máquina federal, mas na sociedade civil. Era bem visto até por setores da oposição. Representava uma alternativa liberal em relação às candidaturas de Maluf ou Andreazza. Marco Maciel também era outro representante da ala liberal do PDS. Tinha sido governador de Pernambuco, eleito indiretamente em 1979. Passou ainda pela presidência da Câmara dos Deputados. Foi eleito senador em 1982. Tal qual Aureliano, era ligado a Geisel. Tinha poucas chances no partido. Estava mais para um

anticandidato do que para sucessor de Figueiredo.

O jogo da sucessão se manteve em compasso de espera. O PDS estava dividido e nenhuma ala aceitava, pacificamente, a vitória da outra.<sup>193</sup> Parte considerável do PMDB sentia necessidade de negociar, mas temia ser acusada, pelos defensores intransigentes das Diretas Já, de estar traindo o desejo popular de eleger diretamente o presidente da República.

O PDT só pensava nos interesses de Leonel Brizola e seu desejo de chegar à presidência; e o PT apostava no tudo ou nada, não aceitava negociar nenhuma fórmula que abdicasse da realização das diretas para escolher o sucessor de Figueiredo. O PT sabia da impossibilidade de viabilizar a proposta. Jogava com o objetivo de colher, no futuro, algum dividendo político, especialmente com o possível fracasso de um governo peemedebista.

O impasse não favorecia o PMDB nem a ala pedessista liderada por Aureliano Chaves e Marco Maciel. Evitar alguma solução negociada era de interesse dos malufistas. Estes também consideravam que qualquer alteração nas regras do jogo não passava de casuísmo contra seu candidato.

Tancredo já tinha sinalizado, em longa entrevista à *Folha de S.Paulo*, que aceitava liderar as negociações caso o PMDB assim o desejasse, isso dois dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira. Nos dias seguintes, com a derrota da emenda, as lideranças peemedebistas insistiam na defesa das diretas e repeliram enfaticamente a ida ao Colégio Eleitoral. Tudo não passava de uma representação para as galerias.

Sabia-se que sem negociação a oposição entregaria a presidência da República para Andreazza ou, o que era mais provável e trágico, para Paulo Maluf. A questão que estava no ar era quem daria o primeiro passo para iniciar o diálogo.<sup>194</sup>

Em 27 de abril, dois dias após a derrota da emenda das diretas, em Recife, durante reunião da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Tancredo Neves foi saudado pelos governadores do PDS presentes como a solução para o impasse que o país estava vivendo.

Na mesma tarde, em Brasília, no Senado, Fernando Henrique Cardoso discursou e propôs que a hora era das “mudanças já”:

O Brasil se divide hoje em dois grupos. Os que querem mudar e os que querem conservar. E nós pertencemos ao grupo mudancista. E essa mudança vai ser feita através do Colégio Eleitoral, que é o instrumento que resta.

Tentando retomar a iniciativa política, a 30 de abril o presidente

Figueiredo, em longo discurso, propôs uma nova etapa na relação com a oposição:

Aberto ao diálogo, conclamo a classe política para o entendimento e a cooperação. Convite à cooperação e ao entendimento é, aliás, o que está implícito na proposta de emenda constitucional que enviei ao Congresso. Nessa proposta, transigi, por antecipação, até onde me é possível chegar, quanto à redução do mandato presidencial. O congraçamento e a conciliação constituem irreprimível imperativo nacional.

E o presidente assumiu também a bandeira mudancista:

A sociedade quer mudanças, a começar pela mudança do estilo político, nos seus métodos. Quer mudanças sociais, quer mudanças econômicas, quer mudanças de comportamento ético.

O aceno de Figueiredo foi bem recebido, no dia seguinte, por Tancredo:

Sem ele ( Figueiredo) não haverá possibilidade alguma de solução. No regime presidencialista, o presidente é o árbitro de todos os conflitos. Se ele não participar diretamente desta marcha dos acontecimentos, não chegaremos a uma solução. [E concluiu:] “Entendo que a concórdia nacional viria mais facilmente através de eleições Diretas Já, e acho que, se a nossa subemenda, a ser apresentada, não vier a ser aprovada, teremos então um horizonte definido, pois aí haverá, como apresentarmos, outras alternativas legislativas. Reitero que a luta pelas diretas não deve fechar as portas a quaisquer outras soluções que venham dar ao povo paz, tranquilidade e trabalho.

Em 2 de maio, em mais um gesto para a oposição, Figueiredo revogou as medidas de emergência adotadas a 19 de abril e que atingiram o Distrito Federal e mais dez municípios de Goiás. No dia seguinte, o presidente da República encontrou-se em Uberaba com Tancredo Neves. O governador mineiro, em discurso, reforçou a tese da conciliação:

Se o conflito das ideias é inseparável da história das nações, os pactos políticos de convivência são indispensáveis à sua integridade. [...] Somos adversários leais, como é próprio na vida das democracias, mas somos, bem acima dessa contingência, intransigentes na defesa dos interesses mais altos e permanentes de nosso povo. Essa razão, assim posta, deve juntar-nos para o encontro de uma solução que, ajustada acima de horizontes rasteiros, seja digna daqueles de quem viemos e das gerações a vir.

A movimentação de Tancredo Neves encontrou resistências dentro do PMDB. Ulysses Guimarães deixou claro que a negociação teria de passar pelas instâncias partidárias. A 7 de maio, foi homenageado em São Paulo por lideranças municipalistas. Discursou e mandou um duro recado aos defensores da candidatura Tancredo e da ida ao Colégio Eleitoral: “Os líderes podem cair de duas maneiras: podem cair com glória, na liça política, podem até ser eliminados fisicamente, mas podem tombar também por capitulacionismo, tombar por covardia, tombar por medo”.

Em um cenário de incerteza, as diversas correntes políticas se manifestaram. Brizola apresentou a proposta do mandato-tampão e a coincidência geral das eleições em 1986, inclusive da eleição para presidente da República. Luís Inácio Lula da Silva, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, acentuou que o “PT não negocia e não conversa. Além disso, não estou vendo negociação alguma. O que estou vendo é conciliação de alguns setores da oposição com o governo”.

Até o ex-presidente Emilio Garrastazu Médici, depois de um longo silêncio, resolveu dar uma entrevista, logo após receber, em Porto Alegre, Paulo Maluf. Atacou a política econômica dos governos Geisel e Figueiredo, louvou suas realizações e criticou a anistia, ocorrida cinco anos antes, por ter incorporado “bandidos”, como Leonel Brizola, à vida política nacional.

A 8 de maio, Leitão de Abreu pediu a retirada das candidaturas Maluf e Andreaza para que o PDS pudesse chegar a um consenso. A proposta caiu no vazio. Dois dias depois, a oposição entregou à Mesa do Congresso Nacional um substitutivo à Emenda Leitão de Abreu, com o apoio de 247 deputados e 24 senadores, defendendo as Diretas Já e uma Assembleia Constituinte em

1986.

O panorama sucessório estava confuso. Era o momento de ser demonstrada a liderança do presidente Figueiredo. Contudo, o primeiro mandatário optou por viajar para o Oriente, visitar o Japão e a China. Era também uma boa ocasião para se afastar da sucessão e da divisão do seu partido. No embarque, numa cena de comédia pastelão, Figueiredo chegou a beijar a mão do chefe do SNI, o general Octávio Medeiros. Tratou friamente Aureliano Chaves e ostensivamente permaneceu na hora do embarque de costas para o vice-presidente.

Mas a dinâmica do processo político não dependia dos humores do presidente. O PDS, por meio do seu presidente, o senador José Sarney, deixou claro que, se havia divergência quanto ao candidato, o mesmo não se aplicava ao que considerava o direito do partido: “Final, se nós fizemos a maioria do Colégio Eleitoral, o candidato tem de ser do PDS”.

A tensão social estava tão presente na conjuntura como a crise política. A 15 de maio, os boias-frias – trabalhadores rurais, diaristas e sem vínculos empregatícios formais – cruzaram os braços. Foi em Guariba, interior do estado de São Paulo, e importante área de produção de açúcar e álcool. Houve choques com a polícia. Era um sinal de que as transformações produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo – inclusive no campo – tinham alterado profundamente a sociedade brasileira e gerado novas demandas sociais.

A 24 de maio, Ulysses retirou sua candidatura à presidência. Declarou que não desejava se transformar em um obstáculo para o entendimento nacional: “As grandes dificuldades exigem grandes gestos de desprendimento político. Não há brasileiro que não possa abrir mão de qualquer pretensão pessoal, quando convencido de que há o interesse da nação”.

O mesmo Ulysses, numa conversa informal, resumiu seu sentimento: “Político é como cozinheiro, quem faz o melhor bocado, nem sempre o come”.

Dois acontecimentos no final de maio mostravam os caminhos que o país deveria percorrer: um ato pelas diretas, na Praça da Sé, em São Paulo, mal conseguiu que os presentes ocupassem as escadarias da catedral. Dias depois, em Florianópolis, Tancredo Neves foi recebido com festa. O estado era governado por Espiridião Amin, do PDS, mas apoiador das diretas e adversário da candidatura Paulo Maluf. Tancredo, em entrevista, afirmou que “devemos ir ao Colégio Eleitoral para ganhar, com a certeza da vitória. Se isso não for feito será um crime, pois representa a entrega do poder para o senhor Paulo Maluf”.

O mês ia chegando ao fim, e a sucessão presidencial ficava em compasso de espera. A possibilidade da aprovação de uma emenda que garantisse a eleição direta para presidente da República, ainda em 1984, era improvável. Restava à oposição encontrar um caminho para impedir que o PDS continuasse no poder, e pior: com a possibilidade de Paulo Maluf como presidente da República.

Como propugnou, com cortante realismo político, o deputado Thales



Ramalho: “Precisamos esperar a missa de sétimo dia, esperar que essas coisas sejam assimiladas, inclusive pela rua”. Poderia ter acrescentado: principalmente pelas ruas.

O mês de maio terminou sem apontar um caminho para o imbróglcio sucessório. E as declarações das lideranças políticas reforçavam a indefinição do que fazer. Leonel Brizola temia o fortalecimento do PMDB em detrimento do seu PDT e de sua provável candidatura à presidência da República. Desejava que o restabelecimento das eleições diretas ocorresse em 1986, coincidindo com o final do seu mandato de governador do Rio de Janeiro.

Dentro do próprio PMDB, o grupo Só Diretas continuou mobilizado. No final de maio, 53 parlamentares faziam parte do grupo. Foram os principais organizadores do comício realizado em Brasília, em 31 de maio. Compareceram 15 mil pessoas, número baixo comparado com as mobilizações realizadas em defesa da Emenda Dante de Oliveira, porém expressivo, pois a cúpula do PMDB deu pequena importância ao evento.

Já o PT reuniu sua direção para debater o rumo a seguir. Francisco Weffort, secretário-geral do partido, declarou que a “posição do PT é de não ir ao Colégio Eleitoral. Se a oposição for ao Colégio, será apenas para legitimar a vitória de um candidato do PDS”.

Não era somente a oposição que estava dividida. O PDS vivia a maior crise da sua curta história de cinco anos. O partido não tinha vida política própria. Era um mero instrumento das vontades do Palácio do Planalto. Naquele momento, tinha de se definir, aproveitando a omissão de Figueiredo. Mas o hábito de funcionar como mera correia de transmissão dos governos militares tinha transformado o partido em um mero cartório, sem vida própria.

A reunião da direção nacional do PDS foi marcada para o dia 11 de junho. Iria decidir sobre as prévias, propostas pelo presidente do partido, o senador Sarney. Dias antes, os jornais noticiaram o clima de guerra da reunião. O deputado Amaral Netto (PDS-RJ), da tropa de choque malufista, fez questão de declarar: “Só posso dizer uma coisa: não vai ser uma reunião pacífica”. E a previsão se cumpriu. Empurra-empurra, gritos e ameaças marcaram a reunião do partido. Os malufistas fizeram valer a sua maioria (dominavam onze dos quinze assentos da Executiva): a proposta das prévias acabou derrotada, sem sequer ter sido votada. [195](#)

Sob a pressão dos adeptos da candidatura Paulo Maluf, José Sarney renunciou à presidência do PDS. Gesto aplaudido pelos malufistas presentes, recebido com gritos de “vivas” e “muito bem”. Aureliano Chaves não aceitou a decisão e ameaçou romper com o partido. Os dissidentes estavam em pé de guerra. Só Maluf estava tranquilo. Para ele, “o partido saiu da reunião unido” e fez questão de deixar o seu apoio ao ex-presidente do PDS: “Declaro solidariedade eterna e ilimitada a Sarney”.

A derrota da proposta das prévias foi o ápice da crise no PDS. Aos dissidentes restava buscar outro candidato, que só poderia vir do PMDB,

maior partido oposicionista e com o segundo maior número de delegados no Colégio Eleitoral.

A divisão do PDS, que controlava a maioria absoluta dos votos do Colégio Eleitoral, abriu caminho para os setores da oposição que defendiam a utilização da eleição indireta.

Franco Montoro realizou o primeiro movimento. Insistiu no lançamento da candidatura única, que criaria um fato político e poderia agregar apoios, especialmente de aliados do regime militar e que tinham perdido espaço no PDS. Mas para Montoro era indispensável, até para manter o PMDB unido e obter a legitimidade, que o lançamento da candidatura de Tancredo Neves fosse feito por Ulysses Guimarães, que tinha conquistado enorme capital político, especialmente durante a campanha das diretas.

As dificuldades eram grandes também para Tancredo Neves. Tinha passado a vida lutando para ser governador do seu estado. A derrota, em 1960, para Magalhães Pinto (UDN), em grande parte devido à dissidência no interior do seu próprio partido (o PSD), aumentou ainda mais a cautela para não tomar decisões precipitadas.<sup>[196](#)</sup>

Em Minas Gerais, ele tinha uma forte oposição (o PDS) e não controlava plenamente o PMDB regional: disputava o controle partidário com Itamar Franco, que tinha sido reeleito para o Senado, em 1982, na chapa de Tancredo.<sup>[197](#)</sup> Mas era um adversário dentro do partido, tanto politicamente como também por ser de uma geração mais nova que a de Tancredo. Itamar defendia a manutenção do foco político nas diretas: “Os mineiros não querem esse Colégio Eleitoral espúrio, mas sim eleger o presidente pelo voto direto. Não querem ver um filho seu chegar ao palácio por esse colégio. Que cheguem outros. Os mineiros, não”.

Se sua candidatura encontrava obstáculos em seu próprio estado, São Paulo, a ação de Franco Montoro foi decisiva para obter apoio do PMDB e de seus governadores, isolando os setores contrários à participação no Colégio Eleitoral. Sem perda de tempo, em 19 de junho ele organizou uma reunião de todos os governadores de oposição – contando, portanto, também com a participação de Leonel Brizola – no Palácio dos Bandeirantes.<sup>[198](#)</sup>

Depois de muitas confabulações, Tancredo Neves acabou aceitando a candidatura, mas pediu tempo, para que pudesse organizar a sua sucessão em Minas Gerais.<sup>[199](#)</sup> Brizola acabou não assinando a “ Declaração dos Governadores”: alegou que tinha de sair antes do término da reunião devido a compromissos políticos assumidos anteriormente no Rio de Janeiro.

O documento defendia um candidato único das oposições, não citava nominalmente Tancredo e apresentava seis pontos para um programa mínimo: 1) a defesa das eleições diretas e poderes constituintes para o Congresso Nacional eleito em 1986; 2) novo tratamento da dívida externa; 3) fortalecimento do mercado interno e programa de emergência contra a fome e o desemprego; 4) autonomia sindical e fim da política de achatamento salarial; 5) reforma tributária; 6) acesso à terra.

O primeiro grande passo tinha sido dado. Agora, a oposição estava fortalecendo internamente a candidatura Tancredo, que não tinha sido lançada oficialmente. Era necessário evitar a precipitação, não impondo a candidatura oposicionista aos dissidentes. Seria preciso transformar Tancredo na solução natural ao impasse político – tanto do PMDB como do PDS –, no desaguadouro para os insatisfeitos com a candidatura Maluf.

No dia seguinte à reunião de São Paulo, sete governadores do PDS que estavam sustentando a candidatura de Mário Andreazza descartaram a possibilidade de apoiar Paulo Maluf, caso este fosse o vencedor na convenção do partido. A única exceção foi Wilson Braga, da Paraíba.

Em 23 de junho, Jorge Bornhausen (PDS-SC), que tinha assumido a presidência do PDS em substituição a Sarney, também renunciou ao cargo. Passou pelo mesmo vexame que o antecessor, sendo xingado e apupado pelos malufistas. Na saída, declarou: “O partido está irremediavelmente dividido”.

Outro líder dos dissidentes, Aureliano Chaves, descartou a possibilidade de ir à convenção caso não fosse aprovada a consulta prévia. O novo presidente do PDS, o experiente senador Amaral Peixoto, que fazia política desde os anos 1930, permaneceu somente treze dias à frente do partido. Era, segundo ele, a maior crise partidária a que tinha assistido em toda a sua vida.

De 25 a 27 de junho, foram realizados comícios em defesa das diretas em Curitiba (40 mil pessoas); em São Paulo, na Praça da Sé (100 mil pessoas); e no Rio de Janeiro (também 100 mil pessoas). Os números não eram ruins. A mobilização contava com o apoio dos governadores dos três estados.

Nos casos do Paraná e de São Paulo, tanto José Richa como Franco Montoro realizaram os comícios mais para demonstrar aos críticos da ida ao Colégio Eleitoral – como o grupo Só Diretas – que não eram contrários à campanha das diretas, mas que era impossível aprová-la sem ter o apoio da maioria constitucional exigida. Tancredo não compareceu a nenhum dos comícios. Alegou forte gripe.

Em 28 de junho, o presidente Figueiredo retirou do Congresso a Emenda Leitão de Abreu, que era uma das esperanças de setores da oposição. Apesar de a proposta só estabelecer a eleição direta em 1988, alguns parlamentares pretendiam votar um destaque antecipando a eleição para 1984.

A emenda já tinha recebido duzentos destaques. Figueiredo, em carta enviada ao presidente do Congresso Nacional, afirmou que “estava decepcionado com a atitude assumida pelas oposições”, não aceitando, de acordo com ele, a “proposta de entendimento que se achava implícita naquele documento”.

Meses antes, em junho, quando encaminhou a emenda para o Congresso, o presidente tinha assumido posição oposta: “Não há limites no poder da emenda e, por conseguinte, de aperfeiçoar o texto constitucional vigente”.

O governo não queria abrir nenhuma brecha para a oposição. Se quisesse disputar com a candidatura do PDS, teria de se sujeitar às regras do jogo, ou seja, comparecer ao Colégio Eleitoral. Ao receber a notícia da

retirada da emenda, Tancredo disse que o “grande vitorioso foi o deputado Paulo Maluf”. Como experiente jogador, blefava. O grande vencedor era ele.

Em 1.º de julho, Aureliano encontrou-se com Tancredo. Da reunião, ficou decidido que os dissidentes indicariam um nome para compor a chapa como vice-presidente. No dia seguinte, Aureliano reuniu-se com Ernesto Geisel. Tudo indica que tenha comunicado ao ex-presidente que os dissidentes estavam prontos para apoiar a candidatura do PMDB.

Em 3 de julho, Marco Maciel e Aureliano Chaves renunciaram às suas candidaturas, e a Frente Liberal – a denominação nasceu nesse momento – rompeu com a direção do PDS, comunicou que seus membros não compareceriam à convenção partidária e formou, no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, blocos parlamentares independentes. De acordo com Aureliano, “o certo é que, daqui para a frente, não vejo perspectiva de composição com qualquer candidatura do PDS, exatamente por não crer que ela possa estar em sintonia com a vontade da nação”.

Dois dias depois, Ernesto Geisel foi a Brasília para um encontro com Figueiredo, a pedido do presidente. Não se falavam desde o mês de fevereiro de 1983. Foram três horas e meia de conversas a sós. Geisel cobrou de Figueiredo a necessidade de assumir a coordenação da sua sucessão. De pouco adiantou. Mesmo pressionado por Geisel, o presidente lavou as mãos: “Não vou reassumir a coordenação da sucessão, porque isso tem de ser feito pelo partido”.

Figueiredo não tinha aptidão para o exercício da política, muito menos em um momento de crise, como o vivido pelo seu partido. A todo momento, quando encontrava resistência, ameaçava “chamar o Pires”, significando que imporia como seu sucessor o ministro do Exército, que, naquela circunstância política, era algo improvável, representaria o abandono do projeto de abertura, que deveria culminar com um presidente civil do PDS.<sup>200</sup>

No dia 10 de julho, pela primeira vez, Aureliano defendeu publicamente a possibilidade de apoiar Tancredo Neves, isso depois de mais um encontro com Geisel. No dia seguinte, o ex-presidente viajou para Recife, onde se reuniu com o governador Roberto Magalhães e o senador Marco Maciel.

Geisel estava fazendo o papel que era reservado a Figueiredo. Apesar dos esforços, não conseguiu impedir a formação da dissidência e o apoio a Tancredo. Geisel não apoiava Maluf nem Andreazza. Seu candidato era Aureliano. Vendo a impossibilidade de viabilizá-lo, sabia que não seria possível um candidato militar. Restava Tancredo Neves, mas o ex-presidente não estava ainda convencido de que essa fosse a melhor solução.

A sucessão de encontros entre os liberais e o PMDB culminou, em 14 de julho, depois de duas horas de reunião, na formalização do acordo que levou à criação da Aliança Democrática. A reunião ocorreu no Palácio do Jaburu, residência do vice-presidente da República. Estavam presentes dezoito líderes da Frente Liberal, do PMDB e da dissidência do PDS. Como disse Tancredo: “Agora não é uma aventura. Agora nós estamos realmente diante de uma

possibilidade manifesta”.

A entrevista que Ulysses Guimarães concedeu à *Folha de S.Paulo*, edição de 15 de julho, representou a definitiva conversão à via indireta. Ulysses ainda era conhecido como “Senhor Diretas”, pelo papel central e decisivo que tivera em toda a campanha. Apesar de declarar que abominava o Colégio Eleitoral, reconheceu que era possível vencer o candidato do PDS e que não havia outra opção:

Nem sempre nos é permitido escolher o rumo que a nave deve tomar. Se não conseguirmos aprovar no Congresso Nacional o restabelecimento da eleição direta, não teremos outro caminho a seguir senão o do Colégio Eleitoral. [E concluiu:] Vamos matar a cobra com seu próprio veneno.

Foi uma entrevista corajosa, pois Ulysses abdicava de sua candidatura, sinalizando que o PMDB deveria participar do Colégio. Dentro do próprio PMDB havia opositores, como os parlamentares do grupo Só Diretas.<sup>201</sup> O PT, por meio de Lula, seu presidente, insistia em que o governo “não vai perder no Colégio Eleitoral”. Em 23 de julho, os petistas tentaram realizar um comício na Praça Ramos de Azevedo, centro da capital paulista. Um fracasso: reuniu só duzentos manifestantes.

Os setores mais extremistas do governo tinham plena consciência do perigo de uma candidatura de Tancredo à presidência. Tanto que distribuíram clandestinamente panfletos, sem assinatura, em Belo Horizonte e Brasília, recordando que Tancredo tinha 74 anos e teria, no final do mandato, 80 anos. Era uma estratégia comparar as idades de Tancredo e Maluf – provável candidato do PDS –, além de espalhar boatos sobre a saúde do governador mineiro.

Como resposta, os apoiadores do governador mineiro lembraram que os presidentes dos Estados Unidos e da Itália, Ronald Reagan e Sandro Pertini, respectivamente, estavam nessa faixa de idade.

A extrema direita propalou que os comunistas controlariam o governo Tancredo, obrigando-o a divulgar uma nota de teor conservador, linguagem que iria abrandar no decorrer da campanha: “Não lhes farei nenhuma concessão, por mínima que seja, no tocante à matéria de princípios, à ordem pública, à defesa de nossas instituições civis e militares, à segurança nacional e à soberania do povo”.

Em 16 de julho, os governadores do PMDB formalizaram o lançamento de Tancredo com o compromisso de um mandato de quatro anos e a convocação das eleições diretas em 1988. Seis dias depois, na Granja do

Torto, em Brasília, Figueiredo reuniu-se por mais de três horas com os governadores do PDS. Em vão. Não chegaram a nenhum acordo. O partido estava dividido entre os apoiadores de Maluf e de Andreazza, estes últimos antevendo a derrota já sinalizavam que poderiam apoiar Tancredo, e os dissidentes da Frente Liberal. Para piorar o quadro, Figueiredo pouco falou na reunião. Ouviu queixas e prometeu ação. Nada fez.

No fundo, Figueiredo parecia absolutamente desinteressado da sua própria sucessão. Dava declarações desencontradas, mudava de humor a toda hora, acusando governistas e opositores de ingratos, por não reconhecerem o que supunha serem os méritos do seu governo.<sup>202</sup> O exercício do governo, para ele, era um fardo. Numa audiência a um deputado, respondendo a um cumprimento, disse: “Tudo bem, pois faltam apenas 248 dias para eu sair daqui. Aliás, 247 dias e meia hora, porque só falta meia hora para terminar meu expediente”.

A participação de Tancredo Neves numa reunião da Sudene, na última semana de julho, em Recife, foi uma espécie de consagração, maior do que a ocorrida três meses antes. Isso em um território controlado pelo PDS. Afinal, em 1982, o partido do governo elegeu todos os governadores do Nordeste. O governador mineiro aproveitou a reunião para testar sua popularidade entre os pedessistas, a maioria deles aliada do ministro do Interior. Foi um sucesso. Não economizou elogios a Andreazza, nem aos governadores da região.

A articulação com os dissidentes do PDS não foi uma tarefa fácil. Afinal, suas bases políticas estavam identificadas com o regime militar, além das conexões com os quartéis, o que na época era considerado indispensável e sinal de força política.

É nesse contexto que deve ser entendida a fala de Aureliano Chaves, após um encontro com Ernesto Geisel, de que caberia a Tancredo preservar “a Revolução de 64 como um todo”. O que permitiu ao governador mineiro responder que “64 é um fato histórico. É uma categoria sociológica. A Revolução, hoje, é tema para estudo, para análises, para críticas, para interpretação. A nós, políticos, cabe construir o Brasil de hoje e pensar no Brasil de amanhã, no futuro”.

## Agosto de 1984: a chapa Tancredo - Sarney

No dia 2 de agosto, após uma reunião no Palácio do Jaburu, que teve a participação de 54 parlamentares do PDS, a Frente Liberal lançou José Sarney como companheiro de chapa de Tancredo Neves.

Chegar ao nome do senador maranhense não foi tampouco uma tarefa fácil. Inicialmente, o nome mais cotado era o do senador Marco Maciel, que

já tinha sido governador de Pernambuco (1979-1982), deputado federal, e tinha boas relações com o ex-presidente Ernesto Geisel, além de ser um articulador político discreto, sem identificação direta com o regime militar.

Porém, havia um obstáculo legal: tinha sido eleito em 1982 pelo PDS, e, portanto, poderia ter sua candidatura impugnada, ao se transferir para o PMDB e compor a chapa com Tancredo. Também havia um sério problema com a direção local do PMDB pernambucano, que tinha entre seus principais nomes o do ex-governador Miguel Arraes, do deputado federal Fernando Lyra e de Marcos Freire, ex-senador e candidato derrotado ao governo de Pernambuco em 1982, quando enfrentou Roberto Magalhães.

Tancredo preferia o senador Luiz Cavalcanti, de Alagoas, que era seu amigo e general da reserva. Contudo, a Frente Liberal não abriu mão de indicar o vice-presidente, e sem ela a candidatura Tancredo era inviável. José Sarney acabou sendo o escolhido.

Sua indicação foi muito mal recebida pela oposição. Era um dos nomes mais identificados com o regime militar, tendo se posicionado publicamente contra a Emenda Dante de Oliveira. Mais tarde, em janeiro de 1984, chegou a exigir que o governador Espiridião Amin (PDS-SC) parasse “de falar a favor das diretas, porque isto está dividindo o partido”. Também houve quem lembrasse a nota que o então presidente do PDS divulgou, em abril, demonstrando enorme satisfação com a derrota das Diretas Já.

Em telegrama a Paulo Maluf, na época pré-candidato do PDS, Sarney cumprimentou o ex-governador paulista “pela sua decisiva atitude de apoio ao nosso partido durante a votação da Emenda Dante de Oliveira”. Continuou criticando a oposição, que estava divulgando por todo o Brasil o nome dos deputados que votaram contra a emenda das diretas: “É uma forma de revanchismo, a campanha insólita que estão promovendo, como matéria paga, contra os deputados que votaram contra a usurpação da vitória que obtivemos nas urnas, em 82”.<sup>203</sup>

Apesar do espírito conciliador e moldado para esquecer desavenças, tão típico de certo momento da política mineira, Tancredo não tinha simpatia pessoal ou política por José Sarney. No período anterior a 1964, sempre haviam estado em campos opostos: um no PSD, o outro na UDN. Durante o regime militar, Tancredo permaneceu no MDB – excetuando a breve passagem pelo PP –, e Sarney foi importante líder da Arena e defensor constante das medidas autoritárias.

Mas um episódio ficou marcado. Era fevereiro de 1983. Numa sessão do Senado Federal, Tancredo Neves fez um longo discurso se despedindo da Casa. Iria assumir o governo de Minas Gerais. O clima era de confraternização. O longo discurso foi aparteado por vários senadores. O governador eleito acabou elogiado pelos colegas (tanto situacionistas como opositoristas), e até por adversários locais, como o senador Murilo Badaró.

A sessão estava tranquila até o pronunciamento do senador Sarney, presidente do PDS. Este criticou a postura do PMDB e de Tancredo. O governador de Minas Gerais respondeu com firmeza:

Nunca nos foi possível cruzar os nossos caminhos, sempre estivemos em linhas paralelas, lutando, cada um de nós, pelo que, no nosso entendimento, nos parecia mais acertado. V. Exa. advoga com entusiasmo a tese da conciliação e da trégua, mas permita V. Exa. que lhe pondere a responsabilidade maior no desarmamento dos espíritos, a responsabilidade maior para a compreensão entre todos os brasileiros que deve partir justamente do governo e de seu partido. E, infelizmente, no curso desses anos, isso não tem acontecido. É lamentável registrar que a oposição brasileira nunca foi tratada com a dignidade a que ela tem direito, e nunca foi considerada pelo governo como uma força das mais atuantes e das mais importantes na reconstrução nacional.

Sarney retrucou elogiando o presidente Figueiredo e a política do governo. Mas Tancredo encerrou a discussão:

Não desejo de maneira nenhuma – e V. Exa. vai-me permitir não entrar –, neste momento, e nesta hora em que sou alvo de considerações especiais de todos os meus pares, correligionários e adversários, descer o meu discurso para um debate que, sem dúvida, terá outra oportunidade, em outras sessões deste Senado.<sup>204</sup>

Para diminuir a péssima recepção do nome de Sarney pelos opositoristas, divulgou-se que ele logo renunciaria e outro nome comporia a chapa opositorista. Ulysses Guimarães lavou as mãos: a decisão foi da Frente Liberal, “só resta acatar”. Anos depois, acrescentaria:

Levantaram a questão do Sarney para vice. “Sim, o que é que há?”, eu perguntava. O camarada dizia que não podia, ele era PDS até anteontem etc. Então eu encerrava o papo: “Não dá, aritmeticamente falando, para elegermos o Tancredo sem os votos da Frente Liberal, que, como contrapartida, ganhou o direito de indicar o vice e indicou. Ou você acha que devemos deixar o Maluf eleger-se?”<sup>205</sup>



Frente aos opositores, Sarney foi obrigado a contra-atacar. Disse que não era de direita: “Sou de centro”. E a 9 de agosto formalizou sua saída do PDS e entrada no PMDB. Pelo acordo com seus apoiadores, Sarney permaneceria no PMDB provisoriamente, até a formalização da Frente Liberal em partido.

Dias depois, a 7 de agosto, formalizou-se a Aliança Democrática, produto do acordo político entre o PMDB e a Frente Liberal, numa concorrida cerimônia na Câmara dos Deputados, no Auditório Nereu Ramos, superlotado por políticos dos dois partidos. Foi divulgado o “Compromisso com a Nação”, firmado por Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, pelo PMDB; e por Aureliano Chaves e Marco Maciel, pela Frente Liberal.

O documento era adequado às articulações que estavam sendo realizadas na época. De início, a AD afirmou que pretendia “instituir um governo que promova o encontro do Estado com a sociedade e concretize o bem comum”. Falou em “congraçamento nacional”, “conciliação” e criticou o “ressentimento”. Em um ataque indireto à candidatura Maluf, a AD disse que seu governo deveria “se pautar sempre pela austeridade e moralidade”.

O documento defendeu enfaticamente o restabelecimento das eleições diretas para todos os cargos executivos, a convocação de uma Assembleia Constituinte, em 1986, a independência plena dos poderes Legislativo e Judiciário, apresentou um vago programa econômico e social (renegociar o pagamento da dívida externa, combater a inflação, retomar o crescimento econômico, revisar a política salarial, entre outros pontos).

Destacou também a “prioridade ao Nordeste” e o “resgate da dívida nacional para com a região”. Este último item foi incluído para sensibilizar os membros dissidentes do PDS que já faziam parte da Frente Liberal e também para ganhar novos apoios, especialmente dos governadores que apoiavam a pré-candidatura de Mário Andreazza.

A formação da Aliança Democrática acabou momentaneamente ofuscada pela convenção do PDS, realizada em Brasília, quatro dias depois, a 11 de agosto. Centenas de convencionais viajaram para a capital federal. Os comitês de campanha de Andreazza e Maluf organizaram festas, alugaram dezenas de quartos de hotéis e chegaram até a contratar recepcionistas chamadas pela imprensa de “malufetes” e “andreazzetes”.

Em meio a um jogo corpo a corpo, Maluf bateu Andreazza por 493 a 350 votos. Era tudo o que desejava a AD. A maneira como Maluf venceu e as acusações de compra de votos acabaram dividindo ainda mais o partido. Tancredo confessou que “não esperava uma diferença tão grande”. E alfinetou o candidato do PDS: “É a síntese do que este período nos trouxe de rebarbativo, primário e de negativo”.

O ex-governador paulista era o candidato ideal para Tancredo enfrentar no Colégio Eleitoral. Maluf rachava o PDS, não conseguiria votos nos partidos de oposição, tinha frágil sustentação militar e contava com forte oposição na sociedade civil.

O candidato oficial sequer tinha o apoio efetivo de Figueiredo. O presidente se mostrava pouco interessado na sucessão. Tinha um sério problema na coluna que lhe dificultava a locomoção, além de sofrer fortes

dores nas costas. Estava deprimido, desinteressado de tudo. Era chamado para apaziguar as divisões no seu partido, ouvia os reclamos, raramente opinava, mas nada decidia. Na viagem que fez ao Oriente, em maio, não ligou sequer uma vez para o Brasil, mesmo permanecendo duas semanas longe do país.

A inércia presidencial abria campo para o crescimento da candidatura oposicionista. É possível que Leitão de Abreu o tenha convencido a não participar da campanha, transformando-o em uma espécie de árbitro, acima das diferenças partidárias. Mas mesmo esse papel ele tinha dificuldade de representar.

Pressionado pela cúpula das Forças Armadas, parecia momentaneamente interessar-se pela sucessão. Recebeu um documento do Estado-Maior das Forças Armadas com sugestões para uma ação coordenada do governo para eleger Maluf. O documento sugeria que caberia a Figueiredo a coordenação política da sucessão, advogava que as Forças Armadas deveriam passar “do campo das palavras para o das ações concretas” e que os ministros civis deveriam se engajar no esforço de vitória da candidatura oficial.

O documento do EMFA transformava a eleição em uma guerra. Exigia do ministro “Mário Andreazza uma definição pública e sem subterfúgios de apoio real ao candidato do governo”. Ao ministro Delfim Netto, a orientação era para que “as liberações de recursos aos estados sejam previamente autorizadas pelo presidente, dentro de um plano de ação política junto aos governadores”. E a imprensa não foi esquecida: “Criar, sem comunicação oficial, um grupo encarregado de pressionar a imprensa, orientado pelo chefe da Casa Militar, com o apoio do Dentel, Receita Federal, SNI e porta-voz”.<sup>206</sup> O presidente recebeu o documento. Não tomou nenhuma atitude e nem sequer comentou as sugestões do EMFA.

Em 12 de agosto, um domingo, no dia seguinte à convenção do PDS, o PMDB realizou sua convenção em clima de festa. Não havia garotas-propaganda nem chapas em disputa. No ar, o sentimento de que estava próximo o fim do regime militar. De um lado, devido à formação da Aliança Democrática; de outro, devido à vitória de Maluf, que abria a possibilidade de ampliar o número de dissidentes no PDS.

Mesmo com todo o esforço para demonstrar união, alguns convencionais fizeram questão de marcar posição, protestando contra a presença de Sarney – que não discursou temendo as vaias – na chapa oposicionista: Tancredo obteve 656 votos e Sarney, apenas 543.<sup>207</sup>

Mas nada empanou a festa. Tancredo discursou durante 50 minutos para um plenário superlotado, tanto por políticos do PMDB como da Frente Liberal e dos partidos de esquerda que estavam sob o abrigo da legenda peemedebista (como o PCB, o PC do B e o MR-8).<sup>208</sup>

Interrompido diversas vezes por aplausos, sua fala era a de um candidato com reais chances de vencer o regime no Colégio Eleitoral. Reapareceram no discurso político, pela voz de Tancredo, conceitos como o

de povo (citado treze vezes), liberdade, Constituição, respeito à diversidade e à oposição.

Tancredo fez um chamamento à união das forças oposicionistas: “Estamos confiantes de que não nos faltarão, com seu apoio, as demais forças democráticas, com seu passado de sacrifícios pela democracia. Mais uma vez não faltarão ao povo os contingentes respeitados e populares do PDT, do PT e do PTB”.

Pouco antes, tinha saudado a Frente Liberal. Falou em reconciliação do Estado com a nação, de pacto político e de respeito aos direitos humanos, numa clara divergência com a história do regime militar. Foi enfático ao falar da necessidade de uma nova Constituição:

Assumi, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a presidência da República confere ao seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional.

Deixou claro o compromisso do restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis e a necessidade de recuperar a Federação.

Em 1984 o tema da dívida externa ocupava grande parte do noticiário político. Não havia como não enfrentá-lo. Depois de criticar os efeitos sociais e econômicos da dívida e de ressaltar que sua renegociação se faria com a “plena afirmação da nossa soberania”, fez questão de tranquilizar os credores internacionais: “A posição brasileira deve ser de honrar a dívida, mas há condições a serem analisadas, discutidas e renegociadas, para que o país não comprometa mais do que parte razoável de suas receitas de exportações nos pagamentos ao exterior”.

Como o regime militar criminalizou os movimentos sociais, o candidato demarcou o terreno em relação à questão agrária:

Não postulo medidas radicais e novas para a solução do problema agrário do Brasil. Vamos empenhar-nos em executar a legislação que aí está, proclamada e não cumprida. Para os anos próximos, a aplicação do Estatuto da Terra, por si só, corresponderá a uma revolução no campo.

Defendeu os fazendeiros:

Não há país no mundo que negue subsídios aos produtores rurais. A atividade, apesar de toda técnica moderna, continua sendo a mais arriscada do ponto de vista econômico. Não há país que prospere com segurança, se não contar com uma agricultura poderosa.

E não se esqueceu dos sindicatos:

Não há economia forte com sindicatos fracos. A autonomia sindical é imprescindível à construção democrática do país. Os sindicatos, quando no exercício de suas atividades legais, existem como legítimo instrumento dos trabalhadores, e sem eles não há paz social.

O candidato da AD recordou a importância das empresas estatais. Com isso reforçava sua identificação com o varguismo e os defensores de uma forte presença do Estado na economia:

As empresas estatais, que constituem, em alguns setores, irretorquível necessidade, reclamam controle social maior. Mas é preciso cuidado nas críticas que a elas se fazem. Não podemos, em nome da privatização das empresas estatais, promover a desnacionalização da economia brasileira.

Tancredo também criticou as leis de Segurança Nacional, de Greve e de Imprensa, inspiradas, segundo ele, pelo “espírito totalitário”, acentuando que o pacto social que defendia não admitia “desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismo”. E concluiu:

O povo brasileiro reclama mudanças e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. Nosso propósito é o de presidir ao grande acordo nacional para a transformação do Brasil em um país restaurado em sua honra, em sua riqueza, em sua altivez.

O discurso foi muito bem recebido. Seus objetivos estavam claros. Precisava acalmar os setores mais conservadores do regime militar. Havia o temor de que a vitória do PMDB poderia repetir no Brasil o que estava ocorrendo na Argentina, onde o presidente Raúl Alfonsín tinha criado a “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas”, em dezembro de 1983.

A comissão investigou os crimes de sequestros, torturas, desapareções e assassinatos de milhares de opositores políticos da ditadura militar (1976-1983), que redundou no informe, publicado em forma de livro, *Nunca más*, e no julgamento dos dirigentes das juntas militares que governaram o país.<sup>209</sup>

Dar tranquilidade e apoio à Frente Liberal e abrir caminho para novas adesões do PDS, era essencial para fortalecer a candidatura. A chapa da Aliança Democrática deveria se transformar em porto seguro a todos os opositores do regime, dos mais antigos aos mais novos, dos mais radicais aos apoiadores de última hora.

Tancredo tinha agora de entusiasmar o PMDB. Na convenção, Sarney saiu enfraquecido. Muitos peemedebistas ainda não estavam convencidos das alianças políticas recém-realizadas com adversários de duas décadas. Uma pequena (mas aguerrida) parcela do partido, juntamente ao PDT e PT, mantinha o grupo Só Diretas. Insistia na possibilidade de aprovar alguma emenda constitucional, alterando a forma da eleição.

Contudo, dada a inevitabilidade da reunião do Colégio Eleitoral, estavam articulando uma anticandidatura no formato da chapa Ulysses Guimarães-Barbosa Lima Sobrinho, que, em 1974, enfrentou a candidatura oficial de Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos. Era necessário abortar essas iniciativas, que enfraqueceriam os contatos para obter apoios entre os dissidentes do PDS. Demonstrar unidade da oposição era fundamental para ampliar a sustentação política da chapa Tancredo- Sarney.

O candidato da Aliança Democrática desejava sinalizar aos setores da sociedade civil organizada que almejava efetivas mudanças e, em um claro recado para Leonel Brizola, deixou explícito que seu governo não seria de transição, mas cumpriria um mandato de quatro anos, deixando o país com uma nova Constituição, em plena vigência de liberdades democráticas e com eleições diretas para presidente da República.

Dessa forma, conseguiu, habilmente, fortalecer os apoios já existentes, acenar para novas adesões (e o racha do PDS na convenção, no dia anterior, fortalecia essa estratégia) e isolar a candidatura Maluf no polo mais

conservador do arco político brasileiro.

Tancredo, já na semana seguinte às convenções, deu várias entrevistas e atacou duramente o candidato oficial. Numa delas disse que o Colégio Eleitoral iria se reunir pela última vez, em 1985, mas, “com Maluf na presidência, ele não vai se extinguir nunca”. No dia posterior à convenção, renunciou ao governo de Minas Gerais, que passou a ser exercido por Hélio Garcia.

Uma pesquisa realizada pela *Folha de S.Paulo* em seis capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba) informava que Tancredo tinha o apoio de 47,7% dos entrevistados, já Maluf obtinha apenas 18,6%, e 23,8% rejeitavam as duas candidaturas. Em Porto Alegre, ganhava por larga margem a alternativa de rejeição às duas candidaturas, com 43,3%, demonstrando que, se a criação da Aliança Democrática viabilizava a chapa no Colégio Eleitoral, o acordo entre PMDB e a Frente Liberal ainda não tinha conquistado apoio popular. Seria necessário, agora, travar a luta em duas frentes: a dos delegados-eleitores e a popular, com atos públicos, passeatas e comícios pelo país.

Do lado do governo, começaram as retaliações aos partidários da Aliança Democrática. O presidente Figueiredo, em uma rara declaração pública de apoio, ainda que indireto, ao candidato Maluf, afirmou que “a partir de hoje, quem não estiver comigo está contra mim”.

No dia posterior à declaração de Figueiredo (21 de agosto), o ministro da Indústria e Comércio, o mineiro Camilo Pena, pediu demissão. Tinha declarado ser contrário ao uso político do ministério. Foi substituído imediatamente por outro mineiro, só que identificado com Maluf: Murilo Badaró. Tancredo criticou as demissões: “É uma noite de São Bartolomeu”.

A ofensiva governamental continuou. No Dia do Soldado (25 de agosto), o ministro Walter Pires fez um duro ataque à oposição, condenando as “minorias radicais e estereis, que desejam apenas semear a desordem e o caos”. Era a típica linguagem golpista que estava de volta, da ameaça às liberdades e do anticomunismo primário:

Não se iludam os que, fazendo uso da agitação e da violência ou aproveitando-se sorrateiramente de conchavos e maquinações astutas, sonham em modificar, um dia, os fundamentos de nossas instituições políticas, que se assentam em princípios cristãos e democráticos já incorporados à alma nacional, porque não lograrão seu intento. [Continuou o ministro:] O Exército estará vigilante e não faltará à nação, com a qual sempre foi solidário, especialmente nos momentos de crise.

E aproveitou para atingir a Frente Liberal, especialmente o vice-presidente Aureliano Chaves, com uma linguagem mais próxima do mundo militar do que da política:

Não nos devemos impressionar com as atitudes daqueles que, desertando dos seus compromissos com um passado tão próximo que até se afigura presente, se apressam agora em tecer um futuro que lhes parece mais propício, como se fosse ético olvidar, ao sabor dos interesses pessoais, atitudes e posições livremente assumidas.

Seguindo o mesmo caminho do anticomunismo, Maluf aproveitou para acusar Tancredo: “Ele tem um acordo secreto com a esquerda”.

Maluf tentou obter o apoio de Andreazza. Acabou fracassando. Na audiência, fotografada antes do seu início, o ministro do Interior, sisudo, contrastava com o amplo sorriso de Maluf. Na curta audiência, o candidato do PDS disse ao ministro que os compromissos políticos que Andreazza tinha assumido seriam considerados seus. Apesar do silêncio, manteve o entusiasmo: “Também seu filho terá um grande lugar no meu governo”. A resposta, para Maluf, foi inesperada: “Eu não me comprometi com ninguém, não prometi cargos a ninguém, e, quanto a meu filho, eu peço que você nunca mais faça referência a um integrante de minha família”.

A 24 de agosto, Tancredo Neves dirigiu-se a São Borja, no 30.º aniversário da morte de Getúlio Vargas, de quem fora ministro da Justiça (1953-1954). Era uma viagem simbólica. De um lado, reforçava a sua vinculação com o nacionalismo varguista, de outro, procurava se aproximar de Leonel Brizola, que viajou com ele.

Centenas de pessoas acompanharam Tancredo até o cemitério. Fazia muito frio. Percy Penalvo, administrador dos bens da família Goulart em São Borja, preocupado com Tancredo, que não estava suficientemente agasalhado, fez questão de ceder um poncho ao ex-governador mineiro. E como se fosse uma premonição, ironizou: “Se o velho pega uma pneumonia, a gente vai ter de aturar o Sarney”.

O mês de setembro começou com a possibilidade, ainda que remota, de que fosse votada a Emenda Teodoro Mendes (PMDB-SP), que restabelecia as eleições diretas. Sob essa bandeira, o grupo Diretas Já iniciou as mobilizações de rua. Porém, fracassou. A primeira, realizada no Largo São Francisco, em São Paulo, não reuniu mais que trezentos participantes. Na semana seguinte, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, foi pior: não apareceu ninguém.

Se não havia mobilização popular, na esfera parlamentar a emenda também não vinha obtendo êxito. Não havia sequer interesse da direção do

PMDB em levá-la adiante. O senador Hélio Gueiros (PMDB-PA) levantou a possibilidade de ser considerada matéria vencida, pois tinha sido votada no mesmo ano uma emenda – a Dante de Oliveira – tratando do mesmo tema.

Na semana seguinte, o presidente do Senado, Moacyr Dalla (PDS-ES), reforçou a tese ao declarar que “não se vota em um mesmo ano matérias vencidas”. E que só a levaria a plenário caso houvesse acordo entre as lideranças. Dias antes, Dalla tinha sido obrigado a comparecer a uma audiência com o ministro do Exército, que manifestara preocupação com a emenda.

O próprio Tancredo avaliara que a emenda não seria aprovada, além de criar um fato político que desviaria as atenções da campanha pelos votos dos delegados no Colégio Eleitoral, aumentando o clima de tensão, especialmente entre os setores considerados “duros” do regime. Contudo, para não desagradar a possíveis apoiadores, Tancredo buscou uma saída ao velho estilo pessedista: “É um esforço meritório, mas pouco promissor”.

No dia 4 de setembro, a inauguração do novo terminal de passageiros do Aeroporto 2 de Julho, em Salvador, acabou se transformando em importante fato político da sucessão. Duas semanas antes, Antônio Carlos Magalhães, principal liderança do PDS da Bahia – e que havia eleito, em 1982, o governador João Durval em uma campanha meteórica, após a morte de Cleriston Andrade, 45 dias antes da eleição, numa demonstração de força política –, estava se transferindo de mala e cuia para a Frente Liberal.

Tinha apoiado Mário Andreazza e, após a derrota na convenção, se aproximou da candidatura Tancredo Neves. Controlava a maioria dos votos da bancada baiana no Colégio Eleitoral. Mas sua adesão tinha um significado maior do que os votos: era um dos símbolos civis do regime militar.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, aproveitou a cerimônia – que contava com a presença de Paulo Maluf, dos ministros militares e de Figueiredo – para atacar Antonio Carlos, que não estava presente, na linguagem típica dos militares daquela época:

Aqui comparecem a união, a vontade, o espírito público, a confiança, e, principalmente, a lealdade. Aqui não comparecem a demagogia, o caciquismo, a bravata e o oportunismo. [Continuou:] A História não fala bem dos covardes e, muito menos, dos traidores. [E permaneceu atacando:] Podem os falsos cordeiros balir e as múmias ressuscitar, que não nos afastaremos do caminho do progresso, que não é, como se pretende vender ao povo brasileiro os caminhos dos conchavos com a esquerda incendiária, nem, tampouco, dos conciliábulos dos mercadores de consciências, travestidos em independentes de ocasião.



No mesmo dia, veio a resposta de Antonio Carlos:

O brigadeiro Délio Jardim de Mattos feriu a hospitalidade baiana com um discurso impróprio, onde o bom senso não esteve presente. Contraditório no seu conteúdo, só teve a virtude de ser curto. E, o sendo, os erros foram em quantidade menor do que de hábito. Não vou aceitar suas provocações, apenas porque não são a mim dirigidas.

Disse que traidor era quem apoiava um corrupto como Paulo Maluf: “Trair os propósitos da seriedade e dignidade da vida pública é fazer o jogo de um corrupto, e os arquivos dos órgãos militares estão com as provas da corrupção e da improbidade”.

Se a sequência dos discursos dava uma aparência de força, coesão e de ameaça à Aliança Democrática, na verdade era mais uma demonstração de fraqueza frente ao crescimento político da oposição e ao enfraquecimento militar do chamado setor duro do regime.

A possibilidade de um golpe militar era cada vez mais improvável, pois não havia sólido apoio entre a oficialidade e muito menos apoio popular. Pires falava em seu próprio nome. Tinha perdido o apoio do Alto Comando do Exército desde a reunião (discreta) de 17 de julho. Nela fora rejeitada a proposta de uma candidatura militar (que seria a dele). Dos doze generais presentes, somente quatro foram simpáticos à ideia.

No mesmo dia do discurso de Salvador, Tancredo Neves, no Rio de Janeiro, encontrou-se com Ernesto Geisel. Conversaram uma hora. Para evitar especulações, até divulgaram uma nota sobre o encontro. Geisel tinha apoiado Aureliano, mas não apoiaria Maluf em nenhuma hipótese, diversamente do seu ex-ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. Não houve adesão explícita de Geisel a Tancredo, porém o primeiro passo – o da aproximação – fora dado.

O comício de Goiânia, em 14 de setembro, com mais de 200 mil pessoas – algumas fontes estimaram em 400 mil presentes –, foi uma consagração para Tancredo Neves. O sucesso do evento confirmou a tese de que, para consolidar a sua candidatura, o caminho das ruas era essencial, mesmo a eleição sendo indireta.

No mesmo dia, em Belo Horizonte, realizou-se um ato público em defesa das eleições diretas. Porém, fracassou. Pouco mais de 10 mil pessoas compareceram. As atenções estavam voltadas para Goiânia. Reforçando ainda o apoio popular a Tancredo, na mesma semana Maluf viajou para Rondônia, onde acompanhou Figueiredo na inauguração de uma estrada. No comício, a cada menção do nome do candidato pedessista, ecoavam vaías,

que continuaram mesmo após reprimendas do governador de Rondônia e até do presidente Figueiredo.

Em 19 de setembro, em rede nacional de rádio e televisão, Figueiredo ameaçou a oposição: “A presença acintosa, nessas reuniões políticas, de organizações clandestinas, defensoras de ideologias repudiadas pelo nosso sistema legal, constitui infração da ordem constitucional que não podemos admitir”. E aproveitou para atacar os governadores do PMDB pelo “emprego maciço, flagrante e abusivo de recursos estaduais na promoção de comícios que têm o propósito deliberado de coagir o Colégio Eleitoral”, numa clara referência ao comício de Goiânia.

Dois dias depois, as Três Armas emitiram notas políticas. A do Exército afirmou a “inabalável determinação de assegurar as condições de ordem e tranquilidade”. E a da Aeronáutica foi pelo mesmo caminho, advertindo para atitudes estranhas “às nossas aspirações nacionais”. A Marinha novamente destoava da cantilena direitista. Falava que a posição da Arma era de “cumprimento das atribuições constitucionais”.

Como contraponto, Ernesto Geisel declarou, na mesma semana, que “quem promove abertura política como o general Figueiredo promoveu, não pode ter medo de meia dúzia de bandeiras em comício”.

O jogo da sucessão estava tenso principalmente porque Maluf dava sinais de não ter o apoio que propagava possuir no Colégio Eleitoral, o PDS estava rachado, a sociedade organizada rejeitava o candidato pedessista e as Forças Armadas estavam divididas. Em certos momentos, a Aeronáutica era a Arma mais à direita e a Marinha, a mais liberal. O Exército, elemento historicamente decisivo nas crises políticas brasileiras, apesar da posição mais dura do ministro Walter Pires – e de sua simpatia pelo candidato Maluf –, não estava propenso a nenhuma aventura.

A maioria do Alto Comando continuava defendendo o respeito às regras do jogo, independentemente de qual candidato fosse o vencedor no Colégio Eleitoral, como se demonstrou na reunião de 21 de setembro, quando Pires trouxe uma nota pronta, dura, e acabou sendo obrigado a alterá-la por decisão da maioria dos generais presentes. E o papel de Ernesto Geisel nesse processo foi muito importante, pela liderança que ainda exercia no Exército.

O mês de outubro começou com as duas campanhas em situações opostas. Tancredo viajou ao Sul e falou para 50 mil agricultores no Estádio Beira-Rio. Já seu opositor acabou encurralado por centenas de manifestantes, em Aracaju, com faixas, cartazes, ovos e um boneco apelidado de Kid Maluf. O fato se repetiu, dias depois, em Fortaleza: empurra-empurra, cartazes, faixas e ação da Polícia Militar para conter os protestos.

A viagem que Maluf fez a alguns estados do Nordeste revelou-se um fracasso. Os governadores estavam quase todos de acordo com a candidatura oposicionista, excetuando Wilson Braga, da Paraíba. Era uma tarefa difícil trazer os governadores do Nordeste de volta para a candidatura pedessista. Mário Andreazza, que tinha influência sobre alguns deles, recusou-se a entrar na campanha malufista.

Os conflitos de rua contaminaram a linguagem dos candidatos. Maluf

chamou Tancredo de covarde e despreparado, e o opositor respondeu que o candidato do PDS “representava a fome, o continuísmo, a recessão, o desemprego e a miséria”. Maluf, segundo ele, era um “agente provocador”. E o “agente provocador” tentou por todos os meios reverter a tendência pró-Tancredo. Exigiu que ele apresentasse seu programa de governo – algo que não interessava, nesse momento, ao candidato da AD, tendo em vista o amplo arco de alianças que estava sendo montado.

Maluf queria encontrar um meio de enfraquecer seu opositor, mas seu discurso tinha perdido a legitimidade, independentemente de estar correto ou não. Não encontrava mais ouvidos amigos, começava a ser evitado quando circulava por Brasília. Receber um abraço esfuziante de Maluf passou a ser considerado mau sinal. Poderia haver algum fotógrafo próximo, e logo a imagem estaria sendo reproduzida em jornais e revistas. Além do que, a eleição para a renovação do Congresso Nacional ocorreria no ano seguinte, e muitos parlamentares do chamado “baixo clero” necessitavam ter canal aberto com o governo federal.

O Partido dos Trabalhadores tinha, desde o início, se mantido afastado da candidatura Tancredo. Tentou conquistar apoio no PMDB, mas os parlamentares identificados com o grupo Só Diretas foram aderindo paulatinamente à chapa peemedebista.

Para o PT, não ir ao Colégio Eleitoral poderia ser considerado um ganho político.<sup>210</sup> Apoiar Tancredo não representaria nenhum dividendo para o partido. Seria melhor manter-se isolado na oposição, mas podendo capitalizar as insatisfações que deveriam surgir até a posse de Tancredo, e principalmente quando o governo desse início ao mandato, em março do ano seguinte.

Afinal, a situação econômica era muito grave, e medidas nem sempre populares teriam de ser tomadas pelo novo governo. Por outro lado, como a aliança política era muito ampla, não seria impossível imaginar que haveria algumas fraturas, principalmente no momento em que o governo enfrentasse as questões socioeconômicas mais imediatas. O PT poderia usar como trunfo a recusa de ter chancelado o grande acordo nacional que estava sendo organizado com a candidatura da AD.

E o pequeno número de votos que tinha no Colégio Eleitoral não teria nenhum significado no resultado final da eleição. Anos depois, Lula confessou: “Quem conhecia Tancredo Neves sabia que ele não entraria em jogada para perder. Ele não bateria o pênalti se soubesse que o goleiro poderia pegar”<sup>211</sup>

Tancredo continuava realizando comícios em algumas capitais nas quais os governadores eram identificados com a sua candidatura, como em Belém do Pará. Estava evitando comícios no triângulo de ferro da política brasileira: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Prometeu realizá-los mais à frente – o que não cumpriu. Receava provocações, discursos radicais e a presença das bandeiras vermelhas dos partidos comunistas.

A marcha de Tancredo para a vitória parecia certa. Estimava-se que

dezesseis governadores apoiassem o ex-governador mineiro, três estivessem com Maluf e quatro ainda não tivessem se definido. As Assembleias estaduais estavam elegendo seus delegados, sempre com ampla maioria para os apoiadores da Aliança Democrática. A cada dia aumentava a vantagem de Tancredo.

A influência de Maluf nas altas esferas de Brasília ainda era significativa. Planejou vencer a convenção do PDS – um trabalho minuciosamente executado desde o momento que assumira a cadeira de deputado federal, em 1983. Sabia que era essencial ter o controle da direção dos trabalhos da sessão do Colégio Eleitoral. De acordo com a Lei Complementar no 15, de 13 de agosto de 1973, artigo 13, parágrafo único, “presidirá o Colégio Eleitoral a Mesa do Senado Federal”.

Maluf tinha, ainda em outubro, o apoio da maioria dos seus componentes, especialmente do presidente da Mesa, o senador Moacyr Dalla. A legislação sobre o funcionamento do Colégio Eleitoral fora acrescida pela Emenda Constitucional no 22, de 1982, e no dia 22 de outubro de 1984 foi sancionada pelo presidente Figueiredo a Lei Complementar no 47. Dalla estabeleceu a polêmica quando decidiu que os delegados estaduais ao Colégio Eleitoral deveriam ser escolhidos por voto secreto pelas respectivas Assembleias Legislativas. Estavam em disputa 138 votos, de um total de 686.

A oposição considerou que Dalla estava agindo a serviço da candidatura pedessista. O voto secreto para a escolha dos seis delegados por estado poderia ser um instrumento de coação e suborno. Tancredo protestou: “Caminhamos agora pelos expedientes mais sórdidos da corrupção e as medidas mais lamentáveis de arbitrariedade política”. Preocupado, o peemedebista, que estava em campanha no Rio Grande do Sul, alertou seus correligionários: “Vamos abandonar o já-ganhou”.

Uma avaliação mais serena mostrou que o poder de influência malufista tinha se esvaído, não só em Brasília, mas também nos estados. Dois dias depois da decisão da Mesa do Senado, cinco Assembleias estaduais escolheram seus delegados. Tancredo venceu em quatro (Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí) e Maluf, apenas em uma (Rondônia).

A candidatura Paulo Maluf estava ruindo. Ele perdera apoio dos governadores do PDS e dos parlamentares do Congresso Nacional, não garantiu que a máquina governamental federal trabalhasse a seu favor, e estava isolado, sem apoio na sociedade.

O comando malufista identificava no ministro Leitão de Abreu, da Casa Civil, seu principal opositor no Palácio do Planalto. Acusava o ministro de influenciar negativamente o presidente Figueiredo e de obstaculizar as medidas de perseguição aos dissidentes do PDS.

Para piorar, o deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ), primeiro indígena que exerceu um mandato federal – com ampla cobertura da imprensa –, devolveu 30 milhões de cruzeiros que teria recebido de Calim Eid, coordenador da campanha malufista, reforçando as denúncias de tentativas de compra de votos de delegados ao Colégio Eleitoral.

Do Palácio do Planalto não veio nenhum aceno de apoio. Pelo contrário,

Carlos Átila, o sorumbático porta-voz presidencial, fez questão de afirmar que o presidente Figueiredo “está determinado a assegurar a estabilidade do processo sucessório nos termos da lei”.

O mês de novembro começou com a candidatura Tancredo Neves consolidada. Somente uma manobra jurídica poderia tirar-lhe a vitória. E para realizar tal façanha, Maluf precisava de algum tipo de apoio militar ou civil. Mas a cada hora diminuía o número dos seus adeptos.

O dia 5 de novembro foi emblemático. Maluf estava em Brasília e com uma agenda vazia de contatos políticos. Caminhando para uma derrota acachapante, até seus fiéis eleitores evitavam procurá-lo.<sup>212</sup> Tancredo tinha viajado ao Rio de Janeiro, com uma agenda recheada de contatos políticos. Todo mundo queria conversar com o futuro presidente da República. Depois de um dia inteiro de reuniões, Tancredo, à noite, acabou homenageado em um jantar onde estavam presentes 2 mil convidados, a maioria deles, empresários.

No mesmo dia, em Brasília, Maluf recebeu para um almoço 40 artistas liderados por Hebe Camargo, Agnaldo Timóteo, Emilinha Borba e o comediante Mussum (este não parava de repetir: “Estou aqui malufandis”). Eram artistas, em sua maioria, no ocaso da carreira. Os dois encontros deram um retrato fiel das candidaturas naquele momento: uma – a de Tancredo – com amplo apoio dos mundos político, artístico, empresarial e intelectual; outra – a de Maluf – isolada, sem inserção significativa em nenhum setor da sociedade e tendo como principal sustentáculo os mais autoritários da velha ordem militar.

Entre os malufistas, a debandada continuou. Muitos haviam apoiado Maluf imaginando que a candidatura do ex-governador paulista era a que tinha mais chances no Colégio Eleitoral. Agora a bola da vez era Tancredo Neves. A cada dia um pedessista aderiu à chapa de oposição, inclusive membros da própria campanha malufista, como a senadora Eunice Michiles (AM), que coordenara, por algumas semanas, o Movimento das Mulheres Pró- Paulo Maluf.

Do lado pedessista, não aparecia nenhuma nova adesão. E quando divulgaram o apoio do bispo de São João de Meriti (RJ) – que foi ao seu comitê de campanha, propalando que “Deus é malufista e Jesus Cristo também” –, tiveram a surpresa de descobrir que haviam sido enganados: era um falso prelado, não era bispo e nem de São João de Meriti.

Os articuladores da AD concentraram seus esforços não mais nos comícios. Tinham realizado atos públicos e obtido êxito. A chancela dos comícios fora suficiente para mostrar aos opositores que a chapa da AD tinha sustentação popular – daí que chegaram a cancelar vários comícios, até para evitar ocasionais provocações vindas da extrema direita ou com o temor do reaparecimento das bandeiras vermelhas.

Agora a tarefa era buscar canais que desobstruíssem eventuais obstáculos à candidatura Tancredo nas esferas governamentais, especialmente junto ao presidente Figueiredo. A 7 de novembro, Franco

Montoro encontrou-se com o presidente. A audiência durou uma hora. Na saída, disse que Figueiredo reafirmara o compromisso com a Constituição e que respeitaria o resultado do Colégio Eleitoral. Era o que Tancredo queria ouvir.

O candidato da AD esperou o feriado de 15 de novembro para, em Vitória (ES), realizar o discurso considerado como fundador da Nova República. Era uma reunião da União Parlamentar Interestadual. Frente a um auditório simpático à sua candidatura, no início do pronunciamento conclamou “os cidadãos à tarefa de construirmos juntos a Nova República”.

A votação no Colégio Eleitoral, segundo ele, seria a conclusão de um processo iniciado nas ruas, “como decorrência da vontade manifesta de mudança, que se expressou na longa campanha das Diretas Já e se constituiu na base mesma da pregação dos candidatos da Aliança Democrática”. E objetivava “encerrar essa longa fase de oscilações entre o estado de direito e o estado autoritário”. Retomou os temas de discursos recentes, como a promessa do que chamou de “Poder Constituinte” para 1986, e defendeu as Forças Armadas, mas fazendo questão de ressaltar que “não sejam nunca desviadas de sua destinação constitucional”.

Maluf teve de retomar a iniciativa. A 19 de novembro, ameaçou os dissidentes não só com a anulação dos votos, como também com a perda dos mandatos. Dois dias depois, o Diretório Nacional do PDS, com muitas ausências, aprovou o fechamento da questão. A ofensiva continuou. No dia seguinte, a direção do PDS ameaçou de expulsão sumária todos os dissidentes, acusados por Maluf como traidores.

Nesse clima de forte tensão política, em que Maluf jogava sua última cartada, comemorou-se mais um aniversário da Rebelião Comunista de 1935. Era o momento em que, a cada ano, as Forças Armadas repetiam o discurso anticomunista. A nota do ministro Pires mantinha uma linguagem arcaica, dissociada do que estava ocorrendo no país. Disse que o Brasil “continua sendo um dos grandes objetivos do comunismo internacional”, que os comunistas desejavam “solapar o regime democrático”, e atacou os “democratas desavisados” e o “liberalismo equivocado”, menções indiretas aos opositores da candidatura de Maluf.

Era um discurso para consumo interno, pois os militares não tinham apoio popular nem interesse político para nenhum golpe. Os ministros militares, quando entrevistados, negaram enfaticamente. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Waldir de Vasconcelos, chegou a afirmar que “se houver golpe, será sem as Forças Armadas”.

Aureliano Chaves anunciou oficialmente seu desligamento do PDS. Não havia mais a possibilidade de retorno. Estava com a candidatura da Aliança Democrática, e as ameaças da direção do PDS tinham fracassado.

Numa desesperada tentativa de manobra, o deputado malufista Norton Macedo (PDS-PR) consultou o Tribunal Superior Eleitoral se prevaleceria no Colégio Eleitoral o disposto na lei que tratava da fidelidade partidária, e, portanto, se o voto dado ao candidato de um partido, por parlamentar eleito sob a legenda de outro partido, seria considerado válido. Evidentemente, o

intuito da consulta, naquele momento, quando já estava desenhada a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, era anular os votos de todos os dissidentes do PDS, não só daqueles que já estavam com a Frente Liberal.

Os juristas entraram em campo. E instalou-se o debate na imprensa. Miguel Reale foi um dos mais atuantes por meio de diversos artigos publicados na *Folha de S.Paulo* e no *Estado de S.Paulo*. Criticou a postura do PDS:

Por sua própria estrutura e destinação, o Colégio só realizará a sua alta missão se assegurada a seus membros plena liberdade de voto, o qual deve traduzir a posição dos senadores ou dos deputados federais e estaduais não perante seu partido, mas sim perante a opinião pública nacional. [...] Eleição pressupõe que quem vota possa optar livremente por alguém que lhe não seja imposto *a priori*; sem isso, haveria mero simulacro eleitoral, podendo ser dispensado o Colégio, tão solene e dispendioso, por uma mera operação aritmética dos parlamentares com direito a voto, em razão dos respectivos partidos.<sup>[213](#)</sup>

O julgamento do TSE era aguardado com muita expectativa. Boatos diziam que os militares estavam pressionando o TSE para apoiar a tese pedessista. Contudo, o voto do relator, ministro Néri da Silveira, de quinze páginas, foi aprovado por totalidade de votos. Para muitos, uma surpresa, ao menos, a unanimidade. Teve como base legal a Constituição, o Código Eleitoral, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos e outras resoluções do TSE. De acordo com Silveira:

Embora indireto o processo de eleição, a liberdade do sufrágio é da índole do sistema democrático de escolha de titulares de cargos eletivos. Inexiste, dessa maneira, regra constitucional ou sequer legislativa, a permitir enquadrar, entre as hipóteses de descumprimento de diretrizes estabelecidas legitimamente pelos órgãos partidários, o voto, no Colégio Eleitoral referido, de parlamentar, federal ou estadual (este delegado de Assembleia Legislativa), em candidato registrado por outro partido.<sup>[214](#)</sup>

Fracassou a última manobra malufista – a penúltima foi fazer com que a Mesa do Senado, que dirigiria a reunião do Colégio Eleitoral, legislasse, transformando o voto aberto em secreto, e exigisse a fidelidade partidária, anulando a eleição dos delegados dissidentes. A maioria da Mesa emitiu sinais de que não aceitaria tal subterfúgio e cumpriria as decisões do TSE. A candidatura malufista estava caminhando para uma grande derrota.

A maior preocupação de Tancredo Neves não era mais vencer Paulo Maluf. Isso já era dado como certo. O receio era de que Maluf desistisse e, dessa forma, abrisse caminho para uma tentativa de “virar a mesa”; ou de um terceiro candidato apregoando a conciliação nacional; ou, até, de uma emenda restabelecendo imediatamente as eleições diretas.

A campanha presidencial estava chegando ao fim, mais de um mês antes da reunião do Colégio Eleitoral. O país estava tranquilo, como se a vitória de um opositor fosse algo absolutamente natural.

Ao longo dos meses, foram fracassando todas as tentativas de usar o anticomunismo como instrumento para enfraquecer o candidato da Aliança Democrática. Em setembro, órgãos de informações das Forças Armadas espalharam cartazes em Brasília e Goiânia com a sigla do PCB, a foice e o martelo, um desenho representando Tancredo Neves e uma frase: “Chegaremos lá”.

Depois infiltraram pessoas com bandeiras vermelhas em vários comícios. Em outubro, a Polícia Federal prendeu em São Paulo 39 militantes do PC do B, e no Rio de Janeiro, a casa de Giocondo Dias, conhecido líder do PCB, foi invadida pela polícia. Em Brasília, o Centro de Informações do Exército promoveu palestra com a presença de dezenas de oficiais, denunciando suposta infiltração comunista na Igreja, nos partidos políticos e sindicatos, e até nas Forças Armadas.

Os setores mais conservadores das Forças Armadas – parte deles ligada aos órgãos de repressão política – eram simpáticos à candidatura Paulo Maluf. Identificavam no ex-governador paulista um continuador civil do regime militar. Mas aguardavam um sinal verde do Palácio do Planalto para tomar alguma decisão.

Desde a convenção do PDS, Figueiredo ora dava a entender que entraria na campanha de Maluf, ora falava simplesmente em apoiar o candidato do PDS. Em setembro, declarou que Maluf “vai vencer em 15 de janeiro”. Semanas depois, provocado pela pergunta se era malufista, respondeu rispidamente: “Não”. Segundo Geisel, Figueiredo dizia “que o Maluf, uma ocasião, tinha procurado corromper um dos seus filhos, que era engenheiro em São Paulo. Ele tinha horror do Maluf” <sup>215</sup>

Os governadores do PDS que o procuraram para comunicar o apoio a Tancredo Neves recebiam como resposta o silêncio ou frases monossilábicas. O general mostrava certa indiferença, reclamava dos problemas de saúde – especialmente das dores na coluna – e aguardava ansiosamente o término da sua presidência.

Figueiredo tinha abandonado a ideia de um mandato-tampão. Era muito



tarde. Sabia que a interrupção do calendário sucessório não encontraria guarida interna, devido às sólidas articulações de Tancredo com amplos setores políticos e empresariais, nem externa. Nesse último caso, os Estados Unidos não manifestaram simpatia. Em setembro, Henry Kissinger, ex-secretário de Estado, tinha visitado o Brasil. Encontrara-se com Figueiredo, mas também com Tancredo Neves.

Kissinger não ocupava nenhum cargo na administração Ronald Reagan, porém mantinha sólidos contatos com a Casa Branca. Manifestou otimismo com o desenrolar do processo político brasileiro e fez ouvidos de mercador para a observação de Figueiredo de que a vitória de Tancredo poderia deflagrar uma guerra civil. O panorama na América do Sul era de enfraquecimento do autoritarismo e de fortalecimento da democracia, como na Argentina, onde, no ano anterior, Raúl Alfonsín tinha assumido a presidência da República, depois de sete anos de ditadura militar.

Tancredo organizou – e teve o apoio de Ernesto Geisel – um consistente apoio militar. Procurou quebrar barreiras, chegando a se encontrar várias vezes – de forma discreta – com o ministro Walter Pires. Transformou o general Leônidas Pires Gonçalves no seu interlocutor com os oficiais da ativa e o indicou, oficialmente, para ministro do Exército do seu futuro governo.

Deixou claro que não haveria revanchismo e que a esquerda teria espaços limitados no seu governo, o que soava como música aos ouvidos dos militares. Insistiu – e o fez publicamente – que uma vitória de Maluf representaria um elemento de permanente tensão política. Era ele, o candidato oposicionista, o garantidor da ordem.

O Alto Comando do Exército – parte dos oficiais tinha sido promovida durante a presidência Geisel – divulgou em uma nota esclarecendo que “mantém-se na firme disposição de apoiar o projeto de abertura do presidente João Figueiredo, que deverá se consolidar com a eleição do futuro presidente da República, pelo Colégio Eleitoral, na forma da lei” e que o país “pode confiar que serão plenamente atendidos seus anseios de preservação das instituições democráticas”.

A saída do general Newton Cruz do Comando Militar do Planalto – que tinha se notabilizado pelos excessos cometidos durante o estado de emergência, no momento da votação da Emenda Dante de Oliveira – para uma função burocrática também serviu para diminuir a tensão e os boatos.

Ao se iniciar o mês de dezembro, a 45 dias da reunião do Colégio Eleitoral, os boatos sobre um possível golpe militar foram minguando no noticiário. A eleição de Tancredo Neves era dada como certa. O ambiente político foi se desanuviando. Surpreendentemente, em 3 de dezembro, uma segunda-feira, Paulo Maluf dirigiu-se à tribuna da Câmara dos Deputados. Era a primeira vez, desde que tinha assumido a cadeira de deputado, em fevereiro de 1983. Escolheu um dia em que o Parlamento estava quase vazio. Chegou a ser vaiado e ouviu gritos de “Um, dois, três, Maluf no xadrez”, vindos das galerias.

Dias depois, a Mesa do Senado deliberou sobre a organização da eleição no dia 15 de janeiro. O delegado “emitirá o seu voto de pé e em voz alta, com

clareza, em favor de um dos candidatos registrados”, ou “se declarará em abstenção, o que será considerado voto em branco”. Era justamente como a oposição desejava: voto aberto, principalmente porque haveria transmissão ao vivo pela televisão e pelo rádio.

O ar de despedida do regime militar era patente. No jantar anual com setenta altos oficiais das Forças Armadas, Figueiredo disse que “chegou a hora do poder civil”. E cumpriu: na semana seguinte, começou a preparar sua mudança para o Rio de Janeiro.

O noticiário foi se deslocando para a formação do ministério de Tancredo Neves, a composição da Mesa da Câmara dos Deputados para o biênio 1985-1987, com a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência (teria como opositor o também peemedebista Alencar Furtado) e a organização da Frente Liberal em partido, com 63 deputados, dez senadores e quatro governadores, assinando o manifesto de lançamento. A certeza da vitória era tão grande, que o presidente Ronald Reagan convidou Tancredo Neves para visitar os Estados Unidos depois da eleição.

Paulo Maluf, já derrotado, procurou no mundo espiritual uma resposta para o fracasso. Relatou que o médico espiritualista baiano Newton Pinto, pela “leitura” do seu polegar direito, concluiu que “se não for presidente agora, será da próxima vez”. De acordo com Maluf, o “médico encontrou no polegar de minha mão direita a cruz de São Sebastião, só encontrada em uma pessoa entre 100 milhões, e que é a cruz da presidência”.

De volta aos assuntos terrenos, aproveitou para dizer que sabia que a ficha médica de Tancredo Neves tinha desaparecido do serviço de saúde do Congresso Nacional. E que “tem todos os dados a respeito, mas que isso é algo que não lhe compete revelar”.

Enquanto Maluf descrevia à imprensa suas experiências espirituais, Tancredo viajava para Recife. Lá discursou, no Teatro Santa Isabel, para mil líderes de trabalhadores rurais e urbanos de Pernambuco. Aproveitou para retomar o problema da questão agrária. Era um tema sensível, numa região marcada, no período pré-1964, pela ação das Ligas Camponesas. Relacionou a questão à legislação já existente, criada, inclusive, pelo regime militar:

A aplicação do Estatuto da Terra, objetivo de meu governo, iniciar-se-á pelo Nordeste, onde não faltarão, de forma integrada, o necessário crédito, a distribuição de sementes selecionadas, o apoio técnico indispensável à progressiva melhoria da produtividade, o escoamento de safras, a armazenagem e os mecanismos financeiros, físicos e institucionais que garantam o abastecimento para toda a população da região.

As últimas duas semanas da presidência Figueiredo, anteriores à reunião do Colégio Eleitoral, foram melancólicas. Figueiredo foi operado da coluna, no Rio de Janeiro, e fez questão de não transferir a presidência para Aureliano Chaves, mesmo estando internado na Clínica São José, onde recebeu algumas visitas, entre as quais a de Tancredo Neves. Deixou-se fotografar nos jardins da clínica com meia dúzia de assessores, vestindo um roupão e com ar desanimado. Era a personificação da crise final do regime militar.

1985

Durante duas décadas, o regime militar propalou aos quatro ventos que combatia a corrupção. Ironicamente, a 10 de janeiro de 1985, o senador Moacyr Dalla, presidente do Senado, nomeou, no apagar das luzes da sua gestão, 1.554 funcionários somente para a gráfica da Casa, divididos entre jornalistas, *socialites*, familiares de deputados, senadores e ministros. Funcionários sem trabalho, mas com contracheque.

No trem da alegria organizado por Dalla, estava o seu próprio filho, a filha do presidente da Câmara, o malufista Flávio Marcílio, o filho do ministro Jarbas Passarinho e, inclusive, dezenas de familiares dos apoiadores da Aliança Democrática, como a filha de José Sarney, Roseana. Foi a maior nomeação coletiva para um só setor do Senado da história daquela Casa. Logo recebeu um apelido: “trem Dalla”.

Se no Congresso Nacional a questão do emprego era resolvida com facilidade, no resto do país a situação era grave. A projeção de inflação para 1985 era de 300%. Só no mês de janeiro era esperada uma taxa de 15%. O ano de 1984 tinha fechado com 223,8%, quase o dobro da inflação do ano anterior (133,5%). Mas o PIB tinha reagido: 5,4% contra o crescimento negativo de 1983 (-2,9%).

A dívida externa líquida tinha se estabilizado em US\$ 90 bilhões, pois as reservas internacionais haviam saltado para US\$ 12 bilhões. Demonstrando como a economia estava desequilibrada, o saldo da balança comercial foi muito expressivo: US\$ 13 bilhões, o dobro daquele do ano anterior.

Frente à complexa situação econômica, Tancredo Neves criou a Comissão do Plano de Ação do Governo (Copag), tendo como participantes Celso Furtado, Luciano Coutinho, Hélio Beltrão, Sebastião Marcos Vidal, Sérgio Quintela, Sérgio Freitas e, na coordenação geral, o secretário paulista do Planejamento José Serra.

A comissão deveria elaborar o programa econômico do novo governo. Não era uma tarefa fácil. A Copag tinha uma formação heterogênea e muita dificuldade para harmonizar interesses tão conflitantes.<sup>216</sup> Os credores

americanos, de acordo com o noticiário, estavam preocupados com o rumo econômico do novo governo devido às presenças de Celso Furtado e José Serra, considerados, por eles, como esquerdistas.

Em 11 de janeiro, a greve dos boias-frias, tendo como epicentro a cidade de Sertãozinho, no interior paulista, acabou marcada por sérios conflitos entre grevistas – estimados em 10 mil – e a polícia militar. Era um sinal de que a questão social não iria esperar e exigiria definições claras por parte do novo presidente.

Dos cinco partidos com vida legal, o PT foi o único que se manifestou oficialmente contra o voto em Tancredo. Mesmo assim, dos seus oito deputados federais, três acabaram declarando publicamente que iriam ao Colégio e votariam em Tancredo Neves. E cumpriram. Foram Bete Mendes e Aírton Soares, de São Paulo, e José Eudes, do Rio de Janeiro. Acabaram expulsos do partido.

Finalmente chegou o tão esperado 15 de janeiro. A capital federal amanheceu em festa, apesar da chuva. A sessão do Colégio Eleitoral foi aberta às 8h56 pelo senador Moacyr Dalla. Dos 676 votantes (69 senadores, 479 deputados federais e 138 delegados das Assembleias estaduais), somente nove não compareceram (dos quais cinco eram deputados do PT). Muito tenso, o senador Dalla comunicou que cada candidato teria direito à palavra por vinte minutos. Tancredo Neves já tinha comunicado à Mesa que Ulysses Guimarães falaria em seu nome.

No discurso, Ulysses reiterou temas da campanha das diretas, lembrou a história de resistência do PMDB e elogiou a Frente Liberal. Estava emocionado. Acabou sendo aplaudido seis vezes. Paulo Maluf falou também por vinte minutos. Recordou que a sua insistência na candidatura acabou garantindo a realização da eleição. Foi ouvido com certa indiferença, estava atrasando o momento que todos esperavam: o início da votação.

Às 9h56 começou a eleição. Tal qual o estabelecido previamente, cada eleitor tinha de proclamar ao microfone o seu voto. Muitos foram aplaudidos longamente, outros foram vaiados. Às 12h35, Dalla proclamou o resultado: Tancredo recebera 480 votos; Maluf, 180; e 17 eleitores se abstiveram.<sup>217</sup> Era mais uma ironia da história: se Magalhães Pinto fora o líder civil do golpe de 1964, acabou sendo outro mineiro o responsável pela extinção do regime militar.

Moacyr Dalla transferiu a presidência da sessão para Ulysses Guimarães. Em seguida tomou a palavra o presidente eleito.

Tancredo louvou o retorno da democracia: “Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho da democracia”. E a defesa da democracia ocupou os primeiros parágrafos do seu discurso. Depois, apontou que a primeira tarefa do seu governo seria a de “promover a organização institucional do Estado”. E para isso era indispensável uma nova Constituição, que não “é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo um povo”.

Lembrou e agradeceu o apoio do PMDB, PFL, PDT e PTB, além dos dissidentes do PT e PDS. Mas os maiores aplausos foram ouvidos quando disse: “Esta foi a última eleição indireta do país”. Apresentou-se como o presidente da mudança: “Mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis”. Destacou que sua eleição era a culminação da campanha das diretas:

Frustradas nos resultados imediatos dessa campanha memorável, as multidões não desesperaram, nem cruzaram os braços. Convocaram-nos a que viéssemos ao Colégio Eleitoral, e fizéssemos dele o instrumento de sua própria perempção, criando, com armas que não se rendiam, o governo que restaurasse a plenitude democrática.

Associou o que chamou de novo nacionalismo à grave situação econômica do país. Falou da necessidade urgente de combater a inflação, criticou a recessão como mecanismo de combater o aumento dos preços, lembrou da necessidade de retomar o crescimento econômico e de criar empregos. Numa crítica enviesada aos militares, recordou que o “objetivo básico da segurança nacional é a garantia de alimento, saúde, habitação, educação e transporte para todos os brasileiros”. Defendeu a propriedade e a iniciativa privada e, implicitamente, a reforma agrária: “Adotaremos medidas que venham a democratizar o acesso à propriedade, atitude que não pode ser confundida, como muitos o fazem, com a proteção aos privilégios de forças econômicas e financeiras”.

Eram 13h59 quando Tancredo de Almeida Neves finalizou seu discurso. Terminou muito aplaudido. O clima era de festa. Nem a tentativa, frustrada, de José Alves Moura, o famoso beijeiro, foi levada a sério.

Lá fora, no gramado do entorno do Congresso Nacional, milhares de simpatizantes confraternizavam-se. O céu, que estava fechado, se abriu. A chuva parou. O sol apareceu. Em frente ao Congresso estava estacionada uma perua Kombi com um cartaz pendurado na lateral: “Coisas boas virão, somente coisas boas”.

191 Mário Andreazza descreveu a ação política de Paulo Maluf, antes da convenção do PDS, que escolheria o candidato do partido à presidência da República: “Uma força de envolvimento político e de corrupção irrefreável. [...] Cada viagem do Maluf pelo país envolve mais gente que as viagens do presidente – são duzentas ou mais pessoas. Levam até ambulância, gente para confeccionar

faixas, tudo. Não sei como ele pode sustentar tudo isso. Não há dinheiro que chegue. Creio que ele está levando dinheiro de toda a indústria paulista que o apoia. Assim eu não posso concorrer. Como irei vencê-lo numa convenção? Nunca. [...] Um presidente que está saindo, que força tem? Principalmente contra um homem que não tem escrúpulos” (ver COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura* – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 364). Só em flores gastou em 33 meses uma “importância que daria para comprar cerca de 80 mil dúzias de rosas por mês, ou, ainda, 2.700 rosas por dia” (ver YUNES, José. *Uma lufada que abalou São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 122).

192 Em 1997, em entrevista, Figueiredo disse: “Todo mundo pensava que o meu candidato era o Andreazza. Não era. Nunca falei no Andreazza. E nunca falei com ninguém sobre isso. Hoje eu posso dizer que o meu candidato era o Costa Cavalcanti. Sempre foi. Sempre foi o meu candidato” (ver COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar* – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 186).

193 Destaca Maurício Puls que a divisão já estava explícita desde o ano anterior: “Em 10 de julho de 1983, na eleição para a escolha do Diretório Nacional do PDS, Maluf apoiou veladamente uma chapa dissidente, chamada Participação, liderada pelo deputado malufista Theodorico Ferraço, que se opunha à chapa oficial, composta pelos líderes do partido (na qual o próprio Maluf tinha sido incluído). A chapa Participação obteve 35% dos votos na convenção, conquistando 42 dos 121 cargos do Diretório Nacional. Essa prova da força de Maluf desagradou Figueiredo e os governadores do partido, que nunca esqueceriam a derrota. No dia seguinte à convenção, o senador José Sarney, presidente do PDS, declarou que Figueiredo decidira que nenhum dissidente faria parte da Executiva Nacional do partido. O PDS começava a rachar” (ver PULS, Maurício. *O malufismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. pp. 38-39).

194 Quase um quarto de século depois, recordou Fernando Henrique Cardoso: “Quando nós perdemos a votação das Diretas, a partir daí pensamos o que fazer: continuar denunciando ou tentar ganhar no Colégio Eleitoral? Decisão muito difícil, porque envolvia valores e princípios, [...] setores mais radicais espalharam que nós não queríamos que houvesse a vitória das Diretas Já. Mentira, nós queríamos, mas depois que perdemos, o que fazer? Entregar o governo, continuar deixando o governo nas mãos de quem governava, ou tentar reverter?” (ver ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (coord.). *O legado de Franco Montoro*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina/Imprensa Oficial, 2008. pp. 32-33).

195 De acordo com o senador Amaral Peixoto, “o motivo da renúncia do Sarney foi justamente ter concordado com a realização das prévias e depois ter voltado atrás. Mas a realidade é que em nenhum momento foi proposta uma fórmula concreta para a realização das prévias. Isso eu verifiquei pessoalmente, porque passei treze dias na presidência interina do partido e conversei com todos os candidatos. Alguns falavam numa prévia mais ampla possível; seria quase uma eleição direta. Outros iam reduzindo, alguns falavam no Congresso, outros no Congresso e mais as Assembleias Legislativas, e iam até as Câmaras Municipais. Alguns ainda propunham um Colégio com todos os filiados do partido. Ou seja, de positivo não havia nada acertado, essa é que é a verdade” (ver CAMARGO, Aspásia *et al. Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 546).

196 Tancredo sempre foi muito prudente, preferindo as negociações nos bastidores. Basta recordar que entre 1967 e 1975, como deputado federal, fez apenas dez discursos na Câmara dos Deputados e sobre temas amenos (ver PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A república dos golpes (de Jânio a Sarney)*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1993. pp. 281-282).

197 Na eleição para o governo estadual, Tancredo teve cerca de 200 mil votos a mais do que seu opositor, Eliseu Resende, em um total de pouco mais de 5 milhões de votos válidos.

198 No mesmo dia, em Volta Redonda, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entraram em greve. Era a primeira paralisação do trabalho na história da CSN.

199 Questionado por uma jornalista por que não assumia imediatamente a candidatura, Tancredo respondeu: “Não, minha filha, não foi mineirice. Foi realmente senso político”.

200 O deputado Fernando Lyra, um dos que primeiro apoiou a candidatura de Tancredo à presidência, ainda em 1983, denunciou no início do segundo semestre de 1984 uma tentativa de anular os votos dos dissidentes do PDS à chapa do PMDB no Colégio Eleitoral. Segundo ele, “houvera um encontro, em Foz do Iguaçu, do qual participaram o ministro do Exército, Walter Pires, o presidente do Senado, Moacyr Dalla, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cordeiro Guerra”, com o objetivo de anular os votos dos dissidentes, o que garantiria a vitória do candidato do PDS (ver LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei*: Tancredo e a transição democrática. São Paulo: Iluminuras, 2009. p. 166).

201 Ulysses comentou as pressões que sofreu quando aceitou que o PMDB deveria ter um candidato no Colégio Eleitoral: “Chegavam, por exemplo, moralistas que citavam duas, três, quatro frases ditas pelo Tancredo, por mim, pelo Montoro, pelo Afonso Arinos, pelo Sobral Pinto durante a campanha das Diretas Já. Traziam os recortes enfiados dos jornais de um ano antes e perguntavam: ‘Os fins justificam os meios?’. Mudou o Natal ou mudei eu? Por que o PMDB vai poder eleger Tancredo através de uma eleição indireta, as indiretas deixaram de ser abomináveis? Nunca aceitei encomprar essas discussões e limitava-me a responder que o PMDB ia concorrer àquelas eleições indiretas para chegar ao poder e acabar para sempre com eleições indiretas, como se extingue uma fonte envenenada” (ver GUTEMBERG, Luiz. *Op. cit.* p. 204).

202 De acordo com Heitor de Aquino, seu secretário particular de 1979 a 1981 – e que também secretariou Ernesto Geisel durante seu quinquênio presidencial –, “Figueiredo é um caso clínico. Físico, por causa de um acentuado processo de esclerose; psicológico, por causa do colapso que sofreu com o episódio do Riocentro”. A declaração de Aquino é de 1984 (ver DIMENSTEIN, Gilberto *et al.* *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985. p. 17). Amaral Peixoto também manifestou sua estranheza com o alheamento de Figueiredo quanto à sua própria sucessão: “Sobretudo a partir de um certo ponto desse processo, ele ficou inteiramente desinteressado. Em Brasília eu lia diariamente nos jornais locais a lista de pessoas que ele recebia em audiência. Era impressionante a falta de qualidade política dessas pessoas. Ele enchia a agenda com os ministros da casa: Casa Civil, Casa Militar, SNI, Planejamento, e o resto eram pessoas politicamente inexpressivas, como os presidentes de federações estaduais de futebol, de qualquer associação de classe, aquele guru indiano, e assim por diante” (ver CAMARGO, Aspásia *et al.* *Op. cit.* p. 554).

203 O teor do telegrama foi revelado por Maluf, quando Sarney já era candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Democrática (ver *Folha de S.Paulo*, 17 nov. 1984). O comício da campanha das diretas realizou-se em São Luís, a 15 de fevereiro – dois meses antes da votação da emenda. Teve a presença de 25 mil pessoas. O tom foi de ataque ao regime militar, mas acabou adquirindo uma feição local. O deputado Cid Carvalho recordou o atraso do estado e o imputou principalmente à ação nefasta de Sarney: “O maior câncer que o Brasil já conheceu” (ver KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil*: diário da campanha das diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 53).

204 Para a transcrição do discurso e dos apartes, ver DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *Tancredo Neves: sua palavra na história*. Brasília: Fundação Presidente Tancredo Neves, 1988. pp. 209-235.



205 Ver GUTEMBERG, Luiz. *Op. cit.* p. 204.

206 A transcrição completa do documento se encontra em DIMENSTEIN, Gilberto *et al.* *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985. pp. 227-228.

207 Para presidente houve 32 votos brancos e nulos; e para vice-presidente foram 145.

208 O receio de um golpe militar era tão presente, que o MR-8 vendia, na sua barraquinha, um cartaz de Che Guevara com a célebre frase: “Há que endurecer, sem perder a ternura jamais”. Só que suprimiram da frase a primeira parte, ficando somente “sem perder a ternura jamais”.

209 O informe da “ Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas” foi publicado na forma de livro em novembro de 1984, dois meses depois de ter sido entregue ao presidente Raúl Alfonsín. O relatório obteve enorme repercussão. Só no mês seguinte, o livro teve três novas reimpressões. A comissão tinha sido criada no ano anterior, pouco depois da posse de Alfonsín, e teve como presidente o escritor Ernesto Sábato.

210 O PT não foi bem na eleição de 1982. Teve somente 3% dos votos nacionais. O melhor resultado alcançou em São Paulo: 9%. Elegeu, além de 8 deputados federais, 13 deputados estaduais, 127 vereadores e apenas 2 prefeitos em todo o país.

211 Ver COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar* – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 270.

212 A literatura de cordel registrou esse momento e a impossibilidade de uma vitória de Maluf: “Quando onça comer rama/ Raposa enjeitar galinha/ Porco não gostar de lama/ Nem formiga de farinha/ E o sol à tardezinha/ Não dirigir-se ao poente/ Tamanduá criar dente/ E cobra comer capim/ É que o Paulo Salim/ Será nosso Presidente” (ver MELO, Veríssimo de. *Tancredo Neves na literatura de cordel*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. p. 23).

213 REALE, Miguel. *De Tancredo a Collor*. São Paulo: Siciliano, 1992. p. 13. No voto do ministro Néri da Silveira, foram transcritos trechos de um artigo de Reale publicado no *Estado de S.Paulo*, para corroborar sua tese de inaplicabilidade da

fidelidade partidária aos membros do Colégio Eleitoral.

214 Resolução no 12.017, 27 nov. 1984. p. 15.

215 D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.* p. 439.

216 “Em relação à negociação da dívida externa, a Copag defendia uma elevação no volume de novos recursos fornecidos pelos bancos privados e pelas instituições financeiras internacionais, a redução das taxas de risco, a eliminação das comissões, assim como a negociação de esquemas de capitalização de juros e o abrandamento do grau de ingerência do FMI na política econômica. No plano interno, a Copag propunha um programa de recuperação econômica baseado no crescimento do mercado interno e tendo como alavanca a elevação do gasto público, a redução da taxa de juros e a articulação de uma política de modernização e ampliação da indústria. Para viabilizar tal programa, considerava-se indispensável a promoção de reformas institucionais no sistema financeiro e tributário, assim como a implementação de um audacioso programa de saneamento financeiro das empresas estatais” (SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda; AFFONSO, Rui. “A transição inconclusa”. In: KOUTZII, Flávio (org.). *Nova República: um balanço*. Porto Alegre: L&PM, 1986 . pp. 62-63).

217 Em 1974, quando pela primeira vez se reuniu o Colégio Eleitoral, o general Ernesto Geisel recebeu quatrocentos votos e Ulysses Guimarães, 67 (houve ainda 21 abstenções). Cinco anos depois, o general João Figueiredo recebeu 355 votos e o general Euler Bentes Monteiro, 226 (houve três abstenções) (ver COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura* – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. pp. 122 e 247). Dos 180 votos recebidos por Maluf, 125 foram de deputados federais do PDS, entre os quais o de Fernando Collor de Mello.



Brasília (DF), 31/03/1964. Tropas em frente ao Congresso Nacional – Revolução de 31 de Março. (© *Arquivo/Agência O Globo*)

## Ditadura à Brasileira

O regime militar teve características próprias. Revelou-se muito distinto das outras intervenções ocorridas ao longo da nossa história, desde 1889 – a Proclamação da República foi um golpe militar. E, também, em nada se assemelhou às ditaduras do Cone Sul dos anos 1970-1980. Muito menos foi uma criação do imperialismo americano – a participação dos Estados Unidos nos acontecimentos de 1964 é ínfima.

Dos 21 anos do regime militar, dez podem ser considerados uma ditadura – o período de vigência do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978. Nesse período, o Executivo teve plenos poderes e os exerceu de forma ditatorial, submetendo a sociedade civil e os poderes Legislativo e Judiciário aos seus desígnios.

Os anos 1964-1968 não podem ser considerados como ditadura, no sentido da etimologia política desse conceito. O Congresso Nacional manteve-se aberto, assim como as Assembleias Legislativas e as Câmaras dos Vereadores. É verdade que o Legislativo foi diversas vezes ceifado pelas cassações, mas, mesmo assim, era um espaço de discussão política e de crítica ao regime.

Os Executivos estaduais ainda tiveram eleições – como em 1965, em alguns estados –, e na esfera dos municípios, excetuando-se as capitais e as cidades consideradas áreas de segurança nacional, ocorreu a renovação sistemática dos prefeitos.

No terreno da liberdade de imprensa, os jornais que se colocaram no campo oposicionista denunciaram as mazelas do regime. As editoras publicaram livremente seus livros – mesmo sofrendo perseguições por parte dos órgãos de segurança do regime ou de grupos paramilitares. O mesmo ocorreu nos mundos teatral e cinematográfico.

A música popular brasileira teve nos anos 1964-1968 um período de ouro. Nesses quatro anos ocorreram diversos festivais que consagraram uma nova geração de cantores e compositores. O entusiasmo gerado pelos festivais nunca mais se repetiu, apesar de diversas tentativas, ao longo das

décadas seguintes.

O Cinema Novo tratou do regime militar. E lhe fez duras críticas. Apesar das pressões da censura, os cineastas produziram e exibiram seus filmes no Brasil e no exterior. Alguns deles foram premiados e ganharam amplo espaço na imprensa.

Nesses anos é que o movimento estudantil obteve maior importância política. A União Nacional dos Estudantes, nos governos Castello Branco e Costa e Silva, foi um importante aliado da oposição. As bandeiras políticas da UNE estavam voltadas para o restabelecimento da democracia. Os decretos punitivos, tanto os vinculados diretamente aos estudantes quanto aqueles referentes à livre organização, foram repudiados. Havia uma enorme simpatia popular pelos estudantes e suas demandas – uma delas era a ampliação de vagas nas universidades.

A célebre passeata dos 100 mil, em 26 de junho de 1968, apesar das faixas “Abaixo a ditadura”, paradoxalmente, não poderia ocorrer em um país ditatorial. O eixo da passeata era a defesa das liberdades democráticas. E deve se recordar que uma comissão dos manifestantes acabou sendo recebida, dias depois, em audiência pelo presidente Costa e Silva, sempre com ampla cobertura da imprensa.

Apesar desses espaços de liberdade, foram cometidos diversos crimes contra os direitos humanos, opositores foram detidos de maneira ilegal, torturados, e ocorreram casos de assassinatos de presos políticos. Jornalistas foram perseguidos, proprietários de jornais foram coagidos pelas autoridades governamentais e artistas sofreram humilhações, como no tristemente célebre episódio que envolveu os atores da peça *Roda Viva*, tanto em São Paulo, quando Marília Pêra e Rodrigo Santiago foram agredidos e obrigados a irem para a rua em frente ao teatro despídos, quanto em Porto Alegre, quando os atores Zelão e Elizabeth Gasper foram sequestrados, humilhados e abandonados na periferia da cidade. [218](#)

Os dez anos de vigência do AI-5 deram aos presidentes Costa e Silva, Médici e Geisel – além dos membros da Junta Militar, entre setembro e outubro de 1969 – amplos poderes, como nenhum outro mandatário teve na história republicana brasileira. Esses anos merecem ser definidos como ditadura, mas, mesmo assim, com algumas ressalvas.

Entre 1968 e 1978, ocorreram três eleições municipais para a escolha de prefeitos e vereadores em todo o país, com as exceções já citadas. Para a renovação do Congresso Nacional, também foram realizadas três eleições (1970, 1974 e 1978). Se a eleição de 1970 foi marcada pelo medo – e pelas abstenções e votos em branco – e a eleição de 1978, pela vigência da Lei Falcão; em 1974, com direito ao horário gratuito no rádio e na televisão – criado pelo regime militar, registre-se –, o MDB teve liberdade para fazer a sua propaganda.

As críticas à política salarial, especialmente, permitiram que os eleitores pudessem comparar o discurso oposicionista com o ufanismo oficial. Não por acidente, nesse ano, dos 22 estados, o MDB venceu as eleições senatoriais em

16 – perdeu apenas em 5 estados, pois no Maranhão a Arena lançou candidato único. Isso acabou justificando – do ponto de vista governamental – a adoção da Lei Falcão para as eleições posteriores (1976, 1978 e 1982).

Os poucos mais de seis últimos anos – de 1979 a março de 1985 – também não podem ser considerados como um período ditatorial. Como chamar de ditadura um regime que enviou à aprovação e patrocinou a Lei de Anistia, em 1979? Regressaram ao Brasil milhares de perseguidos políticos, que tiveram, desde então, liberdade para expor suas ideias – mesmo com a limitação de organização partidária. Luís Carlos Prestes, por exemplo, célebre liderança comunista, voltou ao país em 1979, viveu em liberdade, discursou em inúmeros eventos, deu entrevistas e expôs seu pensamento sem restrições.

As eleições de 1982 – com cinco partidos, um deles de perfil socialista, o Partido dos Trabalhadores – decorreram em clima de liberdade, mesmo com as restrições da Lei Falcão. No estado do Rio de Janeiro, inclusive, venceu o pleito o maior adversário dos militares, Leonel Brizola. Houve uma tentativa de fraude durante a apuração, mas fracassou graças à pronta ação do candidato do PDT. E Brizola tomou posse a 15 de março de 1983, como governador do estado.

Deve se recordar também a campanha das diretas, que adquiriu um caráter de movimento de massas, de janeiro a abril de 1984, reunindo milhões de participantes. Tal fato seria impossível em um regime ditatorial. Em qual ditadura milhões de cidadãos foram às ruas – de maneira ordeira – clamar pelo direito de votar para presidente da República sem que tivesse ocorrido repressão?<sup>219</sup>

Diferentemente das ditaduras militares do Cone Sul – e de toda a América Latina –, o regime aqui buscou a alternância na presidência da República – e, por tabela, nos governos estaduais e municipais. Afastar o regime do caudilhismo foi um pré-requisito dos militares. O próprio Castello Branco fez questão de dar o exemplo vedando qualquer manobra para a sua reeleição.

A alternância permitiu oxigenar o regime e resolver as pendências entre os diversos grupos no interior do aparelho de Estado. Isso deu vitalidade aos governos, impedindo a criação de feudos pessoais, familiares ou de grupos. A despolitização da administração e a busca da racionalidade econômica fizeram parte do discurso oficial. Foram colocadas em prática nos limites possíveis pela tradição brasileira.

A substituição periódica dos presidentes da República – sempre eleitos pelo Congresso Nacional ou pelo Colégio Eleitoral, mesmo que de modo meramente homologatório – abriu, em duas circunstâncias (nas sucessões de Médici e Geisel), espaço para que a oposição apresentasse seu programa, mesmo sob a vigência do AI-5. A anticandidatura de Ulysses Guimarães em 1973 e a candidatura do general Euler Bentes Monteiro em 1978 foram momentos em que o MDB usou com habilidade as brechas da legislação autoritária para apresentar ideias e criticar duramente o regime.

O regime militar brasileiro manteve, ao longo de duas décadas, o discurso de que a democracia deveria ser restaurada, mas sob uma base distinta da existente até 1964. Durante suas gestões, em inúmeras ocasiões se falou de democracia, dando ao conceito adjetivações ao gosto do regime. Ficou célebre a menção feita por Geisel à “democracia relativa”. A intervenção militar, dessa forma, era considerada passageira. O que se colocava em discussão – na óptica governamental – era o momento de retorno aos quartéis.

Com os êxitos econômicos, o regime buscou nas eleições o apoio popular. Criou diversos artifícios legais para dificultar a ação oposicionista – mas manteve as eleições. Cassou dezenas de parlamentares, mas conservou abertas as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas estaduais e o Congresso Nacional – este foi fechado três vezes, perfazendo no total pouco menos de um ano.

A legitimidade das urnas era a pedra de toque do regime. Mesmo que certos setores das Forças Armadas desprezassem a política – identificada com o passado “corrupto e subversivo”. A diretriz era sempre vencer as eleições. A vitória era o combustível para a continuidade dos seus postulados, enquanto se aguardava o momento adequado de devolver o poder aos civis.

O ano de 1970 terminou por ser o momento de maior popularidade do regime. A combinação do “milagre econômico” e seus efeitos com as vitórias esportivas, tudo devidamente retrabalhado pela propaganda oficial e em pleno funcionamento da máquina repressiva, transformou Garrastazu Médici em um presidente que buscou ser popular. Em um país despolitizado e que tem o ufanismo como linguagem cotidiana, o “ninguém segura este país” transcendeu as classes sociais e as ideologias, mesmo que de forma sub-reptícia.

A ação econômica modernizadora foi uma das características dos governos militares. Ocorreu uma revolução na infraestrutura, os pontos de estrangulamento econômico foram enfrentados – e vencidos. A ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia legal ampliou o espaço econômico e criou as condições para a transformação do país em uma potência agrícola – apesar do alto custo ambiental.

A criação da Embratel – em 1965 – transformou radicalmente as telecomunicações. A ampliação da malha rodoviária facilitou a expansão e consolidação do mercado interno. A centralização das decisões nas mãos do Executivo federal deu agilidade para o enfrentamento dos graves problemas econômicos, mas também abriu as portas para a nefasta relação antirrepblicana entre os altos funcionários do Estado e o grande capital. Nesse momento nasceu a “moderna” corrupção brasileira, que se entranhou no aparelho do Estado e sobreviveu ao fim do regime.

A presença estatal na economia era uma característica dos governos militares:

Durante os anos 60 e 70, o número de empresas estatais atingiu seus maiores quantitativos, crescimento este ocorrido principalmente no regime militar. Durante a ditadura brasileira (1964 a 1985) foram criadas 302 empresas estatais, enquanto que na era Vargas, no governo Kubitschke e no governo Goulart foram criadas, respectivamente, 15, 23 e 33 empresas.<sup>[220](#)</sup>

Processo diverso ocorreu nas ditaduras do Cone Sul:

Com base nas proposições centrais do liberalismo econômico, Martínez de Hoz e sua equipe atribuíam as dificuldades da economia argentina a duas causas principais: a distorção dos preços relativos internos, produzida pela política de industrialização com substituição de importações, e o sobredimensionamento do Estado.<sup>[221](#)</sup>

O papel do Estado na economia está diretamente vinculado à concepção das Forças Armadas e do governo brasileiro (a partir de 1930) sobre os entraves ao desenvolvimento e a forma de superá-los. Fortalecer o Executivo federal era a condição *sine qua non* para edificar o moderno Estado brasileiro. E o Positivismo, desde os anos 1880 tão presente no Exército nacional, no castilhismo gaúcho e em Getúlio Vargas, deu à ação governamental a justificativa ideológica para as ditaduras modernizadoras (a do Estado Novo e a militar).

O nacionalismo econômico foi uma marca dos governos militares. Estruturou-se um modelo com três pés: as empresas estatais, as empresas privadas nacionais e as estrangeiras. O regime não teve receio de abrir o país aos investimentos do capital estrangeiro, tema sensível na agenda política brasileira, inclusive no interior das Forças Armadas. Apesar dos ataques da oposição de esquerda, que alcunhou o regime de “entreguista”, em nenhum momento da história republicana a presença estatal e o nacionalismo na economia foram tão marcantes como nos anos 1964-1985.

Os barões da economia nacional foram os maiores beneficiários do regime. Construíram impérios, diversificaram seus negócios e passaram, inclusive, a ter importante presença em alguns setores da economia internacional. Curiosamente, ficaram incólumes no momento da redemocratização. E mais que depressa deram seu apoio à nova ordem –



mantendo seus privilégios, evidentemente.

O autoritarismo brasileiro tem a sua própria história. E sua imbricação com o Positivismo forneceu a matéria-prima para as intervenções militares desde 1889. Profeticamente, em 1956, João Cruz Costa escrevia:

Enquanto outras doutrinas de importação, as que se apresentam a partir dos meados do século XIX, nos parecem simples jogo intelectual, próprio de elites eruditas, mero ornamento de inteligências curiosas, do Positivismo nos fica, porém, a impressão paradoxal – é certo – de que alguma relação mais profunda existe entre a índole dessa doutrina e o conjunto das contraditórias condições dessa origem à vida nacional e que a impelem. Se o Positivismo é ainda, como as outras doutrinas, produto de importação, nele há, no entanto, traços que revelam a sua mais perfeita adequação às condições da nossa formação, às realidades profundas do nosso espírito. Se a República positivista sonhada por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes não se realizou, é possível que o desejo de realizá-la, talvez sob formas mais modernas, não desapareceu de todo...[222](#)

Ernesto Geisel, símbolo mais acabado dos presidentes do regime militar, foi um leitor dos pensadores autoritários:

Li, e muito, Oliveira Vianna e alguma coisa do Alberto Torres. Foram grandes homens. [...] Mas sofro muito a influência natural dos livros que li. Muitos eu descartei, mas de outros incorporei certas ideias, certos princípios, certas análises. Sob esse ponto de vista, Oliveira Vianna é, talvez, uma das melhores figuras. Há uma grande diferença entre o mundo ideal e o mundo real. E nós temos que pensar e viver o mundo real.[223](#)

Os postulados do regime foram constituídos por um mix da tradição autoritária brasileira com o discurso anticomunista tão presente durante a

Guerra Fria. Dessa forma, referências à ideologia fascista – presente em algumas ditaduras do Cone Sul – aqui foram inexistentes. Tampouco o regime teve como seu livro de cabeceira a chamada doutrina de segurança nacional, que, vale lembrar, nunca passou de uma reunião de postulados primários que foram ordenados – e aqui está a ironia – pelos adversários das ditaduras.

Em relação à cultura nacional, a posição do regime era, no mínimo, curiosa. Com o objetivo de proteger a produção audiovisual brasileira, em setembro de 1969 a Junta Militar criou a Embrafilme, a maior empresa pública de cinema da América Latina. Lançou centenas de filmes – e muitos foram censurados pelo mesmo governo que os financiou. O cinema nacional disputou os espectadores com o cinema estrangeiro, e em vários anos acabou vencendo.

A preocupação com o fomento de atividades culturais foi uma das razões para a criação, em 1975, na presidência de Geisel, da Fundação Nacional de Arte (Funarte), voltada às artes plásticas e visuais, além da música popular e erudita.

Também de forma muito distinta das ditaduras do Cone Sul, os governos militares expandiram a universidade pública. Tanto o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ampliaram seus recursos e financiaram centenas de pesquisas. Nesse período é que os cursos de pós-graduação iniciaram o processo de efetiva constituição e expansão.

Apesar disso – e diferentemente do ocorrido no Estado Novo –, o regime não conseguiu obter nenhum tipo de legitimidade junto aos intelectuais. Pelo contrário, a ação da censura empurrou para a oposição inclusive aqueles que tinham simpatizado com o regime nos seus primeiros anos. E a ação repressiva do Estado, adotando a linguagem virulenta da Guerra Fria, não possibilitou a criação de um espaço comum, de alguma interface, onde pudesse ocorrer a aproximação com os intelectuais, como, por exemplo, no México, durante a longa hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

O regime – apesar dos inegáveis êxitos econômicos – não conseguiu o apoio de expressivas camadas sociais. Acabou tendo de buscar suporte nas velhas oligarquias nordestinas e em setores de pouca expressão política do Sul-Sudeste. Teve enormes dificuldades em fomentar o surgimento de novas lideranças e também certo temor de que uma liderança civil pudesse se contrapor aos desígnios dos militares. Isso pode explicar, no caso paulista, o receio do presidente Geisel de que Delfim Netto, à frente do governo estadual, pudesse se transformar em uma liderança tão expressiva que dificultasse o arranjo que o general estava organizando de sua sucessão. Era melhor – para seu projeto – um governador anódino.

No processo de construção da memória, o fracasso do militarismo esquerdista – a luta armada – acabou se sobrepondo e apagando o papel central e vital da oposição política pacífica do MDB, da Igreja Católica, dos sindicatos, movimento estudantil, intelectuais, jornalistas, atos pela anistia, em suma, da sociedade organizada.

A luta armada desenvolveu-se fundamentalmente entre os anos 1967 e 1972. A opção militarista era antiga, anterior aos acontecimentos de 1964. A queda de Jango, para essas correntes extremistas, confirmaria a suposta inviabilidade da “democracia burguesa”. Para os militaristas, a ação política não levaria o povo ao poder. O caminho eram as armas: uma ideia na cabeça e um fuzil na mão, esse era o lema.

A referência maior foi a Revolução Cubana. A propagação da versão, absolutamente inverídica, de que a queda de Fulgencio Batista teria sido uma ação de um pequeno grupo de guerrilheiros vindos da Sierra Maestra deu a Fidel Castro e Ernesto Che Guevara uma proeminência, nos anos 1960 maior do que a repercussão da Revolução Russa na América Latina entre 1910-1920.

O apagamento da ação do Movimento 26 de Julho, da atuação dos sindicatos, da mobilização dos estudantes e intelectuais, da ação do Diretório Revolucionário, transformou a revolução numa ação cinematográfica de algumas dezenas de idealistas. E que tudo fizeram pelas armas, abandonando qualquer “veleidade burguesa”, entenda-se por isso a luta eleitoral, democrática, legal.

A criação da OLAS (1967) e o apoio militar, financeiro e logístico cubano aos guerrilheiros brasileiros acabou empurrando dezenas de jovens à morte. E açulou a extrema direita do regime, permitindo justificar a intensificação da repressão e a violação dos direitos humanos como uma ação indispensável à conservação da ordem.

Todos os grupos de luta armada advogavam pelo socialismo e a ditadura do proletariado. Nenhum deles, em momento algum, defendeu a democracia e o regime de plenas liberdades democráticas. Ao contrário, falar em democracia era um desvio pequeno-burguês. Dessa forma, toda luta política legal, “de massa”, foi desprezada. Era justamente o que o regime militar queria.

A Ação Libertadora Nacional (ALN) surgiu em 1967 – de início denominada Agrupamento Comunista de São Paulo. Sob a liderança de Carlos Marighella, que acabou expulso do PCB, logo iniciou suas ações. Para a ALN,

[...] a perspectiva no Brasil é de uma luta prolongada, para cujo desfecho não há pressa nem prazos. Iniciamos a guerra revolucionária com a guerrilha urbana marchando lenta mas sistematicamente, atacando os interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, levando a insegurança e a incerteza às classes dominantes, desgastando e desmoralizando as forças militares dos gorilas.

E concluiu:

Da área urbana passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, através da guerrilha rural. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzando o interior do Brasil em todas as direções, chegaremos ao exército revolucionário de libertação nacional e ao confronto com o exército convencional da ditadura militar. [Tudo para a] conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário. [224](#)

A Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) nasceu em 1969. Teve muita atuação durante cerca de um ano. Considerava que o

[...] objetivo da revolução brasileira é, assim, o da conquista do poder político pelo proletariado, com a destruição do poder burguês que explora e oprime as massas trabalhadoras. Este objetivo, resultado da guerra revolucionária de classes, será concretizado com a formação do Estado socialista, dirigido pelo governo revolucionário dos trabalhadores, expressão da ditadura do proletariado. [225](#)

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) foi criado no Rio de Janeiro em 1968, também como uma dissidência do PCB. A “estratégia revolucionária” pouco diferia da ALN ou da VAR-Palmares:

Somente o exército revolucionário dirigido politicamente e ideologicamente pela vanguarda do proletariado será capaz de destruir o Estado burguês e instaurar o poder proletário. Assim, a guerra revolucionária constitui a maneira de resolver a contradição principal e o caminho essencial da revolução. [De acordo com o MR-8] tendo determinado a contradição principal, definiu-se a etapa socialista da

revolução brasileira. O único Estado capaz de cumprir esta etapa até as últimas consequências é a ditadura do proletariado. [...] A ditadura do proletariado revestirá a forma de governo dos trabalhadores das cidades e do campo.<sup>[226](#)</sup>

As três organizações tinham divergências ínfimas para os não iniciados nos meandros do radicalismo militarista esquerdista dos anos 1960. Mas o ponto de unidade, onde não havia divergência, era a centralidade da ditadura do proletariado, de partido único, sem liberdade, sem direito à livre manifestação das ideias, como existiu em todos os países socialistas até o final do século XX.

Se os grupos de luta armada passaram bem longe da defesa de uma sociedade democrática, no campo do humanismo – em certo momento, por incrível que pareça, até surgiu uma categoria de humanismo socialista – a apologia da violência contra tudo e contra todos foi mais aterradora. O *Minimanual do guerrilheiro urbano*, de Carlos Marighella,<sup>[227](#)</sup> escrito em junho de 1969, é assustador. Só a definição do que era necessário para ser um guerrilheiro urbano ilustra que ponto tinha alcançado o delírio do ex-dirigente do Partidão:

O guerrilheiro urbano somente pode ter uma forte resistência física se treinar sistematicamente. Não pode ser um bom soldado se não estudou a arte de lutar. Por esta razão o guerrilheiro urbano tem que aprender e praticar vários tipos de luta, de ataque e de defesa pessoal.

Outras formas úteis de preparação física são caminhadas, acampar, e treinar sobrevivência na selva, escalar montanhas, remar, nadar, mergulhar, pescar, caçar pássaros, e animais grandes e pequenos.

É muito importante aprender a dirigir, pilotar um avião, manejar um pequeno bote, entender mecânica, rádio, telefone, eletricidade, e ter algum conhecimento das técnicas eletrônicas.

Também é importante ter conhecimentos de informação topográfica, poder localizar a posição através de instrumentos ou outros recursos disponíveis, calcular distâncias, fazer mapas e planos, desenhar escalas, calcular tempos, trabalhar com escalonamentos, compasso etc.

Um conhecimento de química e da combinação de cores, a confecção de selos, o domínio da arte da caligrafia e de copiar letras em conjunto com outras habilidades são parte da preparação técnica do guerrilheiro urbano, que é obrigado a falsificar documentos para poder viver dentro

de uma sociedade que ele busca destruir.

Na área de medicina auxiliar ele tem o papel especial de ser doutor ou entender de medicina, enfermagem, farmacologia, drogas, cirurgia elementar e primeiros socorros de emergência.

Entre os objetivos essenciais do guerrilheiro, estavam:

- a. A exterminação física dos chefes e assistentes das Forças Armadas e da polícia.
- b. A expropriação dos recursos do governo e daqueles que pertencem aos grandes capitalistas, latifundiários e imperialistas, com pequenas expropriações usadas para o mantimento do guerrilheiro urbano individual e grandes expropriações para o sustento da mesma revolução. É claro que o conflito armado do guerrilheiro urbano também tem outro objetivo. Mas aqui nos referimos aos objetivos básicos, sobretudo às expropriações. É necessário que todo guerrilheiro urbano tenha em mente que somente poderá sobreviver se está disposto a matar os policiais e todos aqueles dedicados à repressão, e se está verdadeiramente dedicado a expropriar a riqueza dos grandes capitalistas, dos latifundiários e dos imperialistas.

O espaço do debate político nunca foi o preferido do regime. A concepção autoritária desqualificava o debate, a alteridade, a pluralidade. O governo preferia o enfrentamento militar, em que a política era substituída pela guerra. Encontrou nos pequenos grupos de luta armada o inimigo ideal a ser vencido. E usou de todas as armas, em especial de prisões arbitrárias, torturas e assassinatos.

O regime transformou a repressão numa tarefa das Forças Armadas, auxiliada pelo braço civil dos Deops. Dessa forma – e diferentemente do Estado Novo, quando as tarefas repressivas ficaram a cargo dos civis –, as Forças Armadas agiram como polícia.

Dezenas de parlamentares e prefeitos do MDB foram cassados e perseguidos. Nas pequenas cidades, especialmente, ser emedebista era sinônimo de comunista e motivo para ser excluído do convívio social com os poderosos locais. Remar contra a corrente da maciça propaganda oficial era uma tarefa heroica.

Não se deve esquecer – mais um paradoxo brasileiro – que foi a luta incansável do MDB e da sociedade civil, dos defensores da “democracia burguesa”, que tirou da cadeia e do exílio os militantes da luta armada.

O mais estranho é que, no momento da redemocratização, os grupos de luta armada tenham conseguido a hegemonia na construção do discurso da memória política. Eles transformaram a defesa da ditadura do proletariado

em defesa da democracia, a mesma que acabou sendo desprezada quando enfrentaram, no campo militar, o governo.<sup>228</sup> E mais: associaram seus combates ao processo de abertura democrática patrocinado pelo regime. Outra falácia: os grupos foram exterminados em 1972 – alguns antes disso –, e a abertura teve início com o fim da vigência do AI-5, a 1º de janeiro de 1979. Sem esquecer que, entre os militares, os maiores adversários da redemocratização foram justo aqueles vinculados aos porões da repressão.

A armadilha montada pelos revisores do passado – uma espécie de Ministério da Verdade tupiniquim – fez com que qualquer crítica à luta armada significasse, automaticamente, apoio às graves violações dos direitos humanos cometidas pelos órgãos de segurança do regime, tanto civis como militares. Nada mais falso. A barbárie repressiva não deve – e não pode – servir como escudo que impeça a análise crítica do passado.

E o MDB? E a sociedade civil? Tiveram, segundo essa falácia histórica, papel pouco relevante. Pior ainda: no caso do MDB, seus militantes e parlamentares receberam a alcunha de partido do “sim”, de uma oposição consentida e, no fundo, legitimadora do regime.

O Brasil de 1984-1985 era muito diferente daquele de vinte anos antes. Tinha mudado. E muito. Surgira uma nova, moderna e complexa sociedade urbana. O país havia se transformado em uma das maiores potências econômicas do mundo, e sua vida cultural manteve o dinamismo que vinha desde os anos 1950.

Brasília se transformou efetivamente na capital – e tal fato já era evidente na presidência de Médici. A alta temperatura que emanava dos debates políticos quando a capital era no Rio de Janeiro desapareceu. A localização do Distrito Federal, no distante Planalto Central, longe dos grandes centros urbanos, serviu como um anteparo à participação e à vigilância populares. A efervescência carioca – com a combinação das sedes dos três poderes, e onde também estava localizada a maioria dos comandos militares das Três Armas, além de ser na época o principal polo cultural do país – dava um ar todo especial ao Rio de Janeiro.

O processo de transição do autoritarismo para a democracia acabou ficando incompleto. A esfera política não acompanhou o conjunto das transformações do país. Dos políticos mais expressivos da velha ordem – e que foram atingidos pelos atos de exceção –, nenhum esteve presente no momento da transição democrática. João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda morreram, os dois primeiros em 1976 e o último em 1977. Simbolizavam os três grandes partidos dos anos 1945-1965 (PTB, PSD e UDN) e poderiam ter tido papel de destaque na construção do regime democrático.

Daqueles líderes políticos intermediários de 1964, três tiveram destinos distintos. Leonel Brizola conseguiu algum êxito nos anos 1980. Elegeu-se governador do Rio de Janeiro e tudo indicava que poderia ter papel central na cena política nacional. Não foi o que ocorreu. A derrota na eleição presidencial de 1989 iniciou o lento caminho para o ocaso político – que não

se interrompeu com a vitória para o governo fluminense, em 1990. Pelo contrário, ele fez ali uma péssima gestão.

Miguel Arraes acabou ficando restrito a uma liderança estadual; forte, é verdade, mas com influência limitada ao estado de Pernambuco. Acabou aproximando-se da velha forma de fazer política da região Nordeste e distanciando-se do figurino que tinha construído nos anos 1963-1964.

Já Tancredo Neves tornou-se um caso épico, como em uma tragédia clássica. Participou de momentos decisivos da história contemporânea brasileira como ministro da Justiça de Getúlio Vargas (1953-1954); depois negociando uma saída para a crise da renúncia de Jânio Quadros (1961); e como primeiro-ministro, no parlamentarismo – foi o gabinete mais longo: 9 meses. Enquanto Brizola e Arraes tiveram de partir para o exílio, Tancredo permaneceu no país. Elegeu-se deputado e senador, mas teve atuação apagada entre 1964-1983. O quadro mudou no momento que assumiu o governo de Minas Gerais e, principalmente, com a campanha das Diretas (1984) e a derrocada do regime militar.

A eleição de Tancredo Neves se revelou fundamental para o processo de transição para a democracia. Depois do fracasso das Diretas Já, a única possibilidade aberta de encerrar o ciclo militar – pois Paulo Maluf, apesar de civil, representava a continuidade do regime – era a eleição presidencial pelo Colégio Eleitoral.

Mais do que Tancredo, dois políticos desempenharam papel fundamental no convencimento da oposição de que esse era o único e viável caminho para a democracia: o deputado Ulysses Guimarães e o governador Franco Montoro. Ulysses, o “Senhor Diretas”, abriu mão de ser candidato indireto. Sabia que teria poucas chances. Era absolutamente legítimo que postulasse a presidência. Afinal, tinha liderado o MDB (e, em seguida, o PMDB), desde 1971, percorrido diversas vezes o país, enfrentado a truculência policial, batendo de frente com o regime militar, e fora ameaçado diversas vezes de cassação dos seus direitos políticos. Mesmo assim, acabou deixando de lado o seu projeto político – muito mais do que uma postulação pessoal – para apoiar Tancredo, pois, como um hábil leitor de conjunturas políticas, observou que era uma candidatura muito mais viável, já que agregava o apoio dos antigos apoiadores do regime e tinha sustentação militar – o que, para aquele momento, era fundamental.

Montoro era governador de São Paulo, o estado onde o PMDB era mais forte e organizado. Tinha sido eleito, em 1982, com mais do dobro dos votos do principal candidato adversário. A Campanha das Diretas deve muito do seu êxito popular ao governador. Na capital paulista é que a mobilização efetivamente começou, em 25 de janeiro de 1984. Ele poderia ter se lançado candidato, tinha uma longa trajetória na oposição. Fora duas vezes eleito senador, sempre com votações expressivas.

Foi o governador Montoro que indicou Tancredo Neves para a presidência da República em junho de 1984, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, na reunião dos governadores de oposição, quando o panorama nacional ainda estava indefinido. Uma jogada de audácia no tabuleiro da



sucessão. Montoro, além de abandonar a possibilidade de ser o candidato oposicionista, teve de criar no PMDB condições para a aceitação do Colégio Eleitoral como instrumento político para derrotar o regime militar, tarefa extremamente complexa e que exigiu enorme habilidade política.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira criou um impasse. Sabotar o Colégio Eleitoral, criar uma anticandidatura ou insistir nas eleições diretas, tudo isso significava dar as condições para a vitória do candidato do PDS, o deputado Paulo Maluf, representante fiel de um estado de coisas incompatível com o avanço das lutas democráticas e com as vitórias eleitorais obtidas em novembro de 1982. Sua eleição, caso a oposição não construísse uma alternativa democrática, iria criar uma enorme instabilidade política. Haveria uma rejeição nacional, que já era possível detectar, principalmente nos meses de janeiro a abril de 1984, durante as mobilizações que ocorreram por todo o país em defesa do restabelecimento das eleições diretas. O impasse só interessava a dois atores políticos: Maluf e o PT.

Se havia uma grave crise política, o panorama econômico era sombrio. O país possuía uma enorme dívida externa, estava sem capacidade de investimento, com a inflação em alta – de três dígitos –, descontrole das contas públicas e desmoralização das autoridades econômicas. A transição política teria de enfrentar esses desafios – e a curto prazo, pois havia demandas sociais, represadas durante anos.

A busca de uma candidatura oposicionista, que dividisse o bloco governamental, era condição essencial para a vitória. Se o lançamento de Tancredo Neves foi uma jogada de mestre no tabuleiro da sucessão, o segundo movimento para a vitória era dividir o PDS. O apoio dos dissidentes da Frente Liberal e a formação da Aliança Democrática criaram as condições para a vitória de janeiro de 1985. Para isso, não restou alternativa à oposição a não ser a aceitação do nome proposto pelos dissidentes para formar a chapa com Tancredo: o ex-presidente do PDS, senador José Sarney. E mais importante, garantia-se a convocação de uma Assembleia Constituinte, o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República e o mandato presidencial de quatro anos.

Após a vitória no Colégio Eleitoral, a tarefa que se impunha a Tancredo Neves era organizar o novo governo, que tomaria posse dois meses depois. Havia enorme euforia nacional. O presidente eleito fez uma longa viagem pela Europa, Estados Unidos e América Latina.<sup>229</sup> Angariou apoio e preparou caminho para a renegociação da dívida externa.

Naqueles dias, ninguém imaginaria que a presidência de Tancredo Neves não se efetivaria. José Sarney era uma figura decorativa, sem importância. Não figurava entre os principais líderes da Frente Liberal, como Aureliano Chaves ou Marco Maciel. A vice-presidência parecia representar somente um arranjo que permitira ter os votos da dissidência pedessista. Tancredo Neves seria o condutor do país para a democracia. Disso poucos duvidavam.<sup>230</sup>

Mas, justo quando iria liderar a transição para a democracia, acabou

morrendo. E a passagem da ordem autoritária para a ordem democrática, tarefa complexa, que exigia uma liderança com legitimidade, foi – por uma armadilha do destino – conduzida por um político opaco, sem expressão, fiel serviçal dos governos militares e representante do que havia de pior no velho regime.

218 A 7 de outubro de 1968, a peça acabou sendo proibida. A notícia veio por meio de uma portaria do Departamento de Polícia Federal. O espetáculo tinha estreado no Rio de Janeiro em 17 de janeiro do mesmo ano.

219 A exceção foi a imposição do Estado de emergência em Brasília e mais dez municípios, o que, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, impediu manifestações populares. Tal ação acabou denunciada inclusive em programas de televisão, além dos jornais e revistas. Ocorreu um ou outro incidente em alguns estados, mas que ficaram distantes de uma ação organizada do poder central com o objetivo de proibir as manifestações.

220 COSTA, Frederico Lustosa; MIANO, Vitor Yoshihara. “Estatização e desestatização no Brasil: o papel das empresas estatais nos ciclos da intervenção governamental no domínio econômico.” In *Revista de Gestión Pública*, volume II, número 1, enero-junio 2013.

221 FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 415.

222 COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 296.

223 D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p. 396. Apenas uma citação de Oliveira Vianna: “Disse Eça de Queiroz que, dos males que afligiam Portugal, uns eram devidos ao próprio temperamento do povo e outros eram ‘traduzidos do francês’. Com os nossos, podemos dizer a mesma coisa. Dos males que nos têm afligido desde a nossa emancipação em 22, uns resultam das condições mesmas da nossa formação social, mas outros são simples translações dos males alheios em vernáculo – e os idealistas republicanos, os construtores da Constituição de 91, infelizmente parece terem-se devotado mais aos males desta última espécie do que aos males da primeira categoria. Excelentes tradutores de males estrangeiros; péssimos intérpretes dos nossos próprios males” (ver VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Nacional, 1939. p. 83).

224 Ver REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 280-1.

225 Ver REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Op. cit.*, p. 337.

226 *Idem, ibidem*, p. 436-437.

227 Ver <<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual>>. Acesso em 30 de dezembro de 2013.

228 No *Minimanual do guerrilheiro urbano*, Marighella ironizou em diversos momentos a luta política legal: “Quando veem que os militares e a ditadura estão a ponto do abismo, e temendo as consequências de uma guerra civil que já está a caminho, os pacificadores (que sempre se encontram dentro das classes governantes), e os oportunistas de ala direita, amigos da luta sem violência, se unem e começam a circular rumores de trás ‘das cortinas’, pedindo ao carrasco eleições, ‘redemocratização’, reformas constitucionais, e outras bobagens desenhadas para confundir as massas e fazê-las parar a rebelião revolucionária nas cidades e nas áreas rurais do país”.

229 Para uma descrição e análise cuidadosa dessa viagem, ver RICUPERO, Rubens. *Diário de bordo: a viagem presidencial de Tancredo Neves*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

230 A doença e morte de Tancredo Neves foram objeto de inúmeros livros e reportagens. O melhor é *Assim morreu Tancredo*, de Antonio Britto e Luís Antonio Cunha (L&PM: Porto Alegre, 1985).

cronologia

1961

|         |                                                                                                      |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Janeiro | Posse de Jânio<br>Quadros na<br>presidência da<br>República.<br><br>EUA rompem<br>relações com Cuba. |
| Março   | Lançamento do<br>programa Aliança<br>para o Progresso<br>pelo presidente<br>John Kennedy.            |

Agosto      Renúncia de Jânio  
Quadros.

Construção do  
Muro de Berlim.

Setembro    Posse de João  
Goulart. Adoção do  
regime  
parlamentarista.

1962

Fevereiro    Golpe militar  
derruba Arturo  
Frondizi da

presidência na  
Argentina.

Abril João Goulart  
visita os Estados  
Unidos e o México.

Maio O filme *O pagador  
de promessas*,  
dirigido por  
Anselmo Duarte,  
ganha a Palma de  
Ouro no Festival  
de Cannes, como o  
melhor filme.

Junho Criação da

Eletrobras.

A seleção  
brasileira de  
futebol vence pela  
segunda vez a Copa  
do Mundo.

|         |                                                   |
|---------|---------------------------------------------------|
| Outubro | Crise dos mísseis<br>entre EUA e URSS<br>em Cuba. |
|---------|---------------------------------------------------|

1963

|         |                                |
|---------|--------------------------------|
| Janeiro | Um plebiscito<br>restabelece o |
|---------|--------------------------------|



presidencialismo.

|       |                           |
|-------|---------------------------|
| Junho | Eleição do papa Paulo VI. |
|-------|---------------------------|

|          |                                                                   |
|----------|-------------------------------------------------------------------|
| Novembro | Assassinato do presidente John Kennedy em Dallas, Estados Unidos. |
|----------|-------------------------------------------------------------------|

1964

|       |                                                |
|-------|------------------------------------------------|
| Março | Comício da Central do Brasil (Rio de Janeiro). |
|-------|------------------------------------------------|

Marcha da Família  
com Deus pela  
Liberdade (São  
Paulo).

Rebelião dos  
Marinheiros (Rio  
de Janeiro).

Abril

O vice-presidente  
Ranieri Mazzilli  
assume a  
presidência da  
República.

João Goulart é  
exilado no

Uruguai.

Castello Branco é  
eleito presidente  
pelo Congresso  
Nacional.

Junho Criação do  
Serviço Nacional  
de Informações (SNI).

Julho É prorrogado o  
mandato de  
Castello Branco.

Agosto Criação do Banco  
Nacional da

Habitação (BNH).

Os Estados Unidos  
ampliam  
intervenção no  
Vietnã.

Novembro Golpe de Estado  
na Bolívia.

Assume o general  
René Barrientos.

Nos EUA, Lyndon  
Johnson é eleito  
presidente.

Aprovado o  
Estatuto da Terra.

# Dezembro Criação do Banco Central do Brasil.

1965

Março Criação do Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA).

Abril Inauguração da Rede Globo de Televisão.

Outubro Realizam-se eleições diretas para os governos estaduais.

Decretado o Ato Institucional nº 2, que extingue os partidos políticos.

1966

Maio Início da  
Revolução  
Cultural na China.

Junho Golpe militar na  
Argentina. Assume

o governo o  
general Onganía.

Julho                      Atentado à bomba  
contra Costa e  
Silva, em Recife,  
no Aeroporto dos  
Guararapes.

Agosto                      Criação do Fundo  
de Garantia do  
Tempo de Serviço  
( FGTS).

Outubro                      O Congresso elege  
Costa e Silva  
presidente da

República.

Novembro      Políticos de  
oposição divulgam  
intenção de formar  
uma Frente Ampla.

Criação do  
Instituto Nacional  
de Previdência  
Social ( INPS).

1967

Janeiro      Promulgação da  
nova Constituição.

Fevereiro    É instituída uma  
nova moeda: o  
cruzeiro novo.

Março        Estabelecimento da  
nova Lei de  
Segurança  
Nacional.

Costa e Silva  
assume a  
presidência da  
República.

Abril        Fracassa a  
Guerrilha do  
Caparaó.



Maio O filme *Terra em transe*, dirigido por Glauber Rocha, é exibido no Festival de Cannes.

Junho Guerra Árabe-Israelense (Guerra do Yom Kippur ou Guerra dos Seis Dias).

Julho Morre em acidente de avião o ex-presidente Castello Branco.

É realizada em  
Cuba a I  
Conferência da  
Organização  
Latino-Americana  
de Solidariedade  
(OLAS).

Setembro Criação efetiva da  
Frente Ampla,  
reunindo Carlos  
Lacerda, JK e João  
Goulart.

Outubro Che Guevara é  
morto na Bolívia.

1968

|       |                                                     |
|-------|-----------------------------------------------------|
| Abril | Greve em<br>Contagem (MG).                          |
| Maio  | Grandes<br>manifestações<br>estudantis em<br>Paris. |
| Junho | Passeata dos 100<br>mil no Rio de<br>Janeiro.       |
| Julho | Greve em Osasco<br>(SP).                            |

Agosto            Invasão da  
Tchecoslováquia  
pelas tropas do  
Pacto de Varsóvia.

Outubro          Polícia invade  
congresso  
clandestino da  
UNE em Ibiúna  
(São Paulo) e  
prende mais da  
metade dos  
estudantes  
presentes.

Voo do  
Bandeirante,

primeiro avião  
bimotor turboélice  
produzido pela  
Embraer.

Massacre de  
estudantes em  
Tlatelolco  
(México).

Golpe militar no  
Peru. Assume o  
general Juan  
Velasco Alvarado.

Novembro    Eleição de  
Richard Nixon  
como presidente

dos EUA.

|          |                                     |
|----------|-------------------------------------|
| Dezembro | Decretado o Ato Institucional nº 5. |
|----------|-------------------------------------|

1969

|       |                                                                      |
|-------|----------------------------------------------------------------------|
| Julho | Dois astronautas americanos são os primeiros homens a descer na Lua. |
|-------|----------------------------------------------------------------------|

|        |                                     |
|--------|-------------------------------------|
| Agosto | Realização do Festival de Música de |
|--------|-------------------------------------|

Woodstock  
(Estados Unidos).

Costa e Silva  
sofre derrame  
cerebral.

Setembro      Junta Militar  
assume o governo.

Sequestro do  
embaixador  
americano Charles  
Elbrick.

Nova Lei de  
Segurança  
Nacional.

Libertação de 15  
presos políticos  
em troca do  
embaixador.

Outubro

Emenda  
Constitucional nº  
1.

O Congresso  
Nacional é  
reaberto e elege o  
general Emílio  
Garrastazu Méndez  
presidente da  
República.



Novembro Carlos Marighella  
é morto em São  
Paulo.

1970

Junho Sequestrado o  
embaixador  
alemão Ehrenfried  
von Holleben.

Início da  
construção da  
Rodovia  
Transamazônica.

|          |                                                 |
|----------|-------------------------------------------------|
| Agosto   | Criação do Programa de Integração Social (PIS). |
| Setembro | Salvador Allende é eleito presidente do Chile.  |
| Novembro | A Arena vence as eleições legislativas.         |

1971

|         |               |
|---------|---------------|
| Janeiro | Libertação do |
|---------|---------------|

embaixador suíço  
sequestrado pela  
VPR.

Fevereiro      O deputado  
Ulysses Guimarães  
assume a  
presidência do  
MDB.

A República  
Popular da China é  
admitida na ONU.

Março          O general  
Alejandro Lanusse  
assume o poder na  
Argentina.

|          |                                                                       |
|----------|-----------------------------------------------------------------------|
| Agosto   | O dólar é<br>desvinculado do<br>padrão-ouro.                          |
|          | Golpe na Bolívia:<br>o coronel Hugo<br>Banzer Suárez<br>toma o poder. |
| Setembro | Carlos Lamarca é<br>morto na Bahia.                                   |
| Dezembro | O presidente<br>Médici visita os<br>EUA.                              |

|           |                                                           |
|-----------|-----------------------------------------------------------|
| Fevereiro | O presidente americano Richard Nixon visita a China.      |
| Abril     | O Exército inicia a repressão à guerrilha do Araguaia.    |
| Junho     | Criação da Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras). |
| Setembro  | Ataque terrorista à                                       |

delegação  
israelense nos  
Jogos Olímpicos  
de Munique.

Outubro      Lançamento do  
semanário  
*Opinião*.

Novembro    Retorno de Juan  
Domingo Perón à  
Argentina.

Richard Nixon é  
reeleito presidente  
dos EUA.

- Abril      Brasil e Paraguai  
assinam acordo  
para a construção  
da Usina  
Hidrelétrica Itaipu  
Binacional.
- Setembro      Golpe militar no  
Chile e morte do  
presidente Allende.
- Ulysses Guimarães  
é o antecandidato da  
oposição à  
presidência da  
República.

Outubro      Quarta Guerra  
                 Árabe-Israelense  
                 (Guerra do Ramadã  
                 ou do Yom Kippur).

Juan Domingo  
Perón é eleito  
presidente da  
Argentina.

1974

Janeiro      O general Ernesto  
                 Geisel é eleito  
                 presidente pelo  
                 Congresso



Nacional.

Inauguração da  
Ponte Rio-Niterói.

Março      Posse do  
presidente Ernesto  
Geisel.

Abril      Revolução dos  
Cravos, em  
Portugal, derruba  
48 anos de  
ditadura.

Maio      O general Sylvio  
Frota assume o  
Ministério do

Exército.

|       |                                                                              |
|-------|------------------------------------------------------------------------------|
| Julho | Morre Perón. Sua mulher, Isabelita Perón, assume a presidência da Argentina. |
|-------|------------------------------------------------------------------------------|

|        |                                                                                           |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agosto | Richard Nixon renuncia à presidência dos Estados Unidos. Gerald Ford é o novo presidente. |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------|

|          |                             |
|----------|-----------------------------|
| Novembro | Vitória do MDB nas eleições |
|----------|-----------------------------|

senatoriais.

Petrobras  
descobre a bacia  
petrolífera de  
Campos, no Rio  
de Janeiro.

1975

|         |                                                                   |
|---------|-------------------------------------------------------------------|
| Janeiro | Acaba a censura<br>ao jornal <i>O<br/>Estado de<br/>S.Paulo</i> . |
|---------|-------------------------------------------------------------------|

Março Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Maio Termina a Guerra do Vietnã com a derrota dos EUA.

Junho Assinado o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental.

Outubro O jornalista Vladimir Herzog é morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi de

São Paulo.

Adoção dos  
contratos de risco  
para a exploração  
do petróleo.

Novembro    Independência de  
Angola.

Morte do ditador  
espanhol  
Francisco Franco.

|          |                                                                |
|----------|----------------------------------------------------------------|
| Março    | Golpe militar na Argentina.                                    |
| Junho    | É suspensa a censura à revista <i>Veja</i> .                   |
| Agosto   | Morte de JK.                                                   |
| Outubro  | Eleição de Jimmy Carter para a presidência dos Estados Unidos. |
| Dezembro | Morte de Jango.                                                |

- |          |                                                                  |
|----------|------------------------------------------------------------------|
| Janeiro  | Jimmy Carter toma posse como presidente dos EUA.                 |
| Abril    | O presidente Geisel fecha o Congresso e impõe o Pacote de Abril. |
| Maio     | Morre Carlos Lacerda.                                            |
| Setembro | Polícia invade o campus da PUC-SP durante a realização           |

do III Encontro  
Nacional de  
Estudantes (ENE).

|         |                                                                  |
|---------|------------------------------------------------------------------|
| Outubro | Demissão do<br>ministro do<br>Exército, general<br>Sylvio Frota. |
|---------|------------------------------------------------------------------|

1978

|         |                                   |
|---------|-----------------------------------|
| Outubro | Eleição do papa<br>João Paulo II. |
|---------|-----------------------------------|

O general João  
Baptista



Figueiredo é eleito  
presidente da  
República pelo  
Colégio Eleitoral.

Novembro Eleições para as  
Assembleias  
Legislativas  
estaduais e o  
Congresso  
Nacional.

Dezembro Extinção do AI-5.

|           |                                                                         |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------|
| Fevereiro | Queda do xá Reza Pahlevi (Irã).                                         |
| Março     | Posse do general João Baptista Figueiredo como presidente da República. |
| Julho     | Os guerrilheiros sandinistas tomam o poder na Nicarágua.                |
| Agosto    | Aprovada a Lei de Anistia.                                              |

1980

|       |                                         |
|-------|-----------------------------------------|
| Junho | Visita do papa João Paulo II ao Brasil. |
|-------|-----------------------------------------|

|          |                              |
|----------|------------------------------|
| Setembro | Início da Guerra Irã-Iraque. |
|----------|------------------------------|

1981

|         |                                                   |
|---------|---------------------------------------------------|
| Janeiro | Ronald Reagan toma posse como presidente dos EUA. |
|---------|---------------------------------------------------|

|      |                         |
|------|-------------------------|
| Maio | François Mitterrand, do |
|------|-------------------------|

Partido Socialista,  
é eleito presidente  
da França.

Atentado contra o  
papa João Paulo II.

Dezembro    O general  
Leopoldo Galtieri  
assume o poder na  
Argentina.

1982

Abril            Guerra das  
Malvinas, entre a

Argentina e a Grã-Bretanha.

Novembro    Eleições gerais no Brasil.

Na URSS, morre Leonid Brejnev.

Inauguração da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.

1983

Março        Posse dos

governadores eleitos  
em novembro de  
1982.

Outubro    Com o fim da  
ditadura, Raúl  
Alfonsín é eleito  
presidente da  
Argentina.

Os EUA invadem a  
Ilha de Granada, no  
Caribe, e depõem o  
governo socialista.

Janeiro            Campanha das  
Diretas Já.

Abril            A Emenda Dante  
de Oliveira, que  
restabelecia as  
eleições diretas  
para presidente da  
República, é  
rejeitada pela  
Câmara dos  
Deputados, por  
pequena margem.

Agosto           O PMDB lança a  
chapa Tancredo  
Neves- José

Sarney como seus  
candidatos à  
presidência e  
vice-presidência  
da República.

Novembro Com o fim da  
ditadura no  
Uruguai, Julio  
María Sanguinetti  
é eleito presidente  
da República.

1985

Janeiro Tancredo Neves é



eleito presidente da  
República pelo  
Colégio Eleitoral.

Ronald Reagan toma  
posse, pela segunda  
vez, como presidente  
dos EUA.

Março      Mikhail Gorbatchev é  
o novo secretário-  
geral do PC da URSS.

## bibliografia

## I - LIVROS

- ABREU, HUGO. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- AFFONSO, ALMINO. *Raízes do golpe: da crise da Legalidade ao Parlamentarismo, 1961-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- ALBUQUERQUE, JOSÉ AUGUSTO GUILHON (COORD.). *O legado de Franco Montoro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- ALVES, MÁRCIO MOREIRA. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ANDRADE, AURO DE MOURA. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, RUI. *Obras completas*. Volume XXIII. Tomo V. Rio de Janeiro: MEC, 1949.
- BICUDO, HÉLIO. *Minhas memórias*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BONFIM, JOÃO BOSCO BEZERRA. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE, 2004.
- BRITTO, ANTONIO; CUNHA, LUÍS ANTONIO. *Assim morreu Tancredo*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- BROSSARD, PAULO. *Oposição*. Porto Alegre: LPM, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O ballet proibido*. Porto Alegre: LPM, 1976.
- \_\_\_\_\_. *É hora de mudar*. Porto Alegre: LPM, 1977.
- CAMARGO, ASPÁSIA; GÓES, WALDER DE. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CAMARGO, ASPÁSIA ET ALII. *Artes da política: diálogo com Ernani do*

- Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CAMPOS, ROBERTO. *A lanterna na popa*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CANCIAN, RENATO. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A guerra das estrelas (1964/1984): Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: LPM, 1985.
- CASTELLO BRANCO, CARLOS. *Introdução à revolução de 1964*. Volume 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Os militares no poder: o Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Os militares no poder: o baile das solteironas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- CHAGAS, CARLOS. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: LPM, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A guerra das estrelas (1964/1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: LPM, 1985.
- CORRÊA, ARSÊNIO EDUARDO. *A Frente Liberal e a democracia no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2006.
- COSTA, FREDERICO LUSTOSA; MIANO, VITOR YOSHIHARA. *Estatização e desestatização no Brasil: o papel das empresas estatais nos ciclos da intervenção governamental no domínio econômico*. Revista de Gestión Pública, volume II, número 1, enero-junio 2013.
- COSTA, JOÃO CRUZ. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- COUTO, RONALDO COSTA. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- D'AGUIAR, HERNANI. *Ato nº 5: a verdade tem duas faces*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.

- D'ARAUJO, MARIA CELINA; CASTRO, CELSO (ORGS.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- DELGADO, LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES (ORG.). *Tancredo Neves: sua palavra na história*. Brasília: Fundação Presidente Tancredo Neves, 1988.
- DIMENSTEIN, GILBERTO ET ALII. *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.
- DROSDOFF, DANIEL. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo: Global, 1986.
- FAUSTO, BORIS; DEVOTO, FERNANDO J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FICO, CARLOS. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO. *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FROTA, SYLVIO. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FURTADO, ALENCAR. *Salgando a terra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GABEIRA, FERNANDO. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- GASPARI, ELIO. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GIAMBIAGI, FÁBIO ET ALII. *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- GORENDER, JACOB. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAEL, DICKSON M. *A sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUIMARÃES, HEBE (ORG.). *Lysâneas Maciel*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

GUTEMBERG, LUIZ. *Moisés, codinome Ulysses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KLEIN, LÚCIA; FIGUEIREDO, MARCUS. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

KOUTZII, FLÁVIO (ORG.). *Nova República: um balanço*. Porto Alegre: LPM, 1986.

KRIEGER, DANIEL. *Desde as missões...* Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

KRISCHKE, PAULO J. (ORG.). *Brasil: do “milagre” à “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982.

KUCINSKI, BERNARDO. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LACERDA, CARLOS. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LEONELLI, DOMINGOS; OLIVEIRA, DANTE DE. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LYRA, FERNANDO. *Daquilo que eu sei: Tancredo e a transição democrática*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

LYRA TAVARES, AURÉLIO. *O Brasil de minha geração: mais dois decênios de lutas – 1956-1976*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

MAGALHÃES, MÁRIO. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAINWARING, SCOTT. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MÉDICI, EMÍLIO GARRASTAZU. *A verdadeira paz*. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.

MELO, VERÍSSIMO DE. *Tancredo Neves na literatura de cordel*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

MELLO, JAYME PORTELLA DE. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio

- de Janeiro: Guavira, 1979.
- MORAIS, FERNANDO *ET ALII*. *Transamazônica*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MOREIRA, REGINA DA LUZ; SOARES, LEDA (ORGS.). *Renato Archer: diálogo com o tempo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007.
- MOTA, LOURENÇO DANTAS (COORD.). *A história vivida (I)*. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1981.
- MOURÃO FILHO, OLYMPIO. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: LPM, 1978.
- NERY, SEBASTIÃO. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- PASSARINHO, JARBAS. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- PINHEIRO, LUIZ ADOLFO. *A república dos golpes (de Jânio a Sarney)*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1993.
- PLUTARCO. *Vidas paralelas*. Quarto Volume. São Paulo: Paumape, 1992.
- PORTO, WALTER COSTA (COORD.). *As constituições do Brasil*. Volume 4: a Constituição de 1937. Brasília: Minter, s/d.
- PULS, MAURÍCIO. *O malufismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- REALE, MIGUEL. *Memórias: a balança e a espada*. Saraiva: São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. *De Tancredo a Collor*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- REBELLO, GILSON. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- REIS FILHO, DANIEL AARÃO; SÁ, JAIR FERREIRA DE (ORGS.). *Imagens da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RICUPERO, RUBENS. *Diário de bordo: a viagem presidencial de Tancredo Neves*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- SÁ, MEM DE. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SALLUM JR., Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo:

Hucitec, 1996.

SARASATE, PAULO. *A Constituição do Brasil ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

SCARTEZINI, A. C. *Dr. Ulysses: uma biografia*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SKIDMORE, THOMAS. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, ROBERTO DE ABREU. *No espelho do tempo: meio século de política*. São Paulo: Best Seller, 1995.

SOUZA, PERCIVAL. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999.

VENTURA, ZUENIR. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, OLIVEIRA. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

VIANNA FILHO, LUÍS. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VICTOR, MÁRIO. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIEIRA, SIMONE BASTOS (ORG.). *A Constituição que não foi*. História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Brasília: Senado Federal, 2002.

VILLA, MARCO ANTONIO. *Vida e morte no sertão*. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. *Jango, um perfil*. São Paulo: Globo, 2004.

YUNES, JOSÉ. *Uma lufada que abalou São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.



## II - PERIÓDICOS (JORNAIS E REVISTAS)

*Folha de S.Paulo.*

*O Estado de S. Paulo.*

*Veja.*

## II - SITES

[www.uol.com.br](http://www.uol.com.br)

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[www.marxists.org](http://www.marxists.org)

[www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

[www.epoca.com.br](http://www.epoca.com.br)